UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANGELA MARTINS BAEDER

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: FORMAÇÃO DE
CATADORES NA GRANDE SÃO PAULO**

SÃO PAULO

2009

ANGELA MARTINS BAEDER

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: FORMAÇÃO DE
CATADORES NA GRANDE SÃO PAULO**

Tese apresentada como exigência parcial para
obtenção do título de Doutora em Educação na
Linha de Pesquisa Didática, Teorias de Ensino e
Práticas Escolares da Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Nídia Nacib Pontuschka

SÃO PAULO

2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

379.991 Baeder, Angela Martins
B139e Educação ambiental e mobilização social: formação de catadores na Grande São Paulo/ Angela Martins Baeder; orientação Nídia Nacib Pontuschka. São Paulo: s.n., 2009.

238 p. il.; fotos; grafs; tabs; anexos.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Pesquisa Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Educação ambiental 2. Educação popular 3. Políticas públicas 4. Inclusão social 5. Gestão ambiental (Formação) 6. Catadores de material reciclável (Formação) I. Pontuschka, Nídia Nacib, orient.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome da autora: Angela Martins Baeder

Título: Educação Ambiental e Mobilização Social: Formação de Catadores na Grande São Paulo

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação na Linha de Pesquisa Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

1. Orientadora: Profa. Dra. Nídia Nacib Pontuschka –Assinatura:_____

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Julgamento:_____

2. Nome: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Instituição: _____Titulação:_____

3. Nome: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Instituição: _____Titulação:_____

4. Nome: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Instituição: _____Titulação:_____

5. Nome: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Instituição: _____Titulação:_____

Dedico este trabalho

À minha mãe, Yara Martins Baeder por seu amor e carinho

Aos meus filhos queridos, Diogo, Marina e Clara, pelo carinho,

compreensão e apoio

Ao meu querido companheiro de todos os momentos, Tarcísio,

por todo o apoio, compreensão, e presença nas minhas ausências para

dedicação a este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Nídia Nacib Pontuschka, pela orientação dedicada, competente e pelo seu companheirismo, compreensão e estímulo durante todo o tempo.

Aos colegas da pós graduação Antonio Cesar Bigotto, Arno Aluísio Goettems, Carla Silvia Pimentel, Claudivan Sanches Lopes, Dulcinéia Boscolo, Edna Celeste Vieira Bonassi, José Eustáquio de Sene, Maria Adailza Martins, Rosemary Ferreira da Silva pelas discussões, apreciações deste trabalho e pela convivência e trocas humanas.

À Thelma Gomes Nogueira Luz, pelo apoio incondicional, competente e animador, para a confecção desta tese.

À Júlia do Rosário Ferreira Santos, pelo carinho, sucos verdes, chás de feijão guandu, pela sabedoria mineira e compreensão.

Aos meus queridos companheiros, com quem tenho compartilhado, as grandes emoções e as angústias, mas, principalmente o sonho de mudar as coisas, nessa trajetória com os catadores. Ana Maria Matheus Marins, Fabio Luiz Cardozo, Jutta Gutberlet, Lúcia Bitancourt, Márcia Teixeira Garcia, Maria Ruth Freitas Takahashi, Solange Dias de Araújo, do Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá.

Aos companheiros, pela inestimável contribuição no GF – Catadores: Aninha (Rozenir Rodrigues Souza), Francisca Maria Lima Araujo, Guiomar Conceição dos Santos, Joana D'arc P. Costa, José Gomes Aveiro, José Ronaldo Tiago dos Santos, Luzia, Maria da Penha Ap. C. Guimarães.

Aos companheiros na elaboração do projeto: Ginna Rizpah Bensen, Jacques Dejemovics e Fidelis.

A todos os companheiros do Fórum Recicla São Paulo (FRSP), Catadores e apoiadores, em especial à Araci Mussolino Montieri, Marilene de S Coelho (Nena), Wilson Santos Pereira, catadores e companheiros: Francisca, Jocemar, José de Aleluia, Neilton, Sonia.

Ao Leandro Gaffo, pelo comprometimento e profundidade no desenvolvimento da capacitação. Ao Elver e Fernanda pelo empenho e dedicação no apoio à capacitação na Pré Central Santo Amaro.

Ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Ao Instituto GEA Ética e Cidadania, em especial à Ana e Araci.

A todos os colegas do Centro Universitário FSA, pelos aprendizados durante nosso movimento em 2007 e, em especial, ao querido colega Luiz Afonso Figueiredo, pelo apoio, estímulo e troca de idéias e aos colegas Carlos Aparecido Kantor, Julio César L. Foschini, Karen Soraia Marquez, Regina Maria Neves, Simone Jaconetti Ydi, Toshiharu Condo, que acompanharam mais de perto neste trabalho e a todos que nos momentos difíceis estiveram comigo.

Aos colegas dos colegiados de Biologia, Química e Física, pelo apoio para que eu terminasse esta pesquisa.

Aos colegas Noé, Vilson, Ivan e José Amilton, pelas pesquisas conjuntas.

À Associação de Moradores Pedra sobre Pedra, por seus ensinamentos.

Ao grupo LAPECH – FEUSP – Acácio Arouche de Aquino, Dolores Conomi Takeyama, Elizabeth Castellão Martins, Luciano Castro Lima, Eulina Lutfi, Maria Alice E. Nogueira Souto, Maria Inês Padovezzi Borges, Mansur Lutfi, Paulo Gonçalves, Sylvia Dobry, pelo aprendizado coletivo.

Aos queridos companheiros de vários trabalhos, Caio Boucinhas e Raul I. Pereira.

A minha grande amiga Maria Lúcia Vincentin Aguilar, pelo companheirismo.

Aos meus irmãos Berenice, Fernando e Silvia, pela compreensão, nas minhas ausências e pelo apoio.

A todos aqueles com quem tenho convivido e aprendido e por falha da memória tenha ocultado desta lista.

Ao Canadian International Development Agency (CIDA), pelo apoio ao Projeto : Gestão Participativa e Sustentável de resíduos Sólidos e pelo apoio à confecção deste trabalho.

RESUMO

Referência: BAEDER, Angela Martins. **Educação Ambiental e Mobilização Social: Formação de Catadores na Grande São Paulo**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este estudo analisa trabalhos de formação de catadores(as) de materiais recicláveis, realizados coletivamente, na Região Metropolitana da Grande São Paulo, entre 1997 e 2008, com a finalidade de identificar elementos para subsidiar a construção participativa de soluções sustentáveis para a problemática socioambiental de resíduos sólidos nas áreas urbanas. Essas ações educativas estão imbricadas num momento de disseminação de diálogos e ações de Educação Ambiental, voltados para o controle social das políticas públicas e institucionais para a gestão ambiental participativa. A análise dos trabalhos de formação exigiu o levantamento do contexto histórico, dos debates sobre o “pensar e agir” da Educação Ambiental; das condições de vida e trabalho dos catadores; da problemática socioambiental de resíduos sólidos e as potencialidades e desafios para a consolidação da coleta seletiva como alternativa de economia solidária. Foram foco de análise os trabalhos educativos relativos à organização da Coleta Seletiva no núcleo habitacional “Pedra sobre Pedra”, na Zona Sul de São Paulo; a mobilização de grupos de coleta na cidade, no Fórum Recicla São Paulo, movimento social de catadores; a “Capacitação” para implantação das primeiras Centrais de Triagem do Programa de Coleta Seletiva Solidária de São Paulo/2003; o fortalecimento de catadores e do diálogo com o poder público, no Projeto Coleta Seletiva Brasil Canadá. Essas ações educativas estão embasadas teoricamente na multirreferencialidade e no entendimento do compromisso com a construção de sujeitos autônomos para uma sociedade democrática. Os elementos de Educação Ambiental emancipatória foram identificados neste doutorado e, na ação educativa, foram trabalhados por meio de metodologias interativas no coletivo dos catadores. Assim, destacamos os avanços proporcionados pela formação, revelados nos encontros e nas vozes dos catadores: a autovalorização; a valorização do próprio trabalho, o fortalecimento da identidade, apropriação dos processos vividos e o planejamento coletivo de ações locais. Com a avaliação realizada neste doutorado, evidenciou-se a necessidade de trabalhos futuros para estender as ações educativas a um contingente maior de catadores, pelas próprias lideranças; intensificar o diálogo com o poder público; superar as barreiras institucionais, com o propósito de criar políticas públicas de resíduos com a inclusão dos catadores(as).

Palavras-chave: Educação ambiental com catadores, educação popular, mobilização social, políticas públicas e inclusão, formação para gestão ambiental.

ABSTRACT

BAEDER, Angela Martins. **Environmental education and social mobilization : education of informal recyclers in the Metropolitan Region of Greater São Paulo**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

This study analyzes the collective capacity building activities of informal recyclers, conducted at the Metropolitan Region of Greater São Paulo, between 1997 and 2008, with the purpose of identifying elements to support the participatory creation of sustainable solutions to social and environmental solid waste problems in urban areas. These educational actions are embedded in a period of increasing dialogues and actions related to Environmental Education, focused on the social control of public and institutional policies for participatory environmental management. The analysis of the educational activities has required a survey focused on the historical context, the “thinking and acting” of Environmental Education; the life and working conditions of the recyclers; the social and environmental issues regarding solid waste and the potential and challenges of selective waste collection as an alternative within solidarity economy. The research analyses the educational activities related to the organization of the selective waste collection in the squatter settlement “*Pedra sobre Pedra*”, at the Southern periphery of São Paulo city; the mobilization of solid waste collection groups in the city, at the *Fórum Recicla São Paulo*, a social mobilization of recyclers; the “Capacity Building” for the first Selection Centers of the *Programa de Coleta Seletiva Solidária de São Paulo*’s implemented in 2003; the strengthening of the recyclers and their dialogue with the public authorities, through the Participatory Sustainable Waste Management project. These educational activities are theoretically based upon multiple references and upon the comprehension of the commitment to building autonomous social actors towards a democratic society. The elements of emancipatory Environmental Education were identified in this research and, in the educative actions, they were elaborated through interactive methodologies with groups of recyclers. Therefore, we emphasize the advances generated by the capacity building activities, revealed in meetings and through the recyclers’ voices: change in their self-esteem; the self-value of their own activities, the strengthening of their identities’, the assimilation of the processes lived throughout the capacity development and the increased capacity for collective planning of local actions. As a result of the assessment of this research, a need for future work of the leaders themselves to spread the educational actions to a larger contingent of recyclers has become clear, as well as a need to intensify the dialogue with the public authorities and to overcome the institutional hurdles with the purpose of creating inclusive solid waste public policies with organized recyclers.

Keywords: environmental education with recyclers, popular education, social mobilization, public policies and social inclusion, education for environmental management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução: Municípios com coleta seletiva no Brasil	89
Gráfico 2 – Distribuição regional dos municípios com coleta seletiva no Brasil.....	89
Gráfico 3 – Composição da Coleta Seletiva (em peso)	89
Gráfico 4 – Dificuldades citadas pelos grupos	117
Gráfico 5 – Motivação para trabalhar em grupo	119
Gráfico 6 – Quantidade de materiais coletados no total dos grupos	119
Gráfico 7 – Comparação coleta do FRSP com municípios	120
Mapa 1 – Localização das áreas onde ocorreu a capacitação, na Região Metropolitana de São Paulo	29
Mapa 2 – Destino Lixo	87
Mapa 3 – Destinação final do lixo - 2000	88
Mapa 4 – Cidade de São Paulo – Regiões e centrais grupos de referências das Centrais	129
Quadro 1 –Objetivos para participação nos grupos de coleta	118
Quadro 2 –Elementos do Núcleo Central das Representações Sociais de catadores – Quadrantes	137
Quadro 3 –Plano de Ação	155
Quadro 4 –Avaliação da capacitação e implantação das centrais	157
Quadro 5 –“Antes e Depois” –Aspectos marcantes dos processos de formação	203

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Oficina de artes para produção da capa do CD	105
Fotografia 2 – Oficina de artes para produção da capa do CD	105
Fotografia 3 – FRSP – Zona Sul – Reunião na Praça – 2001	111
Fotografia 4 – Aprovação da carta de princípios – FRSP - “ESPERANÇA”	113
Fotografia 5 – Dinâmica de interação – Confiança mútua	131
Fotografia 6 – Dinâmica Teia – União	132
Fotografia 7 – Desenhando coletivamente a “coleta seletiva ideal”	148
Fotografia 8 – Representação coletiva da “coleta seletiva ideal”	148
Fotografia 9 – Dinâmica com tarjetas – Avaliação da Capacitação nas Centrais	158
Fotografia 10 – Dinâmica com tarjetas – Avaliação da Capacitação nas Centrais	158
Fotografia 11 – A Árvore: Avaliação do programa de capacitação na Pré-central Santo Amaro	160
Fotografia 12 – Detalhe Árvore - Antes Depois 01	161
Fotografia 13 – Detalhe Árvore - Antes Depois 04	161
Fotografia 14 – Detalhe Árvore - Antes Depois 08	161
Fotografia 15 – Detalhe Árvore - Antes Depois 15	161
Fotografia 16 – Detalhe Árvore - Antes Depois 09	161
Fotografia 17 – Encontro grupo focal formadores – 19 nov/08	171
Fotografia 18 – Encontro grupo focal formadores – 19 nov/08	171
Fotografia 19 – Grupo Focal Catadores – 17 dez/08	176

LISTA DE DESENHOS

Desenho 1 – Pedra sobre Pedra e núcleos vizinhos	93
Desenho 2 – Sistematizações das interações entre diferentes sujeitos sociais na área do “Pedra”	102
Desenho 3 – Programação coletiva	148
Desenho 4 – Entendendo a “Capacitação”	149
Desenho 5 – Proposta de ampliação do PCSS	150
Desenho 6 – Planejamento da reforma e do trabalho	150
Desenho 7 – Planejamento da Reforma do Galpão	151
Desenho 8 – Planejamento do trabalho – detalhamento de ações	152
Desenho 9 – Planejamento da venda coletiva	152
Desenho 10 – Dinâmica do “entra e sai” da Central	153
Desenho 11 – Noções de contabilidade – Transparência	154
Desenho 12 – Planejamento do trabalho no galpão	154
Desenho 13 – Avaliação da Capacitação Bonequinhos “Árvore”	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de municípios com existência, organização e assistência social aos catadores	90
Tabela 2 – Totalização de dados pesquisa participante FRSP	117
Tabela 3 – Termo Indutor: Cooperativa – Frequência e Ordem de Evocação	136
Tabela 4 – Palavras e expressões atribuídas ao termo Catador	144
Tabela 5 – Palavras e expressões similares - Termo <i>Catador</i>	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Região da Grande São Paulo (Santo <u>A</u> ndré, São <u>B</u> ernardo, São <u>C</u> aetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra)
CAD	Dólar canadense
CCINT	Comissão de Cooperação Internacional
CEADEC	Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania
CEAM	Coordenadoria de Educação Ambiental (Secretaria do Estado do Meio Ambiente. São Paulo)
CEFAM	Centro de Formação para o Magistério (Rede estadual de ensino/SP)
CEMPRE	Compromisso Empresarial com a Reciclagem
CG	Conselho Gestor do Projeto Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos
CGEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CIDA	Canadian International Development Agency
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CRPE	Centro Regional de Pesquisas Educacionais
CRUSP	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (moradia dos estudantes)
DEA	Diretoria de Educação para a Diversidade e Cidadania. Ministério do Meio Ambiente
EA	Educação Ambiental
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia (restante estatal do que foi privatizado da antiga Eletropaulo)
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FAFE	Fundação de Apoio à Faculdade de Educação
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FRSP	Fórum Recicla São Paulo
FSA	Centro Universitário Fundação Santo André
GEA	Instituto GEA Ética e Cidadania

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (continuação)

GPSRS	Projeto Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos ou Projeto Coleta Seletiva Brasil-Canadá - Participatory Sustainable Waste Management
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
LAPECH	Laboratório de Pesquisa em Ciências Humanas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação
OAF	Organização para o Auxílio Fraternal
ONG	Organização Não Governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais (produzidos pelo MEC de 1997 a 1999)
PCSS	Programa de Coleta Seletiva Solidária – Município de São Paulo
PEC	Projeto de Educação Continuada (Secretaria Estadual da Educação - SP)
PEEA	Programa Estadual de Educação Ambiental (SP)
PIEA	Programa Internacional de Educação ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental (Instituído em 1999)
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental (Instituído em 1994)
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
RME	Rede Mulher de Educação
REPEA	Rede Paulista de Educação Ambiental
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RS	Resíduos Sólidos
RUPEA	Rede Universitária de Pesquisa em Educação Ambiental
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAD	Secretaria de Educação Continuada , Alfabetização e Diversidade/ MMA
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNIS	Sistema Nacional de Informação em Saneamento.
USP	Universidade de São Paulo
UVic	University of Victoria
WWF	World Wildlife Fund – “Fundo Mundial para a Natureza”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
OBJETIVOS E REFERENCIAIS METODOLÓGICOS	27
 PARTE I – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, GESTÃO DE RESÍDUOS NA SOCIEDADE DA EXCLUSÃO SOCIAL E A BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS	
Capítulo 1 – Educação Ambiental no trabalho educativo com catadores de materiais recicláveis e a perspectiva de transformações	41
1.1. A problemática ambiental – referência para a práxis da educação ambiental	42
1.2. Institucionalização e fortalecimento da educação ambiental	47
1.3. Educação ambiental: diversidade de espaços	52
1.4. Diversidade de ações e concepções – educação ambiental para a transformação	56
1.5. Trabalho formativo com catadores e educação ambiental transformadora	69
 Capítulo 2 – O problema socioambiental dos resíduos sólidos e perspectivas para a coleta feita pelos catadores	 72
2.1. O problema social dos catadores – a exclusão social – condição de vida e de trabalho	73
2.2. A problemática de resíduos sólidos e a sustentabilidade.....	77
2.3. Coleta Seletiva no Brasil: alternativas de políticas públicas com inclusão dos catadores	81
2.3.1. Coleta Seletiva e o negócio da reciclagem	81
2.3.2. Grupos de Coleta Seletiva: a perspectiva da economia solidária	84
2.3.3. ... Resíduos sólidos e coleta seletiva: alguns desafios e soluções em cidades brasileiras.....	86
 PARTE II – PROCESSOS EDUCATIVOS VIVENCIADOS COM CATADORES	
Capítulo 1 – Do Pedra ao Fórum Recicla São Paulo – uma conexão difícil mas necessária	92
1.1 No cotidiano do grupo, as tensões são acumuladas	92
1.2 Caracterização do núcleo habitacional Pedra sobre Pedra	93
1.3 O projeto da Coleta Seletiva no Pedra sobre Pedra – penosa construção	96
1.4. O trabalho formativo com o Núcleo Habitacional – possibilidades e sonhos	99
1.5. O desenvolvimento dos trabalhos	101
1.5.1. Princípios gerais	101

1.5.2. Ações desenvolvidas com o grupo	102
2. Fórum Recicla São Paulo - Pesquisa Participante no FRSP	109
2.1. Dos grupos da cidade ao Fórum Recicla São Paulo: novas perspectivas, desafios e os avanços	109
2.2. Cada reunião, um espaço de troca e aprendizagem	110
2.3. Pesquisa Participante: reconhecendo parceiros, construindo a identidade	113
 Capítulo 2 – “Capacitação” para o Programa de Coleta Seletiva Solidária Prefeitura de São Paulo – 2003	123
2.1. O processo de formação para implantação das Centrais de Triagem	126
2.2. A estrutura geral da Capacitação	128
2.3. A formação na Pré-central Santo Amaro	130
2.4. Representação social de <i>Cooperativismo</i> e de <i>Catador</i>	132
2.5. Sistematização: Construção Coletiva durante o processo	146
2.6. Avaliação	156
 Capítulo 3 – Projeto Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva Brasil / Canadá	162
3.1. Ações previstas no projeto	164
3.2. Gestão	165
3.3. Atividades desenvolvidas e principais resultados	166
3.4. Grupos Focais: o processo de formação na visão dos sujeitos sociais	168
3.5. Grupo Focal com Formadores	170
3.6. Grupo Focal com Catadores	174
3.7. Transcrição dos diálogos	176
3.8. Análise do encontro do GF Catadores	193
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
 REFERÊNCIAS	216
 ANEXO I – Carta de Princípios - FRSP	227
ANEXO II – Equipe de Pesquisa FRSP	230
ANEXO III – Histórico Grupos Santo Amaro	231
ANEXO IV – Programa da Capacitação- 2003	234
ANEXO V – Princípios de Cooperativismo	236

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa trabalhos de formação de catadores(as) de materiais recicláveis, realizados coletivamente, na Região Metropolitana da Grande São Paulo, entre 1997 e 2008, com a finalidade de identificar elementos para subsidiar a construção participativa de soluções sustentáveis para a problemática socioambiental de resíduos sólidos nas áreas urbanas. Ao mesmo tempo, pretende-se entender os elementos de Educação Ambiental contidos na organização participativa de processos cooperativos de coleta seletiva e de construção de políticas públicas com inclusão de catadores.

A formação de catadores teve início em 1997, na Zona Sul de São Paulo, em decorrência de interações entre uma equipe do LAPECH-FEUSP que desenvolvia um curso de Estudos do Meio com professores da rede pública dessa região¹, técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da prefeitura de São Paulo e moradores.

Durante o curso, o grupo de professores esteve em contato com a associação de moradores do núcleo habitacional “Pedra sobre Pedra” (“Pedra”), próximo à represa Billings. Lá, os moradores já haviam feito mutirões de limpeza, nos quais foi coletada uma enorme quantidade de “lixo”, reconhecido pelos moradores como possível material a ser comercializado. A partir dessa possibilidade, a Associação de Moradores passou a fazer a coleta seletiva no bairro, passando de porta em porta, evitando que esses materiais fossem jogados indiscriminadamente no ambiente e fossem sujos e contaminados. O material resgatado no ambiente, durante o mutirão, não tinha quase valor nenhum de venda, pois estava sujo.

Vários moradores do núcleo habitacional Pedra sobre Pedra, à época, já tiravam seu sustento do que chamavam de “catação”. Era de se notar a criatividade das pessoas, em especial da Associação dos Moradores, nas soluções para realizar a coleta seletiva no bairro. Contudo, a prática era individual e fazer dela um processo coletivo e sistematizado era um desafio.

Técnicos da prefeitura e professores universitários que acompanharam os mutirões, o Estudo do Meio e outras ações locais continuaram a apoiar a mobilização dos catadores e a

¹ O Laboratório de Pesquisa em Ciências Humanas (LAPECH) da Faculdade de Educação da USP desenvolvia Estudos do Meio com coordenadores pedagógicos e professores da Rede Estadual de Ensino, dentro do Programa de Educação Continuada (PEC), vinculado à Secretaria do Estado da Educação de São Paulo.

construção de um projeto organizado e coletivo de coleta seletiva. Eram pessoas com diferentes formações e atuações profissionais, vinculadas a diversas instituições, porém, com o objetivo comum de melhorar a qualidade de vida desses catadores, os quais conseguiam melhorar, de fato, as condições ambientais dessa região de mananciais de São Paulo.

Desde 2000, tem havido interações dos grupos de catadores da cidade de São Paulo, e, com isso, criaram-se articulações entre novos apoiadores. A busca da melhoria das condições de vida e de trabalho dos catadores é articulada à procura por soluções para o complexo problema da destinação de Resíduos Sólidos (RS) com a inclusão de seu trabalho. Neste período foram criados diferentes espaços de aprendizagem incluindo a própria mobilização dos grupos para as lutas políticas e para a busca de soluções para os problemas.

Uma das dimensões da formação nesses espaços de aprendizagem é a da Educação Ambiental. A ação educativa contribui de forma direta para mudanças das condições concretas de vida desses catadores que sofrem intensa exclusão social e, embora realizem importante serviço “ambiental” de recolhimento e destinação de resíduos, sensibilizem a população e diminuam a quantidade de materiais encaminhados para o aterro, nem eles nem a sociedade têm clareza sobre essa atuação. Mas é preciso esclarecer como a EA, se apresenta no trabalho com essa problemática.

Fazer formação com catadores significa atuar no cenário da luta ferrenha de pessoas completamente excluídas, sem os direitos mais elementares que qualquer cidadão deveria ter. A luta pela sobrevivência, nessas condições, é um ato de bravura. Infelizmente, essa situação é bastante freqüente, pois inúmeras famílias sobrevivem desta forma em São Paulo, em outras cidades brasileiras e do mundo, regidos pelas mesmas relações sociais, as mesmas regras de consumo e de mercado, do modo de produção capitalista.

O enfrentamento dessa condição de vida é possível, na medida em que exista mobilização e organização para ações coletivas. Isolados, pulverizados, anulados pela sociedade de consumo, só resta sujeição. Mesmo com muita organização, o embate com essas forças e interesses de outras camadas sociais de maior poder aquisitivo, proprietários dos meios de produção, torna-se muito difícil.

Ao longo dos últimos 9 anos, vários grupos de pessoas têm se envolvido com essa problemática, com as mesmas diretrizes da construção da autonomia, fortalecimento da identidade de catadores e de lutar por políticas públicas participativas nas quais seja valorizado seu trabalho.

Na construção de saídas para os problemas, foram vivenciados vários processos entendidos como educativos e mais especificamente de educação popular e de pesquisa, direcionados para essa problemática socioambiental.

As ações educativas no “Pedra”, as primeiras analisadas nesta tese, incluíram reuniões, articulações, nos bairros e fora dos bairros, para solucionar os problemas locais do projeto de coleta seletiva: conseguir terrenos para instalação de galpões; gravar um CD de músicas de um cantor e compositor do núcleo habitacional para obter fundos para o projeto de coleta; conseguir um meio de transportar os materiais e aumentar os ganhos com a venda dos materiais.

Com a intenção de fortalecer essa população, foi feita a articulação dos grupos da Região Metropolitana de São Paulo e, na primeira grande reunião, em 2000, formou-se o Fórum Recicla São Paulo (FRSP), congregando os grupos dessa região.

Em 2001, numa pesquisa participante com o FRSP, foram caracterizados esses grupos. O reconhecimento dos grupos, das pessoas e das condições de vida e trabalho, comuns à maioria deles, contribuiu para fortalecer o FRSP dando visibilidade a essa atividade.

Esse levantamento trouxe surpresas: sobre a quantidade de pessoas, mas, principalmente, sobre a quantidade de materiais coletados por eles, sem apoio do poder público e, ao mesmo tempo, sendo devorados pelas regras do mercado.

A pesquisa foi significativa para a construção de identidade e para a consolidação do Fórum Recicla como movimento social de catadores. Nesta tese, as experiências do “**Pedra**” e a do **FRSP** foram analisados num mesmo capítulo pois o acompanhamento do Pedra, após a constituição do FRSP, se deu no interior desse movimento de catadores. No FRSP este trabalho de doutorado abordou com maior profundidade a **Pesquisa Participante**.

Outro trabalho formativo com catadores analisado foi a “Capacitação” em 2003, no qual o FRSP teve participação direta. Foi um trabalho educativo para a implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária (PCSS), da Prefeitura de São Paulo.

No início do governo da Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo, em 2001, o Fórum e outros três movimentos vinculados à coleta seletiva e aos catadores, na cidade² reivindicaram do poder municipal o cumprimento do compromisso de campanha eleitoral de

² Fórum Estadual Lixo e Cidadania (vinculado a movimento nacional); Comitê Metropolitano dos Catadores (vinculado ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) e Fórum Zona Leste Faz (vinculado ao Movimento da Zona Leste).

implantar a Coleta Seletiva com inclusão social. Depois de várias discussões foi desencadeada a construção compartilhada do Programa (PCSS) e a implantação deu-se em 2003.

O PCSS tinha como objetivo a inclusão dos catadores no sistema de coleta da cidade de São Paulo; sua participação na gestão do Programa e a consolidação da autogestão das cooperativas nas Centrais de Triagem.

O Programa tinha três importantes dimensões: a inclusão social e a recuperação de materiais recicláveis, com geração de trabalho; a implantação de um sistema de coleta para a destinação sustentável de RS e a Educação Ambiental para a sensibilização dos catadores e da população em geral em relação à problemática dos resíduos e para a participação da coleta seletiva da cidade.

A ação educativa visava apoiar a implantação das primeiras quatro Centrais de Triagem. Essa ação, denominada “capacitação” pela prefeitura, implicava a formalização das cooperativas e o fortalecimento dos catadores, para que, em processo cooperativo assumissem o trabalho e a gestão dessas centrais. Neste texto, o termo “capacitação” tem o significado de ação educativa em que se valoriza os saberes, as competências e capacidades construídos empiricamente pelos catadores.³

Para os catadores, o trabalho na Central significava passar a trabalhar num coletivo, com divisão de tarefas, horários, entre outras regras de interação. Os objetivos da autogestão e do processo cooperativo eram ainda mais desafiadores, por requererem a superação das relações empresariais de trabalho.

A passagem da prática individual para a cooperativa solidária era fundamental e implicava mudanças de valores, de atitudes, de visão de mundo refletidos no cotidiano, nas relações interpessoais e de trabalho. Antes de os catadores se organizarem, o trabalho era individual o que na maioria das vezes, reforçava o individualismo e a competição, na busca pela sobrevivência dentro das regras selvagens desse mercado.

Outro processo educativo analisado ocorreu no projeto “Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos” (**Projeto Coleta Seletiva Brasil Canadá**).

O projeto, elaborado por universitários, catadores e representantes de prefeituras, foi aprovado pelo “Programa Parcerias Universitárias de Cooperação e Desenvolvimento”

³ “Capacitação” é um termo polêmico, pois pode gerar o entendimento equivocado de que quando os catadores chegam para a formação, não trazem capacidade consigo, mas teriam suas capacidades desenvolvidas somente durante esse trabalho educativo.

(University Partnerships in Cooperation and Development - UPCD Program), da “Canadian International Development Agency” (CIDA), no início de 2005.

Entre 2005 e 2007 foi desenvolvido, por convênio entre a University of Victoria (UVic) (Victoria-BC, Canadá) e o Centro Universitário da Fundação Santo André (FSA), tendo como parceiros principais a ONG Rede Mulher de Educação (RME) e o Fórum Recicla São Paulo (FRSP). A partir de 2008 foi assinado novo convenio entre a UVic, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (FAFE), mantendo-se as parcerias com a RME e o FRSP.

Participaram do projeto prefeituras cujos programas de coleta seletiva incluiu os catadores. São prefeituras de cidades do ABCD na RMSP e catadores desses municípios e de algumas regiões da cidade de São Paulo.

O grande objetivo foi criar soluções alternativas, social e ambientalmente sustentáveis relativamente à problemática de RS, em grandes aglomerados urbanos. O projeto visa a melhoria da qualidade de vida e de trabalho de catadores(as) e a ampliação da quantidade de resíduos encaminhadas para a reciclagem, por meio do trabalho desses sujeitos sociais que realizam a coleta desses materiais.

As saídas para essa problemática social e ambiental objetivam ser duradouras por meio da construção de políticas públicas com esse foco e um dos componentes fundamentais dessas políticas públicas são os processos de formação de catadores.

O projeto visa contribuir para a estruturação da gestão pública de RS, de acordo com um novo paradigma: o de atender ao interesse das maiorias, promovendo a inclusão social. Este não é só um problema brasileiro, pois em muitas áreas urbanas no mundo é marcante a presença de catadores, em função da crise deste modo de produção capitalista, que gera desigualdades, desemprego, concentração de renda, competição e enorme exclusão social.

Há várias tentativas de formulação e implementação de políticas públicas de RS no Brasil, com inclusão de catadores. Este é um processo inovador, ainda em construção. Ainda há desafios a superar do ponto de vista da limpeza urbana, da inclusão social, da organização do trabalho coletivo, da autogestão, de desenvolvimento do potencial de EA pelos catadores e de sua participação na gestão ambiental. Por isso, é preciso fortalecer os catadores para a participação ativa nessa transformação.

Pensando em identificar elementos importantes na formação de catadores para subsidiar a construção de soluções sustentáveis para esse problema socioambiental nas

cidades e, ao mesmo tempo, contribuir com a reflexão sobre alternativas de EA, foi feita a análise desses processos formativos vivenciados na Região Metropolitana de São Paulo. Dessa forma foi possível identificar as características gerais e levantar aspectos significativos dessas ações educativas voltadas para a autonomia dos catadores, para a consolidação da autogestão e para a participação na gestão desse problema socioambiental.

Este trabalho justifica-se pelo grande contingente de trabalhadores neste setor e pelas péssimas condições de vida, de trabalho e discriminação social a que estão submetidos.

Atualmente, há aproximadamente 200 000 (duzentos mil) catadores no Brasil (UNIVERSIDADE, 2006), vivendo e trabalhando em condições bastante precárias e indignas. Nas ruas de cidades grandes como São Paulo há famílias inteiras de catadores separando materiais em praças, terrenos baldios e viadutos, que se transformam em moradia para algumas delas.

A grande maioria não consegue suprir necessidades básicas como comer e se abrigar. A condição de vida, fruto das relações socioeconômicas, reflete ainda a discriminação. Sua presença, quando é notada, é fator de “incômodo”, seja na escola, na farmácia, no bar e nas ruas da cidade. Essa extrema exclusão impede a superação dessa condição e sua inserção no mercado de trabalho.

A vida dos catadores é a imagem e a expressão concreta e material da desigualdade social e das injustiças geradas no atual modo de produção. No entanto, são eles os responsáveis por parte da limpeza da cidade e manutenção do processo industrial da reciclagem, trazendo vantagens econômicas para estes setores e para a sociedade de forma geral. Eles são responsáveis pela destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados por aqueles que podem consumir. Ocupam a última posição nessa cadeia produtiva e nem a sociedade civil, nem a maioria dos governos têm clareza sobre esse papel frente que eles cumprem efetivamente a esse problema socioambiental.

O problema dos RS tem se agravado, em função do ritmo do consumo, inerente ao modo de produção capitalista que se apóia na intensidade de consumo para garantir sua reprodução e continuidade. O aumento do consumo gera mais resíduos e sua destinação, principalmente nas grandes concentrações urbanas, tem sido cada vez mais difícil e cara. A reciclagem é uma das medidas importantes a ser adotada, diante desse problema. Ela é um dos componentes das políticas de destinação sustentável de RS.

A sustentabilidade, no entanto, implica ir além da superação técnica dos problemas ambientais, e, no nosso caso, ela exige uma reflexão da complexidade socioambiental na qual se insere a problemática de resíduos. É preciso rever inclusive o conceito de sustentabilidade.

A sustentabilidade é um termo polissêmico, cujos significados dependem da perspectiva política e histórica com relação ao futuro da humanidade. Sustentabilidade é definida como uma condição do que é sustentável; suportável e pode permanecer por um período indefinido. Ela carrega a idéia básica de um “futuro viável” para a humanidade, no campo da relação entre sociedade e natureza. Na história, associa-se a práticas diferentes e a interesses específicos de determinados setores da sociedade, com aspirações diferenciadas de futuro e, dependendo do grupamento social, a visões antagônicas. (LEFF, 2001; BRUSEKE, 1995; SACHS, 1986 apud LIMA, 2003)

Esse termo exige refletir sobre os paradigmas civilizatórios, a utopia de futuro da humanidade, as relações sociais e as condições de vida e de equidade que se deseja para o futuro. Portanto, a sustentabilidade pressupõe a reflexão e a construção de ações de educação ambiental que tratem de forma articulada as questões físicas, os embates políticos, sociais e a busca de alternativas econômicas visando à equidade social e, ao mesmo tempo, seja viável, assegurando a subsistência humana sem esgotamento dos recursos do meio ambiente.

A reciclagem requer a coleta seletiva de materiais e várias prefeituras no Brasil têm construído seus programas de coleta com inclusão dos catadores. Essa iniciativa, dentro das políticas públicas de RS, é um avanço em direção à sustentabilidade por ampliar a reciclagem, gerar ocupação e renda, e promover maior inclusão e equidade social. Mas a inclusão que se pretende é aquela que vai além da acessibilidade aos bens, da inclusão do ponto de vista econômico, que torna os catadores novos consumidores.

É preciso refletir sobre os objetivos mais gerais dos processos educativos, neste contexto inovador de inclusão dos catadores nos Programas municipais e verificar de que forma eles podem contribuir para a ampliação da dignidade humana e da cidadania.

O cenário político no Brasil tem se alterado nestas duas últimas décadas e nos últimos anos alguns governos tem mostrado preocupação com as classes trabalhadoras. Na última década se intensificou a construção dessas políticas públicas de RS. Muitos conflitos e desafios emergem no interior do movimento social de catadores, no fortalecimento de redes de grupos e cooperativas, assim como nas relações com os governos para a implantação e manutenção dos programas municipais de coleta com esses trabalhadores.

As ações educativas acontecem de forma imbricada nesse conjunto de desafios e no trabalho concreto da coleta de materiais. Elas são necessárias do ponto de vista da gestão pública, mas também dos catadores, na perspectiva de seu fortalecimento, enquanto “sujeito social”. Sua atuação coletiva permite construir relações sociais mais justas e sustentáveis.

É necessária uma análise mais profunda dos processos de formação, tendo em vista reconhecer saídas para a consolidação das cooperativas de catadores e também para a estruturação e implantação de políticas públicas de RS, de forma participativa e com inclusão desses trabalhadores no sistema público de coleta seletiva. Por isso, é fundamental saber se, na visão dos catadores, os processos de formação têm contribuído para a melhoria de vida e identificar que características do processo de formação são fundamentais para a construção de sua autonomia, de tal forma a garantir sua participação no processo histórico em busca de saídas para esse problema socioambiental.

Essas ações de formação podem ser compreendidas como espaço de Educação Ambiental, pelo vínculo direto com a problemática dos resíduos e por seu potencial de promover mudança de valores como os relativos ao fortalecimento da cooperação, da emancipação humana, voltado para autonomia, para a autogestão e para a participação nos processos de gestão das questões socioambientais. A mobilização política dos catadores, enquanto grupo social está intrinsecamente vinculada a uma alternativa sustentável de destinação de resíduos.

Outro aspecto importante é a atuação dos catadores na sociedade como “agentes ambientais locais” que muitos catadores acabam cumprindo, pela relação que estabelecem com os moradores dos bairros onde fazem a coleta.

“Pensar e fazer” Educação Ambiental hoje é englobar no conjunto de objetivos a garantia de processos de produção ecologicamente sustentáveis, assim como a contribuição para a construção de relações sociais mais justas, igualitárias e saudáveis, que permitam o desenvolvimento de novos valores, incluindo o consumo responsável e sustentável, que é fundamental para a mitigação dos problemas dos RS.

O “lixo” é um dos temas constantemente tratados em projetos de educação ambiental. Ele é emblemático, pois faz parte do cotidiano e é frequentemente percebido como degradação ambiental por moradores das cidades. Porém, em geral, esse tema tem sido abordado do ponto de vista técnico, em suas características químicas, físicas, e aspectos geográficos entre outros. Na Educação Ambiental esse problema tem sido tratado de forma

superficial, muitas vezes se reduzindo à confecção de objetos supostamente artísticos com garrafas Pet e outros materiais recicláveis. Esse tipo de atividade é positivo por aproximar as pessoas desses materiais que antes eram considerados como rejeitos humanos que deveriam “ir para algum lugar bem longe”. Porém, isso não mostra nada da complexidade do problema do “lixo” do ponto de vista econômico, político, social, físico e cultural fomentando a idéia de que a solução para isto seria a utilização de materiais recicláveis na montagem desses objetos.

Outra abordagem complicada e reducionista foi evidenciada nas escolas públicas na década de 90 quando crianças e pais eram estimulados a encaminhar latinhas de bebidas para a escola e a quantia auferida trocada por computadores (campanha da Latasa). É reducionista porque acaba exacerbando o consumismo sem esclarecimento das relações econômicas em jogo e nem mesmo os sujeitos sociais e as relações engendradas nessa ação.

Esses exemplos, entre outros que seguem um rumo semelhante na educação ambiental com essa temática carecem de uma análise mais aprofundada sobre o contexto histórico do problema dos RS. A problemática socioambiental atual exige a abordagem em todas as dimensões: das políticas públicas, dos sujeitos sociais, das relações sociais e das lutas políticas, do quanto essa temática está relacionada com as camadas mais pobres da sociedade, independentemente de onde esteja ocorrendo essa ação educativa.

Um espaço privilegiado de educação ambiental com essa população é a estruturação da coleta seletiva enquanto alternativa de economia solidária para a sobrevivência, com a preocupação da sustentabilidade ecológica e de solucionar, por meio da gestão participativa os problemas ambientais locais.

Diante da importância de criar elementos para subsidiar a construção de soluções participativas e sustentáveis para a problemática socioambiental de RS, e levantar alternativas para a própria prática da educação ambiental, foram analisadas experiências desse tipo de ação educativa. Os processos formativos analisados foram vivenciados no “Pedra”, incorporado posteriormente no movimento social de catadores Fórum Recicla São Paulo; na “Capacitação” para implantação das quatro primeiras Centrais de Triagem do PCSS de São Paulo e no Projeto de Coleta Seletiva Brasil/Canadá.

Dos três processos educativos⁴ analisados destacamos os momentos e as atividades marcantes assim como os procedimentos e princípios metodológicos norteadores dessas ações

⁴ 1. “Pedra” e Pesquisa Participativa e identidade no FRSP; 2. “Capacitação” para implantação das 4 primeiras centrais de triagem do PCSS de São Paulo (2003); 3. As ações desenvolvidas no projeto de Coleta Seletiva Brasil/Canadá

educativas. Foram estudados e objetos de reflexão os materiais produzidos e os diferentes registros desses processos (relatórios, fotos, filmagens, mapas etc.); assim como os Encontros de Grupos Focais com formadores e com catadores que vivenciaram a formação desde 2000 e continuaram a participar do Projeto de Coleta Seletiva BR CA.

As ações educativas foram desenvolvidas de forma intimamente vinculadas às condições concretas de trabalho, às relações entre diferentes sujeitos sociais e à gestão ambiental. As necessidades oriundas deste contexto se constituíram nos conteúdos, orientaram os objetivos político pedagógicos e as opções metodológicas.

No sentido de entender melhor o contexto social, econômico e ambiental das ações educativas, este trabalho apresenta, numa primeira parte (Parte I), questões centrais da educação ambiental, apontando esforços institucionais para sua consolidação e, no conjunto de discussões sobre esse “fazer educativo”, voltado para a solução de problemas nos âmbitos físico e social, aqueles aspectos fundamentais para a análise desta pesquisa.

Ainda na Parte I, foram apresentados referenciais sobre a problemática ambiental atual e, especificamente sobre a questão dos RS, as alternativas de gestão pública e das condições de vida dos catadores.

A Parte II foi dedicada à análise dos três processos educativos com catadores.

OBJETIVOS E REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

Levando-se em conta a condição de vida de catadores de materiais recicláveis, a expansão da formalização de programas públicos de coleta seletiva com sua inclusão e a importância dos processos de formação dos catadores, pressupõe-se que a construção de saberes e valores podem ser simultâneos. Nesses trabalhos, entendidos como educação ambiental, se fortalecem a autonomia (individual e de grupo) e são desencadeadas ações para a construção de soluções ao problema ambiental dos resíduos.

O objetivo deste trabalho é analisar processos de formação de catadores na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), tendo em vista identificar sua contribuição para: a consolidação da coleta seletiva de resíduos; a construção da autonomia e da identidade dos catadores enquanto categoria e para sua mobilização em busca de soluções dos problemas ambientais associados ao trabalho da coleta.

São objetivos específicos:

1. Caracterizar os principais problemas do cotidiano dos catadores e o contexto econômico, social e cultural no qual eles estão imersos;
2. Identificar os vínculos da coleta seletiva com a complexidade da problemática ambiental;
3. Reconhecer as principais características desse “fazer” pedagógico enquanto Educação Ambiental;
4. Identificar elementos metodológicos marcantes nesses processos educativos;
5. Identificar avanços e dificuldades dos catadores, nos processos educativos já realizados.

A análise do trabalho educativo com catadores requer a compreensão do universo das situações concretas de sua vida e de seu trabalho. Requer também o entendimento sobre os horizontes para possíveis transformações dessas condições (Parte I desta tese), nos quais se inclui o compromisso do poder público com a implantação de coleta seletiva, com a participação dos catadores.

Por isso, foi feito um levantamento expedito, na literatura, nas produções acadêmicas e documentos oficiais, desse universo da coleta seletiva e das condições gerais de vida e de trabalho dos catadores, para a compreensão do contexto em que se realizaram esses trabalhos educativos, considerados aqui como de Educação Ambiental.

No sentido de aclarar o contexto do debate atual sobre Educação Ambiental, foram levantados aspectos fundamentais desse debate, em diferentes fontes bibliográficas e da mídia eletrônica. Foram discutidos, ainda, com base nessas fontes, conceitos-chave vinculados a uma determinada forma de entender a educação popular, que são referências para compreensão dos trabalhos desenvolvidos com catadores.

Processos educativos analisados e respectivas fontes de análise:

Os processos estudados nesta tese foram desenvolvidos na Região Metropolitana de São Paulo (ver indicação no Mapa nº 1), entre 1998 e 2007. De todos os trabalhos desenvolvidos com catadores, neste período, foram analisados aqueles indicados a seguir.

Para cada uma dessas experiências foi apresentada a estrutura geral e, em seguida, foi feita a análise de momentos mais representativos do processo como um todo e aqueles que permitem reconhecer a intensidade de envolvimento e participação de catadores, assim como sua visão sobre a própria formação. Foram ressaltados aspectos que permitam entender melhor este processo, colocado, nesta tese, como trabalho educativo, no sentido de ser um espaço de aprendizagem e ensino. A análise será iniciada por “Pedra sobre Pedra” e o “Fórum Recicla São Paulo”.

Mapa 1 – Localização das áreas onde ocorreram os processos educativos, na Região Metropolitana de São Paulo

Fonte: Adaptado de São Paulo, 2009

1. Pedra sobre Pedra e Fórum Recicla São Paulo

Em primeiro lugar, foi feita uma apresentação geral do trabalho de apoio a um grupo de coleta da periferia de São Paulo (Zona Sul da cidade), no Núcleo Habitacional Pedra sobre Pedra (“Pedra sobre Pedra” ou “Pedra”) e uma discussão de momentos marcantes desse processo. A reflexão sobre esse trabalho é, antes de tudo, uma referência sobre os problemas mais comuns dos grupos de catadores da periferia e ajuda a explicitar aspectos educativos na vivência dos grupos isolados e na sua mobilização em redes, como o Fórum Recicla São Paulo (Fórum Recicla), movimento social de grupos de coleta seletiva na Grande São Paulo. O próprio “Pedra” foi um dos articuladores dos grupos para a consolidação do Fórum Recicla. Por esse motivo, a análise do Pedra não está separada da análise desse movimento social.

A análise dessas ações deu-se a partir da visita à memória das ações e da releitura dos registros realizados durante as reuniões do “Pedra sobre Pedra”. Foi possível resgatar parte da história e dos desafios enfrentados por esse grupo, a sistematização dos problemas vividos e tentativas coletivas para solucioná-los com apoio de pessoas “não moradoras” do núcleo habitacional e “não catadoras”.

Toda a articulação dos grupos para formar o Fórum Recicla foi muito rica, do ponto de vista da intensa vivência e da aprendizagem. Foi antes de tudo, uma articulação política, e, como afirma Wanderley, “*se a educação em geral tem sempre uma dimensão política, toda a atividade política apresenta uma dimensão educativa, explícita ou implicitamente*”. (WANDERLEY, 1980, p.63). Por isso, haveria muito para analisar, do ponto de vista educativo, desde sua constituição em 2000 até hoje.

O processo do Fórum Recicla pode ser compreendido ainda como “Pesquisa Participante” (ver **Referencial para análise**, a seguir), um processo de construção continuada e apropriação coletiva de conhecimentos.

Em função de destacar somente parte dos momentos marcantes desse processo, optou-se por analisar, no processo do Fórum Recicla, uma situação específica de pesquisa participante desenvolvida em 2001, que tinha como objetivo o reconhecimento da situação de seus grupos. Naquele momento, os dados contribuíram para o fortalecimento da identidade desses grupos, enquanto movimento social. As fontes utilizadas foram os documentos primários e outros registros, como atas das reuniões e esquemas/planos para o desenvolvimento da pesquisa.

2. Capacitação 2003 – Programa de Coleta Seletiva Solidária de São Paulo

Foram analisadas quatro atividades desenvolvidas durante a formação (“Capacitação”, como foi denominada pela prefeitura municipal) realizada em 2003 com o grupo que iria assumir a gestão e o trabalho na Central de Triagem do Programa de Coleta Seletiva Solidária do município de São Paulo (PCSS-SP), em Santo Amaro.

Além dos materiais específicos de cada uma das quatro atividades indicadas a seguir, foram consultadas as atas das reuniões e o caderno de campo, que trouxeram informações importantes como fontes.

2.1. Representação social dos catadores do curso, sobre cooperativismo.

As fontes foram os documentos produzidos nos encontros de formação e dados coletados especificamente com uma técnica vinculada à Teoria do Núcleo Central (TNC) de Representação Social (ver **Referencial para análise** a seguir).

2.2. *Representação do grupo sobre “o que é ser catador”*, com dados levantados em um dos encontros.

2.3. *Trocas de experiências/vivências*: análise das atas e do caderno de campo, sobre o contato do grupo de Santo Amaro (São Paulo) com a cooperativa de São Carlos (SP) e com cooperativas de outras Centrais de Triagem do PCSS-SP.

2.4. *Avaliação da capacitação*: de dinâmicas desenvolvidas com a turma da Pré-Central Santo Amaro, e com representantes das 4 Centrais de Triagem (“Espaço Intercentrais”).

3. Projeto Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos ou, como é conhecido: Coleta Seletiva Brasil Canadá

O projeto foi iniciado em 2005 com previsão de término para 2011.

Em relação a este Projeto, serão analisados os resultados das dinâmicas de “Grupos Focais” desencadeadas especificamente nesta pesquisa, em dezembro de 2008. Foram feitos encontros com essa metodologia, com grupos de catadores e com o grupo de pessoas “apoiadoras” (Comitê Executivo do Projeto).

Em função da diversidade do trabalho nos três processos, há uma grande variedade de documentos de referência para análise. Além da memória e de registros escritos, tais como atas e anotações de caderno de campo, foram consultados materiais produzidos coletivamente durante os encontros de formação. Esses materiais incluem a produção dos encontros, que sistematizaram os processos vividos e apontaram encaminhamentos futuros. A maioria dessa produção dos encontros foi feita originalmente em forma de cartazes, escritos passo a passo, a partir do diálogo com os participantes do curso.

Outros registros como fotos e vídeos revelam vários aspectos desses processos educativos e foram também utilizados como subsídio complementar de análise.

Referencial para Análise

Neste trabalho, pretende-se fazer uma análise vinculada aos objetivos desses processos formativos que intencionavam possibilitar o acesso a diferentes leituras e relacionamentos com o mundo, e com a construção da autonomia do sujeito participante ativo do processo de produção e de socialização do conhecimento para a inserção dos catadores no processo da história, como sujeitos dessa história.

As interações que ocorrem na formação são mediadas por uma pluralidade de linguagens –verbais, imagéticas, míticas, mímicas, plásticas, musicais entre outras- e por inúmeros referenciais de leitura do mundo – o conhecimento sistematizado, o saber popular, o senso comum entre outros-. A compreensão dos processos formativos exige o entendimento dessas interações, no interior das quais, de acordo com Burnham,

os sujeitos, intersubjetivamente, constroem e reconstroem a si mesmos, o conhecimento já produzido e que produzem, as suas relações entre si e com a sua realidade, assim como, pela ação (tanto na dimensão do sujeito individual quanto social), transformam essa realidade num processo multiplamente cíclico que contém, em si próprio, tanto a face da continuidade quando a construção do novo. (BURNHAM, 1998, p. 37).

O estudo apresentado está vinculado aos objetivos mais gerais desse fazer educativo e exigiu a construção de uma rede de referenciais, a partir da qual foi possível analisar essas ações educativas segundo um *“compromisso com a sua [própria] transformação e com base na certeza de que como processo social, [essa formação] apresenta a possibilidade concreta de contribuir para a construção desse sujeito autônomo e de uma sociedade democrática.”* (BURNHAM, 1998 p. 38).

A compreensão do fenômeno educativo, das situações educativas, em sua complexidade, instituiu a necessidade de buscar referências em várias disciplinas que, na abordagem multirreferencial, não se reduzem umas às outras, mas sob o olhar dessas diferentes óticas, tornam mais legíveis tais fenômenos complexos. (ARDOINO, 1993 apud MARTINS, 1998)

Não se trata de conseguir uma síntese, mas de fazer uma análise, com múltiplos referenciais, que permita a inteligibilidade do fenômeno educativo em sua complexidade, em sua heterogeneidade e em suas contradições. Nem se trata, tampouco, de alcançar a verdade absoluta e atemporal sobre os fatos. Trata-se de entender que *“o conhecimento construído sob*

a perspectiva da análise multirreferencial é o resultado sempre inacabado de uma conjugação de disciplinas” (MARTINS, 1998, p. 30).

Assim como afirma Burnham, tratar a complexidade, nesses processos de formação exige lançar mão de outro estatuto de análise, diferente da análise cartesiana que implica a decomposição de um todo em suas partes elementares com vistas a uma síntese ulterior. Não significa descrever “o complexo” como um objeto simplificável, estático e individual. Análise, nesse trabalho significa, como colocado por Ardoino (apud BRUNHAM, p. 41), considerar o complexo como um processo, apreendê-lo globalmente através da familiarização, produzir sua explicitação, elucidação enquanto movimento dinâmico que se renova se recria, na multiplicidade de significados, na possibilidade de negação de si mesmo.

Para analisar as experiências, serão consideradas diferentes dimensões do processo educativo com os catadores, em seus aspectos qualitativos. Os dados quantitativos, quando apareceram, foram usados apenas como referência que permitiu a comparação. O objetivo não era a precisão quantitativa.

Há uma opção metodológica presente nesses 3 processos formativos com catadores, que é importante ressaltar, pois são referências também para a análise neste texto.

Os três processos estudados foram desenvolvidos anteriormente a esta tese, portanto, sem o objetivo inicial de desenvolver este trabalho acadêmico, mas de atuar direta e coletivamente, com os catadores, no sentido de transformar sua realidade de vida e mudar as opções de destinação de resíduos nos municípios. Ao longo do tempo, foram feitas observações e reflexões coletivas e, foi ficando cada vez mais evidente a necessidade de aprofundar a reflexão de diferentes aspectos e da sua sistematização.

A forma como foram sendo desencadeadas as ações e os princípios que as nortearam, estiveram sempre situados no campo da pesquisa participante e da pesquisa intervenção, modalidades de construção coletiva de “*conhecimento do mundo e das condições de vida das pessoas, grupos e classes populares*” (BRANDÃO, 1982, p.9).

Como afirma Brandão, essa construção de conhecimento se dá com uma relação entre o(s) sujeito(s) e os “objetos” de estudo diferente daquela usual na ciência que se pretende neutra. Implica uma nova relação entre os participantes da pesquisa, assim como um interesse destes e a realidade pesquisada.

Conhecimento coletivo, [é constituído] a partir de um trabalho, que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e

do poder, pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios. Um conhecimento que, saído da prática política que torna possível e proveitoso o compromisso de grupos populares com grupos de cientistas sociais, por exemplo, seja um instrumento a mais no reforço do poder do povo. Poder que se arma com a participação do intelectual (o cientista, o professor, o estudante, o agente da pastoral, o trabalhador social e outros profissionais militantes) comprometido(s) de algum modo com a causa popular. (BRANDÃO, 1982, p.9 e 10)

Era o compromisso com o projeto político das classes populares, entendido aqui como uma construção coletiva de processos e de conhecimentos para a superação da opressão das classes dominantes, que tem o poder hegemônico no modo de produção capitalista, que impulsionava as ações educativas. O objetivo mais amplo da transformação das relações sociais, não equitativas, que mantém os catadores à margem das condições necessárias à sobrevivência com dignidade era comum aos participantes do trabalho.

Nessa perspectiva, a opção metodológica tinha como princípio fundamental, independente da técnica de desenvolvimento de cada encontro, o respeito aos saberes dos participantes (catadores e outros sujeitos sociais), a construção de novos conhecimentos e sua sistematização para a apropriação coletiva e o protagonismo dos catadores ao longo dos encontros e eventos da formação.

Na dinâmica estabelecida com estes princípios, foram feitas observações ao longo das interações nesses trabalhos educativos com catadores, fundamentais para a análise realizada neste trabalho acadêmico. A um só tempo houve uma intensa participação no coletivo e a observação e reflexão continuada junto ao grupo de apoiadores acerca do processo que se vivia.

É possível dizer que houve uma observação participante e, até mesmo, como afirmou Cardoso, quando discutia a pesquisa antropológica e o intenso envolvimento do pesquisador com as ações desencadeadas pelo grupo estudado, uma *participação observante*. (CARDOSO, 1988 p.101).

Houve um amálgama entre a formação geral e a estruturação coletiva de ações para mudar mais a curto prazo as condições de vida e trabalho dos catadores, tendo como perspectiva de longo prazo as transformações das relações sociais.

É importante ressaltar uma vez mais uma questão central para o entendimento da Pesquisa Participante, intensamente debatida na década de 80, quando Brandão fez grande contribuição à prática e à reflexão sobre esse tipo de Pesquisa. Ainda é necessário retomá-la, enquanto referencial para o desenvolvimento de trabalhos educativos com as classes populares, enquanto conjunto de princípios que balizam essa prática educativa. Em muitos

projetos cujas pesquisas pretendem estudar a realidade, a expressão (aparentemente neutra) “objeto de pesquisa”, muitas vezes subordina a idéia e a intenção de que aqueles cuja “vida” e “realidade” afinal se “conhece”, sejam reconhecidos para serem *objetos* também da História. (BRANDÃO, 1982)

Esta ainda é uma questão recorrente nos trabalhos educativos e de pesquisas com as classes populares e sempre é alvo de questionamento dos cientistas/educadores mais críticos, pois essa questão acaba trazendo à tona princípios metodológicos. Do lado do mundo subalterno, *“mais do que categorias abstratas de ‘objetos’ surgem perguntas de pessoas reais, e que parecem descobrir por sua própria prática, que devem conquistar o poder de serem, afinal, o ‘sujeito’, tanto do ‘ato de conhecer’ de que têm sido o ‘objeto’, quanto do ‘trabalho de transformar’ o conhecimento e o mundo que os transformou em objetos.”*(Idem, Ibidem p.11). (grifos do autor)

Essa preocupação impõe a necessidade de um encaminhamento do trabalho educativo em que a todo o momento se conheça a própria realidade, se aproprie dela, que se aprenda e se escreva a sua história de classe. Assim, Brandão termina sua síntese sobre os aspectos fundamentais da pesquisa participante:

Aprender a reescrever a história através da *‘sua’⁵* história. Ter no *‘agente’* que pesquisa uma espécie de *‘gente’* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo e àqueles para quem a *‘pesquisa participante’* -onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes- pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular. (BRANDÃO, 1982, p. 11). (grifos do autor)

Ainda nessa concepção de pesquisa participante, os conhecimentos produzidos a partir das bases devem voltar a elas, acrescidos de novos dados e informações e devem servir diretamente a elas, para discussão dos problemas e para referenciar os projetos de ações. No caso dos processos de formação em estudo, esse retorno foi ocorrendo durante os próprios encontros, com conexão direta com as decisões coletivas de ações, por meio de sistematização (ver Parte I, Capítulo 1.)

⁵ Das classes populares.

Representação Social e Grupo focal

Das análises neste doutorado, é preciso ressaltar um referencial específico para análises realizadas em dois momentos da capacitação: a) um vinculado a Representação Social, com a utilização de técnicas específicas e b) o Grupo Focal, realizado com grupos no projeto de coleta seletiva Brasil-Canadá, em dezembro de 2008.

1) Representação Social

Em vários momentos da capacitação de 2003, foram realizadas dinâmicas para tratar de aspectos específicos que apareceram como demandas dos próprios encontros. Assim aconteceu com relação à necessidade de tratar a concepção que essa turma tem sobre “ser catador” outra, com relação ao cooperativismo. As Representações Sociais da turma apareceram de várias maneiras, nas falas, nos desenhos, nas atitudes durante encontros dos diferentes assuntos, sobre vários objetivos desses assuntos. Mas, com relação a alguns deles, fundamentais na formação, foram desenvolvidas atividades específicas de tratamento.

Nos dois casos - *autoconceito* dos catadores e ao *cooperativismo*- foram usadas técnicas estudadas na teoria das Representações Sociais, para levantar as representações da turma sobre esses dois conceitos. Esse levantamento permitiu a problematização desses temas e a introdução ao aprofundamento nos encontros posteriores.

Hoje, nesta pesquisa, examinando essas atividades, é possível enxergar com mais clareza o que essas pessoas pensavam, como explicavam, como esse conceito estava presente na vida cotidiana, ou seja, as representações sociais desse grupo.

Na representação social, de acordo com Moscovici, se incluem formas específicas de conhecimento prático, produzidas e mobilizadas na vida cotidiana. Dela fazem parte significados e conceitos, propostas e explicações que surgem na vida cotidiana, num processo de comunicação interpessoal (MOSCOVICI, 2003). A TRS busca compreender tanto as conexões, como a origem da construção do “senso comum”, que anteriormente a essa interpretação bastante trabalhada por Moscovici, era tida como um conjunto confuso e desarticulado de conhecimentos; como se tratasse de uma forma “pré lógica” de mentalidade. (NÓBREGA, 2003).

As Representações sociais incluem imagens e significados daquilo que nos cerca. A Teoria das Representações Sociais (RSs) intenciona tornar inteligível o fenômeno dessas

representações e “fornece o referencial interpretativo tanto para tornar as representações visíveis, como para torná-las inteligíveis como formas de prática social” (DUVEEN, 2003, p.28).

Moscovici identifica três dimensões que se revelam nas representações sociais: a informação, a atitude e o campo da representação ou imagem. (MOSCOVICI, 1978 apud NASCIMENTO-SCHULZE, 2000 p.70). Sá ressalta que a própria organização dos saberes faz parte da representação, que ligam “*um sujeito particular [a um] objeto concreto em uma situação sócio-histórico- e cultural determinada*” (SÁ, 1996 p.99).

As pesquisas das representações sociais tem se dado por meio de diversas técnicas de coleta e de tratamento de dados, orientados conforme a construção teórica, a conceituação adotada pelo pesquisador, o contexto da pesquisa e o grupo social cuja representação se quer estudar (idem ibidem).

Neste processo de “Capacitação-2003”, procurou-se como alternativa para fazer emergir significações sobre “cooperativa”, uma técnica vinculada à *Teoria do Núcleo Central*, segundo a qual é possível reconhecer os elementos centrais da representação social de determinado grupo, assim como os elementos periféricos mais próximos e os mais distantes desse núcleo central mais significativo para o grupo estudado.

Moliner considera que a “*teoria deve permitir a descrição de fenômenos que, sem ela, pareceriam incoerentes, incompreensíveis e imprevisíveis*”. É com essa finalidade que a “*teoria elabora conceitos que supõe darem conta de certos aspectos dos fenômenos que ela tenta esclarecer*” (1994a, apud SÁ, 1996 p.109). Nessa concepção do papel da teoria, Moliner aponta a pertinência da *Teoria do Núcleo Central* (TNC) nos estudos de campo, propondo uma abordagem descritiva e, ao mesmo tempo, explicativa da estrutura interna das representações sociais.

Na medida em que tratam das propriedades quantitativas indiretamente decorrentes das proposições da TNC, os levantamentos permitem apenas a formulação de hipóteses sobre a centralidade dos elementos da representação. (SÁ, 1996 p.115).

Um dos levantamentos efetuados foi baseado na proposta Pièrre Vergès (1992), com livre associação de atributos (evocação de palavras ou expressões) ao termo indutor *Cooperativa*, registrando-se a ordem em que aconteceram essas evocações. Essa proposta permite combinar a frequência e a ordem em que houve essas citações e, mais que isso,

permite identificar uma possível organização das categorias em torno dos elementos centrais (SÁ, 1996, p. 116).

A outra atividade vinculada à TRS foi realizada com evocação de palavras e/ou expressões vinculadas ao questionamento – “o que é catador?”.

2) Grupo focal – formadores e catadores

Além da avaliação dos materiais produzidos e da sistematização das observações ao longo dos trabalhos, foram realizados encontros, com a técnica “Grupo focal” com os formadores, e, posteriormente, com os catadores.

O objetivo principal desses grupos focais foi identificar, nesses coletivos, aspectos relevantes no processo educativo com catadores, assim como ratificar ou retificar as idéias centrais levantadas nas observações participantes e na análise de registros, do ponto de vista da percepção do grupo de formadores e do grupo de lideranças de catadores que participaram do(s) processos de formação.

A opção por reuniões em pequenos grupos para avaliar e identificar problemas e/ou aspectos de determinados processos (Grupo Focal), se deu em função delas proporcionarem uma interação, possibilitando a percepção de muitos aspectos sobre o trabalho com catadores, que poderiam não vir à tona, em entrevistas individuais.

Caplan (2008) avalia que, nessa técnica, a energia do grupo gera maior diversidade e profundidade de respostas, ou seja, um esforço combinado de pessoas que produz mais informações do que simplesmente o somatório das respostas individuais. Para esse autor, os grupos focais têm como “objetivo central identificar sentimentos, percepções, atitudes e idéias dos participantes a respeito de determinado assunto.”

De acordo com Cruz Neto essa técnica com grupos reduzidos de pessoas e debate focalizado em determinados temas possibilita a obtenção de informações de caráter qualitativo, em profundidade (Cruz Neto, 2002, p.3).

Essa técnica tem características muito importantes para a análise desses processos educativos. Para Cruz Neto et ali, Grupo Focal é definido como “uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como

objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico”. (Cruz Neto, 2002 p.5)

Essa técnica permite trabalhar com a reflexão expressa através da “fala” dos participantes, pois eles apresentam, simultaneamente, *“seus conceitos impressões e concepções sobre determinado tema. Em decorrência, as informações produzidas ou aprofundadas são de cunho essencialmente qualitativo.”* (idem, ibidem)

No debate, essa fala não é meramente descritiva ou expositiva; ela é uma “fala em debate”, e os pontos de vista são discutidos pelos participantes. Cruz Neto alerta que “se o pesquisador deseja conhecer as concepções de um participante sem a interferência dos outros, a técnica de Grupos Focais não é a mais adequada.”(idem ibidem p.5)

As questões levantadas são norteadoras do debate e devem ser capazes de instaurar e alimentar o debate entre os participantes, sem que com isso se pretenda chegar a um consenso. Algumas opiniões causam mais impacto e polêmica, provocando reações e idéias que ora convergem, ora divergem. (Cruz Neto et ali, 2002) O importante é que cada um possa apresentar suas concepções de maneira equânime, para que sejam discutidas e refinadas.

Neste trabalho, foram feitos encontros com dois grupos focais: um de apoiadores de grupos de coleta seletiva e, outro, com lideranças de catadores. Com o primeiro grupo foram realizadas duas reuniões e com o segundo apenas uma reunião.

O grupo de “apoiadores educadores” tem trabalhado junto desde a década de 90, com as ações de fortalecimento de grupos de catadores em São Paulo e, em 2000, apoiou a estruturação do Fórum Recicla, passando a se fortalecer também enquanto equipe de trabalho, e, por fim, enviaram a proposta do projeto de coleta seletiva Brasil Canadá, o que permitiu uma continuidade mais estreita a partir de 2004, quando foi estruturado o projeto. Esse grupo de formadores constitui, atualmente, o Comitê Executivo do Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá, que efetua a coordenação do projeto. O grupo focal dos “formadores” foi composto por pessoas que deram suporte ao trabalho. A discussão foi feita tendo como referência inicial um roteiro em que procurou-se abordar os objetivos da formação; o desenvolvimento da formação e os vínculos entre o fortalecimento do movimento social dos catadores a sustentabilidade socioambiental. O registro foi feito por meio de filmagem e gravação de voz.

O outro encontro de “Grupo focal” foi realizado com catadores que participaram do Pedra sobre Pedra ou do Fórum Recicla São Paulo ou da Capacitação em 2003 e todos, atualmente, fazem parte do Conselho Gestor do Projeto Brasil Canadá. São lideranças que

representam grupos de catadores de São Paulo e do ABCD (RMSP). Procurou-se abordar o significado dessas ações educativas para a vida e para as condições de trabalho desses catadores.

Na apresentação dos resultados dos grupos focais, estão indicados alguns conceitos e categorias subjacentes às discussões, que têm significado específico para cada um desses grupos focais.

No nosso caso, sendo os componentes dos grupos comprometidos com uma determinada posição relativamente à problemática socioambiental de RS e da coleta seletiva, a categoria “participante”, por exemplo, tem o significado de protagonismo, de “sujeito de ação” em instâncias decisórias nos processos coletivos. Ao longo das análises haverá explicitação de outras categorias e conceitos que adquirem significados específicos nesta pesquisa de doutorado.

PARTE I – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS NA SOCIEDADE DA EXCLUSÃO SOCIAL

Capítulo 1 - Educação Ambiental no trabalho educativo com catadores de materiais recicláveis e a perspectiva de transformações.

O trabalho de formação com catadores tem diferentes dimensões e pode ser compreendido de formas diferentes dependendo do referencial e das intencionalidades. Dentre elas, está a dimensão estreitamente vinculada à sustentabilidade social e ambiental. É um processo educativo, em geral, mas, pelo vínculo direto com a busca de soluções para o problema ambiental físico dos resíduos sólidos, e para a gestão ambiental, é possível entendê-lo enquanto um processo de Educação Ambiental.

Este trabalho pode contribuir para esse fazer educativo, tanto do ponto de vista da formação geral do catador, quanto do ponto de vista da construção coletiva de soluções alternativas para problemas ambientais atuais e para a gestão participativa voltada para a sustentabilidade.

A Educação Ambiental tem sido considerada ação fundamental para a mudança de comportamentos e envolvimento crítico e ativo com o contexto ambiental atual. Tem sido imprescindível para a participação das populações na gestão dos ambientes onde vivem, os quais “materializam” e refletem as interações que ocorrem no âmbito planetário, seja no sentido ambiental físico, seja nas interações sociais, políticas e econômicas.

As diretrizes e os possíveis papéis para a Educação Ambiental, citados acima são comuns em quase a totalidade de documentos elaborados para compor políticas públicas na busca de soluções para os problemas ambientais, nas variadas escalas e em diferentes espaços.

Até mesmo nas áreas rurais mais distantes dos centros urbanos, onde o local parece desarticulado do global, estão colocados os conflitos das relações econômicas que definem, por exemplo, linhas de financiamento para a agricultura, para escoamento da produção etc.. Essa atividade está mais vulnerável aos “jogos financeiros” do que às variáveis ambientais físicas, exceto nesses últimos anos com eventos ambientais muito agudos atribuídos por inúmeras fontes às alterações do clima do planeta. Até mesmo nesses espaços,

independentemente da cultura do local, penetram comportamentos, valores, e subjetividades vindos pelos meios de comunicação.

Nas áreas urbanas, particularmente, são intensos os problemas socioambientais. Desde o uso do solo, o transporte, a geração e destinação final de resíduos sólidos, o consumo de energia, a pobreza e exclusão social; os problemas são proporcionais à densidade populacional, à abrangência territorial e dependem dos jogos de interesses das diferentes camadas sociais, das opções políticas de governantes e da força dos movimentos sociais.

A participação e corresponsabilização relativa aos problemas socioambientais é uma das diretrizes reforçada em inúmeros encontros internacionais de Educação Ambiental. O debate sobre a ação educativa tem avançado e se reforça cada vez mais sua importância na busca da sustentabilidade socioambiental, ao mesmo tempo em que se constroem políticas e práticas diversificadas, dependendo do entendimento da problemática ambiental, da perspectiva de transformação humana e ainda do posicionamento político acerca desse fazer educativo.

1.1. A problemática ambiental –referência para a práxis da educação ambiental

A crise ambiental planetária de hoje exige mudanças profundas de posturas, de comportamentos, no nível pessoal e de relação das sociedades humanas com e na natureza. Requer um empenho especial na construção de outros saberes e de tecnologias alternativas para implementação de medidas práticas e concretas em todas as instâncias produtivas, que contemplem o não desperdício, a reposição de recursos naturais, a diminuição do consumo de energia e a preservação da biodiversidade.

Explicitar a lógica das relações concretas da sociedade ocidental e os paradigmas e valores subjacentes a essa lógica é fundamental para buscar respostas para a melhoria de qualidade de vida para todos e o acesso de todos às tecnologias mais avançadas, tendo como perspectiva a sustentabilidade ecológica e social.

Afinal, foram essas condições concretas, construídas desde o início do capitalismo, que engendraram uma determinada forma de relação com a natureza. Apesar das características específicas dessa relação, para cada agrupamento humano, do ponto de vista cultural, dos valores, do imaginário, das subjetividades, os modos particulares de vida têm

sido construídos na interação com um modelo de desenvolvimento hegemônico no mundo ocidental: um modelo de desenvolvimento dirigido para a obtenção de lucros crescentes, causando cada vez mais impactos no meio ambiente e a exploração desenfreada dos seres humanos por eles mesmos.

A relação com a natureza sempre existiu, em função da satisfação das necessidades, mas o que levou o mundo moderno até a crise ambiental atual foram as relações sociais associadas ao modo de produção capitalista, em que são criadas constantemente novas necessidades. Hoje é preciso perguntar o que é necessidade e o que foi criado não só para suprir a subsistência, do ponto de vista material e mesmo espiritual e subjetivo, mas para a reprodução do próprio modo de produção.

O sistema capitalista só consegue se reproduzir com intenso consumo, ou, consumismo, para garantir a continuidade da produção. Nele, a opção sempre é pelo modo mais barato de produzir seja na extração de recursos naturais, nas alternativas tecnológicas da industrialização, no transporte, na comercialização, no custo mínimo da força de trabalho, assim como na disposição final de rejeitos e resíduos sólidos. Paralelamente a estes fatores, o ritmo do consumo tem que ser compatível com o ritmo produtivo, sob pena das mercadorias não serem comercializadas, e, portanto, da diminuição do ritmo produtivo, gerando prejuízos. A opção na produção é sempre por alternativas cujo lucro seja maior e mais rápido. (LEFF, 2000).

Desde o início da modernidade, a construção desse novo modo de produção dependia intimamente da acumulação de capital, de novos conhecimentos e tecnologias. A humanidade conseguiu, então, resolver parte de suas misérias: melhorar as condições de saúde, de moradia, transporte, enfim da qualidade de vida, por meio do avanço de conhecimentos e das inovações tecnológicas. Porém, não conseguiu resolver as grandes disparidades sociais e iniquidades regionais, entre países ricos e pobres. Ao contrário, surgiram com a burguesia, classes sociais com interesses antagônicos e situações de vida completamente diferentes e, com a evolução dessas relações no interior do modo de produção capitalista, veio se agudizando a exclusão social, seja internamente nos países pobres de grandes parcelas da população, seja nas relações internacionais, em que populações inteiras acabam na mesma condição de exclusão, principalmente com a intensa globalização econômica e com o neoliberalismo.

No início da Idade Moderna, dois aspectos da construção da ciência moderna fundamentais para a organização do saber, intimamente vinculados às necessidades

produzidas historicamente: possibilidade humana de compreensão de tudo , organização de saberes em disciplinas, o que acabou constituindo uma nova necessidade: a de especialistas. A divisão das áreas de conhecimentos e de especialistas surgia juntamente com a nova organização do processo de trabalho. Já tinha tomado fôlego o racionalismo de Descartes (desde o século XVII), que passava às mãos dos humanos a decisão e competência para raciocinar e decidir sobre a realidade, se contrapondo ao domínio da igreja medieval, ainda no feudalismo. (LEFF, 2002; GONÇALVES, 1996).

Outro componente importante da construção da ciência, no sentido de compreender as questões socioambientais atuais, é a "materialidade" da natureza, o antropocentrismo, no sentido de destituir a natureza de "alma", o que permitiria ao homem, daí em diante, manipulá-la de forma mais intensa que nunca, como parte do empirismo que se consolidava. Seria possível, a partir daquele momento em que os métodos de construção de conhecimentos tornaram-se um objeto em si, centro de atenção dos pensadores e cientistas da modernidade, tudo entender e manipular, em função de si mesmo, no universo que, por sua vez, se mostrava cada vez mais amplo, a medida que se desenvolviam os próprios conhecimentos.

Isto era coerente também com a possibilidade de exploração do ser humano pelo próprio ser humano. A maneira de pensá-lo, daí em diante, estaria arraigada ao seu papel na produção, associado à competência técnica e à possibilidade da venda da força de trabalho.

O início da estruturação da ciência moderna significou um avanço revolucionário em relação ao poderio da igreja na Idade Média, no feudalismo, trazendo novas técnicas que, juntamente com as mudanças sociais, incrementavam o sistema produtivo, proporcionando o acúmulo de capital e o fortalecimento da burguesia.

Desde o século passado, porém, se estabeleceu um amplo debate, em que se questiona a crença na ciência como panacéia da humanidade, como forma exclusiva de obtenção de conhecimento significativo. São questionados os paradigmas da ciência moderna, a racionalidade cartesiana somada ao empirismo, colocando em cheque a pretensa neutralidade política da ciência.

As reflexões sobre conceitos de meio ambiente são acompanhados hoje, pela maioria dos autores, de questionamentos relativos ao fazer “científico moderno”, que carrega consigo o entendimento do ambiente como “objeto” de conhecimento a serviço do ser humano, numa espiral crescente de exploração, estreitando cada vez mais o elo entre conhecimento e poder. Leff sintetiza parte de sua reflexão sobre a racionalidade ocidental, ao reconceituar ambiente

como não sendo ecologia, mas a complexidade do mundo e da relação sociedade-natureza “por meio de um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento”. (LEFF, 2000 p.17).

O debate sobre a racionalidade científica e seu vínculo com as formas de produzir a subsistência humana e seu vínculo com o conceito de desenvolvimento tem se intensificado (LEFF, 2000; SANTOS, 1996; GONÇALVES, 1996; FERREIRA, 1998; CAVALCANTI, 1995 e outros).

Ainda na década de 70, Ignacy Sachs formulou princípios básicos para o que seria uma nova visão de desenvolvimento, que, junto com o documento anterior do Clube de Roma, publicado em 1972, com os documentos e eventos de âmbito internacional, têm colocado em cheque e aprofundado a compreensão da crise ambiental atual e “fermentado” novas formas de produção da sobrevivência humana no planeta (BRUSEKE, 1998).

A problemática atual da sobrevivência, com todas as desigualdades, evidencia os vínculos das pesquisas e de seus resultados, ao sistema produtivo, dominado por interesse dos grupos dominantes, evidencia também a fragilidade e os limites da "objetividade" científica que, durante muito tempo, era o lastro que validava conhecimentos, tomada como inquestionável. Hoje, essa mesma objetividade, que escamoteia a presença do sujeito histórico que construiu o conhecimento, assim como toda a trama política de validação dos conhecimentos.

Está em cheque a crença nas verdades universais que, por séculos, estiveram na base das ciências, e de sua supervalorização, como algo que paira acima dos homens, autônomo, que diz respeito a toda a humanidade e ao planeta, como se fosse desvinculado de interesse de classe, de raça, cor, religião ou qualquer outra forma que diferencie grupamentos humanos (LATOUR, 1998; LEFF, 2002).

A visão utilitária da ciência como instrumento de manipulação ilimitada da natureza está condenada. Ou seja, estão na pauta das mudanças os valores referentes às ciências, seus usos e suas implicações ambientais. A crise ambiental tem exigido esse questionamento.

Mudar profundamente o pensamento cujas raízes se encontram tão especialmente fincadas numa determinada organização de saberes, de papéis sociais e ainda dentro dos paradigmas da modernidade de relação sociedade/natureza, não parece ser tarefa tão fácil. Até porque, as relações sociais e econômicas concretas, vinculadas a um modo de produção

capitalista ainda prevalecem, apesar das várias iniciativas das lutas sociais para mudanças, a partir do séc. XIX, e, principalmente das idéias/proposições de Marx.

Leff (2000) discute que a percepção da crise ecológica foi configurando um conceito de ambiente de forma articulada ao desenvolvimento humano. Em outro momento, afirma que a problemática ambiental surgiu como *crise de civilização*, e esta coloca em evidência a falência de uma determinada racionalidade econômica e tecnológica dominantes, até esse momento, do ponto de vista dos problemas ambientais.

Ao afirmar que a crise ecológica exige rever o conceito de desenvolvimento humano, expande essa necessidade de revisão ao âmbito da produção de conhecimentos e de tecnologias. Isso fica claro quando ele se refere aos debates sobre desenvolvimento sustentável, que ocorreram nos encontros intergovernamentais a partir da década de 70. Ele afirma:

Es en ese momento cuando se señalan los límites de la racionalidad económica y los desafíos que genera la degradación ambiental al proyecto civilizatorio de la modernidad. La escasez, fundante de la teoría e práctica económica, se convirtió en una escasez global. Ésta ya no es resoluble mediante el progreso técnico, la sustitución de recursos escasos por otros más abundantes, o el aprovechamiento de espacios no saturados para la disposición de los desechos generados por el crecimiento desenfrenado de la producción. (LEFF, 2000 p.16)

O aprimoramento tecnológico, tomado como solução para a humanidade, a partir da modernidade, tem estado mais próximo das causas do que de soluções dos problemas ambientais. A questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de “pensar” e de “agir”, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens para suprir necessidades.

A crise civilizatória é resultado dos aspectos já discutidos e, ao mesmo tempo é também resultado e tem consequências nas diferentes dimensões humanas: desde as objetivas, do ponto de vista da materialidade, como do ponto de vista subjetivo. Em “O ponto de Mutação”, a complexidade e a abrangência da mudança necessária estão colocadas nos vários níveis de conhecimento e de outras dimensões humanas (no nível individual e social). Na verdade, ele aponta para a necessidade de mudança de paradigma. Na mesma obra, faz reflexão, com sensibilidade, sobre as bases da existência e da integração do pensamento e das ações humana. (CAPRA, 1992)

Os paradigmas da modernidade e, mais especificamente, da relação da sociedade com a natureza, com a mediação das ciências, e suas implicações do ponto de vista ontológico, estão sendo ampla e profundamente questionados.

Guatarri tem uma contribuição muito importante para o entendimento acerca das diferentes dimensões da problemática ambiental, de seu alcance do ponto de vista humano e da reflexão acerca de soluções. Para ele: “o que está colocado em questão, para a humanidade, é a maneira de viver daqui em diante sobre o planeta” (1997, pg. 8). Para ele, só uma articulação ético política daria conta de esclarecer e apontar saídas para essa problemática, que engloba três registros ecológicos: na relação da sociedade com a natureza (ameaça à biodiversidade, esgotamento de recursos naturais, fontes energéticas insustentáveis, aumento da temperatura global, poluição do ar entre outros), nas relações sociais e nas relações humanas do ponto de vista subjetivo e cultural. Para o autor, as relações que as pessoas constroem com o ambiente têm pelo menos três dimensões: cultural, social-histórica e psicológica.

Trata-se de uma crise de paradigmas da sociedade ocidental moderna, cujos pilares estão nas relações do modo de produção capitalista, das ideologias a ele inerentes, do imaginário e dos valores massificados e massificantes no nosso mundo “globalizado e globalizante” (BRASIL, 1998).

O comprometimento com futuro, ou seja, a sustentabilidade implica ações voltadas para sobrevivência humana e tem articulação com diferentes dimensões: desde o compromisso político econômico, até a dimensão subjetiva dos vínculos estabelecidos entre os próprios seres humanos, destes com o meio ambiente e a natureza, pelos recursos das ciências, de outros saberes e tecnologias. Nesse sentido é cada vez mais forte a convicção da necessidade da Educação Ambiental para a criação e efetivação de ações no sentido da sustentabilidade socioambiental.

1.2. Institucionalização e fortalecimento da educação ambiental

Entendendo que são necessárias mudanças sociais profundas diante da amplitude e complexidade da problemática socioambiental, é preciso compreender qual foi o percurso empreendido até aqui, em relação ao fortalecimento da EA, e, internacionalmente, a trajetória

de conjunção de esforços no sentido de fortalecimento da ação educativa para superação dos problemas ambientais atuais.

Em vários encontros internacionais foram definidos conceitos, princípios, diretrizes e cronogramas de ações para viabilizar a abordagem das questões ambientais e a valorização da vida e da sustentabilidade na prática educativa.

Na década de 60 já estava colocada a idéia de que a Educação Ambiental não deveria ser tratada como uma disciplina e o “ambiente” não deveria ser compreendido apenas como o entorno físico, mas deveria ser considerado em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos inter-relacionados. Estes eram considerados como centrais para os trabalhos educativos.

Esses conceitos ainda são centrais no debate e na busca de alternativas de ações educativas no âmbito internacional. A cada evento internacional, se evidencia com mais força a complexidade da problemática ambiental, assim como a importância de EA.

A educação passou a ser considerada como definitiva para a transformação das condições socioambientais, em 1972, na **Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**, em Estocolmo, quando teve início a elaboração do primeiro “Programa Internacional de Educação Ambiental” (PIEA), consolidado em 1975 pela Conferência de Belgrado (Carta de Belgrado, 2008; MEDINA, 2008; DIAS, 1993).

Concomitantemente, realizaram-se encontros em vários países, quando se formalizou uma rede internacional de informações sobre Educação Ambiental (DIAS, 1993, p.40). Em seguida, em outros encontros internacionais, se aprofundou o debate sobre a educação ambiental, tendo em vista a implantação do PIEA.

A Primeira Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental foi realizada, sob a organização da UNESCO⁶ em colaboração com PNUMA⁷, em Tbilisi (na CEI, Geórgia, 1977) conhecida como Conferência de Tbilisi.

Esse encontro foi o ponto culminante do debate do PIEA, pois foram feitas definições decisivas sobre a natureza, os objetivos, as estratégias, as características da EA, e sobre a necessidade de instituir programas nacionais e locais de EA, coerentes com o Programa Internacional. Das grandes orientações dessa Conferência, destaca-se a concepção de

⁶ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

⁷ PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – estabelecido em 1972, na conferência de Estocolmo.

Educação Ambiental que passa a ser considerada como “*uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade*” [nas soluções de problemas locais]. (PCN, 1998)

As orientações e princípios construídos nessa Conferência reforçaram a necessidade de considerar a problemática ambiental em seus aspectos naturais e sociais (econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral e estético).

Essas diretrizes ainda são validas e sempre são recolocadas nos encontros internacionais.⁸

Outra referência importante para a Educação Ambiental é a “Agenda 21”. A Agenda trata de compromissos assumidos pelos representantes dos governos dos países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio/92 ou Eco/92).

Levando em consideração os fundamentos e recomendações aprovados anteriormente, o Capítulo 36⁹ da Agenda 21 discute um conjunto de “Bases para a Ação”, “Objetivos”, “Atividades” e “Formas de Implementação” para o desenvolvimento de ações de conscientização em prol do desenvolvimento sustentável, organizadas em 3 programas, conforme o item 36.2: (a) Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável; (b) Aumento da consciência pública; (c) Promoção do treinamento. É reforçada a idéia do ensino como elemento fundamental para “conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável”, e também favorecer a participação pública efetiva nas tomadas de decisões (AGENDA 21, Bases para a Ação, item 36.3).

Ao tratar do programa (b) Aumento da consciência pública, afirma-se que

É necessário sensibilizar o público sobre os problemas de meio ambiente e desenvolvimento, fazê-lo participar de suas soluções e fomentar o senso de responsabilidade pessoal em relação ao meio ambiente e uma maior motivação e dedicação em relação ao desenvolvimento sustentável. (AGENDA 21, Bases para a Ação, item 36.8).

Paralelamente à reunião dos representantes dos governos, na Eco 92, entidades da sociedade civil realizaram o “Fórum Global” das “ONGs”, encontro de organizações de

⁸ Há inúmeras publicações e sites onde são encontradas as Recomendações aprovadas na Conferência de Tbilisi. Dentre elas: DIAS, 1993; RECOMENDAÇÕES, 2009.

⁹ Capítulo 36: “PROMOÇÃO DO ENSINO, DA CONSCIENTIZAÇÃO E DO TREINAMENTO”

diferentes países– entidades não governamentais, diferentes instituições e movimentos sociais. Neste evento foi elaborado outro documento em que foram ressaltados outros aspectos dessa ação educativa - o **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**.

Neste Tratado são expostos princípios, objetivos e estratégias também coerentes com aqueles aprovados anteriormente, mas reforça a importância da conscientização e da Educação Ambiental para todos os cidadãos comuns, independentemente de sua atuação (profissional, política etc.) e do grupamento social, explicitando a existência da desigualdade de condições de vida na sociedade.

Nesse documento, parte-se do conceito de que a Educação Ambiental “*afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica e estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas*”, além de considerá-la como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. (TRATADO, 1992).

O respeito à diversidade cultural, a não neutralidade política da Educação Ambiental (EA) foram evidenciadas ampliando, portanto, sua importância para a transformação social e o caráter plural para essa ação educativa. Estão discutidas as diversas escalas e perspectivas, como as individuais e coletivas, o respeito à comunidade local e os vínculos entre esta e a problemática planetária. Reforçando a amplitude dessa ação educativa e do envolvimento da comunicação na solução dos problemas.

No Brasil, houve várias ações no sentido da construção de políticas públicas e da institucionalização de Educação Ambiental. Os principais eventos e documentos desse percurso são:

- 1988 - arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente¹⁰;
- 1994 – Instituição do PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental;
- 1996 - LDB – Lei 9394/96 – no artigo 32, menciona a compreensão do Ambiente natural na formação básica do cidadão;

¹⁰ Ressalta-se que já tinha sido promulgada a Lei 6.938/81, da Política Nacional de Meio Ambiente. O CONAMA, componente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), instituído por essa lei, já tinha feito a Resolução 01/86, que marca fortemente o início de seu funcionamento.

- 1997/98/99 – Publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Parâmetros em Ação em que o “Meio Ambiente” é tratado como Tema Transversal (problemas sociais daquele momento);
- 1997/99 - Aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as Diretrizes Curriculares para cursos do ensino superior incorporando a necessidade da preservação do Meio Ambiente;
- 1999 - Promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999;
- 1999 - Instituição do ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, com reformulações significativas com relação ao PRONEA de 1994;
- 2002 – Regulamentação da Lei 9795/99, pelo Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002, regularizando a constituição do Conselho Gestor de Educação Ambiental, do qual participam representantes do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

De 2002 até 2008, foram construídas alternativas participativas de EA, pelo Ministério do Meio Ambiente, como parte da política pública desse Ministério. Foram realizadas Conferências Nacionais de Meio Ambiente, como iniciativa do Ministério, em parceria com a sociedade civil, com ONGs, representantes de movimentos sociais, e outras instituições. Nas conferências, houve um espaço bastante amplo de discussão e decisões sobre as perspectivas com relação à Educação Ambiental. O fato da discussão coletiva dos vários problemas do meio ambiente faz deste um espaço educativo e democrático.

Nesse período foram estruturados os “Coletivos Educadores”, na perspectiva do envolvimento das comunidades locais na problemática ambiental, se constituindo como espaço de construção de conhecimentos e de ações com interações de diferentes sujeitos sociais para, de forma democrática e participativa, buscar soluções em direção à sustentabilidade. (BRASIL, 2008a)

Em 2007, a Coordenação-Geral de Educação Ambiental – CGEA/SECAD/MEC, enquanto integrante do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, enviou a **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental** ao Conselho Nacional da Educação (CNE), no sentido de cumprimento legal da presença da EA em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme Lei da PNEA aprovada em 1999. (BRASIL, 2008b)

Houve outras iniciativas por parte do governo federal no sentido do fortalecimento de organizações da sociedade civil para o desenvolvimento da EA, como o fortalecimento de Redes de EA, “salas verdes”, incentivo à Pesquisa em Educação Ambiental, publicações que provocaram debates e enriqueceram esse fazer educativo (BRASIL, 2008a)

Enfim, nestes últimos anos houve iniciativas, no nível nacional, para a criação de políticas públicas valorizando novos espaços participativos de Educação Ambiental, centrada na “capilarização”, na construção de vínculos com outros movimentos sociais, horizontalização dos processos de decisão e dos debates e, portanto, de espaços mais democráticos de aprendizagem e de busca de soluções para os problemas ambientais.

É fato que nem sempre as decisões coletivas e participativas são encaminhadas em sua íntegra, mas isso sempre será palco de embates políticos, necessários para os avanços democráticos. Um dos exemplos recentes, no Estado de São Paulo, foi a aprovação da Lei nº 749/2007, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental. Segundo a Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA), que participou das discussões para sua estruturação, a publicação final não reflete várias idéias defendidas pela sociedade civil. (REDE, 2008b).

1.3 Educação Ambiental: diversidade de espaços

A definição de princípios, diretrizes e ações de EA, conforme já discutido, têm sido referências para essa atividade educativa, bastante diversificada na prática e nas reflexões, caracterizada por intensa dinâmica de interações, em diferentes experiências.

No Brasil o debate sobre a EA, tem se fortalecido em eventos, encontros, trabalhos vinculados a diferentes instituições da sociedade civil e movimentos sociais, cada vez mais atuantes. Eles têm se constituído num espaço bastante rico de troca de experiências, difusão de idéias, de práticas, de redefinição e/ou de reorientação de diretrizes e, ao mesmo tempo, de construção de posicionamento coletivo relativamente às questões socioambientais e à definição das políticas de Educação Ambiental.

A articulação em redes é um exemplo de espaço participativo em que tomam fôlego ações coletivas numa outra estrutura de poder: mais horizontalizada, democrática e

descentralizada. É uma forma de organização que vem crescendo e se tornando um espaço privilegiado de trocas de vivências, de reflexão e de mobilização para ações¹¹.

A maioria das redes de EA se propõe seguir princípios comuns e perseguir o objetivo geral da emancipação humana. Outra diretriz fundamental da maioria das redes é a não distinção entre os fins de uma política emancipatória e os meios de empreendê-la. O próprio desenho organizacional das Redes reflete essa diretriz. Elas propõem que indivíduos e instituições se organizem de forma igualitária e democrática, todos gerem, coletam e disponibilizam informações na Rede. (REDE, 2008b)

De acordo com a REPEA, os fundamentos mais importantes de uma rede são: a autonomia de seus membros; compartilhamento de valores e objetivos; a vontade de participar; a conectividade; a participação; o despojamento; a corresponsabilidade; a descentralização; os múltiplos níveis; o dinamismo; a flexibilidade; a confiança e a multiliderança. (Idem).

Todo esse percurso tem significado avanços na socialização de informações e ampliação do envolvimento de diferentes sujeitos com as questões ambientais. Formaram-se espaços diferenciados de EA na sociedade civil, impulsionados pelo crescente interesse e preocupação com relação a essa problemática assim como pelas políticas públicas construídas nos últimos anos no Brasil e no âmbito internacional. Ao mesmo tempo, esses espaços ampliam a participação nos debates e a criação de novas idéias e propostas de ação, promovendo mudanças nessas políticas para fortalecimento da Educação Ambiental.

A estrutura e a dinâmica dessas atividades educativas são próprias de cada organização. De fato os trabalhos da EA têm assumido diferentes perfis e identidades, na medida em que se constroem diferentes práticas embasadas em formas diversas de entendimento do Mundo e das questões ambientais. Nesses espaços (Redes, ONGs, associações, entre outros) o “fazer educativo” tem permitido o acompanhamento mais próximo do debate das grandes questões, das definições de políticas públicas e o envolvimento e desenvolvimento de ações vinculadas às relações concretas, para a gestão do ambiente.

¹¹ São exemplos dessas Redes: a Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA); a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA); a Rede Universitária de Pesquisa em Educação Ambiental (RUPEA); a Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASul); a Rede Brasileira de Agendas 21 locais, dentre várias outras; REJUMA (Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade).

Boa parte das pessoas (indivíduos e/ou representantes de instituições) que participam das redes iniciou o vínculo com esta problemática desde o Movimento Ambientalista, que se fortaleceu no Brasil a partir da década de 70 e mais fortemente ainda na década de 80, com a “abertura política”.

Enraizado no contexto da revolução cultural, com estreita relação com o comportamento cotidiano, da década de 60, esse movimento social surgiu de forma diferente em relação a outros movimentos, principalmente porque não é tão simples identificar seu foco de ação. No caso dos movimentos operários, por exemplo, eles se contrapõem aos patrões, aos proprietários dos meios de produção. No caso do movimento feminista, se opõe à opressão machista; no caso do movimento negro, se opõe à opressão do domínio dos brancos. São embates claros, com antagonismos evidentes.

No caso do movimento ambientalista (ecológico, na concepção de Gonçalves), nascido como movimento ecológico, os objetivos de luta são dispersos pelos mais variados setores da sociedade, implicando os diferentes aspectos da vida individual e coletiva (GONÇALVES, 1996).

Segundo Gonçalves, “não há, praticamente, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar.” (Idem p.12)

Ao longo dessas últimas quatro décadas, tem se fortalecido esse movimento, em meio à diversidade, mas com o fortalecimento de identidade em torno dos princípios gerais comuns. Como afirma Castells, a identidade se dá também pela resistência e luta. (CASTELLS, 2000). Aqui, é uma resistência à imposição de uma forma de vida, de consumo e da relação sociedade – natureza, ser humano – ser humano, principalmente pelos meios de comunicação, que, cada vez mais, têm se desvelado como não sustentável.

A organização em Redes tem favorecido a resistência à imposição de uma forma de vida explícita no cotidiano, como consumismo e outros comportamentos e, ao mesmo tempo, disseminado na sociedade civil a preocupação ambiental e a vontade de mudar o atual estado do Meio Ambiente e das relações sociais. O fato de compartilhar tem permitido a construção coletiva de ações em direção a essas mudanças.

Com relação à educação escolar, muitas vezes as diretrizes mais inovadoras da EA acabam “decodificadas” e incorporadas na mesma prática pedagógica com saberes ainda fragmentados, disciplinares e distantes da vida real. Ou seja, ao invés de trazer “novos ares”, novas alternativas, não raro a EA é “engolida e digerida” neste espaço, transformando-se em

um item a mais, a ser trabalhado dentro da mesma estrutura de conteúdos, das mesmas disciplinas, da mesma maneira de ver o mundo, ou seja, dos mesmos paradigmas.

Em trabalhos recentes, foi constatado em estudo de caso com professores da rede pública de ensino de São Paulo, que ainda prevalece uma visão “recursista”, ou seja, a idéia reducionista de que cuidar do Meio Ambiente é somente cuidar dos recursos naturais. Neste trabalho, ainda foi constatado que quando eram desenvolvidos projetos, eles eram predominantemente pontuais. Não se conseguia “transversalizar”, permear a prática pedagógica com essa temática e nem abordar a problemática ambiental no contexto histórico social. (BIGOTTO, 2008; SATO, 2004, CINQUETTI, 2002).

Os dados do censo escolar MEC/INEP de 2001 e 2004 mostram nitidamente um processo de inclusão da EA nas escolas brasileiras. Em 2001, 71,72 % informaram que ofereciam EA, enquanto que em 2004, essa quantidade aumentou para 94,95%. (BRASIL, 2008 b). Esse avanço é muito significativo para o período de 3 anos.

Os avanços são grandes, mas permanecem algumas dificuldades, arraigadas na estruturação disciplinar da escola, nas características pedagógicas mais tradicionais, que ainda persistem. Uma das mais importantes dificuldades é estabelecer os “nexos” entre essas diretrizes de EA e o trabalho nas escolas, onde os alunos muitas vezes não têm o que comer e nem onde morar. Na maioria das vezes, não se percebe que essa condição poderia ser exatamente o ponto de partida para um trabalho de EA, se considerarmos a EA como espaço de formação para a visão crítica e para a problematização do contexto socioambiental.

É nessa abordagem da problemática ambiental que muitos trabalhos relativos aos RS se reduzem à coleta de latinhas para troca por computadores. É também nesse enfoque que a problemática de RS é reduzida ao trabalho “artístico” com embalagens, sem o correspondente questionamento do consumo e do modo de produção que gera esse comportamento e essa quantidade de RS. Também não fica problematizada a destinação final.

A mudança da prática pedagógica tem demandado maior proximidade dos debates, acompanhamento e participação na definição de políticas públicas, e no desenvolvimento de ações vinculadas às relações sociais e econômicas concretas, para a gestão do ambiente. Várias dimensões têm sido discutidas no desenvolvimento diversificado dessas práticas, principalmente em função da necessidade de transformações de interações, nas várias dimensões humanas.

Santos (2000) chama a atenção para diferentes dimensões a serem consideradas na ação que ele designa como trabalho/militância e que podemos entender como uma forma de educação ambiental. Ele faz a seguinte provocação: “qual é a dimensão mais importante desse trabalho/militância: a “ambientalista”, a provocação para a construção coletiva de “saberes militantes”, a “feitizaria” de lidar com símbolos despertando potenciais adormecidos nas pessoas ou todas elas? Acreditamos que essas dimensões devem estar presentes enquanto preocupação no “fazer” da EA. Esses saberes e símbolos estão juntos desde a identificação de alternativas de trabalho mais apropriadas para a sustentabilidade baseada no empoderamento e na capacidade da ação local das comunidades (Wals, 2003).

1.4 Diversidade de ações e concepções – educação ambiental para a transformação

Neste texto, não é possível esgotar muitos aspectos das ações educativas que se inscrevem no campo da EA, de suas ligações com a história e com a construção da vida. Porém, é possível problematizar esse universo de ações e reflexões e “enxergar mais de perto” aquelas mais próximas da idéia de que é preciso lutar por transformações sociais e, concomitantemente, com mudanças na relação cultura natureza.

A maioria dessas ações educativas tem como objetivo central “contribuir para a conservação da biodiversidade, para a auto-realização individual e comunitária e para a autogestão política e econômica, através de processos educativos participativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida” (SORRENTINO 1998, p.30).

A Educação Ambiental é um espaço importante de participação na busca de mudanças na relação com a natureza, nas relações de produção da subsistência humana. Pode impulsionar debates, reflexões, construção de conhecimentos e transformar modos de convivência. Permite construir ações coletivas no nível local, com a participação na gestão ambiental, abrindo um universo de busca coletiva por transformações.

Há uma ampla variedade de tendências teórico-metodológicas de EA, sendo possível reconhecer duas grandes vertentes. Uma *convencional*, que inclui abordagens reducionistas do entendimento da relação cultura-natureza, pautada pelo paradigma analítico-linear, não dialético e dualista que separa sujeito e objeto e teoria e prática. Nesta vertente é possível reconhecer a separação entre a atividade econômica ou qualquer outra, da totalidade social;

sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito; razão e emoção, entre outras dicotomias.

A outra vertente engloba abordagens inseridas no campo libertário da educação ambiental (emancipatória, crítica, popular, ecopedagógica entre outras), que procura estimular o diálogo democrático, respeitoso e qualificado entre todos os educadores ambientais e questionam as abordagens comportamentalistas, reducionistas ou dualistas da relação sociedade-natureza. (LOUREIRO, 2004).

A diversidade da práxis (agir e pensar), mesmo somente nesse “grande bloco” é tanta quanto são variadas as tendências pedagógicas e do movimento ambientalista. Esse universo tem a natureza e o ambiente como categorias essenciais e identitárias. Objetivos, valores éticos, estilos de vida e racionalidades que permeiam a vida social constituem um território político no qual está engajada a maior parte das tendências desta vertente de educação ambiental.

É possível enxergar nesse conjunto, uma raiz comum, do ponto de vista pedagógico, que entende a educação como um elemento de transformação social. Na maioria dessas tendências, as *aspirações à cidadania se constituem na convergência entre reivindicações de condição de vida, lutas sociais e ambientais*. (CARVALHO, 2004 p.19). Segundo Carvalho, nas transformações que despontam dessa convergência, há uma ressignificação do cuidado com a natureza e, ao mesmo tempo, do outro humano, aparecendo novos valores éticos e políticos.

A educação ambiental crítica aparece, para Carvalho (2007), como ação emancipatória, no campo ambiental e social, na qual se afirma a ética ambiental como balizadora das decisões sociais e orientadora dos estilos de vida coletivos e individuais. Na prática educativa, se dá formação do sujeito humano, enquanto ser individual e social, historicamente situado.

O pensamento crítico da educação, embasado nos ideais democráticos e emancipatórios tem suas raízes na educação popular, cujo principal objetivo é a formação de sujeitos sociais autores de sua própria história. Esse conjunto de tendências de educação ambiental, que tem diferenças, mas guardam profunda identidade, tem em Paulo Freire, sua principal influência político- pedagógica. A educação ambiental acrescenta a especificidade de compreender as relações sociedade natureza, a intervir nos problemas ambientais e implica

trabalhar a subjetividade e a sensibilidade solidária com os meios social e ambiental. (LAYRARGUES, 2004).

Vários aspectos político-pedagógicos discutidos por Paulo Freire estão presentes nestas tendências da educação ambiental. A idéia de trabalhar em função da emancipação humana, de entender a pedagogia como prática da liberdade e da superação da opressão histórico-social, política e econômica, é central em seus trabalhos. Em função desse grande objetivo, a construção da autonomia é essencial no trabalho educativo, se partimos da necessidade dos educandos se tornarem sujeitos da e na história. (FREIRE, 1987 e 1997) Porém, essa autonomia é radicalmente oposta àquela de caráter neoliberal, embasada na competição e no individualismo; mas a consciência das relações históricas e da inserção individual e de grupo, nessas relações.

A história é considerada por Paulo Freire (1997), como tempo de possibilidades e não de determinismo. Uma idéia fundamental, mobilizadora e positiva, para a ação e reflexão para as transformações é a de que somos *seres humanos condicionados* pelo contexto social, cultural, condicionantes genéticos, entre outros, *mas não determinados... e que o futuro é problemático e não inexorável*, contrariamente ao ideário neoliberal, no qual os processos decorrentes das relações histórico sociais são “naturalizados” e, na maioria das vezes, “biologicizados”, sendo o futuro uma consequência “natural” da continuidade do que se tem hoje.

Resta dessa visão libertadora e transformadora da história, uma posição otimista, em função da possibilidade da construção de um novo futuro, da necessidade das utopias e sonhos, e de pensar as ações educativas voltadas para esta direção.

Nesse sentido, a construção e o respeito à autonomia do ser do educando são objetivo essencial no processo educativo, pois, ela permite a consciência de si (no plano individual e coletivo) na história, a visão crítica, a comparação, a avaliação e a tomada de decisões.

Essas referências essenciais na educação se concretizam nas atividades, nas interações, na convivência, enfim em todas as dimensões das ações educativas. Vários aspectos dessas ações são fundamentais nos processos educativos tratados nesta tese, e esta reflexão tem permeado a prática de educação ambiental, daqueles que a entendem como um processo de transformação.

Um desses aspectos refere-se à interação entre docência e discência e à impossibilidade de existência de uma sem outra, implicando a construção de convivência e de

interações entre ambas de tal forma que a aprendizagem acontece de forma dialogada tanto para o educador quanto para o educando. Diferentemente daquela situação educativa tradicional em que se acredita que o professor ensina e o aluno aprende, Paulo Freire (1997) entende o ato pedagógico como um processo no qual quem *forma se forma e re-forma ao formar ele tem é formado forma-se em forma ao seu formador* [...nesse processo], *quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*. (p. 25).

A aprendizagem não se dá, portanto, pela simples “transmissão de conhecimentos”, mas no diálogo. Os saberes dos educandos são valorizados e todos os envolvidos no processo aprendem.

A tarefa docente não estaria reduzida à transmissão de conteúdos, mas em reforçar a criticidade com relação à iniquidade social e às questões, colocadas historicamente, que exigem mudanças, como no caso da problemática ambiental. É ainda responsabilidade docente possibilitar a aproximação dos educandos aos objetos cognoscíveis, ao mesmo tempo, com rigorosidade metódica e com a preocupação de clarificar as conexões entre eles e o mundo, com suas contradições e embates políticos a história e com o cotidiano, com os saberes socialmente construídos na prática comunitária e nas relações históricas.

Nesse fazer pedagógico, há necessidade *da reflexão crítica sobre a prática enquanto exigência da relação teoria e prática, sem a qual a teoria pode virar um blábláblá e a prática um ativismo*. (FREIRE, 1997, p. 24). Ele considera importante transparecer para os educandos a boniteza de estar no mundo e de, intervindo no mundo, conhecê-lo. (p.30).

Outra exigência do processo de ensino é a pesquisa. Para o autor, ensinar, aprender e pesquisar lida com os dois momentos do ciclo gnosiológico: um em que se ensina e aprende o conhecimento existente e outro, em que ocorre a produção de conhecimentos antes inexistentes.

Além da criticidade, Freire ressalta a importância da curiosidade e do espaço para a criatividade do educando, reforçando a idéia do ato educativo como um ato amoroso, enfim, um ato vinculado às várias dimensões humanas.

A convicção de que a mudança possível é central e está vinculado à idéia de que no processo pedagógico, trabalham-se os conhecimentos já existentes e a produção de novos conhecimentos. Para este autor, é fundamental pensar o homem no seu “inacabamento”, assim como as condições históricas. O inacabamento como condição vital e a conscientização sobre o “inacabamento”, componente essencial do processo de formação, da construção da

autonomia, pois ele coloca o direito e o dever de optar, de ajuizar, de decidir e de intervir no mundo.

A autonomia traz no seu interior a consciência do inacabamento e, portanto, a possibilidade de atuação na realidade. Ao mesmo tempo, é um conceito e prática fundamentais para a construção de alternativas pela sociedade civil, de invenção de processos inovadores de produção e distribuição de renda. É necessário rever, nessas alternativas de geração de emprego e renda e pensar, nas ações da produção, nas relações de trabalho e nas interações humanas, formas de incorporar a perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

A coleta seletiva, realizada por grupos de catadores, que se pretende consolidar é aquela inscrita no campo da economia solidária. Aqui, se pressupõe decisões e ações coletivas e cooperativas, ou seja, que as cooperativas –grupos, associações, OSCIPS ou qualquer outra forma associativa- sejam “autogestionárias”.

No interior da economia solidária, a autonomia é especialmente importante, pois garante a horizontalização das decisões. Do ponto de vista da estruturação do “negócio”, a autogestão subentende a existência de autonomia e pressupõe capacitação para a administração coletiva. A autonomia pressupõe, ainda, a construção de uma gestão com independência das unidades produtivas, relativamente aos órgãos governamentais ou para-estatais.

Na formação para a autogestão, a metodologia e a dinâmica de relacionamentos determinam o trabalho educativo e a adequação do método com os objetivos são decisivas. Neste caso, os meios determinam os fins, há uma construção coletiva em andamento (do processo e do ponto de chegada). Na educação para a autogestão constrói-se a autonomia e desenvolve-se a inteligência coletiva dos trabalhadores. (ANTEAG, 2005)

Estar situado no campo da economia solidária significa realizar parcerias de projetos econômicos e sociais em que a prática coletiva é decisiva. A cooperação e confiança devem prevalecer sobre a competição, porque “concorrência, individualismo e dependência não apenas inibem. Simplesmente, destroem” a Economia Solidária e a autogestão. Construir processos de economia solidária, nessa vertente é trabalhar esses valores que perpassam a vida e não só a atividade econômica. Eles afirmam: “Para alguns a autogestão é um projeto de sobrevivência. Para nós, um projeto de sociedade e de vida.” (Idem, Ibidem pg. 12).

A “autonomia” é um conceito central na educação, na participação política, na mobilização social, enfim, em diferentes dimensões das relações humanas. A concepção de

autonomia pode diferir conforme entendimento do processo histórico. Ao discutir a necessidade e potencialidade das transformações históricas, Castoriadis (1987), afirma a necessidade de a educação incorporar o fato de que *as instituições não são, tal como existem, nem necessárias, nem ‘contingentes’*, ou seja, que não há sentido em entender a sociedade *“nem como dádiva ... e de que não há sentido a não ser o que é criado na e pela história”*.(p.428)

O autor trabalha com a constituição da subjetividade e com a instituição imaginária da sociedade e do mundo, e, para ele, intenção e vontade (constituintes da subjetividade), de forma associada, têm sua origem na história.

Partindo da mesma raiz das relações concretas na sociedade e da interpretação marxista da história, - em debate à época em que foi escrito (década de 60)-, ele discute a dimensão subjetiva da autonomia do ser humano e, mais, autonomia da própria sociedade. Segundo essa mesma obra é no “mundo dos homens”, na relação concreta que eles estabelecem socialmente, de que somos mortais, sem as explicações “fantasmagóricas”, que se pode “viver como ser autônomo- e que a sociedade autônoma se torna verdadeiramente possível.” (CASTORIADIS, 1987).

A autonomia é uma preocupação central nos movimentos ambientalistas, nos outros movimentos sociais e nos processos coletivos de construção de saídas para os problemas, baseadas na ética, na democracia, e com a perspectiva do empoderamento daqueles excluídos do usufruto das criações humanas, nas relações sociais hegemônicas no atual modo de produção capitalista.

A autonomia, aliada à criticidade, trabalhada nos processos educativos se constituem enquanto força política indireta, por ser o elemento fundamental para a participação e, desta forma, para a mobilização social. A criticidade e a autonomia são qualidades que refletem e são reflexo das interações sociais, pois permitem a avaliação, o julgamento, a tomada de decisão e a atuação relativamente às questões ambientais, tanto quanto às sociais, políticas e econômicas.

Para a busca da autonomia por meio da educação, é fundamental relativamente aos problemas ambientais e também as propostas para sua superação.

Conforme discutido anteriormente, a Agenda 21 tem sido uma referência para a superação dos problemas ambientais. Um dos grandes eixos de trabalho é relativo aos padrões

de consumo, que consta como capítulo específico da Agenda 21: “Mudança dos Padrões de Consumo” (AGENDA 21, 2008)

Nesse capítulo, são debatidas como principais causas da deterioração do ambiente mundial, os padrões insustentáveis de produção e consumo, especialmente nos países industrializados. Ainda afirma a estreita relação entre a pobreza e a degradação ambiental: de um lado, temos um determinado tipo de pressão ambiental, por parte dos menos favorecidos e, por outro, aqueles ligados à exploração sem limites, a padrões insustentáveis de produção e de consumo, vinculado às camadas sociais mais abastadas.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, “o programa de implementação da Agenda 21 e os compromissos para com a carta de princípios do Rio foram fortemente reafirmados durante a Cúpula de Johannesburgo, ou Rio + 10, em 2002” (www.mma.gov.br, 2008).

Essas diretrizes são fundamentais para uma visão mais ampla das ações de EA. Porém, depende da forma de desenvolvimento dos trabalhos, acaba prevalecendo a idéia de que a superação dos problemas está em modificar, individualmente, os padrões e consumo, e não as relações sociais e econômicas que forjaram esses mesmos padrões de consumo. É preciso ir além da formulação de “políticas e estratégias de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo” (Agenda 21, 2008)

O padrão de produção e consumo penetra de tal forma a vida das pessoas que não basta somente uma política restritiva no setor diretamente ligado a qualquer etapa da produção, ou outra medida que não inclua uma reestruturação mais ampla, desde a extração dos recursos naturais, do processo produtivo em si, o consumo e os rejeitos do consumo. É necessário rever, na educação, todo o sistema que garante a manutenção dos vínculos culturais com ele. Por isso, torna-se imprescindível repensar quais necessidades são essas, impostas na sociedade moderna de consumo; o que é decorrência do ritmo imposto pela própria produção, o que é preciso mudar no ritmo de vida, em função de suprir outras necessidades “abafadas” por aquelas impostas.

Diante disso, é preciso construir outras relações que fortaleçam vínculos socioculturais e valores independentemente daqueles ligados ao consumo e das necessidades forjadas dentro dessa lógica, pois de acordo com ela, o ser humano ainda é interpretado como peça na produção ou, como consumidor: seu “valor” é associado a este seu papel, dentro do sistema produtivo: é força de trabalho ou consumidor.

Assim, trabalhar Educação Ambiental significa, portanto, rever as raízes da organização da sociedade voltada para a produção e consumo, que “coisifica” pessoas e ambientes naturais na perspectiva antropocêntrica e reifica mercadorias. Isto não é simples, uma vez que essa racionalidade aparece na postura de educadores e nas opções metodológicas.

Entender a distância entre “detalhes do cotidiano” e, mais especificamente, do cotidiano educacional e o universo maior onde se inserem: a própria história e escalas mais amplas de tempo e de espaço. Portanto, só o estabelecimento dessas conexões possibilitaria rever perspectivas e ações concretas, com objetivos mais claros e resultados mais duradouros.

As pequenas contribuições passam a fazer sentido, avançamos nosso entendimento, no sentido de enxergar a história na sua construção cotidiana, individual e coletiva. Conseguimos enxergar os sentidos mais amplos do que fazemos, podemos identificar prioridades e traçar novos caminhos, quando clarificamos nossos sonhos e perspectivas de futuro.

Nessa direção, a educação ambiental pode propiciar não só a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletiva, mas de novas alternativas de produção e distribuição de renda e de bens para suprir necessidades e, ao mesmo tempo, consolidação de novos valores e novas formas de interação.

Muitas contradições do mundo moderno ficam desnudadas ao se estabelecer contato direto com as várias facetas da realidade dos bairros periféricos de uma grande metrópole como São Paulo. Na periferia urbana, fica patente o quanto o processo de crescimento aconteceu “caoticamente”, mas coerentemente com a lógica do mercado e das relações sociais. Até mesmo as características físicas desses espaços evidenciam a exclusão social.

Quando esse processo de produção da cidade, assim como os confrontos de interesses de classes sociais, as posturas políticas não são explicitados na ação educativa, ela acaba se tornando um importante agente na manutenção das relações que provocaram essa exclusão. As próprias escolas e instituições públicas sofrem a mesma exclusão, pois escola de periferia, em geral, é tão excluída de verbas, de recursos, e uma série de outras condições para melhoria de ensino e outros serviços, quanto a própria população que elas atendem. Essa condição deveria permitir enxergar melhor o problema e construir, de forma participativa, processos de luta para transformações.

O processo educativo aqui estudado tem forte vínculo com as necessidades mais imediatas dos catadores. São ações que têm legitimidade, raízes, mas apesar disto, as

dificuldades estão presentes: existe uma grande distância a ser percorrida entre conhecer, estudar e efetuar ações e chegar a soluções.

A visão de que conhecimentos são neutros com relação às questões sociais e políticas traz consigo a noção de ambiente restrita às questões físicas, em geral distantes, cujo vínculo com a atuação do aluno inexistente ou é tão distante, que “deságua” no mesmo tipo de imobilismo que a compreensão dos problemas sociais, de acordo com a mesma forma de abordagem (por exemplo: a questão ambiental diz respeito às áreas ainda preservadas, não a minha vida, que acontece na cidade).

Por isso é de fundamental importância não só a compreensão dos problemas, mas o contexto ambiental mais amplo e o próprio contexto histórico em que estão inseridos. O cerne do trabalho de Educação Ambiental deve ser a qualidade de vida, e, apesar disso, questões como desemprego ou infra-estrutura urbana nem sempre são explicitadas como interligadas com as questões ambientais.

A educação fora da escola permite trabalhar conteúdos emersos dos problemas ambientais e da vivência durante a ação educativa. Por exemplo: é necessário organizar conhecimentos sobre o gerenciamento ambiental local. Isto é conteúdo fundamental para mobilizar e para promover a participação na gestão ambiental, na gestão do espaço público e na construção de políticas públicas que venham efetivamente ao encontro dos interesses das parcelas excluídas da população.

A definição de conteúdos a partir das vivências exige uma forma específica de planejamento e outra dinâmica de encaminhamentos ao longo dos encontros de formação.

É consenso nos mais variados grupos que tratam da questão ambiental, conforme já debatido anteriormente, que não haverá senão uma remediação para os problemas ambientais, se não houver um trabalho educativo que tenha como perspectiva a mudança de paradigmas que norteiam a vida na nossa civilização, o que implica a corresponsabilidade e o compromisso de pessoas de profissões de setores diversificados, rompendo com a lógica da divisão de trabalho do atual sistema produtivo hegemônico, no qual se atribui aos técnicos e aos avanços tecnológicos a responsabilidade pelas mudanças necessárias.

Na educação ambiental, muitas vezes, há dificuldade de documentar os processos vividos para que se possa utilizá-los como ponto de partida, como conteúdo do trabalho. Nas sistematizações coletivas, se resgata a história do processo e são revistas as expectativas futuras.

A ansiedade com relação aos fundamentos daquilo que fazemos, por onde caminhamos, onde podemos chegar, tem sido freqüente nos professores que têm trabalhado a questão ambiental.

O trabalho coletivo, por vezes, esbarra nas dificuldades das relações interpessoais, mas é o vínculo entre grupos e entre pessoas que se agrupam e constroem a confiança que possibilita o crescimento do próprio grupo e dessas pessoas.

A problemática ambiental exige mudanças de comportamentos e mentalidades, de discussão e construção de formas de pensar-agir na relação com a natureza e com o meio ambiente físico.

De acordo com Gutiérrez, “a mediação pedagógica nos deve levar à mediação entre: o imediato e o mediato; o próximo e o distante; o mais sentido e o menos sentido; o privado e o público; [...]; o individual e o organizativo; [...] o micro e o macro”. (GUTIÉRREZ, 1999). Portanto, a intenção pedagógica estaria centrada exatamente em fazer essas transposições. Não é tão simples trabalhar com essas escalas na educação ambiental, principalmente quando o trabalho está estreitamente vinculado às condições básicas de sobrevivência de uma população. Mas é uma necessidade, pois permite problematizar o cotidiano como “parte” de um “todo” espacial e temporal.

Com relação à problemática ambiental de resíduos sólidos é preciso propor um questionamento que vai além da simples ação de reciclar, reaproveitar ou, ainda, reduzir o desperdício de recursos estratégicos, pois estes não fogem, por si, da mesma lógica desenvolvimentista. Assim, a questão do lixo, deve ser tratada incluindo a responsabilidade do consumidor, mas também a do poder público no que diz respeito à limpeza pública, e também aos fabricantes que usam determinadas embalagens.

A sustentabilidade, assim, implica o uso dos recursos renováveis de forma qualitativamente adequada e em grandes quantidades compatíveis com a capacidade de renovação em soluções economicamente viáveis de suprimento das necessidades além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos. (BRASIL, 1998 p.182)

Com relação às questões ambientais, o conhecimento de que a continuidade da vida do planeta depende de outra lógica voltada para a conservação, enquanto valor, numa nova ética, exige enxergar a natureza de maneira diferente: não utilitária. É preciso aliar o uso sustentável à sobrevivência das futuras gerações. Porém, para isso é necessário permitir, na mediação pedagógica, a interpretação das questões, superando o imediato e entendendo o mediato e alcançar o macro, para entender melhor o “micro”, como afirma Gutiérrez (1999).

Os estudos das representações sociais têm trazido contribuições importantes para a proposição e a execução de trabalhos de Educação Ambiental. Entre os principais objetivos, em várias concepções de Educação Ambiental, quase sempre estão presentes a mudança de comportamento, como na educação, de maneira geral. Assim como na educação se busca desenvolver a autonomia, a visão crítica etc, na Educação Ambiental, além disso, busca-se desenvolver o comprometimento com a perspectiva de construção de uma sociedade sustentável, ecologicamente equilibrada e socialmente mais justa.

A representação social abarca as várias dimensões ou, ainda, traz os diferentes elementos que compõem o universo “imaginário” do vivido, do ponto de vista subjetivo e também as relações concretas, culturais e sociais.

Diferentemente dos conceitos científicos, uma Representação Social é, segundo Moscovici, apud Reigota, “... o senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde incluem os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas”. (REIGOTA, 1995)

Se tem sido hegemônica a idéia de que a educação ambiental deve mobilizar para a construção de uma sociedade sustentável, também tem sido considerada a necessidade de entender melhor as representações sociais e sua gênese, para problematizá-las, modificá-las, ampliá-las, e, assim, contribuir para mudanças de atitudes, ampliação de consciência e de visão de mundo.

Do ponto de vista metodológico, há várias alternativas para buscar as representações sociais de determinado grupo. Quando num espaço de aprendizagem é construído um trabalho participativo, essas representações emergem da discussão. Por meio da sistematização é possível entendê-las, provocar processos de mudanças e avanços. A sistematização coletiva das experiências, das representações e dos saberes do grupo é um processo de aprendizagem, de construção da autonomia, da autogestão e de cidadania.

O constante processo de sistematização, nos espaços de aprendizagem, é uma importante estratégia de educação popular. A concepção de sistematização, aqui, é a de um processo continuado, abrangente, diferente da avaliação e da pesquisa. É uma fonte impulsionadora da reformulação e revigoração do próprio processo, desenvolvido no espaço de aprendizagem, pelo próprio coletivo.

Apesar da contribuição específica de cada uma delas (avaliação, pesquisa e sistematização), todas têm um propósito comum: conhecer para transformar a realidade.

Todas estão inseridas no terreno dos conhecimentos e se alimentam mutuamente. Conforme Holliday, as três são indispensáveis, nos processos educativos (1996).

A diferença dos três processos seria que: a sistematização é mais centrada nas dinâmicas dos processos e a avaliação põe mais ênfase nos resultados, confrontando-os com o diagnóstico inicial, os objetivos e metas propostos inicialmente. Ambas são base para um processo de teorização mais amplo e profundo e de retro alimentação de processos. Por sua vez, a pesquisa é um exercício que gera conhecimento científico, com o fim de contribuir para a transformação da realidade.

É possível reconhecer proximidades entre a sistematização, tal como colocada por essa tendência de trabalhos em educação popular e outras formas de pesquisa utilizadas com maior frequência nas últimas décadas do século passado, nas pesquisas das áreas de ciências humanas. A Pesquisa Participante e a Pesquisa Ação incluem a sistematização coletiva de conhecimentos e, no caso da pesquisa ação, mais fortemente, a sistematização coletiva de processos vividos e de ações futuras. Da mesma maneira é possível encontrar proximidades entre a sistematização e determinados processos de avaliação, quando esta é realizada ao longo do processo, dependendo da opção metodológica e se estiver focada para os processos vividos pelo coletivo.

A reflexão mais aprofundada sobre a sistematização permite compreender melhor as possibilidades e o alcance do trabalho com essa alternativa metodológica. Diego Palma mostra que existe uma prática específica que se chama sistematizar, que é distinta da investigação e da avaliação. Palma indica que

a sistematização inclui-se numa ampla corrente que busca compreender e tratar o qualitativo da realidade e adquire forma específica em cada situação particular... sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram deste modo (PALMA, 1996 apud HOLLIDAY, 1996).

Para Holliday, “sistematização é [a] interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no [...] processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram deste modo” (HOLLIDAY, 1996 p.29).

A sistematização vai além da narração da experiência, descrever processos,

situa-se no caminho intermediário entre a descrição e a teoria. É um esforço rigoroso que além de recontar uma história, formular categorias, classificar e ordenar elementos empíricos faz análise e síntese; indução e dedução; obtém conclusões e as

formula como pautas para sua verificação prática. Ter uma compreensão mais profunda das experiências que realizamos, com o fim de melhorar nossa própria prática.(HOLLIDAY, 1996 p.31)

Durante a sistematização, são discutidas as condições do contexto em que os processos se desenvolvem, identificam-se as situações particulares e as ações efetivadas. Durante a sistematização também é possível ao coletivo se auto-reconhecer, entender suas percepções, interpretações e conhecer as intenções dos diferentes sujeitos, as relações e as reações entre participantes.

Na sistematização também são percebidos os resultados esperados e os inesperados. Nesses momentos, o grupo se apropria da experiência vivida e compartilha com os outros o aprendido.

Os objetivos da sistematização são o favorecimento do intercâmbio de experiências; a melhor compreensão do próprio trabalho; a aquisição de conhecimentos teóricos a partir da prática e a melhoria da própria prática.

A reflexão sistematizadora busca penetrar no interior da experiência, engendrar-se por dentro desses processos vivos e complexos e extrair deles ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento do processo coletivo em análise, de outras experiências semelhantes, da subjetividade das pessoas e, por fim, da transformação da realidade pelo próprio grupo.

O enriquecimento por esse processo coletivo permite a postura ativa diante das questões socioambientais e, mais, a construção da própria cidadania. A sistematização pode ser tão mais ampla e efetiva, com relação aos objetivos maiores de alteração nas dinâmicas de interações sociais, dependendo do nível alcançado na organização e na mobilização.

Para Holliday, metodologicamente, é importante identificar as categorias que serão utilizadas, os passos e momentos do processo, as conexões que permitirão a identificação da lógica da sequência dos acontecimentos.

Para atingir os objetivos mais amplos, a sistematização deve ser um processo o máximo possível participativo, em que se produz conhecimento, se reconstrói a experiência e, ao mesmo tempo, permite a re-conceituação da prática dando coerência a todos os seus elementos.

Com a sistematização, objetivamos o vivido, organizamos nossa experiência, comunicamos, compartilhamos e confrontamos nossas experiências com as de outros grupos; é outra alternativa para realimentação de processos.

Durante o processo de sistematização, a prática e teoria, sensibilidade e imaginação, pragmatismo e utopia, rigor e flexibilidade, sentido comum e ética, lucidez e paixão, são componentes indispensáveis e inseparáveis desta “maneira de ser” no mundo, de viver historicamente. A sistematização, entendida como opção metodológica dialética, é o fundamento que torna possível e dá significado às experiências do coletivo.

1.5 Trabalho formativo com catadores e educação ambiental transformadora

Os processos estudados neste trabalho são necessários, do ponto de vista da gestão ambiental, mas também do ponto de vista do fortalecimento dos catadores e do seu movimento social. A atuação coletiva permite construir relações sociais mais justas e duradouras.

Nossa perspectiva no trabalho de EA vai além do tratamento de diferentes saberes sobre os ambientes físicos e, até mesmo, sobre as relações socioculturais. É preciso romper as fronteiras dos conhecimentos “objetivos”, sejam eles ecológicos, técnicos, pedagógicos ou sociológicos e introduzir outras formas de conhecimentos, subjetivos presentes nas interações humanas, com resgate do prazer e da paixão. Acreditamos ser possível, desejável e necessário consolidar novas práticas individuais e coletivas, na perspectiva de um futuro ecologicamente equilibrado e socialmente mais justo.

É importante ressaltar princípios norteadores comuns nos processos formativos, e nos diferentes tipos de interação. Entre eles, o mais amplo é o da construção da autonomia do grupo. O acompanhamento e a apropriação das etapas são fundamentais para a consolidação de vários saberes. Por isso, é imprescindível a participação efetiva do grupo de trabalho, nas decisões.

Parte-se da idéia de que a comunidade guarda muitos saberes e, portanto, a definição dos rumos deve ser construída coletivamente e não como resultado de uma proposta de caráter acadêmico, a ser “implantada” para solucionar os problemas dessa comunidade.

É preciso reconhecer melhor o universo que está sendo parte da complexidade socioambiental, constituindo um grupo de atores sociais que têm em comum esse tipo de “trabalho”, e cuja identidade poderia ser fator de fortalecimento do grupo, no sentido de resistência cultural e econômica, diante da situação opressiva da vida (JACOBI, 2003).

Dentre os princípios norteadores da capacitação podem ser destacados: o do desenvolvimento das pessoas da sociedade civil que compõem esse agrupamento; o trabalho com a identidade, no sentido do resgate de seu valor para si e para a sociedade, fato que, nas relações sociais estabelecidas se perdeu junto com a auto-estima e a sensação da impotência, para buscar melhores condições de sobrevivência.

Outro princípio referencial do trabalho é que para haver a reconstrução da dignidade humana, é preciso ampliar a autonomia e o domínio da compreensão do contexto das relações que engendram a exclusão social na qual se encontram os(as) catadores(as).

Para isso, há necessidade de identificar melhor as situações a serem superadas, com identificação dos componentes e os saberes já construídos acerca das mesmas. É preciso trazer informações e novas questões que promovam a reestruturação da prática e a reconceituação das questões ambientais a partir dessa prática, assim como é necessária a aprendizagem de procedimentos e a identificação de atores sociais e responsabilidades. Metodologicamente, é importante identificar os passos, os momentos do processo e as conexões que permitirão a identificação da sequência dos acontecimentos.

Alguns princípios metodológicos foram referências centrais dos encontros com os catadores(as).

As situações de aprendizagem sempre foram participativas. Procurava-se evidenciar os saberes trazidos pelos catadores (as). Buscou-se desencadear processos de construção compartilhada de diagnósticos de situações locais sobre a coleta e também sobre as relações com o poder público, as decisões políticas no sentido da solução de problemas, principalmente daqueles relativos diretamente ao trabalho. Foram discutidos problemas concretos, como a infra-estrutura e a possibilidade dos diferentes atores sociais locais serem parceiros para a superação das dificuldades.

Privilegiou-se a troca de experiências, de saberes e de subjetividades.

Nos encontros era fundamental o respeito mútuo e as dinâmicas de maior envolvimento e intensificação das relações interpessoais. A auto-estima dos catadores era algo importante a ser trabalhada em todos os momentos, fosse qual fosse a técnica adotada ou o conteúdo em discussão.

Os principais princípios metodológicos foram o diálogo e a participação. No desenvolvimento dos encontros eram fundamentais os “espaços” para reflexão, para as colocações individuais, a problematização dessas colocações com novas informações. Porém,

fundamentais eram as conexões entre as situações locais, específicas e a cadeia toda da reciclagem, assim como as conexões entre os problemas específicos, como a reforma do Galpão e a gestão da verba pública e os papéis dos atores sociais do entorno do Galpão e dos fornecedores de materiais e serviços.

Ao longo de toda a capacitação, foi fundamental a problematização dos saberes anteriores, o levantamento de novas informações e novas questões que permitiram repensar a prática do cotidiano e a re-conceituação da problemática socioambiental geral e específica, relativa ao consumo e aos Resíduos Sólidos. Houve também a identificação de atores sociais e sua possível responsabilidade com relação a esta problemática específica, assim como à problemática socioambiental mais ampla.

Em todo o processo, foi de extrema importância a sistematização, de forma compartilhada, de todo o “caminho” percorrido. Para cada problema debatido, fazia-se, no coletivo, a identificação mais precisa dos componentes desse problema, incluindo saberes anteriores e novas informações, a sistematização das etapas percorridas e dos sujeitos sociais envolvidos. Com isso, consolidava-se a reflexão e a prática de avaliação continuada de processos, para definir novas ações locais.

A análise desenvolvida neste doutorado, no entanto, permitiu reconhecer aspectos diferenciados, depois de passado este período, com relação a duas ações educativas selecionadas para análise, dentre outras. Foram identificados aspectos e nuances que não foi possível reconhecer ao longo do caminho, apesar da sistematização constante de processos, de sujeitos sociais e de possibilidades de ação. É na verdade um novo “olhar” para aquele processo vivido.

Capítulo 2 - O problema socioambiental dos resíduos sólidos e perspectivas para a coleta feita pelos catadores

As ações educativas analisadas nesta pesquisa foram processos de construção de conhecimento e de intervenção para a construção de saídas concretas para a condição de vida e de trabalho dos catadores e, ao mesmo tempo, da perspectiva de gestão sustentável dos resíduos sólidos nas cidades.

Esta perspectiva exigiu tratar a questão dos valores, a dimensão política, as alternativas econômicas e de organização do trabalho. O próprio trabalho de coleta seletiva está vinculado à limpeza urbana levando a ação educativa à interação com o poder público. Não fosse essa ligação, haveria o vínculo com o poder público pelas dimensões da gestão ambiental e da problemática social.

Essas interligações com o movimento social dos catadores, com formas alternativas de organização econômica e com a gestão pública estiveram obrigatoriamente presentes no cotidiano do processo de formação. Pensar a perspectiva de futuro para a coleta seletiva feita por catadores requer discutir com mais profundidade, ao menos duas dimensões fundamentais. Do ponto de vista político e econômico, esse trabalho precisa se consolidar no formato da economia solidária. Do ponto de vista ambiental físico, se constituir como alternativa da coleta seletiva, como um serviço, com o suporte do poder público, dentro de políticas voltadas para o interesse público, incluindo os catadores, com autonomia, tendo em vista a busca de novas relações sociais na perspectiva da sustentabilidade.

Essa prática educativa, que tem interface com a pesquisa, com construção de conhecimentos, ação política e busca de saídas do ponto de vista técnico, simultaneamente, exigiu em todos os momentos o “mapeamento” das condições, de contextos e conjunturas para as decisões coletivas. (THIOLLENT, 2008)

A seguir, são discutidos aspectos do contexto histórico, essenciais para o desenvolvimento da formação, tendo em vista as perspectivas futuras de fortalecimento dos catadores e de políticas públicas de resíduos que englobe coleta seletiva com inclusão de catadores.

2.1. O problema social dos catadores – a exclusão social – condição de vida e de trabalho.

Exploração econômica e humilhação: uma questão de poder

A atividade de “coleta de materiais”, “sobras” das atividades humanas, é bastante antiga. Os “restos” estão presentes nas mais variadas atividades humanas. Antes da intensificação da industrialização, porém, era composto de materiais de origem orgânica, sendo comumente varrido ou enterrado nos quintais, sem trazer problemas sanitários. (ver p.83 nesta pesquisa).

Com o aumento da industrialização e da concentração das populações em áreas urbanas, mais fortemente a partir do século XIX ocorre a concentração do consumo, assim como do *lixo* gerado depois desse consumo, demandando providências do poder público. A quantidade e a qualidade dos “restos” foram modificadas passando a criar inúmeros problemas de saúde, o que fez com que surgissem medidas por parte do poder público, para destinação desses resíduos. (RODRIGUES, 1998)

É deste século uma referência nítida de existência de pessoas que viviam da utilização de restos descartados por outros. Em 1884, o prefeito de Siene (Paris), Eugène-René Poubelle, publicou um decreto obrigando os moradores da cidade a acondicionarem seus dejetos em latas. Foi uma medida inédita, que melhorou a higiene das ruas da cidade.

O nome *poubelles* passou a ser usado, maliciosa e ironicamente, para designar as *latas de lixo*, numa reação contrária a essa medida, pelos catadores de ossos e trapos. Estes temiam que a proibição de jogar o lixo nas ruas e a obrigatoriedade do acondicionamento colocasse em risco o comércio de trapos e ossos. (MIZIARA, 2001 e JANOVITCH, 2006).

A limpeza das cidades sempre foi atribuída aos grupos sociais mais explorados, tendo uma conotação de posição aviltante, perante o resto da sociedade, envolvendo um forte preconceito. Conforme colocado por Dias, na discussão sobre cotidiano e poder em São Paulo, “*um forte preconceito envolvia o desempenho de atividades consideradas mais aviltantes: dispor do lixo, carregar águas nas fontes, lavadeiras... eram funções desincumbidas por negras ou mulatas forras*”. (DIAS, 1994 apud MIZIARA, 2006)¹².

Miziara expõe ainda que no século XVIII, em São Paulo, a limpeza da cidade se resumia a retirar as sujidades que incomodam o olhar, do alcance da visão. A tarefa, ainda não associada à saúde, mas a valores morais e intenções punitivas, era “realizada por escravos e

¹² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo, Brasiliense, 1994. Citado por MIZIARA, 2006, pg.3.

detentos... geralmente pretos, que andavam pelas ruas sob vigilância, tilintando suas pesadas correntes” (MIZIARA, 2006, p.3).

A limpeza, com o recolhimento do *lixo*, era, desde esse período, realizada por pessoas com algum tipo de vínculo com o poder público. E, desde então, foco de grande discriminação, pela sociedade. Não só por ser uma tarefa insalubre, mas essa discriminação nasce junto com a valorização do trabalho intelectual e de outro lado, a depreciação do trabalho braçal, que adquiriu outra dimensão com a divisão de trabalho na modernidade. “Trabalho braçal é atribuição da classe subalterna”.

Os processos discriminatórios adquirem várias faces. Num trabalho recente de mestrado em psicologia social, na USP-SP, ficou evidente a profundidade da discriminação dos trabalhadores de limpeza, pela sociedade.

Costa (2002) assumiu durante cinco anos o papel de gari do campus da USP, e desenvolveu um estudo de Pós Graduação em psicologia social. Os resultados de toda a pesquisa evidenciaram as condições morais e psicológicas de trabalho dessas pessoas e a intensidade da exclusão social, do ponto de vista psicológico e das interações sociais. Sua conclusão é de que a iniquidade social criou um fosso nas relações entre as classes sociais e que com a divisão social do trabalho, enxerga-se somente a função e não a pessoa.

As diferenças sociais fazem com que pessoas que ocupam determinada posição na sociedade sejam “invisíveis”, sendo percebidas apenas como uma “função”. Conforme afirmou em entrevista, “um simples ‘bom dia’ pode fazer a pessoa se sentir viva”. E complementa: “A invisibilidade pública opera em dois planos: consciente e inconsciente... quanto mais próximo se está desse sujeito ‘invisível’, mais consciência dela se tem... o resultado, de acordo com o pesquisador, é que as pessoas passam a ser entendidas como coisas, chegando a ser imperceptíveis”. (GUTIERRES, 2009).

Outro aspecto importante colocado por Costa, é que, o gari não é reconhecido como pessoa e, na tentativa de se proteger contra essa violência, se alguém, eventualmente o cumprimentar, por vezes, ele acaba não correspondendo ao cumprimento.

No trabalho de Costa, tratava-se de um trabalho terceirizado da USP, em que ele usou uniforme (que o autor considera como sendo a “marca” da invisibilidade), tendo, portanto, uma posição definida, recebendo pelo trabalho, numa situação formalizada de emprego.

Se, com relação aos trabalhadores vinculados ao poder público ou a alguma instituição, há esse tipo de discriminação, com relação àqueles que trabalham com materiais rejeitados por todos, sem vínculo empregatício nenhum, que fazem uma atividade marginal à vida e às relações econômicas formalizadas, a discriminação chega a níveis absurdos e o

cotidiano é extremamente difícil. Nessa atividade, a dimensão simbólica é marcante, pois se trata de uma relação de proximidade com o lixo que é algo que, no imaginário, deve estar “longe dos olhos”.

A atividade de “catação” aumentou, como no restante dos centros urbanos, com a ampliação da produção e do consumo. Na cidade de São Paulo, há registros da atividade da coleta “informal”, desde o início do século XX. De acordo com registros existentes, em São Paulo, ela passa a ser freqüente a partir da década de 50. Com o aumento do desemprego, ela passou a ser a única alternativa de renda para famílias inteiras, que não se envolveriam com atividades ilícitas para garantir sua sobrevivência.

Como afirma Souza, em sua tese sobre os catadores, na sociedade que produz uma população de itinerantes e de desempregados, a nossa e de antepassados próximos revelam os vários sujeitos que “constituíram o cenário da vida urbana, como os amoladores de faca, vendedores de leite, catadores de ossos latas e garrafas [...] trata-se de uma cultura de sobrevivência, em que a população pobre sempre se organizou de maneira criativa um conjunto de práticas necessárias para o sustento e a manutenção da vida ” (SOUZA, 2003). Lado a lado, está a vivência da exclusão em seus aspectos físicos, psicológicos, morais e, ao mesmo tempo, a enorme resistência, força de trabalho e criatividade para a manutenção da vida.

As condições de trabalho desses catadores são bastante precárias e indignas, é a pressão psicológica, a convivência com vários tipos de contaminação, grande esforço físico, entre outros fatores de risco à saúde (GUTBERLET e BAEDER, 2007).

Uma rápida observação pelas ruas da cidade de São Paulo mostra a existência de famílias inteiras de catadores separando materiais em viadutos, praças e terrenos baldios. Muitos reviram o *lixo* nas calçadas, sinalizando a ausência de um sistema público que dê conta e incorpore o seu serviço. Essa situação de trabalho expõe os catadores às formas mais extremas de discriminação.

No filme Carroceiros¹³, há depoimentos de catadores que trabalham individualmente e, por esse motivo, em condição muito mais difícil daquelas vividas por quem coleta em grupo. É um trabalho quase sempre solitário... “quase” sempre, porque raras vezes, o catador está acompanhado por uma mulher, à vezes por filhos e quase sempre tem um cachorro com quem compartilha o cotidiano.

¹³ Fita Casset: RATHSAM e DEMAJOROVIC, [2006 ?] “Carroceiros”- No filme, há entrevistas que retratam vários aspectos da vida e da condição de trabalho de catadores que atuam isoladamente.

O dia a dia é repleto de situações humilhantes e cada um reage de uma forma. A humilhação não decorre somente do fato de eles não terem dinheiro. São as aparências, o fato de eles lidarem com o lixo que, no imaginário, são muito mais contaminados do que na vida real, pois o material que eles coletam é seco, praticamente sem orgânicos. Os catadores precisam usar o banheiro, querem lavar as mãos, ter o asseio que todos têm direito. A discriminação é flagrante nos comportamentos e nas respostas evasivas de donos de bar, por exemplo, quando afirmam insistentemente estarem com o banheiro quebrado e trancado, mesmo que o catador tenha acabado de ver alguém sair do banheiro.

Outra situação constrangedora foi descrita por um dos entrevistados nesse filme, sobre o fato de que, mesmo pagando, ser obrigado a tomar café em copo descartável. Ele se revolta: *mas, o dinheiro não é o mesmo? Por que é que o meu “um real” vale menos do que o de outra pessoa?* Ele contou que um dia o rapaz do bar teve que voltar atrás e servir em copo de vidro, depois da argumentação. (RATHSAM e DEMAJOROVIC [2006?])

Estas são apenas algumas das situações que anulam a dignidade dos catadores enquanto pessoas, anulando sua auto-estima e cristalizando sua condição de sujeição, que vai além da falta de dinheiro.

Isso começa a mudar, quando se inicia a integração dos catadores para trabalhar em grupos e construir sua identidade enquanto grupo e percebem o valor de seu trabalho para a sociedade e que isso está sendo reconhecido.

Desde o final da década de 80, houve a intensificação da organização dos catadores no Brasil, cuja luta pelo reconhecimento da profissão e do trabalho efetivamente realizado por eles criou nova perspectiva de relação na sociedade. Conseguiram, em 2001, o reconhecimento da ocupação de “catador” na Classificação Brasileira de Ocupação – CBO¹⁴.

Apesar de muitos avanços, uma grande massa de pessoas realiza esse trabalho ainda em condições subumanas, de forma isolada, sendo alvo de extrema exploração pelos componentes da cadeia de reciclagem¹⁵.

¹⁴ Segundo a CBO 5192-05, é considerado catador de material reciclável: “Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa)”. De acordo com a descrição sumária da Norma, os catadores “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis”.

¹⁵ Para este trabalho, será considerada como Cadeia Produtiva de Reciclagem, indústria, comércio, os sujeitos sociais que atuando basicamente em 4 etapas do processo da reciclagem: consumidor, catador, intermediários (compradores) e indústria recicladora. A quantidade de intermediários depende de vários fatores, como por exemplo, o tamanho da cidade e a proximidade da indústria recicladora. Nas cidades maiores, em geral, há vários intermediários, como: Ferros-velho, aparistas (compradores de maior porte), entre outros. Em algumas cidades ainda é possível encontrar catadores trabalhando em lixões, além dos vários intermediários na comercialização.

O trabalho coletivo é fundamental para construir novas perspectivas de vida. Na verdade, mesmo sem ter clareza do significado e das perspectivas políticas futuras dessa mobilização, as próprias circunstâncias exigem essa integração, para melhorar a venda e a renda. Então, a saída coletiva para suprir a necessidade imediata pode alavancar um processo mais profundo e perene de transformação das relações sociais, permitindo uma construção de uma situação de maior equidade nas relações sociais. A estruturação de políticas públicas de resíduos sólidos com inclusão dos catadores passou a ser incorporada à pauta de reivindicações dos movimentos sociais.

2.2. A problemática de resíduos sólidos e a sustentabilidade

Para entender um pouco melhor as ações educativas com catadores de recicláveis, é preciso entender melhor a problemática ambiental em geral e a problemática específica dos Resíduos Sólidos, na qual se insere a coleta seletiva.

Entender essa coleta realizada por catadores exige considerar a dimensão social e a ambiental, integradas no conceito “socioambiental”, que subentende a problemática do ambiente físico, químico e biológico, os aspectos da natureza e as complexas relações histórico-sociais, econômicas e culturais que garantem a produção de bens para a subsistência humana, modificando, para este fim, as condições “naturais” do planeta.

Os Resíduos Sólidos são as “sobras” das atividades humanas, em estado sólido ou semi-sólido. São gerados ao longo do processo de produção, ou são os materiais restantes após o uso desses produtos. Esse material, antes mais comumente chamado de *Lixo*, tinha um valor simbólico diferente daquele que o termo “resíduo sólido” tem adquirido nestes últimos anos, em função do agravamento dos problemas ambientais.

O lixo¹⁶ passou a ser problema desde a intensificação da concentração das populações humanas e da industrialização, a partir do século XVIII, com maior intensidade. Na maioria das culturas ocidentais, principalmente após a modernidade, teve a conotação de tudo o que “não presta mais para nada”, que é inútil para o qual não se terá nenhum uso e, portanto, que deve estar afastado, longe de nosso alcance. Assim como outros “monstros”¹⁷, é levado, no

¹⁶ “*lix*”- “cinza” na Roma Antiga ou “material a ser queimado”. (Lajolo, 2003).

¹⁷ “monstros” usado por Rodrigues, “no sentido figurado, como um problema não compreendido ou de aparência não agradável”. Rodrigues, 1998, pg. 136.

imaginário, para longe. (Reclus¹⁸, apud Rodrigues, 1998). Associado a algo repugnante, à doença, às enchentes e a vários outros problemas, o *lixo*, é algo que se quer ver “longe”.

Relatando a História do Lixo em São Paulo, Miziara expõe como foram sendo transformadas as relações com os “restos”, que no final do sec. XIX, já se constituíam como “lixo”. A partir desse momento, ficaria associado não mais a rejeitos levados para os quintais, servindo, inclusive como adubo, mas passam a ser um problema de ordem pública, de “limpeza urbana”. (MIZIARA, 2006 e FIALHO, 2000).

Com o aumento da industrialização e da concentração das populações em áreas urbanas, mais fortemente a partir do século XIX, não só sua composição é modificada, como sua quantidade passa a criar inúmeros problemas de saúde, o que fez com que surgissem medidas por parte do poder público, para destinação desses resíduos.

Mesmo tendo, efetivamente, conexão com as condições de saúde, com as enchentes e com outros impactos ambientais, o *lixo* é fetichizado, ao lhe ser atribuída a causa dos problemas ambientais, dos quais ele é apenas uma parcela. (RODRIGUES, 1998). Além disso, para compreender este problema, é preciso ir à raiz da sua geração, entender o processo social, cultural e econômico, no qual ele é gerado e para o qual se dá uma destinação.

O *lixo* é apenas um dos fatores resultantes de uma determinada relação da sociedade com a natureza. De formas diferenciadas, faz parte do cotidiano de todos, direta ou indiretamente, dependendo da camada social. Todos geram resíduos, sendo que alguns convivem de forma mais próxima com a sua destinação.

Nos últimos anos, desde o final dos anos 1980 e década de 90, o debate sobre o *lixo*, acabou levando a uma reconceituação, passando a ser entendido no universo dos problemas ambientais reinterpretados, em seus vínculos com a produção social da subsistência, com o comportamento das pessoas, com as ações do poder público, enfim, de variados pontos de vista. Outro aspecto da relação com a natureza, na geração dos resíduos sólidos é que a quantidade gerada é proporcional à extração de materiais da natureza. Mesmo no caso dos materiais fabricados artificialmente, são utilizados diferentes recursos materiais para gerar as mercadorias que consumimos como energia e água. Em função dessa problemática toda, é que se tem adotado o termo “Resíduos Sólidos”, uma vez que esta terminologia se aproxima mais da idéia de que o “*lixo*” é um conjunto de materiais com os quais se deve ter outros cuidados, é preciso evitar a geração, e quando não for possível reutilizá-los, encaminhar para a reciclagem.

¹⁸ Reclus, Élisée. Coleção Grandes Cientistas . São Paulo, Ática, 1985.

Essa nova conceituação chama a atenção para uma reflexão sobre o modo de vida, o comportamento no cotidiano e acaba trazendo a preocupação com a geração de resíduos sólidos para mais perto.

O fato mais difícil ainda e de mais demorada transformação é o consumismo imposto pelo próprio modo de produção que exige o consumo cada vez maior e, ainda, maior velocidade na troca de materiais (conforme discutido na p. 46).

A produção capitalista garante sua autoreprodução e continuidade, encurtando o tempo de “vida” das mercadorias, possibilitando sua compra num prazo menor. Por exemplo, hoje, uma mesma geração é “obrigada” a consumir mais de um refrigerador, pois a durabilidade não permite que ele dure “para o resto da vida”, que era uma expressão muito mais comum na boca de nossos pais e avós, que tiveram a fase adulta em torno dos anos 40. Assim ocorre com os carros, portas, janelas, rádios, lâmpadas, máquinas de lavar roupas, televisores, vidros, pentes, escovas de dente, enfim, com tudo aquilo que compõe nosso universo cotidiano.

Neste sistema, é desejável para as indústrias, que “comprar” seja um ato corriqueiro. O processo atual de industrialização incorporou novas tecnologias que permitem um ritmo intenso de exploração de matérias primas da natureza, que impede a reposição desses materiais, no ritmo natural.

Quanto maior é o consumo, maior é o impacto ambiental nas áreas de extração de matérias primas – muitas vezes distantes das cidades-, diminuindo, ao longo do tempo, a disponibilidade desses materiais e aumentando a geração de resíduos, principalmente, nas grandes concentrações urbanas, onde se dá a parcela mais significativa do consumo.

Além dos recursos naturais, a qualidade dos materiais mudou ao longo do tempo, pela produção artificial. As novas tecnologias permitiram a fabricação de inúmeras formas de plásticos, por exemplo, que demoram muito a serem desfeitos no ambiente, por não serem biodegradáveis. Nas décadas de 80 e 90, vimos explodir um modo de vida permeado pelo uso de descartáveis. Isto amplia muito a geração de resíduos, principalmente daqueles que impermeabilizam o ambiente e demoram a degradar, dificultando ainda mais a sua destinação após o uso. (RODRIGUES, 1998)

Nesse último período, têm sido construídas novas tecnologias para a destinação de materiais para a reciclagem como caminhões adequados para coleta e inovações no maquinário para viabilizar a re-utilização desses materiais no processo de produção das indústrias recicladoras. Isso tem garantido a redução dos custos da produção, e ainda o Marketing verde, que amplia as vendas para um mercado cada vez mais consciente da problemática ambiental.

Hoje, já acontece uma discussão, nos níveis dos grupos ambientalistas, há políticas públicas coibindo o uso desses materiais em alguns países e/ou cidades.

A problemática de resíduos está encadeada com outros problemas de cunho ambiental: o aumento de produção implica, além das conseqüências já mencionadas, o aumento do consumo de energia, da produção de gases responsáveis pelo efeito estufa, do consumo de água (que tem se tornado cada vez mais escassa para o consumo humano) entre outros impactos.

Enfim, há conexão entre a problemática específica de resíduos e os outros problemas dos ambientes intensamente modificados e impactados pela ação humana em decorrência da produção, o que tem mobilizado esforços de governos e da sociedade civil, na luta pelo direito à preservação das condições essenciais para a sobrevivência das futuras gerações.

A maioria das tendências ambientalistas, principalmente aqueles que desenvolvem e pensam ações educativas, inclui como objetivos, garantir processos de produção ecologicamente sustentáveis, assim como contribuir para a construção de relações sociais mais justas, igualitárias que permitam equidade de gênero e o desenvolvimento de novos valores, incluindo o consumo responsável e sustentável, fundamental para a mitigação dos problemas dos resíduos sólidos.

Por esse motivo, nos processos de construção de alternativas de economia solidária em coleta seletiva, é importante redefinir o termo desenvolvimento; há necessidade de incluir as dimensões ambientais e as subjetivas, de ordem cultural - que consolidam modos de vida e comportamentos-. Para pensar a melhoria da qualidade de vida, hoje, é preciso incluir questões objetivas, econômicas, sociais, assim como valores éticos, e culturais, que permeiam os modos de vida e serão essenciais para construir outra forma de organização da sociedade para produzir a subsistência humana.

Vamos explorar, a seguir, aspectos da coleta seletiva importantes para avaliá-la como alternativa de economia solidária, considerando: a dinâmica econômica e das relações vinculadas à cadeia da reciclagem; às dificuldades na estruturação interna de grupos com princípios da economia solidária, e de cooperativismo em contraposição ao individualismo; e aos principais embates nas relações de mercado. Ressaltamos, por fim, a necessidade de atuação de “agentes de desenvolvimento” – desenvolvimento aqui entendido como aumento da renda de comunidades pobres (SINGER, 2004) - principalmente do governo, como agente de construção da autonomia dos catadores (as) e grupos de catadores.

Ao menos no âmbito acadêmico, nas instituições da sociedade civil, no poder público, enfim, em todas as instâncias atuantes na Educação Ambiental, procura-se trabalhar dentro

deste novo conceito. É um conceito que nasce do reconhecimento dos limites da natureza e da exploração do ser humano pelo ser humano.

2.3. Coleta Seletiva no Brasil: alternativas de políticas públicas com inclusão dos catadores

Diversos elementos do contexto em que se desenvolveram esses trabalhos de formação de catadores fizeram se incluíram nas ações educativas, entendidas como espaço de reflexão e de prática/intervenção na realidade. Na ação educativa, era constante a análise de contexto e das conjunturas específicas das condições de desenvolvimento do trabalho da coleta seletiva.

A atividade formativa voltada para a contribuição à construção de alternativas para a destinação dos resíduos implicava compreender as dimensões histórica, econômica e política dessa atividade, da perspectiva dos catadores.

Atualmente, alguns elementos do contexto dessa problemática do ponto de vista da gestão pública e da organização social, apontam para o potencial de crescimento da coleta com inclusão social, nas cidades brasileiras, evidenciando o panorama futuro norteador de ações construídas na formação.

2.3.1. Coleta Seletiva e o negócio da reciclagem

Nas áreas urbanas, a geração de resíduos é maior e a geração per capita cresce proporcionalmente à população. De acordo com o “Guia IPT”, em cidades com até 30 mil habitantes, a estimativa é a geração de 0,50 kg/habitante/dia, enquanto naquelas onde a população excede 5 milhões, a estimativa é de 1,00 kg/habitante/dia (LAJOLO, 2002). A explicação desse fato é uma composição de fatores que incluem a concentração de riqueza, as exigências vinculadas ao modo de vida urbana. É um reflexo de novos padrões de consumo impostos pela indústria, com aumento de produção de embalagens diferenciadas e cada vez mais sofisticadas, com complexa composição de materiais, nas cidades grandes, conforme indicado anteriormente.

A geração de resíduos é maior, e a disponibilidade de áreas para construção de aterros sanitários é cada vez menor o que tem onerado cada vez mais o poder público das cidades, responsável pelo saneamento básico (FIALHO, 2000).

Há vários outros impactos econômicos: o custo do transporte desses resíduos que, muitas vezes, são destinados a outros municípios; o custo da manutenção da limpeza das ruas e dos córregos; a manutenção dos próprios aterros; os custos pela utilização da malha urbana para esse transporte pesado. Os custos ambientais e da saúde da população em torno dos aterros também é elevado. Todos esses custos impactam a população, pelo pagamento de impostos e para manter a qualidade de vida e saúde.

Se para o poder público é um gasto “astronômico”, para toda a cadeia produtiva vinculada aos resíduos, essa é a condição para sobrevivência. Há ganhos exorbitantes para alguns – donos das empresas responsáveis pela limpeza urbana e manutenção de aterros- e muito poucos para outros, que estão no extremo oposto dessa cadeia: os catadores de resíduos recicláveis. A distância entre as faixas de renda é enorme nessa cadeia.

De fato, os catadores de materiais recicláveis vêm fazendo um trabalho fundamental e significativo do ponto de vista de economia de recursos financeiros. Na cidade de Santo André, uma pesquisa de 2004, permitiu estimar a economia da ordem de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), por ano, para o município, que seriam gastos se a coleta que os catadores fazem fosse feita pela empresa que faz a coleta seletiva na cidade. Pelas estimativas dessa pesquisa, os catadores coletam mais material reciclável que a Prefeitura (196.0000 kg coletados pelos estimados 1400 catadores, contra 15.000 kg pela prefeitura, diariamente). (CORRÊA, 2005).

A renda mensal dos catadores que trabalham nas ruas, sem vínculo com a prefeitura, segundo essa mesma pesquisa em Santo André, varia muito, sendo a maior parte (36 %) na faixa entre R\$80,00 e R\$ 250,00 por mês. Do total de catadores da amostra pesquisada, 56 %, ganham até dois salários mínimos (R\$500,00). Para 4% dos catadores, a renda está acima desse valor, chegando até a R\$2.000,00 mensais.

O fato de haver catadores que ganham R\$ 80,00/mês mostra a condição de vida, assim como o nível de exploração a que essa população está submetida. Há situações em que catadores trabalham o dia inteiro e entregam os materiais para o “ferro-velho” em troca de um lugar para dormir no terreno; outras em que eles entregam os materiais pelo uso do carrinho e um prato de comida e outras formas de exploração mais absoluta, desumana e cruel. São formas de trabalho quase escravo. Estes são catadores de rua, que trabalham individualmente.

Vários catadores têm formação escolar inicial e alguns chegaram até a ingressar no 3º grau e há, inclusive, casos –mais raros- de pessoas que completaram esse nível escolar. Muitos iniciaram a alfabetização. A maioria dos catadores já teve outra profissão.

Esta é uma parcela da sociedade que vem acumulando desvantagens, como várias outras - até mesmo alguns dos ferros-velhos que exploram os catadores-, no interior das relações sociais desequilibradas, no interior do modo de produção capitalista.

O acúmulo de desvantagens, discutido pelo Prof. Singer (2002), ocorre em decorrência da competição nas várias tentativas de sobrevivência, ao longo da vida: na escola, depois de algumas repetências, é quase impossível estudar; depois é no trabalho, não conseguindo emprego, não se tem dinheiro de condução, não se pode ir procurar mais longe por alternativas e, depois, nem perto, porque as roupas estão velhas e ninguém mais aceita para qualquer tipo de ocupação.

A reinserção no mundo do trabalho e do consumo fica cada vez mais difícil. As desvantagens dos “perdedores” que se “*arruinaram, empobreceram e se tornaram socialmente excluídos*”, se transferem para a geração seguinte, para aqueles que nascem já nessa condição, tendo pouca chance de superá-la. Na condição oposta estão os “ganhadores”, que, na competição, acumularam vantagens: capital, prestígio profissional e artístico entre outros. Essa situação acaba produzindo sociedades com profundas desigualdades. (SINGER, 2002).

A cadeia de relações em torno da reciclagem movimenta uma soma vultosa de dinheiro. Quando a coleta seletiva é realizada por empresas, são muito caras. Quando por catadores, estes ganham muito pouco, mas os vários atravessadores até a indústria de reciclagem ganham uma boa soma. Porém, é na economia em energia, água e parte da matéria prima bruta, que se concentra a maior parte do ganho nessa cadeia, cabendo, portanto, à indústria recicladora, a maior concentração dos ganhos.

Essas indústrias acabam concentrando e acumulando vantagens que pesam na competição com outras empresas. Com o material que chega, atualmente, em grande quantidade, elas acabam barateando os custos da produção de suas mercadorias.

Essa cadeia da reciclagem tem se ampliado, com o aumento da geração de resíduos sólidos, com o investimento em tecnologias de reciclagem de transporte e de acondicionamento de materiais pelos que vão comercializá-los junto às recicladoras. Toda essa dinâmica fez com que os resíduos sólidos – antigo “lixo”-, material descartado e que deveria ser levado para longe da população, passasse à condição atual de mercadoria, podendo ser considerado como insumo para a produção.

Enquanto mercadoria, esse material entra no processo produtivo como outro qualquer, dentro das “leis” de mercado. Agora ele tem reconhecido o valor de troca. Têm inclusive ocorrido roubos de fardos de resíduos, tanto de grupos que fazem coleta, como de cargas de

caminhões que os transportam. Isso faz com que cresça o interesse dos empresários em atuar nessa cadeia. Isso traz grande preocupação com relação às condições de vida e de trabalho para os catadores mais frágeis, pois a correlação de forças desequilibradas tende a dificultar ainda mais a obtenção de renda pelos catadores. Essa situação ocorreu em alguns municípios que implantaram coleta seletiva com caminhão em áreas onde havia catadores que faziam a coleta.

2.3.2. Grupos de Coleta Seletiva: a perspectiva da economia solidária

A condição de pobreza e exclusão social tem feito com que a quantidade de catadores cresça. Porém, as péssimas condições de desenvolvimento desse trabalho têm impulsionado as pessoas a se agruparem. Em São Paulo, cidade em que foram estimados 20.000 catadores, pela Fundação SEADE, em 1999, houve a estruturação de movimentos sociais desses catadores. Há 4 movimentos de expressão, na cidade: Fórum Recicla São Paulo, Comitê Metropolitano do Movimento Nacional de Catadores, Fórum Lixo e Cidadania e Fórum Zona Leste Faz.

O Fórum Recicla São Paulo (FRSP) agregou basicamente grupos de coleta na Região Metropolitana de São Paulo e, por isso, será tomado como referência a seguir. O FRSP foi formado em 2000, em encontro de grupos que faziam coleta seletiva em várias regiões da cidade, sem apoio nenhum de poder público. Alguns grupos tinham apoio da igreja, outros de ONG's, outros de universidades e, ainda, de militantes políticos, todos comprometidos com a formação de uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida. Os objetivos mais importantes eram viabilizar as trocas de experiências e promover a articulação entre grupos de coleta seletiva e estabelecer diálogos com o poder público para estruturar política pública de resíduo que interagisse com a situação concreta vivida por esses grupos.

No caso da coleta seletiva, a "brecha de mercado", discutida por Singer, a comunidade encontrou uma atividade que lhe proporcionava uma renda, para a qual não havia quase nenhuma concorrência. (SINGER, 2004).

A "brecha" estava criada. Só que as condições de trabalho eram totalmente inadequadas e, por ser uma atividade normalmente de responsabilidade do poder público (limpeza urbana), o Fórum começou a se organizar para ir debater com esse sujeito social, uma forma de definir uma situação mais justa de trabalho, propondo a construção de política pública voltada para essa iniquidade social.

Ao longo de sua estruturação, o FRSP provocou discussões entre os componentes dos grupos, chegando até a formulação de Carta de Intenção do Fórum, debatida e formulada com a participação de representantes de várias regiões e nas Assembléias Gerais.

Foram discutidos os princípios fundamentais da economia solidária (SINGER, 2004), que, daí em diante norteariam as ações do Fórum. Entre elas, ressalta-se: o desenvolvimento do conjunto de todos os membros, unidos pela ajuda mútua e pela posse ou uso coletivo de meios essenciais de produção (balanças, prensas e, quando era possível, transporte); a decisão coletiva para comercialização conjunta.

A comercialização coletiva sempre foi de grande importância, pois só assim os grupos poderiam ter mais poder de enfrentar a exploração desenfreada e a situação de negociação que chegava ao extremo de os atravessadores pagarem valores diferentes pelo mesmo material, no mesmo dia da venda, para catadores da mesma área. Faltava articulação entre eles, para terem mais força.

Outra maneira de ampliar o ganho era aumentar a quantidade e a qualidade de materiais e conseguir negociar, coletivamente, com as empresas recicladoras.

O FRSP junto com os outros movimentos de catadores lutou para dialogar com o governo municipal e participou da formulação do Programa de Coleta Seletiva Solidária (PCSS) da cidade de São Paulo. Foram implantadas as primeiras Centrais de Triagem.

Todo o processo de formação do FRSP até a formulação do PCSS, foi um aprendizado político, de crescimento e empoderamento dos participantes, que para construir autonomia, se apropriavam das etapas do processo, conseguiam ter resgatada sua auto-estima, e, atualmente, conseguem se organizar o pensamento e ter força para se colocar nos debates com diferentes públicos.

Das várias instâncias coletivas de trabalhos com coleta seletiva, triagem e comercialização; seja nos pequenos grupos, nas Centrais de Triagem ou nas cooperativas, destacam-se como principais dificuldades nas relações internas, a serem superadas ou que há necessidade de reforçar, para viabilizar esse tipo de atividade, na perspectiva da economia solidária:

- Autoconfiança para participar
- Fortalecimento da Confiança mútua
- Da competição e individualismo à cooperação e participação nos grupos
- Corresponsabilidade na gestão das cooperativas

- Construir processos de apropriação coletiva da organização do trabalho, incluindo a contabilidade.

Outro conjunto de dificuldades, é aquele externo aos grupos, que diz respeito a dinâmica do mercado (local, nacional e global):

- Competição externa, no mercado: a partir do momento que as centrais passaram a oferecer uma quantidade muito maior de materiais, o preço caiu. Mais tarde se recuperou. Porém, esta tem sido uma dificuldade sempre presente.
- Relação com poder público: de que maneira o poder público pode impulsionar a ampliação do ganho dessa parcela da população, e, ao mesmo tempo apoiar a construção da autonomia.

Essas duas últimas questões são fundamentais para avançar na direção do fortalecimento da economia solidária.

Sobre o poder público como agente de desenvolvimento, seu papel é fundamental no sentido de igualar, periodicamente as vantagens e desvantagens acumuladas por grupos específicos, em função de competências diferenciadas entre eles, no sentido de que elas não se tornassem cumulativas. (SINGER, 2002).

2.3.3. Resíduos sólidos e coleta seletiva: alguns desafios e soluções em cidades brasileiras.

A geração de resíduos sólidos no Brasil aumenta continuamente. Entre o penúltimo e o último censo é evidente a diferença entre a elevação muito mais significativa da quantidade de resíduos coletados (56%) em comparação com o crescimento populacional brasileiro (16%).

Parte desse diferencial se deve à ampliação do consumo, tanto pela inclusão de novos setores sociais no mercado consumidor quanto pelo aumento da utilização de materiais descartáveis, principalmente de novas embalagens. Outra parte se deve à otimização dos sistemas de coleta nas cidades cada vez mais adensadas.

A oferta do serviço público de coleta de resíduos ampliou-se muito sensivelmente em algumas regiões brasileiras, mas há ainda várias delas com profunda carência de soluções mais adequadas, principalmente nos estados do Norte e Nordeste, como pode ser visto nos mapas a seguir.

Em grande parte das cidades brasileiras a disposição dos resíduos é realizada de forma inadequada, sem qualquer controle, em lixões a céu aberto, mesmo nos estados de economia mais dinâmica. Em 2000, 64% dos municípios recorriam a lixões para o descarte de seus resíduos. (PNSB, 2002)

Entre os resíduos coletados, há um crescimento bastante acentuado daqueles componentes do que é denominado como “fração seca” dos resíduos. Esses são os materiais coletados pela maioria dos sistemas públicos de coleta seletiva e pelos catadores: papel e papelão, plástico, metais e vidros. Este crescimento vem se dando tanto pelas alterações nos hábitos de consumo da população, como pelas estratégias de produção dos setores industriais, dentro da lógica dos descartáveis e da obsolescência.

Mapa 3 – Destinação final do lixo - 2000

Fonte: Modificado de IBGE, 2004

São ainda poucas as cidades que desenvolvem estratégias para a coleta diferenciada destes resíduos secos. Segundo a (PNSB, 2002), em 2000, eram 451 entre 5.670 cidades brasileiras. Segundo pesquisas mais recentes (CEMPRE, 2008) eram 405 cidades no último ano, e, ainda, segundo esta havia uma adesão significativa de municípios, ano após ano.

A maioria dessas cidades está localizada nas regiões Sudeste e Sul do país. São 7% dos municípios desenvolvendo estes processos e 14% da população sendo atendida por esta coleta diferenciada de resíduos (CEMPRE, 2008).

Gráfico 1 – Evolução: Municípios com coleta seletiva no Brasil

Fonte: modificado de CEMPRE, 2008

Gráfico 2 – Distribuição regional dos municípios com coleta seletiva no Brasil

Fonte: modificado de CEMPRE, 2008

Na composição típica dos materiais coletados nestas cidades predominam o papel e o papelão, e em segundo lugar o plástico, conforme indicado no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Composição da Coleta Seletiva (em peso)

Fonte: modificado de CEMPRE, 2008

A presença significativa de catadores sobrevivendo da recuperação destes resíduos nos aterros e lixões é em grande parte um aspecto peculiar das cidades brasileiras. O levantamento de dados anualmente realizado pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS – vem demonstrando isto e, o último levantamento divulgado, referente aos dados de 2006, revela a ocorrência desta situação em mais de 47% dos municípios pesquisados, como indicado na Tabela 1:

Tabela 1 – Quantidade de municípios com existência, organização e assistência social aos catadores

Existência de catadores nos lixões ou aterros	Existência de organizações de catadores	Existência de trabalho de assistência social aos catadores realizado pela prefeitura
91	131	121
47,4%	53,0%	49,0%

Fonte: Adaptação – SISTEMA (SNIS), 2008

O SNIS obtém os dados em uma amostra de cidades, convidada à prestação de informações. No último levantamento divulgado esta amostra foi de 247 municípios, estando entre eles todos os centros urbanos com população superior a 850 mil habitantes, que têm os melhores sistemas de gestão de resíduos. Portanto, como a maioria dos municípios brasileiros é composta predominantemente por pequenos aglomerados urbanos, é mais provável que a presença destes trabalhadores em lixões e aterros seja ainda maior do que o índice indicado no levantamento SNIS.

Há estimativas que apontam para a existência de mais de 200 mil pessoas envolvidas no processo de coleta seletiva de resíduos para composição de sua renda. De acordo com essa fonte, elas estão desvinculadas dos sistemas de limpeza urbana e retiram de 10 a 20 % dos resíduos urbanos gerados. Eles seriam responsáveis por 90% dos materiais conduzidos à indústria de reciclagem (UNIVERDADE, 2006.).

As pesquisas mais recentes apontam uma presença significativa de cooperativas, após os anos 90, nos municípios que desenvolvem esses processos de coleta diferenciada de resíduos. Segundo o CEMPRE, em 2008, 43% dos municípios possuíam cooperativas; já os dados levantados pelo SNIS, em 2006, apontavam para 53% da amostra consultada. Sendo assim, aproximadamente a metade dos municípios com coleta seletiva tem os catadores organizados em cooperativas.

As cooperativas e associações existentes movem-se em um espaço entre a informalidade e a ação compensatória desenvolvida por organizações e governos locais. Há

enormes diferenças entre os resultados auferidos com o trabalho, desde situações em que é muito baixa a eficiência (780 kg mensais coletados por associado) até outras, com resultados bem superiores (1.750 kg mensais coletados por associado) (UFBA, 2006).

São situações extremas de fragilidade no trabalho que poderiam ser facilmente apoiadas para sua qualificação e multiplicação. Estudos recentes apontam que um posto de trabalho na coleta seletiva pode ser gerado com investimentos entre 3 e 5 mil reais, em uma situação muito diversa de outros setores da economia, como na construção civil (33 mil reais), na indústria de bens de consumo (100 mil reais) e na indústria química (490 mil reais), com valores crescentes em função da intensidade do capital investido. (Idem.)

Esses dados, ainda que parciais, expõem um cenário de amplo potencial de exploração do tratamento da questão da coleta seletiva com envolvimento dos catadores, nos, nos municípios do Brasil, considerando que:

1. há uma tendência crescente de implantação de coleta seletiva;
2. há um grande contingente de pessoas que sobrevivem dessa atividade;
3. ainda é baixa a quantidade de materiais encaminhados para a reciclagem;
4. os custos para criação desses postos de trabalho são mais baixos do que para outros;
5. essas atividades ainda são desenvolvidas com extrema fragilidade.

É possível concluir ainda que há grande necessidade de qualificação e multiplicação desse trabalho e de buscar sua organização de acordo com outros paradigmas baseados na equidade social. Portanto, as políticas públicas de coleta seletiva com catadores deveriam incluir processos de formação.¹⁹

Como afirmado por Sorrentino (2008)²⁰, os catadores podem ser considerados como servidores públicos não estatais. É de sua responsabilidade parte da limpeza urbana e a maior parcela do encaminhamento de materiais reincorporados no sistema produtivo por meio da reciclagem.

¹⁹ Durante a qualificação, foi colocado pela Profa. Dra. Sônia P. Kruppa: “o trabalho que os catadores realizam carece de políticas públicas de resíduos sólidos, que incluam processos de formação”.

²⁰ Essa afirmação oral do Prof.Dr. Marcos Sorrentino foi feita também durante a banca de qualificação.

“O problema central da humanidade nesta era de incertezas é a busca, às vezes desesperada, da identidade, do sentimento de pertencer e de compartilhar com o grupo, sem o qual os indivíduos não conseguem encontrar o ‘sentido da vida’”. (HENRIQUE RATTNER, 2002)

PARTE II – PROCESSOS EDUCATIVOS EVIDENCIADAS COM CATADORES

Capítulo 1 – Pedra sobre Pedra: uma condição comum dos catadores na periferia da cidade

1.1. No cotidiano do grupo, as tensões são acumuladas

Na Zona Sul de São Paulo, existe uma paisagem emblemática dos problemas socioambientais na periferia da cidade. Próximo à Represa Billings, lado a lado se confrontam o Aterro Sanitário de Itatinga e o Núcleo Habitacional Pedra sobre Pedra (“Pedra”), junto com outras ocupações. A primeira, construída com o entulho e terra, rejeitos da construção civil. Enorme, imponente, com “entra-e-sai” de caminhões, maquinário pesado, ductos largos expelindo fogo, engenheiros e guardas.

A segunda montanha, repleta de moradias que se espalham pelo vale entre as duas, com muita gente, carros subindo e descendo por vielas estreitas, bicicletas, cavalos, cachorros, crianças brincando, brigas, escadas e esgoto a céu aberto. Pouquíssimo dinheiro e muito trabalho na luta pela sobrevivência.

De um lado, tecnologias avançadas e um enorme investimento público. De outro, sem investimento e com muito pouco dinheiro a população providenciava, em 1997, o recolhimento de, no mínimo, 10 toneladas por mês de materiais recicláveis que, não fosse isso, seriam depositados num aterro sanitário, possivelmente atravessando a cidade ou, pior, acabariam sendo jogados indiscriminadamente nas ruas, barrancos e córregos e, caindo, finalmente, na própria Represa, lá na Zona Sul.

A cena expõe os problemas ambientais físicos relativos aos Recursos Hídricos e aos Resíduos Sólidos e, ainda, a péssima qualidade de vida dos moradores e o intenso trabalho e muitas ações desenvolvidas por essas populações para superar problemas.

A iniciativa da Associação dos moradores do Núcleo Habitacional Pedra sobre Pedra atraiu vários parceiros que, na intenção de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, apoiaram e ajudaram a fortalecer essa experiência do “Pedra”. Nosso acompanhamento desse trabalho se desenvolveu entre 1997 e 2002.

1.2. Caracterização do núcleo habitacional Pedra sobre Pedra

Dentre outros núcleos entorno do Aterro de Itatinga, ao menos cinco já tiveram alguma interação para coleta seletiva: Pedra sobre Pedra, Cidade Júlia, Jardim Rey, Jardim Luso e Maçã do Amor. Essa área está localizada no distrito da Pedreira, Zona Sul da cidade de São Paulo, na divisa com o Município de Diadema. O maior adensamento desses núcleos foi nas décadas de 80 e 90 mas sua origem data da década de 60, segundo moradores que estão lá há mais de 25 anos. Mas a partir de 1991 é que os núcleos Pedra sobre Pedra e Maçã do Amor, se adensaram muito rapidamente. (Oliveira, 2001).

Desenho 1 – Pedra sobre Pedra e núcleos vizinhos.

Fonte: Representação esquemática de Maria Ruth Freitas Takahashi (folder Pedra sobre Pedra)

A região Sul da cidade de São Paulo teve um crescimento muito intenso na década de 70, quando foi encaminhada e promulgada a Lei Estadual de Mananciais (Lei nº que restringiu e regulamentou o uso do solo dessa região, o que, de fato, não impediu o crescimento acelerado posterior a sua regulamentação.

Em 1997 foi aprovada a Lei Federal nº 9.433 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, delineando outra forma de gestão dos recursos, com descentralização e participação do Poder Público, usuários e comunidades. Definiu também as bacias hidrográficas como unidades territoriais para implementação dessa Política Nacional de Recursos Hídricos e instituiu os Comitês de Bacias como instâncias fundamentais para gestão.

Ainda em 1997, foi aprovada a Lei Estadual 9.866, dispondo sobre diretrizes de proteção e recuperação de bacias hidrográficas, apontando normas para melhoria da qualidade ambiental das bacias hidrográficas de interesse regional. Essas áreas passaram a ser denominadas de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM). (Moreira, 1998).

Os problemas sociais nessa região são extremamente agudos, como em boa parte das áreas mais próximas aos mananciais, com ocupações, na cidade de São Paulo. Na zona sul, são extremamente elevados os índices de desemprego, de violência, enfim, de exclusão social. Nela estão os 2 maiores reservatórios de água da cidade (Billings e Guarapiranga), com intensa ocupação das proximidades de suas margens e, do ponto de vista ambiental, o problema é muito sério, em função da demanda por água para consumo dos aproximadamente 11 milhões de habitantes da cidade. Os conflitos socioambientais se apresentam de maneira explosiva nas ruas, nas vielas e nas instituições locais (escolas, postos de saúde e parques entre outras).

A maioria dos domicílios do distrito da Pedreira tem uma faixa salarial de 2 a 5 salários mínimos (32,7%), em segundo lugar vem um ganho de 5 a 10 SM, com 28,57 % dos domicílios. (São Paulo, 2008). 61,27 % até 10 SM.. Na época, o SM de referência era, no censo de 2000 de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais).

Esses cinco núcleos habitacionais estão numa área de aproximadamente 280 mil m², a menos de 800 m da Represa Billings. O terreno é bastante irregular, com declives abruptos, sujeitos a deslizamentos. (Baeder e Takahashi, 2003)

Embora sendo uma ocupação irregular e não tendo vínculo com algum movimento social de moradia, houve demarcação de lotes, plano de arruamento com traçados viários,

respeitando a definição de áreas institucionais e de lazer (vide os 7 campos de futebol, ao lado do córrego, no Desenho 1). Os espaços vazios foram paulatinamente ocupados, com a ampliação das moradias já edificadas sobre o leito das ruas (sobretudo nas áreas institucionais e de lazer), acima das casas já construídas e até mesmo sobre o córrego principal.

Este local passou por um processo contínuo de degradação ambiental ao longo de vários anos. Pela própria configuração do terreno, a malha de circulação é muito irregular, com vielas estreitas, escadas e barrancos, com drenagem pluvial e sistema de coleta dos esgotos domésticos inexistentes ou bastante precários. Até 2001, ainda havia esgoto correndo a céu aberto, o que aumentava a erosão, os riscos de deslizamentos e a contaminação dos corpos d'água.

A gravidade dos problemas socioambientais, da exclusão social e do uso e ocupação desordenados dessa área de mananciais, fizeram com que boa parte delas tivessem sido incluída no Plano Emergencial, definido no contexto estadual do debate para implementação da nova política de Recursos Hídricos (lei federal), assim como das novas diretrizes para melhoria da qualidade ambiental das APRMs, conforme lei estadual de 1997. Esse plano incluiu o desenvolvimento de campanhas de educação ambiental, o que corrobora a importância de ampliar essas ações educativas.

O acúmulo de lixo nas encostas era um dos graves problemas que aumentavam ainda mais os riscos à saúde e ao meio ambiente. A infra-estrutura de saneamento básico era extremamente precária e, até 1997, não havia sequer a coleta regular de lixo (GUTBERLET, 1998).

Em oposição à paisagem atual e ao modo de vida, antigos moradores do bairro ainda se lembram dos rios, limpos, que encontravam com as pedras, formando um lugar idílico, onde os jovens se reuniam para passear e nadar. As rochas atraíram empresas e a exploração da pedreira, com as explosões constantes acabaram com as mesmas, deixando no lugar uma enorme cratera, que funcionou por bom tempo como porto de areia. (BAEDER e TAKAHASHI, 2003).

Depois da intensa extração de rochas para fabricação de pedra britada, o afloramento do lençol freático impediu a continuidade da exploração da pedreira, originando uma enorme cratera onde se formou uma lagoa com mais de 30 metros de profundidade, conhecida popularmente como “lagoa assassina”. A lagoa era constantemente invadida por crianças e

adultos. Era um lugar onde ocorriam vários acidentes, como afogamentos e malefícios à saúde da população do entorno, uma vez que era muito poluída. (OLIVEIRA, 2001).

Em 1989 a cratera onde, frequentemente, havia depósito de carcaças de carros roubados e até cadáveres, foi transformada no Aterro de Itatinga, vizinho à comunidade Pedra sobre Pedra. Inicialmente foi preenchida com rejeitos da construção civil, classificados como “material inerte”, Classe II-B, segundo a Norma ABNT 10.004 de 2004 (Norma ABNT 10.004, 2004).

Em 1994 a Prefeitura de São Paulo passou a depositar no Aterro, além dos inertes, todos os resíduos da coleta domiciliar. Os moradores reagiram e houve então a restrição de uso do aterro que passou, novamente, a receber apenas inertes. A vida útil do Aterro terminou em 1997, quando ele passou a ser apenas ponto de transbordo desse material. (BAEDER e TAKAHASHI, 2003).

O lixo sempre foi muito presente no cotidiano e um grande problema para os moradores do Pedra sobre Pedra. Embora lutando contra a deposição do lixo doméstico no Aterro pela prefeitura, a própria população depositava indiscriminadamente o lixo pelas vielas. A percepção dos moradores sobre os problemas que a disposição indiscriminada do lixo pode trazer em geral é limitada. (GUTBERLET, 1998; OLIVEIRA, 2001). O acúmulo de toneladas desse material criou uma condição de risco permanente e, na fala do presidente da Associação, Jocemar Silveira, “ou eles tomavam uma providência, ou seriam soterrados pelo lixo”.

1.3 O projeto da coleta seletiva no Pedra sobre Pedra – penosa construção

O acúmulo de lixo, trazendo inúmeros problemas de saúde, de moradia e amplificando a pressão dos órgãos públicos sobre o “Pedra”, pela desocupação da área, por se tratar de Área de Proteção a Mananciais, motivaram a Associação de Moradores a priorizar as ações para sanar esse problema no Núcleo. A gestão desse problema era uma necessidade premente e exigia muito empenho para encontrar saídas.

Diversos mutirões foram realizados e muitos materiais foram recolhidos das vielas. A comercialização desses materiais era praticamente inviável por estar sujo, contaminado. A constatação da quantidade de resíduos gerados e a necessidade de gerar renda provocaram a

Associação a estruturar um projeto de coleta seletiva, com o objetivo de comercializar e gerar recursos financeiros que serviriam, ao menos inicialmente, para custear os trabalhos da entidade e fortalecê-la.

O projeto da Coleta Seletiva foi aprovado em Assembléia dos Moradores, com aproximadamente 4000 (quatro mil) pessoas, em Fevereiro de 1997, dando início aos trabalhos com o lema “*o lixo só é lixo se você quiser, o lixo só cheira mal se você deixar*”, criado pelo José de Aleluia, compositor e poeta do Núcleo.

A coleta propriamente dita começou em 1998, com o envolvimento da população local, e foi sendo ampliada para outros núcleos habitacionais, escolas e condomínios. Desde o começo, sempre havia muitos desafios, para manter o projeto. A Coleta Seletiva, realizada pelo grupo, engloba a coleta dos materiais, transporte, instalações para armazenamento e a comercialização desses materiais.

Para conseguir os materiais, o pessoal da Associação visitava os moradores para informar quais materiais eram recicláveis; qual era a melhor forma de acondicionamento; em que dias da semana haveria o recolhimento e também para deixar sacos plásticos para a população armazená-los.

No início, a parte do núcleo em que se realiza a Coleta, englobava quase 3000 domicílios, com o número médio de 4,2 pessoas por domicílio, aproximadamente 13000 habitantes. A renda familiar média nessa área era de 2,5 salários mínimos e a média per capita de 1,2 salários mínimos. De acordo com o presidente da Associação, havia mais de 90 % de adesão da população.

Os materiais coletados eram armazenados na sede da Associação, que logo ficou muito pequena para a quantidade de resíduos coletada. O grupo conseguiu alguns big bags para recolher e guardar o material na Associação até a sua comercialização. Em pouco tempo, tiveram que fazer um tablado, formando um segundo piso na sede, duplicando então o espaço melhorando a acomodação, apesar de estar encravado na encosta do morro. O presidente da Associação construiu uma prensa de madeira, manual. Era necessário um grande esforço para comprimir o material e formar os fardos que ocupavam menos espaço e assim, era possível conseguir um preço melhor. Com isso, começaram a trabalhar a coleta seletiva como possibilidade de geração de renda, como complementação da renda obtida de outros serviços.

A renda aumentou e foi possível comprar uma prensa elétrica, à prestação. Depois, eles conseguiram comprar um pequeno e velho caminhão. Novamente, com muita

engenhosidade e trabalho, o presidente da Associação colocou uma tela para ampliar a capacidade de transporte do velho caminhão.

No entanto, tudo foi muito difícil: a prensa exigia a instalação elétrica trifásica, que é caríssima e o caminhão, por ser muito velho, consumia boa parte dos recursos, em manutenção. Boa parte do tempo passava encostado na oficina.

As condições da coleta, de armazenamento e de venda eram bastante precárias, em 1998. Exemplo dessa situação foi uma venda de caixinhas Tetrapack: o pessoal armazenou por quase dois meses, conseguiram vender os 1330 kg acumulados por R\$116,20, pagando R\$70,00 de frete. Ou seja, ganharam R\$ 46,20, mas gastaram quase esse valor com fitas para amarrar os fardos. Portanto, fica claro que nem sempre a reciclagem é economicamente viável, mesmo que as indústrias veiculem na mídia essa possibilidade.

Enfim, o projeto não conseguia ser autosustentado. As pessoas só conseguiam ter uma subsistência numa condição muito indigna, apesar do intenso trabalho.

De fato eles estavam fazendo um trabalho de limpeza e conservação do núcleo, dos córregos e da própria Represa. Porém, não havia quase nenhum apoio por parte do poder público, responsável direto por esses serviços na cidade. O apoio de empresas também era inexistente.

Nesse contexto, quais poderiam ser as contribuições de um trabalho educativo? O que poderia ser feito pelos atores que estavam conhecendo e interagindo com essa realidade local do Pedra sobre Pedra? O que era possível fazer, que fosse além da atuação assistencialista, mas que pudesse construir uma perspectiva real de superação dessa condição: sem dinheiro, sem direito à moradia digna, com muita força de trabalho, muitos saberes, muita criatividade e, ainda, com muita gente nessa mesma situação?

Para os diferentes atores sociais envolvidos no processo, apesar da coleta ainda não ser auto-sustentável, é muito importante do ponto de vista socioambiental e tem ampliado seu potencial de geração de renda através de iniciativas cooperativistas. Durante estes anos a coleta tem produzido um impacto significativo na diminuição do lixo disposto inadequadamente. As vielas integradas na coleta estavam ficando muito mais limpas que as outras. A população estava participando, guardando e entregando os materiais recicláveis para o pessoal da associação responsável pela coleta.

Nesse contexto todo, qual é o papel de quem quer apoiar esses grupos? O que é fazer Educação Ambiental, dentro dessas condições? Quais são as possibilidades e limites de atuação?

1.4 O trabalho formativo com o núcleo habitacional – possibilidades e sonhos

O comprometimento com o “Pedra” implicava buscar, juntamente com as lideranças da Associação de Moradores, soluções para os problemas imediatos e locais, tendo como norte as preocupações mais amplas do ponto de vista do fortalecimento das pessoas, do grupo e da sustentabilidade socioambiental.

Nesse mesmo ano, o LAPECH da FEUSP desenvolvia atividades de Educação Ambiental, por meio do estudo do meio, nessa região e a equipe da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que também trabalhava nessa área, tomando conhecimento desse trabalho com professores e coordenadores pedagógicos, solicitou que fossem desenvolvidas atividades do PEC²¹ com escolas nas proximidades do Pedra sobre Pedra, de tal forma a construir interações locais.

Dos trabalhos desenvolvidos com essas escolas, surgiram outras propostas de Educação Ambiental, com escolas e lideranças comunitárias dessa área na Zona Sul. Estreitaram-se os laços entre a Associação do “Pedra sobre Pedra” e a equipe que estruturou esses trabalhos. Daí em diante, uma representante da Rede Mulher de Educação (RME), professora e alunos do Centro Universitário Fundação Santo André (na época ainda somente Fundação Santo André), começaram a trabalhar com o pessoal, construindo caminhos, em continuidade a trabalhos anteriores, no sentido da solução dos problemas e fortalecimento da coleta seletiva e de sua organização.

Uma das estratégias definidas pelo grupo foi procurar parcerias, interações com vários atores, instituições públicas e privadas. Havia necessidade de conseguir outro terreno para o armazenamento dos materiais da coleta, aumentar a quantidade coletada, melhorar a qualidade do material coletado, melhorar e padronizar a triagem dos materiais, conseguir melhores preços na comercialização, fortalecer o envolvimento dos moradores que compunham o grupo

²¹ PEC – Programa de Educação Continuada – Uma programa desenvolvido pela Secretaria do Estado da Educação, com professores, coordenadores pedagógicos, Assistentes Técnico Pedagógicos, da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo.

de trabalho, ampliar sua participação no projeto, criar interlocução com grupos de coleta de núcleos habitacionais vizinhos e outros possíveis parceiros para a venda coletiva.

Desde o início, ficou clara a necessidade de fazer um trabalho educativo que fosse vinculado às necessidades operacionais da coleta e, ao mesmo tempo, à necessidade de fortalecimento do processo de autogestão, no interior do grupo, que apontasse para a construção de um processo socialmente mais amplo. Isso implicava criar um espaço regional de articulação, possibilitar trocas para resolver e minimizar os problemas para garantir a sobrevivência das pessoas e dos grupos de Coleta Seletiva.

Do ponto de vista social, político e ambiental, pretendia-se ampliar a autonomia desses grupos, sua inserção nas decisões na gestão da cidade, criar condições e construir uma forma de geração de renda nos parâmetros da Socioeconomia Solidária. Quanto à problemática ambiental, era relevante conseguir um comprometimento das populações com as condições ambientais locais, com relação aos aspectos físicos, com mudanças de comportamento no cotidiano e com fortalecimento da participação na gestão ambiental, nas decisões locais, envolvendo a discussão das políticas públicas para a área.

Em suma, tinha-se como objetivo maior, consolidar o processo de Coleta Seletiva, com a construção da autonomia econômica e política da comunidade; incrementar processos para garantir a participação na gestão ambiental, assim como permitir a compreensão dessa atividade no interior da problemática dos resíduos sólidos em áreas urbanas e no contexto histórico atual.

O envolvimento de estudantes universitários era importante, pois além de suas contribuições para o projeto, essa vivência permitiria o desenvolvimento de potencialidades, mas, antes de tudo, fortaleceria a convicção da possibilidade e necessidade de participar da construção de saídas para os problemas socioambientais mais graves.

1.5. O desenvolvimento dos trabalhos

1.5.1. Princípios gerais

O princípio fundamental de contribuir para a constituição de processos voltados para sociedades justas e ambientalmente sustentáveis norteou as atividades no “Pedra”, as interações com outros grupos e a própria participação dos alunos. Pelo tipo de interação, pelos motivos que nos levavam ao Núcleo habitacional, pela sua carga de comprometimento com a sobrevivência e ampliação do projeto e da rede de grupos, tratava-se de uma parceria e não de uma assessoria, pontual ou continuada.

Somaram-se a esses aspectos ideológicos, a persistência, a força de vontade e a intenção das lideranças de “criar” novas condições para os moradores, fazendo deste um trabalho muito especial, o que motivou a continuidade da nossa parceria com o núcleo.

Entre os princípios básicos do trabalho, o mais amplo era a busca da emancipação humana e a construção da autonomia da comunidade. O acompanhamento e a apropriação do processo foram fundamentais na busca da autonomia.

Os trabalhos foram desenvolvidos sem financiamento e, como se pretendia construir um processo duradouro, não era possível prever começo, meio e fim. O que orientava as ações eram as necessidades e as possibilidades de soluções, de acordo com as alternativas apontadas pelo conjunto de pessoas do projeto. O envolvimento ia sendo construído de acordo com as necessidades do grupo de coleta e das interações com possíveis parcerias do setor público e do setor privado, dentro de nossas possibilidades de agendas. As ações de apoio do Centro Universitário Fundação Santo André e da Rede Mulher foram bastante diversificadas, uma vez que eram estruturadas conforme as necessidades que emergiam durante a evolução do projeto.

A sistematização dos processos e discussão eram constantes. Procurava-se sempre o protagonismo dos catadores/moradores do Núcleo habitacional, decidindo e refletindo sobre as etapas do trabalho, no planejamento de novas ações e planos para o futuro. A partir da identificação das necessidades, procurava-se, pelo diálogo no grupo, definir encaminhamentos para buscar soluções para cada uma delas. Depois, definia-se quem poderia fazer o que e quando. A sistematização feita juntamente com o grupo permitiu a troca dos saberes já acumulados pelos participantes do projeto, a socialização de informações, o compartilhamento das decisões, das ações e de afetividades.

Era difícil sair de uma reunião com um Plano de Ação, propriamente dito, nos moldes, por exemplo, do Plano de Ação, resultantes das Oficinas de Futuro da Agenda 21 do Pedraço, publicada em 1996 pela Prefeitura de São Paulo (AGENDA 21 do Pedraço, 1996). A oficina de futuro é uma metodologia criada pelo Instituto Ecoar para a Cidadania, para construir de maneira participativa, com as comunidades, a Agenda 21 local. Em alguns encontros do Pedra foi possível planejar ações, mas mesmo que elas não estivessem detalhadas, sempre se identificava o compromisso das pessoas, pois elas efetivamente davam encaminhamento aos “acordos” feitos nas reuniões.

1.5.2. Ações desenvolvidas com o grupo

O levantamento das condições da coleta seletiva e a identificação de necessidades e possibilidades foi a primeira iniciativa com o grupo que desenvolvia a coleta e aqueles que estavam se agregando ao projeto.

Ficou evidente a necessidade de apoiar o grupo na busca por melhoria da infraestrutura, seu fortalecimento e articulação com outros grupos. Eles já tinham contato e tinham iniciado o diálogo com outros grupos em situação semelhante, nas imediações. Além dos grupos de coleta dessa área, havia contatos da associação de moradores com outras instituições e possíveis parceiros.

O desenho a seguir, mostra o “mapa falado” das interações na área do “Pedra”, feito de forma coletiva, numa das reuniões:

Desenho 2 – Sistematizações das interações entre diferentes sujeitos sociais na área do “Pedra”

Na época, estavam sendo implantadas melhorias de saneamento nos núcleos, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), através do programa “Pró Sanear”, em acordo assinado pelo governador Mário Covas, com a Caixa Econômica Federal (CEF), por se tratar de Área de Mananciais.

O mapa acima foi construído com o diálogo durante uma das reuniões. Utilizando tarjetas, fomos mapeando possíveis parceiros e discutindo possibilidades de interações.

As demandas prioritárias eram: ampliação de espaço para o trabalho. Era preciso buscar novo terreno, pois no local da sede da Associação, não era possível ampliação alguma, sem contar que a sede da Associação estava situada numa encosta bastante íngreme, com risco de desabamento.

Por meio de contatos e reuniões com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), o grupo conseguiu obter concessão de uso de um terreno nas proximidades da Represa Billings para a Associação. A EMAE ainda detinha a propriedade de uma grande quantidade de terrenos no entorno da Represa.²²

Para o projeto de coleta seletiva, o terreno era fundamental, pois possibilitava as atividades de triagem e de armazenamento. Para a EMAE, havia um interesse em garantir o terreno ocupado de forma legalizada, impedindo novas invasões pois isso era comum nas proximidades da represa.

A busca pela regularização do uso do terreno implicou uma longa série de reuniões com a EMAE, durante aproximadamente dois anos (1998 a 2000). Essa interação permitiu um aprendizado de interlocução com esse tipo de instituição pública, assim como com outras instâncias do poder público, responsáveis pelo uso do solo na área de mananciais.

Para poder construir um espaço de trabalho e regulamentar o uso do terreno, houve necessidade de obter uma “permissão” (licença), emitida pelo Departamento do Uso do Solo Metropolitano (DUSM), vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A EMAE fez a planta de um galpão e o relatório das condições físicas do terreno, com as respectivas plantas e o grupo da coleta. Com os apoios do Centro Universitário FSA e da Rede Mulher de Educação, fizeram também o histórico do grupo e o mapa das ações a serem desenvolvidas dentro do galpão, exigidos para a liberação do terreno.

²²A EMAE é uma parcela pública restante do processo de privatização da antiga Eletropaulo na década de 1990. A posse dos terrenos em torno da Represa é oriunda da construção do reservatório Billings, pela The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited, na década de 1920.

De posse do projeto, a EMAE se comprometeu a dar entrada da solicitação da licença ao DUSM. Depois de encaminhado o processo, a EMAE comunicou ao “Pedra” a necessidade de levantamento planialtimétrico do terreno e solicitou que a própria Associação de Moradores o fizesse. É evidente que isso exigia uma competência técnica fora do alcance dos moradores. Felizmente, ainda estava em andamento o projeto Prosanear, cuja equipe técnica se dispôs a fazer o levantamento solicitado.

A interação com a EMAE foi além do terreno. O pessoal do “Pedra” passou a fazer a coleta de materiais recicláveis gerados nas instalações da própria EMAE. A Instituição passou a doar, principalmente, papéis para o projeto. O que se verificou é que anteriormente a esse acordo, ela, como grande geradora, tinha um gasto mensal de aproximadamente R\$ 200,00, para dar um destino adequado a esses resíduos. Essa foi outra etapa de aprendizagem para o grupo.

O presidente da Associação conseguiu junto a uma firma das imediações, a doação de um galpão de madeira, compatível com as principais exigências. Ele foi construído no terreno, em mutirão. As instalações do galpão ainda não possibilitava o funcionamento da prensa elétrica. Mais uma vez, com parcerias, o presidente da Associação conseguiu projetar e fabricar uma prensa hidráulica manual. Conseguiu-se, através de outros apoios, a fabricação de várias unidades da prensa, que foram comercializadas para outros grupos de coleta, a baixo custo.

O grupo construiu ainda um escritório, em alvenaria, com o apoio do Comitê Betinho, após várias reuniões com o sindicato dos bancários. Além do escritório, a construção incluía uma sala para Educação Ambiental e dois vestiários./ sanitários. Com todo o processo vivido, houve ampliação dos pontos de coleta. O grupo passou a fazer a triagem do material no galpão, e organizar os documentos e controles do processo. As reuniões passaram a ser realizadas no escritório, onde ficaram guardados os registros.

Passado um tempo, o galpão pegou fogo, e até hoje não foi possível reconstruí-lo. Até hoje não se conseguiu apurar a causa do incêndio, se criminoso ou não. Atualmente, os materiais estão sendo armazenados na sala inicialmente projetada para ações de Educação Ambiental, com o grupo e com pessoas da comunidade.

Em todo o processo, a constante sistematização coletiva e a troca de experiências, possibilitou o acesso às informações e o início da construção da gestão coletiva da coleta, com a apropriação dos processos construídos pelo grupo.

A conquista de parcerias para melhorar as condições, era uma necessidade constante, para viabilizar a manutenção do caminhão, do local de triagem, das condições de armazenamento e da divulgação. No Núcleo “Maça do Amor”, que integrava o projeto de coleta, havia um cantor, poeta e compositor que, sensibilizado e envolvido com o projeto do grupo, compôs músicas sobre a problemática ambiental. O grupo discutiu a possibilidade de gravar um CD para divulgação dos trabalhos, conseguir parceiros e verbas para incrementar o projeto.

A confecção do CD foi um processo que envolveu a comunidade, desde a elaboração da capa. Foi realizada oficina de artes com jovens e crianças no Núcleo, para a representação do Pedra sobre Pedra. Essa atividade foi bastante intensa, como é possível ver nas fotografias a seguir:

Baeder, 2003

Fotografias 1 e 2 – Oficina de artes para produção da capa do CD

O CD “O que fere o planeta” foi gravado com o apoio de vários parceiros: músicos, estúdios que cobraram baixos preços, por se tratar de um projeto de cunho social e uma pequena verba do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

Com o apoio da CEAM (SMA), foram elaborados novos materiais de divulgação, como o folder sobre a história do projeto de coleta seletiva no “Pedra” e outro folder explicativo, para ser distribuído para a população (do núcleo e dos pontos fora do núcleo onde o pessoal fazia a coleta).

A articulação com vários parceiros viabilizou a produção do CD. A rede estadual de ensino se interessou em comprar 10000 exemplares, para encaminhar para as escolas e servir como material didático básico para educação ambiental, com relação à problemática de Resíduos Sólidos.

O CD foi um trabalho em conjunto, não comercial, cujo objetivo era promover o debate sobre as questões socioambientais e divulgar a importância para o coletivo de grupos que, como o Pedra, tentam sobreviver da coleta seletiva.

A possibilidade de vender o CD para a rede de escolas, vinha ao encontro dos objetivos do “Pedra”. No entanto, não foi possível efetivar, pois a Associação não tinha distribuidor do CD e a compra só podia se efetuar por intermédio de um distribuidor comercial, em função da licitação, enfim, a legislação exigia.

Em 2002 permaneciam ainda como desafios a inclusão de novas pessoas do próprio núcleo habitacional e o fortalecimento da postura coletiva, assim como o estreitamento do diálogo e interações locais. A própria condição de exclusão provoca a desconfiança, o esforço sobrenatural individual, exceto quando existem outras discussões e alguma iniciativa mais consistente de ação coletiva. O trabalho coletivo, mesmo existindo condições de vida e de trabalho desfavoráveis.

Dessa experiência do “Pedra”, ficou evidente a dificuldade, e, em muitos momentos, a ausência de vontade política real das instituições públicas com projetos de inclusão social, embora esse objetivo esteja citado em seus planos e políticas institucionais. Nesse quadro de carência dessa população, há necessidade de criar caminhos de inclusão e crescimento e valorização do potencial dessas pessoas.

Para falar em inclusão social, em compromisso com a sustentabilidade socioambiental, é preciso empenho em construir caminhos alternativos àqueles estruturados dentro da lógica e da burocracia que impedem o acesso dessa população aos bens produzidos socialmente e à participação nas decisões.

Se as regras do mercado deixam de fora parcelas expressivas da população, é preciso questionar sobre o papel do poder público no fortalecimento dessas iniciativas da sociedade civil e na formalização de caminhos para sua qualificação e formalização.

No mercado, a disparidade entre o preço pago pelos atravessadores aos catadores e o valor que recebem pelo mesmo material na negociação direta com a indústria recicladora é muito grande. Há também diferenças significativas entre o pagamento feito aos grupos, pelos mesmos compradores, na mesma região. A socialização de informações era fundamental, para traçar estratégias de fortalecimento dos grupos. A venda conjunta, com outros grupos passou a ser uma necessidade, pois, por meio dela, seria possível aumentar a quantidade de materiais

coletados e com a troca de informações, melhorar também a qualidade do material coletado e a triagem.

Esta é a história da luta ferrenha pela sobrevivência de pessoas destituídas de direitos básicos como morar e comer dentre outros tantos, em uma das cidades mais ricas do Brasil, do ponto de vista econômico-financeiro.

Era um ato de bravura, junto com vários outros que, felizmente pode-se encontrar nessa população que se amplia na mesma proporção do desemprego. Infelizmente, é possível encontrar inúmeras famílias que ou detém essa força e criatividade ou simplesmente não sobrevivem nesta cidade e, indo mais longe, no mundo regido pelas regras do mercado, nesse modo de produção capitalista.

Era preciso muitas parcerias, pois a carência era bastante grande. No Pedra, elas sempre impulsionaram e viabilizaram avanços, mesmo não sendo definitivas. Elas compuseram uma malha de relações em que o envolvimento era crescente. A troca de informações e a ação articulada de atores sempre foram positivas.

Do ponto de vista da universidade, com objetivo e vontade de desenvolver Educação Ambiental que criasse processos de transformações socioambientais, impunha-se o compromisso de agir. Mais que o compromisso, estava colocada a vontade de arregaçar as mangas e apoiar processos que permitissem melhorar a vida dessas pessoas e, ainda, viabilizar a participação dos alunos, com toda a garra e criatividade da juventude, para pensar alternativas e construir saídas para o problema que faz parte da realidade de suas vidas e, com certeza, permitir uma atuação futura quando eles se tornassem professores.

Havia um grande desafio, com relação ao poder público: pensar em como impulsionar outra forma de atuação que não seja o favorecimento da parcela mais abastada da população. Essa questão era evidente e relativa a várias instâncias do poder público que, localmente, mal reconhecia o esforço e o trabalho desses grupos de coleta.

As escolas públicas, os postos de saúde, os agentes comunitários de saúde, os agentes de educação ambiental dos programas emergenciais de mananciais, as autarquias públicas, enfim, toda a estrutura do Estado, presente de várias formas na região, poderiam somar esforços para efetivamente contribuir para o avanço da qualidade de vida e para a viabilização participativa de um ambiente sustentável.

Há muitas pessoas e instituições preocupadas e comprometidas em encontrar soluções para essa problemática na perspectiva emancipatória dessa população, que inclui na pauta de

sua luta a necessidade de outro papel do poder público, através da criação de políticas públicas participativas nas quais seja reconhecido o trabalho dos catadores de resíduos sólidos.

Os processos vividos provocaram a reflexão coletiva, a comparação de situações, a identificação dos sujeitos sociais com os quais a coleta feita pelo grupo se relaciona ou, deveria estabelecer relações, como outros grupos de coleta seletiva, o setor de limpeza urbana do município ou as indústrias recicladoras. Esse processo provocou o reconhecimento do “inacabamento da história”, como é entendido por Freire (1997) e, o envolvimento posterior com processos organizativos foi um indicador de saída da condição individual para a vivência coletiva na história, ao menos de algumas lideranças.

Internamente no grupo, em 2002, havia necessidade de ampliar o envolvimento da população, o comprometimento maior do próprio grupo, criar alternativas para fortalecimento da confiança mútua, de socialização de informações e manter transparência. Diminuir a distância entre lideranças e outros componentes do grupo era outro desafio da dinâmica interna.

Diante de tantos desafios, era cada vez mais evidente a necessidade de ampliar a rede de relações. Assim como o “Pedra”, há diversos outros grupos na cidade e na Região Metropolitana, tentando sobreviver da coleta seletiva.

A melhoria de vida dos catadores somente é possível com ações coletivas e muita persistência e união pois, isoladamente, a maioria dos catadores sobrevive em condições subumanas.

Da mesma maneira, há várias ações militantes com núcleos habitacionais, da mesma forma que com o Pedra, com interações de iniciativas que ocorrem localmente e que podem desencadear processos de mobilização da sociedade civil e, como em outras regiões da cidade, contribuíram para a constituição de uma das organizações dos catadores, o Fórum Recicla São Paulo (FRSP).

2. Fórum Recicla São Paulo - Pesquisa Participante no FRSP

2.1. Dos grupos da cidade ao Fórum Recicla São Paulo: novas perspectivas, desafios e os avanços

A partir de contatos estabelecidos com pessoas vinculadas a outros grupos de coleta de materiais recicláveis, foi realizado um Seminário de grupos de Coleta Seletiva da Grande São Paulo, na Assembléia Legislativa de São Paulo, em março de 2000, em que se discutiu e aprovou a constituição do Fórum Recicla São Paulo (FRSP). Houve participação de grupos das 5 regiões da cidade e de municípios vizinhos (Zonas norte, sul, leste, oeste e centro). Das cidades vizinhas, participaram grupos de Suzano, Poá, Diadema, Cotia e Osasco. Havia pessoas que faziam parte de ONGs, de universidades e de assessoria a parlamentares que apoiavam os grupos de coleta e ajudaram a realização desse seminário.

O Fórum foi formado com a intenção de congregar os grupos de catadores de materiais recicláveis e desencadear ações conjuntas e criar, coletivamente, alternativas para melhorar o trabalho e a vida das pessoas. Ele possibilitava trocas entre essas pessoas e seus grupos, que tinham em comum as dificuldades para ter uma vida digna. Pretendia-se estruturar a comercialização coletiva de materiais e o provocar o fortalecimento político desses grupos.

Até o final do ano de 2000, houve vários encontros com representantes dos grupos da Grande São Paulo, realizados na Câmara Municipal de São Paulo, na sede da ONG Temas Atuais na Promoção da Saúde (TAPS), no sindicato dos bancários, quadra esportiva do sindicato dos bancários e, por fim, na sede do movimento “Juventude Operária Católica” (JOC), que passou a ser o lugar mais constante da reunião das lideranças do FRSP.

Além de vários encontros com representantes de grupos, houve elaboração de Boletins Informativos, foi realizada uma pesquisa participante e processos específicos de formação, de 2000 a 2003.

2.2. Cada reunião, um espaço de troca e aprendizagem

Os encontros sempre foram espaços em que se aprendia coletivamente sobre a quantidade de grupos de coleta que havia, sobre como era feito o trabalho, quais as dificuldades, quais eram as parcerias e quais as diferenças entre as parcerias efetivas e os apoios pontuais.

Um aspecto fundamental que se aprendia no diálogo, era a avaliação das forças de interação de diferentes grupos sociais e dos embates de interesses. Na troca de experiências se construía um quadro das dificuldades e das soluções encontradas. Depois dessa avaliação, que iniciava pelo relato dos representantes dos grupos, era realizada a sistematização do encadeamento das ações, do “mapa falado” de atores sociais envolvidos nos processos.

Depois de alguns meses foi colocada pelos grupos a necessidade de formar uma equipe de coordenação. A coordenação deveria dar encaminhamentos às decisões tiradas nos encontros e fazer mais articulações, pensar e encaminhar projetos, preparar os encontros, entre outras ações. Faziam parte da coordenação lideranças dos catadores e apoios. Na verdade, em função de todas as dificuldades, houve mudanças e nem sempre era possível para todos os membros participarem das reuniões de coordenação. Havia grande dificuldade de participação, até mesmo em função das condições de vida dos catadores. As carências eram muitas: parar de fazer coleta apenas numa tarde, podia significar não conseguir se alimentar mais nesse dia, pois para boa parte deles, o que é coletado tem que ser vendido rapidamente para suprir as necessidades básicas cotidianas. Para muitos, a falta de dinheiro para condução foi motivo de ausência em vários encontros.

A parte de secretaria do FRSP só acontecia devido ao compromisso de alguns que, numa séria militância, faziam os telefonemas, escreviam e imprimiam os documentos para as reuniões, compravam papel e pincel atômico para fazer os painéis das reuniões. Alguns estudantes ajudavam na discussão e no registro em atas, quando era possível. Outros tinham a iniciativa de fazer as listas de presença nas reuniões.

Foi difícil a manutenção do FRSP sem infra-estrutura. Não se conseguia aprovar projetos, ou apoios financeiros. As contas ficavam mesmo para aqueles que, pelo comprometimento, assumiam os trabalhos. Esse era um grande fator limitante. Porém, essa foi uma das fortalezas do Fórum, pois se as coisas aconteciam, era em função de um sério compromisso político com o movimento e do esforço “sem limites” desses comprometidos,

cujo motivo único de estar no FRSP era contribuir na busca por processos para melhoria da vida dos catadores.

Depois de algumas reuniões, verificou-se a necessidade de realizar encontros regionais, de tal forma que fosse ampliada a participação. A proximidade viabilizaria o envolvimento de mais componentes dos grupos de coleta seletiva e permitiria a maior horizontalização e descentralização das decisões. Com a regionalização houve envolvimento de outros parceiros, como ONGs de atuação local e até mesmo do poder público. Os grupos de coleta seletiva saíram fortalecidos, assim como o próprio FRSP, enquanto organização desses trabalhadores. As reuniões ocorriam em diferentes locais, inclusive em praças públicas em que havia fácil acesso para o pessoal. (ver fotografia abaixo, de uma reunião do grupo da Zona Sul, em Santo Amaro).

Baeder, 2000

Fotografia 3 – FRSP – Zona Sul – Reunião na Praça – 2001

Durante os encontros, desde 2000, foi sendo delineada uma série de objetivos, de bandeiras de luta, que se configuraram como uma carta de princípios desse movimento social. Depois de muitos debates, foi marcada uma assembléia para a discussão final, no Centro de Formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST), em São Paulo, em 22 de setembro de 2001.

Em torno de 200 representantes de grupos da Região da Grande São Paulo participaram da assembléia. Era um dia chuvoso. A assembléia estava marcada para outro lugar que, somente na manhã do dia anterior informou a impossibilidade de uso do espaço. Corremos para avisar o maior número possível de pessoas – telefonemas, e-mails (para os

poucos que têm acesso), redes de contatos- e, logo no início da manhã, deixamos um recado para que todos se dirigissem ao espaço do MST.

A presença de tantos representantes, nessas condições desfavoráveis (chuva, mudança de local de encontro), foi bastante significativa. Foi um encontro marcante e emocionante. Inicialmente, fizemos dinâmicas de interação, apresentação de resultados parciais da pesquisa que estava sendo desenvolvida de forma participante, com os grupos do FRSP; apresentação de parceiros e projetos de possíveis novas parcerias. Houve inclusive a presença de representantes do governo municipal de São Paulo.

Depois, nos pequenos grupos, foram discutidas as propostas para a carta de princípios e as bandeiras de luta. Fizemos um grande almoço coletivo. A “sobremesa” foi a apresentação de músicas pelo compositor e cantor do “Pedra sobre Pedra”- José de Aleluia-. Terminado o show musical, passamos à plenária, em que os representantes dos grupos expuseram os resultados das discussões e suas propostas de carta do FRSP. (ver em ANEXO I- Carta de Princípios). Fizemos um rascunho do documento e passamos à votação para aprovação (ver Fotografia 4, da aprovação da “Carta”).

Entre os objetivos aprovados nessa Assembléia geral, compondo a Carta de Princípios, destacam-se:

1. Interação e intercâmbio de experiências e saberes entre os diferentes grupos;
2. Utilização coletiva de espaços e equipamentos;
3. Venda coletiva de material e otimização de transporte;
4. Apoio e referência para montagem de novos grupos;
5. Intercâmbio com o trabalho de educação ambiental de várias escolas;
6. Estruturação dos grupos e estabelecer interlocução coletiva com o poder público em cada município;
7. Formar, no trabalho prático, agentes ambientais comunitários que têm feito um trabalho muito significativo para a melhora ambiental da cidade como um todo;
8. Preparar estes atores para a prestação organizada de serviço público;
9. Reforçar a ação cooperativista;
10. Criar laços comunitários mais significativos;
11. Aumentar a possibilidade de inclusão social e gerar renda;
12. Ampliar a cidadania.

Baeder, 2000

Fotografia 4 - Aprovação da carta de princípios – FRSP - 22 Set. 2001 – “ESPERANÇA”

Desse conjunto de objetivos é possível identificar a intenção de ter no FRSP um apoio para melhoria de vida em suas variadas dimensões.

As reuniões foram processos de crescimento em diferentes dimensões humanas. O trabalho coletivo exige o aprendizado de ouvir, de falar, de sintetizar idéias, de argumentar, aceitar, recusar, exige formas de interação que tragam resultados construídos pelo coletivo. Esses eram “ingredientes” essenciais no Fórum. A definição de ações se dava coletivamente, mediante: a análise de conjuntura, da situação dos grupos, da relação com os governos municipais, com outras instâncias de governo, com os outros programas de saúde, educação, bolsa família, entre outros.

A quantidade de participantes nas reuniões no ano de 2000 foi variada. Mas um fato chamou a atenção: depois da eleição do executivo municipal, quando foi eleita a prefeita Marta Suplicy, houve um aumento significativo de participação. A avaliação das lideranças era de que havia uma grande expectativa sobre a nova gestão da prefeitura. Acreditava-se numa atenção especial com relação à situação dos catadores.

2.3. Pesquisa Participante: reconhecendo parceiros, construindo a identidade

Desde o início do FRSP, ficou evidente a necessidade de conhecer a realidade dos grupos, as condições de trabalho, a quantidade de pessoas que participavam de cada grupo, quantos grupos havia na cidade. Quanto aos grupos cujos representantes participavam frequentemente, estes podiam ser identificados. Porém, daqueles menos frequentes, era difícil

saber essas informações. O FRSP precisava dessas informações para alavancar processos e como forma de auto-reconhecimento e fortalecimento da identidade, enquanto grupo dentro da sociedade. Era fundamental saber qual era o “universo” dos grupos, quais eram as principais dificuldades, o que o movimento deveria tomar como prioridade, enfim, conhecer melhor essa realidade.

Em 2000 e 2001, foi realizada uma pesquisa para identificação dos catadores componentes do FRSP, do trabalho desses grupos e da sua vida, de maneira mais ampla.

Um fator significativo dessa pesquisa foi ter sido uma pesquisa participante, nos moldes já discutidos nas **REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS**, baseada nas idéias de Brandão (1982 e 1987), entre outros. Essa foi a opção do grupo, pois para o Fórum seria importante que, ao mesmo tempo, fosse possível reconhecer seus componentes e estreitar os laços entre os grupos, para construção de identidade. Pela opção metodológica, o cadastramento se tornou um espaço especial de aprendizagem. As entrevistas foram adaptadas de uma entrevista formulada anteriormente pela Secretaria de Assistência Social (SAS) da prefeitura de São Paulo, para levantar a condição dos catadores. Essa adaptação foi feita pela equipe de coordenação do “Recicla”.

O levantamento de dados dos participantes do “Recicla” foi formulado juntamente com os catadores.

Além do conhecimento das condições específicas de cada grupo, houve o estreitamento de relações entre eles, e com os alunos do Centro Universitário Fundação Santo André. A convivência e a troca de informações permitiram o fortalecimento do próprio movimento e a melhora do diálogo dos catadores(as) com instituições privadas e com o poder público, professores e alunos da FSA, representantes da RME e do GEA participaram da pesquisa. A coordenação da pesquisa ficou a cargo de representantes destas três instituições²³, que acompanhavam o FRSP, desde a sua constituição. (Ver equipe de elaboração e de campo, no ANEXO II)

Os objetivos dessa pesquisa participante, tirados de várias reuniões, eram:

- Realizar o cadastro dos grupos que integram o Recicla e construir um “mapa” dos participantes do Recicla
- Levantar a situação do trabalho da mulher na coleta seletiva

²³ Coordenação da pesquisa: Angela Martins Baeder, Araci Mussolino Montieri, Fábio Luiz Cardozo e Maria Ruth Freitas Takahashi.

- Ampliar o processo de trocas entre os grupos
- Fortalecer autonomia do FRSP e resgatar sua história
- Ampliar a formação dos integrantes do Recicla
- Possibilitar aos catadores o desempenho de outras atividades de cunho participativo
- Fortalecer a integração do Recicla com a universidade

Conseguiu-se o apoio com uma pequena verba vinda do Fundo NOVIB²⁴ de pequenos projetos. Essa verba permitiu a viabilização do pagamento do transporte e de uma ajuda de custo para estudantes e catadores.

As etapas que antecederam o trabalho de visitação aos grupos foram muito ricas em interações.

As lideranças de catadores e os estudantes tiveram vários encontros de preparação para as entrevistas em campo, em que se debatia desde o formato e conteúdo das entrevistas, aos instrumentos e os cuidados com as anotações dos dados dos grupos.

Um dos momentos marcantes do processo foi o exercício de “Entrevista Simulada” adaptada do material do desenvolvimento de propostas do “Fundo Mundial para a Natureza” - WWF²⁵ (WWF, 1991). Formamos várias duplas da equipe de entrevistadores (catadores e alunos da FSA). Houve a dramatização/simulação da entrevista, pelas duplas. Cada dupla realizou a entrevista que foi observada pelas outras duplas. Terminada a “entrevista”, havia um breve debate sobre a postura do entrevistador, as respostas, enfim, dos vários aspectos das entrevistas.

A decisão do grupo foi fazer entrevistas em duplas, sendo que o catador da dupla deveria entrevistar o grupo diferente daquele de origem e, ainda, de outra região, no sentido de que ele pudesse reconhecer uma realidade diferente da sua. A dupla foi constituída por um catador e um estudante universitário.

Depois desse processo, foi desenvolvido o trabalho de campo, por essas duplas. Havia encontros semanais da equipe da pesquisa, para discussão dos eventos durante as entrevistas, das questões operacionais e também para trocar as experiências das visitas aos grupos.

24 NOVIB - Netherlands Organisation for International Development Coöpe – “Organização com o objetivo de combate à pobreza, atua através de financiamento de projetos de desenvolvimento, lobby junto a atores políticos e mobilização da opinião pública.” (Polis, 2008)

25 Foi usada a sigla em inglês (WWF- World Wildlife Fund), por ser uma instituição internacional, cuja sigla está bastante difundida no Brasil.

Nesses encontros semanais, havia relatos que mostravam a troca de informações que acontecia entre os entrevistadores e os grupos entrevistados, sobre os vários componentes do trabalho da coleta realizada por esses grupos. Eram trocas sobre a forma da coleta, as condições de infra-estrutura para armazenamento, o preço de venda dos materiais, os registros e a ausência de registros da contabilidade do grupo, a relação com a população que doava os materiais, enfim, sobre os variados aspectos da coleta seletiva. Foram muitas surpresas. Ora o entrevistador se identificava com o grupo entrevistado, ora se surpreendia com o fato de seu grupo ter conseguido superar alguns problemas.

O levantamento trouxe muitas surpresas e as mais impactantes foram sobre a quantidade de pessoas vivendo da coleta seletiva e sobre a quantidade de materiais coletados por eles, de forma autônoma, sem apoio do poder público e, ao mesmo tempo, sendo devorados pelas regras do mercado. Essa realidade era extremamente complexa, completamente ignorada pela sociedade e por eles mesmos.

Os resultados foram bastante significativos para a construção da identidade pelo FRSP. Um dos mais marcantes foi o estreitamento de laços e conhecimento de outros grupos pelos próprios catadores.

A discussão dos resultados quantitativos possibilitou aos grupos, o reconhecimento de outros processos internos operacionais de coleta e de triagem assim como o reconhecimento de formas de controle contábil de seu trabalho.

Houve também um estreitamento de laços entre os alunos e os catadores. Ficou evidente o contraste entre as necessidades e a dinâmica real das interações dos catadores e a distância das políticas públicas e da própria sociedade como um todo.

Não é objetivo deste texto, fazer uma discussão aprofundada e detalhada desse levantamento. Porém, alguns resultados são importantes para o entendimento do processo da organização do Fórum e da construção da identidade. Por esse motivo, são apresentados aqueles resultados mais significativos, no sentido de compor as preocupações a serem incluídas na ação educativa. Eles estão colocados nas tabelas, gráficos e quadros a seguir, com os respectivos comentários pertinentes a esta pesquisa. É importante destacar que o levantamento foi feito em 2001.

Segundo esse levantamento, faziam parte do Fórum 73 grupos das zonas Sul, Leste, Oeste, Norte e Central da cidade, e também de outros municípios da Grande São Paulo. Ao todo somavam-se aproximadamente 1200 pessoas. (Ver Tabela 2)

Tabela 2 – Totalização de dados pesquisa participante FRSP

FÓRUM RECICLA SÃO PAULO – 2001 – Totalização de Dados	
Quantidades de grupos	73
Cadastros realizados	45
Número de pessoas	1143
Quantidade coletada por 31 grupos ton / mês	690

Fontes: FRSP, 2001 e BAEDER et al., 2001

As principais dificuldades no trabalho, apontadas pelos grupos estão no Gráfico 2. Foi possível reconhecer aspectos da coleta que deveriam ser resolvidos, em qualquer sistema que integrasse as ações dos grupos: no movimento social ou na estruturação de qualquer sistema público de coleta com esses sujeitos sociais.

As principais dificuldades eram o transporte, o espaço para armazenamento, o acesso a equipamentos (balança e prensa, principalmente) e relação com compradores (atravessadores).

Gráfico 4 – Dificuldades citadas pelos grupos

Fonte: FRSP, 2001

Outras dificuldades foram evidenciadas pela ausência de respostas, como por exemplo, sobre a contabilidade. (BAEDER, et al., 2001)

No Quadro 1, estão expressos os motivos que levaram os catadores a trabalhar em grupo.

OBJETIVOS: Por que veio para o projeto (47 grupos entrevistados)		
Implantar cooperativa	9	1. Dimensão social
Reabilitação população de rua e dependentes químicos	3	
Organizar catadores	2	
Reconhecimento da profissão	1	
Projetos sociais	1	
TOTAL DIMENSÃO SOCIAL	16	
Conscientização / educação	10	2. Preocupação ambiental
Educação ambiental	11	
TOTAL PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL	21	
Trabalho e Renda	28	3. Trabalho / renda
Trabalho para mulheres	2	
Aumentar infraestrutura	2	
Ampliar coleta seletiva	2	
TOTAL TRABALHO / RENDA	34	
Branco	7	Branco
TOTAL FINAL RESPOSTA	78	78 respostas

Quadro 1 – Objetivos para participação nos grupos de coleta

Fonte: Adaptado de FRSP, 2001

Essas motivações foram agrupadas em três grandes categorias: dimensão social; preocupação ambiental; trabalho e renda. Como era de se esperar, o sentido de obter renda da coleta foi o principal. Porém, a surpresa ficou por conta das duas outras categorias (1. dimensão social e 2. preocupação ambiental). Não era esperada a explicitação tão evidente da preocupação em implantar cooperativas, tendo o significado de cooperativismo e nem mesmo a grande preocupação com relação aos problemas sociais como com os dependentes químicos e a população de rua.

A preocupação com o problema ambiental, também esteve presente numa proporção acima do esperado. A prioridade atribuída à renda não retira o valor da preocupação desses trabalhadores com o meio ambiente. Ela apareceu em segundo lugar dentre as motivações.

O gráfico abaixo mostra a proporção das diferentes motivações para a participação dos catadores nos grupos que faziam parte do FRSP.

Gráfico 5 – Motivação para trabalhar em grupo

O gráfico seguinte mostra a quantidade de grupos de acordo com a faixa de toneladas vendidas ao mês. A maioria (27 %) vendia abaixo de 4,9 ton/mês mas o número de grupos que coletam nas duas primeiras faixas é muito próximo, somando metade dos grupos entrevistados. No entanto, os que se enquadram na segunda faixa (de 11 a 19,9 ton/mês) coletam até o dobro da quantidade de resíduos em relação aos primeiros.

Gráfico 6 – Quantidade de materiais coletados no total dos grupos

Adaptado de Fonte: FRSP, 2001

Isto mostra a diversidade de situações dos grupos, em relação ao ganho auferido.

O levantamento da situação da coleta pelos grupos do FRSP também foi fundamental para que os componentes dos grupos pudessem reconhecer a amplitude do trabalho que eles realizam na cidade de São Paulo. Isso fica evidente, quando se compara a quantidade de materiais coletados pelos grupos FRSP, com as quantidades coletadas em alguns sistemas públicos de coleta seletiva.

Ficaram evidentes muitas dificuldades nesse trabalho dos grupos. Houve praticamente ausência de controle da contabilidade e a maioria deles não consegue precisar a quantidade de

materiais que coleta. As ausências de respostas mostraram os desafios a serem trabalhados nos processos educativos. (BAEDER et al., 2001).

As quantidades levantadas estão subestimadas, uma vez que nem todos os grupos conseguem ter esse controle. Dos 45 grupos que responderam à entrevista, somente 31 conseguiram indicar a quantidade coletada. Mesmo desses poucos grupos, a quantidade indicada foi bastante expressiva em comparação com a coleta realizada por algumas prefeituras, conforme indicado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Comparação coleta do FRSP com municípios:

Fontes: FRSP, 2001 e Instituto GEA –Ética e Meio Ambiente

Outras situações do trabalho de campo deixaram explícitas outras dificuldades. As pausas e silêncios observados pelos entrevistadores mostravam a necessidade de trabalhar a questão da confiança e do fortalecimento dos vínculos entre eles.

Os resultados da pesquisa permitiriam fortalecer ainda mais o FRSP se conseguíssemos ter mais espaço para discutir, durante os outros encontros do Fórum. Seu potencial para o auto-reconhecimento é maior do que o que se conseguiu explorar. A sistematização dos dados foi terminada somente no final de 2001, quando as reuniões do FRSP priorizavam o diálogo com a prefeitura de São Paulo, pois a perspectiva de construir um Programa Municipal de Coleta Seletiva de maneira participativa era mobilizadora de todos os esforços desse coletivo, naquele momento. O debate desses dados ocorreu de forma mais rica no processo posterior, da Capacitação de 2003.

Essa pesquisa foi particularmente importante para a construção de identidade de grupo. Foi mais um passo para o Fórum Recicla se consolidar como movimento social de catadores, principalmente ao longo do processo de campo, com as visitas e trocas entre os grupos.

Um terceiro momento de formação, no FRSP foi um conjunto de 12 oficinas, realizadas com o apoio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2001 (IPT, 2002). Coordenadas pela FSA, GEA e RME, essas oficinas foram mais um espaço de troca de experiências. Os conteúdos foram definidos de maneira participativa. Esse processo foi mais uma oportunidade para sistematização e apropriação de saberes e de fortalecimento da rede de grupos. Essa foi mais uma oportunidade de construção de metodologias alternativas de trabalho de formação²⁶.

Em todo o processo de organização e ação do FRSP, ficaram transparentes as potencialidades e as dificuldades para consolidação do movimento. As dificuldades maiores são as de conseguir condições materiais para a participação: não há dinheiro para condução, há dificuldade dos catadores em dispor de tempo pois se não coletam não comercializam e, não receber pode significar não ter com o que se alimentar. Não ganhar o dia, nesse contexto não é uma questão de perder lucro. Há dificuldades de comunicação, concretizada por iniciativa dos apoiadores/militantes, pois não há sede, telefone entre outros aspectos de infraestrutura.

Com relação aos aspectos imateriais, pela participação e envolvimento das pessoas, mesmo com tantas dificuldades, apontam para a vontade de fazer parte do coletivo e de atuar em função das transformações maiores nas condições de vida, para além da individual.

Ao longo dos encontros do FRSP e da pesquisa participante, ficou evidente a necessidade de avaliação constante do próprio processo e do contexto mais amplo e da conjuntura. A troca de informações sobre a história dos grupos, dos saberes e práticas, sobre as condições concretas em que se dá o trabalho e das relações com poder público e outros sujeitos sociais foi um constante estímulo ao estreitamento de laços do coletivo. Foi um fortalecimento para a ação conjunta desses grupos.

Estavam sendo criadas as bases para a participação coletiva na mudança das condições de vida, não só desse grupo, mas da população, com relação aos resíduos sólidos. Houve um

²⁶ Essas oficinas serviram de referência para a metodologia de trabalho com os catadores, na publicação: Cooperativa de Catadores de materiais Recicláveis (LAJOLO, 2003)

início de diálogos com o poder público (nas instâncias locais, principalmente: suprefeituras, sistema de saúde, secretarias da habitação e secretaria do Meio Ambiente), no sentido de melhoria da coleta. Essa condição apontava para a possibilidade de construção futura de políticas públicas compartilhadas de resíduos.

Capítulo 2 – “Capacitação” para o Programa de Coleta Seletiva Solidária – Prefeitura de São Paulo – 2003.

Neste capítulo, serão analisados processos educativos desenvolvidos na “Capacitação”, realizada com uma das primeiras Centrais de Triagem do Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura Municipal de São Paulo (PCSS), em 2003 (SÃO PAULO MUNICIPIO, 2003a). A cooperativa em análise é a que iria assumir os trabalhos na “Pré-central” Santo Amaro (ver grupos no ANEXO III), na Zona Sul da cidade. Além da formação com a turma dessa Central, serão objeto de análise, encontros de representantes das quatro Centrais de Triagem que estavam sendo implantadas, dos quais esta turma da Sul participava.

Este foi um processo educativo subvencionado pelo poder público. Porém, a demanda pela capacitação surgiu ao longo do processo participativo da estruturação do Programa Municipal, dando-lhe um caráter próprio, imbricado nos debates e na história coletiva para implementação desse Programa.

No início do governo da Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo, em 2001, o Fórum Recicla São Paulo (FRSP) junto com outros três movimentos vinculados aos catadores e à coleta seletiva na cidade²⁷ estabeleceram o diálogo com o poder municipal, no sentido de reivindicar o cumprimento do compromisso de campanha eleitoral, pela implantação da Coleta Seletiva na cidade, com inclusão dos catadores.

Houve repetidos encontros entre representantes de governo e da sociedade civil, com embates entre posições diferentes sobre a concepção e a operacionalização da Coleta Seletiva na cidade. (GRIMBERG, 2007)

No início, houve resistência para incluir os catadores(as) do sistema de coleta. Depois de muitos embates, e da estruturação das secretarias municipais, teve início um processo mais aberto e democrático, viabilizando a elaboração do Programa em conjunto com os representantes dos movimentos de catadores. Foi montado um Grupo de Trabalho sob coordenação da Secretaria de Serviços e Obras (GT-SSO), composto pelos representantes daqueles movimentos sociais e desta Secretaria Municipal. O objetivo do GT-SSO era

²⁷ Fórum Estadual Lixo e Cidadania (vinculado a movimento nacional); Comitê Metropolitano dos Catadores (vinculado ao Movimento Nacional dos Catadores) e Fórum Zona Leste Faz (vinculado ao Movimento da Zona Leste).

construir um sistema de coleta seletiva, com inclusão de catadores, atendendo ao problema socioeconômico do desemprego, gerando ocupação e renda e, ao mesmo tempo, implantando uma política ambientalmente sustentável quanto aos resíduos, pois deixavam de ir para os aterros e eram re-inseridos na produção.

O governo municipal passava a valorizar o trabalho de coleta seletiva realizado por catadores, na cidade de São Paulo. A coesão dos movimentos dos catadores e o autoconhecimento sobre sua atividade os fortaleceram para a construção do sistema de coleta com poder público. Os dados oriundos da pesquisa realizada no Fórum Recicla, com identificação da amplitude desse trabalho dos catadores: quantidade de materiais coletada; identificação de grupos da cidade e a estimativa da quantidade de pessoas envolvidas, favoreceram esse trabalho.

A estruturação do Programa de Coleta Seletiva Solidária (PCSS) iniciou com o trabalho do GT-SSO, em 2002 e sua implantação foi em 2003. O objetivo principal era a integração dos catadores e catadoras e suas associações num sistema público de coleta seletiva, mas com seu fortalecimento enquanto grupo social e com relações de trabalho cooperativo. Pretendia-se também a participação dos catadores na própria gestão e no acompanhamento do Programa e que estes, ao mesmo tempo, pudessem ter autonomia na gestão de suas cooperativas, em cada Central de Triagem.

Formular esse sistema foi um desafio que simultaneamente colocava em cheque a visão e opção tecnicista, segundo a qual o município, responsável pela limpeza pública, normalmente contratava uma das grandes empresas para efetuar o serviço. Se esta fosse a opção adotada pela prefeitura, o Estado estaria contribuindo com a agudização das condições de trabalho e vida dessa população.

Ao contrário das práticas tradicionais, relativas à coleta de lixo, a construção desse novo sistema de coleta colocou a prefeitura e o coletivo que dela participou em consonância com uma mudança de paradigma da gestão e de destinação final de resíduos sólidos. A questão de Resíduos Sólidos passava a ser entendida não mais como um problema de limpeza pública, mas como uma problemática socioambiental, que exigia iniciativas sustentáveis, do ponto de vista do ambiente físico e também social.

Havia outra mudança de paradigma no sentido do Poder Público tomar como ponto de partida as ações concretas já realizadas por estes sujeitos sociais e seus saberes construídos empiricamente no cotidiano para construir esse serviço público. A experiência de estruturar o

PCSS, de forma participativa e compartilhada, entre governo e sociedade civil foi muito envolvente e desafiador.

Desde o início da elaboração do PCSS até a implantação das primeiras centrais de triagem, houve dois “espaços” diferentes, que podem ser considerados como formadores para catadores e todos os envolvidos nesse processo: a própria construção do PCSS e outro, na “capacitação” para a implantação das Centrais. Os dois estavam intimamente interligados, pois os diálogos da gestão do PCSS estavam sempre presentes nos encontros de capacitação e as discussões, os problemas e as sugestões colocados na capacitação eram apresentados nos diálogos entre centrais e prefeitura através dos representantes.

Quanto ao primeiro, foi um aprendizado dos movimentos para a participação na construção de políticas públicas. Ao mesmo tempo, esse diálogo permitiu o crescimento de parte do governo comprometida com a gestão democrática. Esse percurso foi bastante conflituoso, cheio de divergências, discordâncias e embates e, por isso, muito rico: pelo aprendizado do diálogo, pela vivência política e pela construção coletiva de soluções para os problemas.

As divergências apareceram já na concepção do Programa. A estrutura defendida pelos catadores incluía o apoio a núcleos mais consolidados de coleta, em diferentes áreas da cidade, além das Centrais de Triagem. Com a descentralização seria possível a participação de maior número de catadores, pois uma das dificuldades de organizar as ações coletivas da coleta é a ausência de local para armazenamento e de transporte dos materiais. Mesmo a implantação de 31 Centrais de Triagem, uma em cada subprefeitura da cidade, não seria suficiente para a incorporação dos 20000 catadores estimados, exceto se eles estivessem participando da rede de grupos em conexão com as Centrais, por intermédio de Núcleos de Apoio. (SÃO PAULO MUNICIPIO, 2003a). O sistema acabou estruturado somente com as centrais.

Um grande embate ocorreu com a aprovação da lei da Concessão para a coleta de lixo, por 20 anos. Um aspecto extremamente polêmico e preocupante dessa mudança era da possibilidade da coleta seletiva passar a ser realizada pelas empresas, inclusive em áreas da cidade onde já havia grupos organizados de catadores.

Até o final desse governo na Prefeitura, o Programa se ampliou, com instalação de 15 Centrais de Triagem. No segundo semestre de 2003, houve muitos problemas e difícil diálogo entre prefeitura e catadores, pois, como se temia, houve contratação de empresas que

acabaram fazendo a coleta seletiva nas áreas onde havia catadores ainda não incluídos do Programa oficial que ficaram, portanto, sem o seu ganha-pão. Outro problema decorrente dessa coleta pelos caminhões foi a geração de muito rejeito (materiais cuja venda não era possível, pois estavam contaminados com materiais orgânicos e prensados, em função do uso de caminhões compactadores). Para as empresas, a coleta seletiva tem o custo elevado e, mesmo afirmando que os caminhões compactadores não iriam compactar, a realidade é que isso acontecia, prejudicando a triagem.

No período final da gestão, o diálogo com os grupos de catadores e com as próprias cooperativas que integravam o PCSS foi alterado e as dificuldades aumentaram. Se ampliaram nos governos seguintes.

O outro “espaço” de formação, diferente da aprendizagem da negociação e construção coletiva do PCSS, ocorreu na etapa inicial de implantação das primeiras Centrais de Triagem. Este processo foi denominado pela Prefeitura como “capacitação”. Este segundo espaço de formação foi analisado com maior profundidade neste trabalho. Embora estivesse vinculado às discussões com a Prefeitura e estes debates trouxessem aspectos para a “capacitação”, didaticamente optou-se por concentrar a análise na capacitação e, quando necessário, esclarecer os vínculos das atividades e reflexões com o diálogo ocorrido com a Prefeitura.

2.1 O processo de formação para implantação das Centrais de Triagem

Para a implantação do PCSS, foi realizado um trabalho educativo de apoio às primeiras quatro Centrais de Triagem, para a formação e o fortalecimento dos catadores para que assumissem o trabalho e a gestão dessas Centrais, em processo cooperativo e autogestionário.

Os objetivos da “Capacitação” eram a consolidação das Centrais, a organização do trabalho, a regularização das cooperativas, a elaboração de materiais de apoio, como regimento interno, banco de dados de compradores, organização da logística da coleta, da venda de materiais, e o objetivo geral era a formação para a autonomia e a autogestão. Tratava-se, ao mesmo tempo, de um processo de educação ambiental, pela ampliação da competência para a participação na gestão das centrais e na dos resíduos sólidos na cidade.

Para possibilitar a gestão das centrais, foi necessário trabalhar, nesse espaço de aprendizagem, um conjunto de saberes mais “instrumentais”, a sistematização dos saberes técnicos, que parte dos cooperados havia aprendido empiricamente entre outros saberes.

Um aspecto essencial foi tratar das questões do ponto de vista humano, por ser esta parcela da população marcada pela exclusão, no autoconceito e na autovalorização, que se refletem nas formas de convivência e no nível de co-responsabilidade e que são essenciais para o fortalecimento das pessoas e dos grupos.

A passagem da prática individual para a cooperativa, solidária, era um objetivo fundamental. Isto implicava mudanças de valores, de atitudes, de visão de mundo com alteração no cotidiano, nas relações interpessoais e no trabalho. As cooperativas que assumiram as centrais eram formadas por catadores que já trabalhavam em grupos. Antes de se organizarem nesses grupos, o trabalho individual era, na maioria das vezes, fortemente individualista e competitivo, já que nessa “selva” do mercado no qual se insere a coleta seletiva, “quem não mata, morre”, pois as condições são extremas, conforme detalhado na Parte I desta pesquisa.

Era um desafio bastante grande, pois a situação era inovadora em todos os sentidos. Porém, o que dava segurança, era o fato de haver um grupo seriamente envolvido com todo o processo. Catadores que trabalhavam em grupos e participavam dos movimentos e pessoas e instituições que já apoiavam a organização dos catadores.

A própria constituição das equipes de catadores que assumiriam as novas Centrais apresentava-se como um desafio e exigiu várias discussões no conjunto de grupos mais próximos de cada Central. Definiu-se junto com os movimentos de catadores e com os coordenadores da capacitação das quatro centrais, que essas equipes seriam constituídas por representantes dos grupos de catadores articulados na região de cada uma delas. Desta forma, haveria uma relação mais estreita entre a cooperativa da Central e os grupos do entorno, por meio de sua representação. Esse vínculo facilitaria, mais tarde, a venda conjunta de materiais, o uso coletivo dos equipamentos como prensa, balança e do próprio do caminhão, cedido pela prefeitura para transportar os materiais coletados pelos grupos. Essas equipes de catadores constituíram as “turmas” para a capacitação.

2.2 A estrutura geral da Capacitação

As quatro Centrais de Triagem que passaram por esta capacitação inicial para a implantação do PCSS foram as seguintes: na região do Centro (Central Sé); região Leste (Central Mooca); região Oeste (Central Leopoldina) e região Sul (Pré-central Santo Amaro). O Mapa nº 2 indica as Centrais de Triagem e os grupos que trabalhariam em cada uma das centrais.

Na Região Sul, a instalação foi denominada de “Pré-central”, pois a Central Santo Amaro, com instalações e estrutura adequadas ainda estava em construção quando foi desenvolvida a “capacitação”. O grupo iria trabalhar provisoriamente num galpão cedido pela prefeitura (antiga usina de asfalto) com área menor que as centrais e com menor quantidade de equipamentos, mas poderia se preparar para assumir, posteriormente, a Central Santo Amaro²⁸.

A capacitação foi coordenada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Rede Mulher de Educação, que, além da coordenação, acompanharam a Pré-central Santo Amaro. Foram contratadas outras três Organizações Não Governamentais (ONGs), que tinham bastante experiência em trabalhos com catadores, para desenvolver a formação nas outras três Centrais²⁹.

Houve várias discussões das quatro equipes de formação, com representantes de catadores, para a elaboração de uma estrutura comum, da capacitação, para as quatro Centrais de Triagem.

Além dos encontros de formação com cada uma das turmas³⁰ da capacitação, havia um espaço de troca de experiências e informações entre os grupos das centrais, denominado “Espaço Intercentrais”. Deste Espaço, participavam 10 representantes de cada uma das quatro Centrais e as equipes de coordenadores. Nele eram discutidas as principais dificuldades de

²⁸ A Central Santo Amaro estava sendo construída na Av. Miguel Yunes, na área contígua à estação de transbordo, onde funcionava, anteriormente, o Aterro de Santo Amaro.

²⁹ Instituições que assumiram a capacitação nas outras 3 Centrais de Triagem: Organização do Auxílio Fraternal (OAF) na Sé; Instituto GEA Ética e Meio Ambiente na Mooca e Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania (CEADEC) na Leopoldina.

³⁰ Turmas: para esta tese será considerada “turma”, o conjunto de catadores que assumiriam os trabalhos em cada uma das Centrais de Triagem. Cada turma teve os encontros de formação desenvolvidos sob a orientação de uma instituição.

funcionamento das centrais e de interações entre os participantes das cooperativas das centrais, além das relações com o poder público.

Mapa 4 - Cidade de São Paulo – Regiões e centrais grupos de referências das Centrais

Fonte: Adaptação de SÃO PAULO, 2009 b.

As condições de início da capacitação foram diferentes nas quatro centrais. A primeira a ser inaugurada foi a da Mooca (Zona Leste). As outras ficaram prontas com a capacitação em andamento. Por isso, as questões para implantação, tratadas durante a formação eram diferenciadas.

Na Zona Sul, a capacitação iniciou numa sala da Biblioteca Municipal de Santo Amaro e depois, por decisão do grupo, passou a ser realizada na Pré-central, mesmo em condições precárias, pois havia o entendimento de que a vivência nesse espaço daria melhores condições para o grupo assumir a futura Central da região, quando ficasse pronta. Acreditava-

se ainda que se o grupo trabalhasse no galpão poderia haver uma agilização da reforma nesse espaço pela prefeitura.

Neste capítulo, são analisadas ações desenvolvidas na “Capacitação” com a turma da Pré-central Santo Amaro (Galpão Santo Amaro) e nos encontros do “Espaço Intercentrais”, realizados entre Maio e Outubro de 2003.

2.3 A formação na Pré-central Santo Amaro

Os grupos que assumiriam a Pré-central já tinham construído algum tipo de vínculo, pois tinham feito parte do FRSP na região Sul e tinham se organizado, inclusive como “Fórum de Resíduos da Zona Sul”. Eles tinham discutido a constituição de uma cooperativa e já estavam providenciando a documentação necessária para sua formalização, pois já tinham participado das discussões do PCSS, quando ficou evidente a importância dessa oficialização da cooperativa para inclusão no Programa municipal.

Apesar de já haver vínculos entre esses catadores, a questão da identidade ainda exigia atenção especial, pois várias pessoas não puderam participar dos encontros, havendo muita flutuação das presenças, como acontece frequentemente nesse tipo de atividade.

O problema é que para o trabalho coletivo, para a gestão de uma Central de Triagem e mesmo para o reconhecimento de sua inserção na sociedade, era fundamental, uma vez que antes de qualquer forma de agrupamento, o trabalho dessas pessoas estava sendo realizado de forma esfacelada, o que as mantinha isoladas e, de certa forma, também esfaceladas. O trabalho isolado nas ruas leva a uma intensa competição, se constituindo numa barreira para a construção de processos de autogestão, cujos princípios fundamentais são os do cooperativismo, pautados na confiança mútua. Portanto, um dos focos prioritários foi o fortalecimento da identidade. Outro grande desafio era construir, no interior do processo educativo, a confiança mútua.

Um dos princípios de desenvolvimento do trabalho educativo era o reconhecimento dos saberes acumulados pelos catadores e da troca, socialização e sistematização dos mesmos, tanto acerca dos problemas quanto relativamente às perspectivas que o coletivo tinha para a superação dos mesmos.

Gaffo, 2003

Foto 5 – Dinâmica de interação – Confiança mútua

Outro princípio fundamental era o diálogo e a necessidade de construir decisões coletivas, vinculadas às questões concretas, seja relativas aos problemas físicos (infra-estrutura da coleta, entre outros), às interações com a Prefeitura, entre os grupos ou no interior da própria cooperativa.

Na Pré-central faltavam telhas, não havia piso cimentado e não estava instalada a eletricidade. Não havia banheiro adequado. Portanto, era muito difícil a realização do trabalho de separação e preparação dos recicláveis para a comercialização. Essas condições não impediram a realização da maioria dos 32 encontros, nesse galpão, entre maio a outubro de 2003.

A transferência dos encontros para a antiga usina de asfalto, em condições precárias, foi uma forma de o grupo iniciar a construção da autogestão, por meio da construção e apropriação coletiva de conhecimentos para a gestão da própria reforma no galpão, assim como o planejamento coletivo de ações.

Os temas gerais propostos para esse processo formativo foram discutidos e decididos pelo conjunto das equipes de formadores e catadores representantes das 4 Centrais de Triagem. Cada uma delas adaptou e reforçou aquele que a equipe da Central julgava mais conveniente. Para Santo Amaro, os grandes blocos temáticos foram: 1. Identidade; 2. Programa de Coleta Seletiva Solidária; 3. Meio Ambiente; 4. Autogestão /cooperativismo; 5. Noções de administração; 6. Processos operacionais da cooperativa e organização do trabalho na central; 7. Ética e cidadania; 8. Plano de Ação Regional.

Vários desses temas foram trabalhados de forma “transversalizada”, ou seja, foram tratados ao longo de discussões específicas. Isso foi evidente com relação à temática 7, “Ética e Cidadania”, trabalhada em vários momentos, como por exemplo ao longo da discussão do uso do caminhão para coletar nos vários grupos. (ver detalhes do Programa, no ANEXO IV)

Para os outros blocos temáticos, houve encontros específicos, mas ao longo dos outros encontros, os “princípios” e os conhecimentos debatidos nos específicos eram retomados e norteavam os diálogos.

2.4 Representação Social na capacitação

Em vários momentos da capacitação apareceram indicadores de representações sociais da turma de catadores de Santo Amaro, sobre o processo de formação, o poder público, o poder, o trabalho coletivo e as hierarquias, os “professores”, enfim, sobre inúmeros aspectos e sujeitos sociais que faziam parte das situações vivenciadas por eles, de forma coletiva.

Geralmente, os encontros começavam com alguma atividade de “aquecimento” e, depois, a abordagem dos temas/assuntos começava pela problematização de saberes, das informações e das indagações que eles traziam sobre esses temas. Nessas dinâmicas apareciam muitos componentes das representações sociais e, muitas vezes eram discutidos, favorecendo o reconhecimento do grupo e se ia fortalecendo a identidade desse coletivo.

Soares, 2003

Foto 6 – Dinâmica Teia – União

Algumas atividades foram feitas especificamente com o propósito de trabalhar representações sociais ligadas a aspectos-chave do trabalho (gestão ou operacional) e dos vínculos interpessoais, ainda como forma de fortalecer a identidade. Duas delas estão detalhadas e analisadas a seguir, e foram destacadas porque concentram vários desses aspectos fundamentais para a formação para a autogestão e para a autonomia. Uma procura identificar os possíveis componentes do Núcleo Central da Representação Social de *cooperativismo*. A outra diz respeito ao autoconceito que essa turma de catadores tem de si, de seu trabalho e de sua importância na sociedade.

a) Representação sobre *cooperativismo*

Desde o início dos trabalhos com catadores, mesmo anteriores a esta “Capacitação” de 2003, foram feitas diversas discussões sobre “cooperativismo”, nas quais afloraram vários aspectos da concepção e das práticas de interações, que, ora se aproximavam ora se distanciavam da interação cooperativa.

Um dos blocos temáticos fundamentais na formação era exatamente o da autogestão e do *cooperativismo*, uma vez que se pretendia o fortalecimento da relação cooperativa e democrática no trabalho das Centrais de Triagem. Além da constituição e formalização das cooperativas, pretendia-se trabalhar dentro dos princípios de cooperativismo e da Economia Solidária.

Os princípios do cooperativismo foram tratados de várias maneiras e em vários encontros da capacitação nessa Pré-central. No encontro inicial dessa temática, foi desenvolvida uma estratégia para identificar e discutir, nesse coletivo, elementos que fazem parte da concepção, da idéia, da imagem, do significado, dos valores e das práticas a ele vinculados. Enfim, era importante conhecer e problematizar a representação desse grupo de catadores, incluindo conceitos e práticas, para iniciar o diálogo sobre os “Princípios do cooperativismo”.

Levantar os possíveis elementos da Representação Social dos catadores de cooperativismo permitiu, ao mesmo tempo, levantar hipóteses sobre as conexões entre estes elementos e, no processo educativo, problematizar esta questão a partir da representação próprias desses catadores.

Conforme indicado nos **REFERENCIAIS METODOLÓGICOS** (p.28) deste texto, este levantamento teve como ponto de partida a idéia de que na Representação Social há uma

centralidade de alguns elementos, para um determinado grupo de pessoas, acerca de um “objeto”. Este seria um conjunto de elementos que é comum a uma quantidade maior das pessoas e são mais fortemente vinculados ao objeto, pelo grupo, conforme a Teoria do Núcleo Central (TNC). (SÁ, 1996).

Para a identificação dos elementos do Núcleo Central da representação do grupo sobre *cooperativismo*, foi desenvolvida uma técnica baseada na proposta Pièrre Vergès (1992), com livre associação de atributos (evocação de palavras ou expressões) vinculados a um termo indutor (*Cooperativa*), registrando-se a ordem em que aconteceram essas evocações. Essa técnica permite, como já foi explicitado, combinar a frequência e a ordem em que ocorreram essas citações e, mais que isso, permite identificar e organizar elementos “marginais” ao Núcleo Central, que ajudaram a compreender melhor o significado desses elementos centrais da representação social desse grupo, para a palavra *Cooperativa*.

O termo utilizado foi *Cooperativa* e não *cooperativismo* porque o primeiro estava sendo intensamente discutido e utilizado, no cotidiano do curso, de forma associada à implantação da Central de Triagem do PCSS. Portanto, esse termo permitiria a discussão do cooperativismo de forma imbricada na prática vivida por eles, na organização da cooperativa.

A atividade foi feita da seguinte maneira: foi solicitado para as pessoas da turma que indicassem palavras ou expressões que lhes vinham imediatamente à lembrança, quando se mencionava a palavra *Cooperativa*. As palavras e expressões foram registradas, na ordem em que elas foram evocadas, ou seja, se a palavra ou expressão foi evocada em primeiro lugar, em segundo ou em terceiro lugar, isso foi registrado.

A seguir, a Tabela n.3 apresenta os resultados da frequência e da ordem de evocação das palavras e expressões.

Quando havia palavras e/ou expressões de significado similar e cujas palavras principais tinham a mesma raiz, pertencendo ao mesmo universo semântico, elas foram associadas em uma “palavra síntese” tomando essa raiz. Por exemplo: houve duas palavras/expressões aglutinadas na palavra síntese da “União”: 1.“União” e 2.“União e organização”.

Na Primeira coluna, foram apresentadas as palavras e/ou expressões e, quando houve síntese, a “palavra síntese”.

Nas três colunas seguintes, numeradas de 1º, 2º e 3º, registrada-se a quantidade de pessoas que evocaram a palavra/expressão, de acordo com a ordem em que essa palavra foi evocada, ou seja, se ela foi evocada em 1º, 2º ou em 3º lugar. Essas designam as Frequências de cada palavra/expressão, para cada Ordem em que foi evocada. Com relação à “palavra

síntese” ou “expressão síntese”, quando houve aglutinação de mais de uma palavra /expressão, as frequências de cada uma das expressões aglutinadas foram somadas, respeitando-se a ordem em que foram evocadas. Por exemplo, para a “palavra-síntese” ou “expressão-síntese”, neste caso *emprego e renda*, 1 pessoa evocou *emprego* em segundo lugar, 1 pessoa evocou *geração de renda* em terceiro lugar e 1 pessoa evocou *emprego e renda* também em terceiro lugar. Então, em terceiro lugar, 2 pessoas evocaram palavras com a mesma raiz sintetizada na expressão *emprego e renda*. Portanto, a frequência para essa 3ª ordem de evocação é 2.

Quanto à frequência total da expressão, foram somadas todas as frequências, independentemente da Ordem de Evocação. No exemplo acima, a Frequência Total é 3. A Frequência total indica quantas vezes as expressões que compõem a “palavra síntese”- *emprego* - foram evocadas.

Na Quinta coluna (Frequência), estão apresentadas as frequências totais das palavras/expressões e das “palavras síntese”. Ou seja, nessa coluna está a quantidade de pessoas que mencionaram a palavra/expressão, independentemente da ordem de evocação (no exemplo acima, a frequência da síntese foi 3).

A frequência e a Ordem Média de Evocação (OME), consideradas para a identificação do núcleo central, foram aquelas relativas à “palavra síntese” e às expressões que permaneceram isoladas, conforme destacadas na tabela. O cálculo da OME é semelhante ao cálculo de uma média ponderada. As palavras/expressões evocadas mais prontamente (em primeiro lugar), tem peso 1; aquelas evocadas em segundo lugar tem peso 2 e em terceiro lugar, peso 3. Fazendo-se a soma dessas palavras e seus pesos, relativos a ordem em que elas foram evocadas, dividimos pela frequência total (quantidade de evocações dessa palavra) e assim obtemos a OME (Ordem Média de Evocação). Exemplo: OME para *emprego e renda* =
$$\frac{0 \times 0 + 1 \times 2 + 2 \times 3}{3}$$

De acordo com essa distribuição dos pesos, as palavras com menor OME têm maior proximidade do NC, ou seja, têm maior possibilidade de ter maior centralidade na Representação Social.

A organização final das palavras ou expressões foi feita compatibilizando a relação entre a frequência e a ordem da citação. (SÁ, 1996).

Construído conforme sugerido na técnica de Vergès (VERGÈS, 1992 apud SÁ, 1996 p. 118), no Quadro 2 são apresentados os resultados em 4 quadrantes que indicam diferentes graus de centralidade das palavras e expressões evocadas.

Tabela 3 - Termo Indutor: Cooperativa – Frequência e Ordem de Evocação

PALAVRA/ ATRIBUTO	1º	2º	3º	Frequência	Ordem média
União	17	0	0	17	
União e organização	1	0	0	1	
Palavra Síntese: união	18	0	0	18	1,0
Cidadania	4	0	0	4	1,0
Trabalho em equipe	2	2	1	5	
Trabalho em comunidade	0	1	0	1	
Trabalho conjunto	0	1	0	1	
Trabalho	0	1	0	1	
Frente de trabalho	1	0	0	1	
Trabalho para todos	0	0	1	1	
Palavra Síntese: trabalho	3	5	2	10	1,9
Força	0	2	0	2	2,0
Emprego	0	1	0	1	
Geração de renda	0	0	1	1	
Geração de emprego e renda	0	0	1	1	
Palavra Síntese: emprego e renda	0	1	2	3	2,7
Honestidade	0	3	2	5	2,4
Formação	0	1	0	1	
Informação	0	0	1	1	
Palavra Síntese: formação	0	1	1	2	2,5
Participação	0	1	1	2	2,5
Direitos de todos iguais	1	0	0	1	
Igualdade	0	1	0	1	
Palavra Síntese: igualdade	1	1	0	2	1,5
Inclusão	1	0	0	1	
Inclusão social	0	1	0	1	
Palavra Síntese: inclusão	1	1	0	2	1,5
Ações coletivas	1	1	0	2	
Venda coletiva	0	1	0	1	
Palavra Síntese: ações coletivas	1	2	0	3	1,7
Conscientização ambiental	1	0	0	1	
Conscientização	0	1	0	1	
Consciência ecológica	0	0	1	1	
Palavra Síntese: conscientização ambiental	1	1	1	3	2,0
Soma OME					22,6
Total de Palavras				12	
Total de Evocações				56	
MÉDIA (Frequências) - Total evocações/total palavras)				05	
MÉDIAS (OME) - Soma OME/total de palavras)					1,89

No quadrante superior esquerdo estão as cognições mais freqüentes e mais prontamente evocadas e, portanto, mais suscetíveis de constituir o Núcleo Central da Representação.

Em seguida a esse Quadro 2, são apresentadas e discutidas as cognições, agrupadas em categorias, de acordo com sua proximidade com relação a esse grupo mais suscetível de constituir o Núcleo Central das Representações. A categorização apresentada a seguir é como ocorre na maioria das pesquisas qualitativas, um misto entre o sistema próprio do pesquisador e da organização que parece emergir dos próprios dados. (SÁ, 1996 p. 118).

Ressalta-se que do ponto de vista do “sistema próprio do pesquisador”, alguns princípios de reaproximação dos termos emergiram do significado apontado pelos catadores nessa reunião e nos demais encontros da “Capacitação”.

De acordo com essa técnica, as cognições mais suscetíveis de compor o núcleo central, estão no primeiro quadrante, superior esquerdo. No nosso caso, o termo principal foi *União*.

Termo indutor: COOPERATIVA

FREQUÊNCIA	ORDEM MÉDIA	
	Inferior a 1,89	Superior a 1,89
Superior ou igual a 5	(18) união (1,0)	(10) trabalho (1,9) (05) honestidade (2,4)
Inferior a 5	(04) cidadania (1,0) (03) ações coletivas (1,7) (02) Igualdade (1,5) (02) Inclusão (1,5)	(03) conscientização ambiental (2,0) (03) emprego e renda (2,7) (02) força (2,0) (02) formação (2,5) (02) participação (2,5)

Quadro 2 - Elementos do Núcleo Central das Representações Sociais de catadores – Quadrantes

A palavra *União*, associada ao termo *cooperativa*, pode significar que, para esse grupo de catadores está claro que a cooperativa necessita da união entre as pessoas e, ao mesmo tempo, que a cooperativa, com a união das pessoas, pode se constituir como forma de enfrentamento coletivo da situação de fragilidade de vida e de trabalho.

O quadrante superior direito é considerado como o conjunto de expressões situadas no esquema periférico do Núcleo Central (NC). No entanto, a palavra *Trabalho* está muito próxima do NC e, por sua importância, pode ser destacada do conjunto de expressões que

compõe os outros três quadrantes do sistema periférico da representação social. Se o critério de agrupamento de palavras não fosse a raiz semântica (mais indicado pelos autores que discutem esta técnica), poderíamos agrupar com *Trabalho* as expressões *geração de emprego e renda* e, neste caso, esta palavra estaria posicionada no conjunto de maior probabilidade de constituição do NC das representações sociais de *cooperativa*. *Trabalho* estaria no quadrante superior esquerdo, juntamente com *União*.

A evocação de *Trabalho*, associada ao termo *cooperativa*, e as colocações dos catadores ao longo do processo de formação, indicam que a cooperativa é considerada uma alternativa de ocupação e uma forma de obter rendimentos para garantir a sobrevivência.

Nos quadrantes inferiores direito e esquerdo estão os termos que, de acordo com essa técnica, são, respectivamente distantes do núcleo central e mais distantes ainda desse núcleo. Porém, essas expressões podem esclarecer e precisar mais a amplitude e os significados dos termos do Núcleo Central.

- 1) *Honestidade* – valor que remete à preocupação dos catadores com relação às interações humanas cooperativas. Juntamente com outros “valores” apontados no quadrante mais distante do NC - *Solidariedade, reciprocidade, cooperativismo*- fica reforçada a idéia de que a cooperativa implica a mudança de valores e a mudança do universo particular e individual para a prática coletiva.
- 2) *Cidadania; Igualdade; Inclusão* – essas palavras refletem inequivocamente a esperança de que a cooperativa seja efetivamente uma forma de superar a situação de injustiça social vivida pelos catadores.
- 3) *Ações coletivas* – Há uma forte conexão entre a união e as atividades coletivas. Isto reforça a palavra *União* do Núcleo Central, enquanto concretização na prática. Isto se reforça com as expressões: *Organização e metas, redução de custos*. A idéia de ações coletivas pode estar ligada à *participação* e a formas democráticas de interação.
- 4) *Conscientização ambiental*- de acordo com as justificativas, a conscientização acerca da problemática ambiental, dos resíduos sólidos e da condição dos catadores por parte da população e mesmo dos próprios cooperados, seria uma necessidade, no entendimento desse grupo de catadores.
- 5) *Formação, Conhecimento*- a associação desses termos à palavra cooperativa mostra o entendimento de que esta pode ampliar conhecimentos e a formação de catadores e, pelas explicações que eles deram, há necessidade de obter mais conhecimentos para que a cooperativa funcione.

- 6) Foram excluídas as seguintes expressões, por não terem sido citadas por mais uma pessoa: *Esperança para o futuro, ser um orientador, desejo, crescimento, resultados, sucesso, respeito, independência, avanço, desenvolvimento*. Porém, neste conjunto existe um significado positivo com relação a um futuro com cooperativa. Ou seja, a maioria deles indica que a organização em cooperativa se constitui numa perspectiva de superação da atual condição de vida.
- 7) *Família, conjunto, comunidade*. Estas palavras também foram excluídas em função da frequência igual a 1 (um) No entanto, no conjunto de evocações, elas reforçam o vínculo que os catadores estabelecem entre a palavra cooperativa e os coletivos.

No caso deste grupo de catadores, as palavras e expressões associadas ao termo “cooperativa” incluem valores, condutas, ações coletivas, soluções para obtenção de renda e, portanto, a perspectiva de conseguir tirar a sobrevivência dessa forma de organização do trabalho.

Para Abric, tornar evidente o Núcleo Central na representação social é mais facilmente realizável com a utilização de um conjunto de técnicas apoiado no princípio de que o próprio sujeito efetue um trabalho de análise, comparação e hierarquização da sua própria produção, permitindo reduzir a parte de interpretação e significação pelo próprio pesquisador. (ABRIC, 1994: 71, apud SÁ, 1996 p: 108).

Essa hierarquização não foi feita pelos catadores. No entanto, as justificativas para o uso dos termos e a discussão que se seguiu na formação permitiram deduzir que “cooperativa” é entendida como uma possibilidade concreta de melhoria de vida, apontando para o futuro bem sucedido. Ela aparece como esperança. E mais, nos inúmeros encontros de formação, aparece bem claramente vinculada à união dos grupos.

O *cooperativismo* (palavra evocada por alguns) aparece para esses catadores, nos valores apontados por eles - *solidariedade, reciprocidade, honestidade* -, que explicitaram motivações mais profundas de um agir cooperativo. Ainda aparecem como valores, aqueles relativos à justiça social - *Cidadania; Igualdade; Inclusão* -. e, pelo conjunto de evocações, fica clara a noção de co-responsabilidade e preocupação com a comunidade, que é também um dos princípios do cooperativismo.. (CATTANI, 2003)

É evidente a disposição de adesão à cooperativa, nessa turma, pelas atribuições ao termo cooperativa: *Esperança para o futuro, ser um orientador, desejo, crescimento, resultados, sucesso, respeito, independência, avanço, desenvolvimento*. Aí são apontados outros sentidos para essa forma de trabalho coletivo.

Outro aspecto apontado pelos catadores, colocado como 5º Princípio de Cooperativismo (ANEXO V), é a necessidade de formação, de educação, de obtenção de conhecimentos.

Do ponto de vista dos princípios, o conjunto de evocações é compatível com o conjunto de princípios do cooperativismo: adesão voluntária e livre; gestão democrática e livre; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade. (ver síntese CATTANI no mesmo anexo)

Além dos princípios e dos valores, essa turma apontou aspectos fundamentais para a formação de cooperativas, relativos à necessidade da organização do trabalho *união e organização, trabalho em equipe*, entre outros. Os aspectos econômicos e técnicos transparecem também nas expressões *venda coletiva e ações coletivas*. O fato desses catadores terem apontado essas expressões é muito positivo pois, como lembra Cattani (2003), a maioria dos fracassos das organizações cooperativas se dão não pela falta de espírito cooperativo mas pela fragilidade da visão empresarial, na estruturação da atividade e econômica da cooperativa enquanto o negócio.

Os princípios e as idéias apresentadas por essa turma são coerentes com as propostas e os princípios da Economia Solidária. A organização dos catadores em cooperativas, é uma estratégia para a sobrevivência, no campo dessa “outra economia”, que tem por base “... certos valores como a justiça social, a solidariedade e o respeito à natureza; [e que] busca a socialização da riqueza privilegiando as necessidades sociais sobre o lucro dos monopólios, o valor de uso sobre o valor de troca” (CATTANI, 2003, p. 97).

A alternativa econômica da coleta seletiva, tem se construído, nestes processos em análise, dentro de uma racionalidade que não se caracteriza pela acumulação de capital, mas pela reprodução da vida. Enquanto tal levanta e problematiza elementos e valores materiais e imateriais, na cultura do trabalho –como foi analisado por Tiriba em empreendimentos de economia popular de solidariedade, no Rio de Janeiro. (TIRIBA, 2000)

Paul Singer é o autor com que mais se identifica do ponto de vista da análise da coleta seletiva solidária, enquanto alternativa de sobrevivência vinculada à Economia Solidária. As iniciativas nessa outra economia surgiram historicamente como reação e contra as injustiças perpetradas nas relações que impulsionaram o desenvolvimento capitalista. Aparece como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, recriado constantemente, por aqueles que foram marginalizados do mercado de trabalho. Ela une a posse e uso dos meios de produção e distribuição com a socialização desses meios. Este modo de produção e

distribuição tem como unidade típica a cooperativa de produção. Porém, a cooperação neste caso se diferencia da cooperação que ocorre nas indústrias e entre várias unidades produtivas baseados na socialização de inovações tecnológicas e em sistemas articulados de produção, tanto internamente – na própria organização e parcelamento do trabalho- como as interações com outros setores como transporte, fornecimento de água e energia, que, portanto, cooperam entre si. (SINGER, 2000)

A cooperativa, enquanto unidade da economia solidária tem como princípios organizativos:

a posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; *gestão democrática da empresa* [...]; repartição da receita líquida entre os cooperadores por *critérios aprovados após discussões e negociações entre todos*; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER, 2000, p.13)

Estes seriam princípios organizativos a serem trabalhados e praticados nos processos de formação, além dos princípios de solidariedade. Como afirma Singer, “não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas *imanentemente* solidárias” [grifo do autor]. (Idem, Ibidem, p.15-). Há muita solidariedade entre os mais pobres, como forma de sobrevivência. Porém essa solidariedade muitas vezes se limita aos mais próximos e com aqueles que são estranhos, prevalece a luta por qualquer oportunidade de ganho. “muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.” (Idem, Ibidem, p.15-).

Por essas razões, as representações sociais que emergiram nesta atividade mostram condições propícias para o estabelecimento de cooperativas, e mais, apontam para a possibilidade de continuidade na luta pela construção de alternativas solidárias de sobrevivência. A força com que apareceu a palavra *União* juntamente com o conjunto das expressões evocadas – inclusive aquelas excluídas- mostra a predisposição para uma fusão entre o destino individual e o dos companheiros, condição para o envolvimento nesse tipo de empreendimento que se dá não por um contrato de trabalho, mas pela adesão voluntária e livre comprometimento.

A associação entre cooperativa e *emprego* remete a uma dificuldade na compreensão do que seja a relação cooperativa de trabalho, e até mesmo do processo de autogestão numa cooperativa. Essa dificuldade é freqüente e traz problemas concretos. Um das situações extremas, reflexo dessa dificuldade, foi a cobrança que um dos cooperados fez à diretoria de uma das cooperativas, sobre o 13º salário, férias e “carteira assinada”, como na relação de

emprego comum, na forma capitalista de produção, em que os patrões decidem tudo, onde se dá a venda da força de trabalho para quem detém a propriedade dos meios de produção.

Para alguns, não é simples o entendimento e a incorporação dessa outra forma de gestão, com decisões coletivas e compromisso com essas decisões. Por vezes, os cooperados mantêm a mesma postura que no “velho” emprego, quando viviam sob exploração da força do trabalho pelos donos dos meios de produção e do lucro. Este é um problema apontado por algumas lideranças e tem sido, em outros processos de organização, mobilização e formação de catadores, uma demanda constante de processos continuados de formação, por parte das lideranças. É um desafio a ser superar com a prática e com a reflexão, de forma continuada, fundamentalmente, na vivência cooperativa, a convivência solidária com transparência e democracia na gestão.

Como aponta Cattani (2003) a negação da relação empregador-empregado é parte da essência da economia popular. Portanto, ainda falta um tanto de trabalho formativo principalmente do ponto de vista das representações dos catadores sobre essa outra forma de economia, com outras relações de trabalho e outros comportamentos e interações no cotidiano.

A coleta seletiva tem se construído, assim como a Economia Solidária, em geral, como alternativa econômica ao modo de produção e distribuição capitalistas em *reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista*. (SINGER, 2009, p.3)

A interação dos grupos vem se consolidando cada vez mais como movimento social e, como em outros processos, tem se construído por meio do confronto de interesses diversos (de mercado, de concepções e vontades políticas do poder público, de empresas que perdem com a venda de serviço, entre outros). É um processo para o qual a formação tem contribuições, tratando do cotidiano, tendo como norte as transformações na macro-economia e na macropolítica, começando pela democratização dos ambientes de trabalho, pela ampliação dos controles sociais sobre as políticas públicas e na aplicação das inovações tecnológicas.

Os principais valores éticos associados ao cooperativismo como a cooperação em detrimento da competição, a postura solidária, a transparência, entre outros, são referências para a EA. Além dos princípios éticos, a perspectiva da construção coletiva de ações, da busca da justiça social e da cidadania, apontados nesta atividade com os catadores, são componentes dessa ação educativa, tendo em vista a construção de outras formas de interações humanas necessárias à construção de novos paradigmas na sociedade.

Além desses aspectos associados à *cooperativa*, os catadores dessa turma explicitaram o vínculo desta com a consciência ambiental e à construção de conhecimentos, a necessidade de ter acesso a informações, atribuindo à essa forma de organização para garantir a sobrevivência, um valor maior daquele vinculado a obter renda. A cooperativa aparece para eles como possibilidade de garantir a consciência com relação ao acesso a outras condições para a cidadania e para buscar um compromisso e uma responsabilidade com relação às questões ambientais.

b) O que é ser catador; o autoconceito dos catadores(as).

Num dos encontros iniciais da capacitação, a turma debateu a composição da turma para os encontros. Novos desempregados demonstraram interesse em participar de alguns grupos de coleta e alguns, inclusive, queriam participar da capacitação. Os catadores que já trabalhavam há mais tempo não concordaram e surgiu a necessidade de discutir o que era “ser catador”. Essa discussão era importante não só pelo problema apontado, mas para clarear e socializar as representações que as pessoas tinham de si, do seu papel na sociedade e sobre sua condição de trabalho. Isso iria contribuir para fortalecer a identidade de grupo e de categoria social.

Foi solicitado às pessoas que falassem palavras ou expressões que vinham à lembrança quando se falava a palavra “*catador*”. Fomos anotando na lousa da sala da biblioteca, as palavras e expressões, juntamente com a quantidade de evocação que acontecia para cada uma delas. Os resultados estão expostos na Tabela 4 a seguir. Neste caso não houve anotação da ordem de evocação de cada palavra. Houve uma discussão esclarecedora sobre o que essa turma pensa da origem dos catadores, da forma de realização do seu trabalho e das relações na sociedade com essa atividade.

Esse conjunto de palavras pode ter uma multiplicidade de interpretações, e certamente a interpretação que se seguirá será uma determinada “leitura” desse conjunto de palavras e expressões. Apesar do vínculo indissociável desta leitura com os referenciais teóricos, com o posicionamento e a visão de mundo, será feito um esforço de tentar desenvolver a interpretação com o máximo possível de valorização da perspectiva desse grupo de pessoas, ou seja, fazendo exercício de deixar entre parênteses as próprias idéias e teorias (MORAES, 2003). O contexto em que foram evocadas as palavras, as explicações para sua citação

fornecidas por essas pessoas e a própria convivência, durante a qual afloram determinados sentidos dos quais estão impregnadas as palavras.

A maior parte das palavras tem um significado de aparente desqualificação desse trabalho. No entanto, algumas têm conotação de reconhecimento desse serviço prestado à sociedade. Essas expressões mostram vários outros componentes da imagem que os catadores têm de si, do ponto de vista humano e desse serviço. Mostram a diversidade de sentidos de “ser catador” para esse grupo.

Tabela 4 – Palavras e expressões atribuídas ao termo *Catador*

Atributos	Nº vezes em que aparecem
Agente multiplicador	1
Agentes do bem	1
Cidadãos	1
Desemprego	7
Exclusão	4
Formiguinha	2
Importante	1
Necessitado	4
Peça fundamental para o meio ambiente	9
Trabalhador dia a dia	3
O que cata	1
Sobrevivência	6
Consciência	1
Esperança	1
Indiferença	1
Muito esforçado	1
Nervoso	1
Passa raiva	1
Sem auto-estima	1
Sem cidadania	1
Sem educação	1
Sem estudo	2
Sem inclusão	1
Sem perspectiva	1
Sem tratamento	1
TOTALIZAÇÃO	54

É possível encontrar nesse conjunto, universos comuns de significados apontados durante discussão pelo grupo. No quadro a seguir, estão apresentados esses agrupamentos de palavras/expressões.

O conjunto de expressões que, na soma, foram mais citadas inclui: “*Desemprego; Exclusão; Necessitado; Sobrevivência*”, que apontam no sentido da exclusão do mercado formal de trabalho, da coleta enquanto economia “informal” como alternativa para manter minimamente a subsistência. Na discussão ficou claro o sentido de que ninguém procura essa atividade como profissão ou serviço, mas ela foi a única alternativa encontrada e está longe de ser minimamente satisfatória, ressaltado pelas palavras *Exclusão* e *Necessitado*. Na discussão elas aparecem com a conotação de penúria relativamente à condição de vida.

Outras expressões apareceram como uma conceituação do trabalho em si, da atividade que eles desenvolvem para tirar o sustento (*Trabalhador dia a dia* e *O que cata*). Juntamente com essa “conceituação” apareceu uma adjetivação diretamente vinculada aos serviços desenvolvidos por eles: *Formiguinha* e *Muito esforçado*. O significado de *formiguinha* estava associado à idéia de que as formigas trabalham o tempo todo. Neste ponto, não houve uma explicitação literal, mas pela discussão, tudo indicava haver uma analogia com a fábula da “Cigarra e a Formiga”. O sentido manifesto das duas expressões era de muito trabalho.

Outras palavras denotam a condição de ausência de direitos elementares que a sociedade provê às outras parcelas da população e a outras categorias sociais: *Sem cidadania; Sem educação; Sem estudo; Sem tratamento; Sem inclusão*. Essas expressões o que lhes é negado, explicitam dimensões da exclusão social. Ao mesmo tempo, elas evidenciam anseios desse grupo: o acesso à educação, a tratamentos de saúde, enfim, as condições elementares da cidadania e do usufruto dos bens produzidos socialmente.

Sentimentos e sensações que essa atividade provoca nos catadores, em função da discriminação: *Indiferença; Sem auto-estima; Nervoso; Passa raiva*

Outra expressão muito forte, citada uma única vez foi *Sem perspectiva*. A *ausência de perspectiva* apareceu uma só vez. Essa expressão tem um significado forte com relação a possibilidade de participação na construção de saídas. Pode ter a conotação da compreensão da história como algo inexorável e, embora haja dinamicidade e mutabilidade constantes nos processos educativos, essa é uma condição inicial que indica um grande desafio se o objetivo de trabalho educativo for a construção da autonomia e a conscientização dos educandos sobre sua condição de sujeitos na e da história.

Por outro lado, há múltiplas atribuições positivas e promissoras, que situam o catador com boa perspectiva de futuro no espaço da sociedade. Estão nesse grupo as seguintes expressões: *Agente multiplicador; Agentes do bem; Importante; Consciência; Peça fundamental para o meio ambiente*. Elas indicam um posicionamento que vai além da perspectiva individual. Mostram o papel do catador enquanto sujeito na sociedade.

Nessa mesma direção estão as palavras *Cidadãos e Esperança*.

A Tabela 5, abaixo apresenta as palavras agrupadas pela similaridade de significados, na vida dessas pessoas.

Tabela 5 - Palavras e expressões similares - Termo <i>Catador</i>	
Grupos de expressões similares	Total
Desemprego 7; Exclusão 4; Necessitado 4; Sobrevivência 6	21
Agente multiplicador 1; Agentes do bem 1; Importante 1; Consciência 1; Peça fundamental para o meio ambiente 9.	13
Formiguinha 2; Trabalhador dia a dia 3; O que cata 1; Muito esforçado 1	7
Sem cidadania 1; Sem educação 1; Sem estudo 2; Sem tratamento 1; Sem inclusão 1	6
Indiferença 1; Sem auto-estima 1; Nervoso 1; Passa raiva 1	4
Cidadãos 1	1
Esperança 1	1
Sem perspectiva 1	

2.5. Sistematização: Construção e Reflexão Coletiva durante o processo

Na sistematização são reconstruídas e interpretadas as vivências, e, a partir dela é possível discutir as condições nas quais se desenvolveram essas vivências, com identificação das situações particulares e das ações efetivadas. Por meio da sistematização, é possível ao coletivo se auto-reconhecer, entender suas percepções, interpretações e conhecer as intenções dos diferentes sujeitos, as relações e as reações entre participantes.

A sistematização coletiva de experiências é um processo de aprendizagem, de construção da autonomia, da autogestão e de cidadania, na medida em que permite a discussão da posição dos sujeitos sociais na história.

Nesta capacitação para a Pré Central Santo Amaro, foram desenvolvidas várias técnicas de sistematização dos processos vividos e de representação desses processos.

Os materiais apresentados a seguir foram feitos de forma coletiva. Alguns, em pequenos grupos, mas, a grande maioria foi feita durante o diálogo, com a turma toda, e as ideias foram sendo colocadas à medida que as decisões eram tomadas e a discussão se esgotava.

Essas ilustrações retratam momentos de sistematização de processos vividos e trazem à tona parte dos conteúdos abordados e elementos marcantes na formação.

As fotografias 7 e 8 mostram a proposta de um desenho coletivo; os desenhos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 12 reproduzem os cartazes escritos de forma participativa, durante os encontros de formação. O Desenho 10 é uma re-elaboração de um cartaz feito coletivamente, com representações dos participantes do curso. O Desenho 11 é a reprodução de uma planilha feita com os dados da contabilidade desse grupo, que iniciava o trabalho coletivo. No Quadro 3, foram digitadas as decisões e idéias que compuseram o Plano de Ação, para aquele momento. Inicialmente, essas idéias foram assentadas em um grande cartaz, com uma caneta, depois de tomadas as decisões, no coletivo.

As fotografias 7 e 8 foram tiradas de um trabalho cuja proposta inicial foi dos pequenos grupos fazerem a representação de uma cidade ideal com relação aos resíduos sólidos: “coleta seletiva ideal”. Na fotografia 7, aparece um dos grupos desenhando sua representação. Na fotografia 8, está exposto o cartaz elaborado por esse grupo. A discussão do desenho de todos os grupos foi bastante intensa e foi possível perceber as necessidades para implantação do PCSS, na visão dos catadores. É interessante notar a dificuldade de fazer um desenho coletivo, uma representação única, na mesma cartolina. Embora tenha havido diálogos no grupo, cada participante desenhou suas contribuições posicionadas (no sentido vertical), de acordo com a sua posição. Esta atividade foi realizada num dos encontros iniciais, para problematizar a proposta do PCSS. Talvez se ela fosse refeita ao final dos encontros, houvesse maior integração entre os elementos apresentados nos desenhos, de acordo com o significado global do cartaz.

De qualquer maneira, “via” desenhos ficaram evidentes os componentes que deveriam fazer parte desse programa municipal. Essa sistematização coletiva permitiu o entendimento coletivo das representações e dos saberes do grupo. Ao mesmo tempo em que se discutiam as soluções para a cidade, disponibilizavam seus saberes pessoais, particulares e construía, no coletivo, novos saberes.

Gaffo, 2003

Baeder, 2003

Fotografias 7 e 8 – Desenhando coletivamente e a Representação da “coleta seletiva ideal”

Desenho 3 – Programação coletiva

Fonte: São Paulo, 2003b

Uma das características principais da capacitação na Pré Central Santo Amaro, foi estar imbricada diretamente nas condições concretas da implantação dessa Central e do próprio PCSS na cidade. Por isso, dependendo da situação, das reuniões com o poder público ou com a comunidade, era fundamental ter maleabilidade de conteúdos. Por isso, aprendia-se bastante sobre os processos, no replanejamento constante, conforme indicado no Desenho 3.

As discussões para a apropriação, entendimento e posicionamento dos catadores dessa turma, sobre o PCSS foram sintetizadas nos cartazes representados nos Desenhos 4 e 5. A intenção era a apreensão da proposta do PCSS por inteiro e de que o pessoal se posicionasse com relação a ele. Outra intenção era a de contextualizar a própria capacitação, no interior do PCSS.

CAPACITAÇÃO

Inter Centrais – Tietê / Sé / Leopoldina / Santo Amaro

- Articulação para venda coletiva;
- Troca de experiência – dinâmica de cada uma;
- Articulação política – princípios Gestão Coletiva,
- Cadastro: – Elaboração da Proposta
– Capacitação para a entrevista;
– Sistematização dos dados.

Nas Centrais

- Capacitação: – Encontros semanais;
– Palestras Técnicas
– Acompanhamento da dinâmica na central

O que é o Processo de Capacitação:

- Articulação Inter Centrais:
 - Mooca
 - Sé
 - Leopoldina
 - Santo Amaro
- Cadastro
- Formação nas Centrais
 - Capacitação da Central
 - Apoio à gestão da Central
- Articulação da Central com os grupos;
- Visitas:
 - Apoio
 - Cadastro

Desenho 4 – Entendendo a “Capacitação”

Fonte: São Paulo, 2003b

Dois processos foram fundamentais para o aprendizado coletivo e para a construção coletiva de soluções para os problemas: a reforma do próprio galpão onde trabalharia este grupo, ou parte dele e a própria organização do trabalho interno nessa Pré Central. Outra discussão calorosa foi de ordem operacional como otimizar o uso da prensa e da balança; para viabilizar o transporte dos materiais? Esses momentos de busca, de reflexão estão representados nos Desenhos 6, 7, 8, 9, 10, e 12.

PROGRAMA COLETA SELETIVA SÓLIDÁRIA

2003 - 14 CENTRAIS

· CENTRAIS JÁ INAUGURADAS

4 - MOOCA / SÉ / LEOPOLDINA / SÃO MATEUS

· CENTRAIS ZONA SUL

1 - SANTO AMARO / CIDADE ADEMAR { PEDRA
ESPAA
GALPÃO

1 - CAPELA / PARELHEIROS { LIXO POR QUÊ?
VARGEM GRANDE
COOPERGIA

1 - CAMPO LIMPO / M. BOI MIRIM { MACEDÔNIA
MONTE AZUL
M. BOI

1 - JABAQUARA / V. MARIANA / IPIRANGA { SEMPRE VERDE
VITÓRIA

Desenho 5 - Proposta de ampliação do PCSS

Fonte: São Paulo, 2003b

17/05 ATIVIDADE	SITUAÇÃO/ ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL
REFORMA PRÉ-CENTRAL	NEGOCIAÇÃO PREF. TERMINAR ANTES 10/06 ENERGIA BANHEIROS	
FUNCIONAM., DA PRÉ-CENTRAL	CONTABILIDADE	
	RECEBIMENTO	
	PRENSAGEM	
	TRIAGEM	
	REGISTRO	
	COMERCIALIZ.	
	SEGURANÇA	
	DIVULGAÇÃO	
	PARCERIAS	

Desenho 6 - Planejamento da reforma e do trabalho

Fonte: São Paulo, 2003b

Desenho 7 – Planejamento da Reforma do Galpão

Fonte: São Paulo, 2003b

O desenho 11 (reprodução da contabilidade) foi discutido do ponto de vista técnico, mas permitiu o reconhecimento da necessidade constante de transparência e ética na gestão, em relação ao dinheiro.

No Desenho 12 e no Quadro 3, estão reproduzidos dois Planos de ação, elaborados por essa turma, em momentos diferentes.

07/06

FERRAMENTAS

- Prensa (2)
- Balança (1)
- Carrinho
- Mesa
- Gaiola
- Bombonas
- Bags
- Caçamba p/ vidros
- Rolo de Arame

MATERIAL

- Vidro
- Papelão
- Aparas
- PET
- Alumínio
- Ferro

07/06

PASSOS

- Pedra prensar material
- O que é preciso fazer na central? (cada grupo)
- Qual o volume de cada grupo?
- Transporte?

Desenho 8 – Planejamento do trabalho – detalhamento de ações
Fonte: São Paulo, 2003b

Desenho 9 – Planejamento da venda coletiva
Fonte: São Paulo, 2003b

Representação da Dinâmica “entra e sai”³¹, desenvolvida com turma de Santo Amaro.

Desenho 10 – Dinâmica do “entra e sai” da Central

Fonte: São Paulo, 2003b

³¹ Essa dinâmica de "entra e sai" faz parte da cesta de métodos trazidos por Marcos Ortiz Gomes e faz parte do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) desenvolvido pelo IIED da Inglaterra. A história do método e a sua descrição estão em Gomes (2001).

2ª. Etapa: Movimento no Galpão Julieta (após incêndio Galpão Pedra)

Data	Discriminação	Material				Saída	Saldo
		Entrada	Kg. Est.	Kg. V.	R \$		
Abril à Julho 2003	Papel	5000	1000	4000	1097		1097
	Papelão misto	1000		1000	320		1417
	Pet	3000	3000				
	Lataria	220	220				
	Plástico duro	4000	4000				
	Aparas plásticas		2000				
	Vidro		5000				
	Tetra pak		300				
	Gastos transportes					354,4	1062,7
	Gastos motoristas e ajudante					274,6	788,03
	Empréstimo cedido pela Sandra (*)				100		888,03
	Pagamento Clóvis, Claudionor					100	788,03
	Pagto. Raimundo					50	738,03
	Pagto. Claudionor, Clóvis, Raimundo					300	438,03
	Balanco	13220	15520	5000	1517	1079	438,03
	TOTAL DA 2ª. ETAPA	13220	15520	5000	1517	1079	438,03

Observação: A – Recibo entregue a Joaquim, Lixo Por quê?

Desenho 11 – Noções de contabilidade – Transparência.

Fonte: São Paulo, 2003b

INÍCIO DO TRABALHO NA PRÉ-CENTRAL

ATIVIDADE	QUEM	QUANDO
TRAZER PRENSA	PEDRA	4ª FEIRA
TRAZER BALANÇA	LIXO POR QUEM PREFEITURA	15 DIAS 2ª FEIRA
BIG BAG	CADA GRUPO	SACARIA PAPALÉO 4091-9287
CAMINHÃO	PEDRA, ALQUINIA, S. VERDE, MONTE AZUL, NEED, VITÓRIA, MAGDALENA, MACEDÔNIA	
CAMINHADA 1º JUNHO	TODOS	FOLHAS / FOLDER
BOMBENAS	SANDRA / JOAQUIM	

Desenho 12 – Planejamento do trabalho no galpão

Fonte: São Paulo, 2003b

ZONA SUL	SONHOS	OBJETIVOS	AÇÕES	SITUAÇÃO ATUAL	DIFICULDADES
Pré-Central			Negociação com o Poder Público		
Inclui a Cooper Ativa os grupos:	- Coleta seletiva solidária		Subpref. de S. Amaro: - Galpão - Reforma	- sem documentação - lenta	- Mudança da subprefeitura
- Lixo Por quê?	- Geração de renda		SSO: - R\$ 15.000,00	- empenhado R\$ 12.600,00	
- Torinto	- Comunidade		- Capacitação	- em curso	
- Coopergia	- Organização		Registro da Cooperativa		
- Pedra	- Cidade Limpa		Discussão do Estatuto		
- Abrame	- Meio ambiente		Documentação	- Parada em função do novo código civil	
- Monte Azul	- Moradia	1) Trabalho Coletivo	Ações Coletivas		
- Magdalena			Diretoria	- não consegue assumir	
			Venda coletiva	- nem todos os grupos coletam	
				- falta de transporte	- Falta de transporte
		2) formar grupo de Santo Amaro	Contabilidade	- encaminhada	- Dep. assessoria
			Articulação com SAS	Dificuldade não resolvida	
			Albergue		

Quadro 3 – Plano de Ação

Fonte: São Paulo, 2003b

2.6 As avaliações:

A seguir, são apresentados dois momentos de avaliação da Capacitação nas Centrais de Triagem.

O Quadro 4 reproduz as opiniões de catadores sobre a capacitação que estava ocorrendo com as turmas que assumiriam as Centrais do PCSS. A atividade foi feita inicialmente com tarjetas verdes e vermelhas. Nas verdes, foi solicitado ao pessoal para escrever os aspectos positivos e, nas vermelhas, aqueles que ainda precisavam de acertos. As Fotografias 9 e 10 mostram o momento da discussão das tarjetas assentadas na parede.

Essa avaliação foi realizada no espaço “Intercentrais”, portanto, com 10 representantes de cada uma das quatro Centrais de Triagem, com a presença do pessoal de Santo Amaro.

A outra avaliação (a “Árvore”) foi elaborada somente com a turma da Pré Central Santo Amaro, no encerramento do curso. Essa avaliação foi adaptada da atividade trazida por Marcos Ortiz Gomes (Desenho 13) para um dos encontros no espaço “Intercentrais”.

Na Pré Central, foi feito um grande cartaz com a Árvore (Fotografia 11) e solicitado a cada catador que representasse sua situação antes e depois da capacitação, em tarjetas. Ver os comentários sobre as representações, junto às fotografias ampliadas das tarjetas dependuradas na Árvore. (Fotografias de 12 a 16).

Fichas verdes (o que há de bom?)	Fichas vermelhas (o que há de ruim?)
<p>A coleta seletiva na cidade</p> <p>Esta concretizando o que tanto sonhamos</p> <p>Estar começando a união dos núcleos</p> <p>Um pouco de infra-estrutura</p> <p>A estrutura das centrais e as equipes unidas</p> <p>Espaço físico</p> <p>Galpão pré- central zona sul</p> <p>Cursos ministrados na central, relacionamento das pessoas do grupo e da central</p> <p>O curso de capacitação</p> <p>É bom trabalhar lá</p> <p>Chance de trabalho</p> <p>Trabalho coletivo, o grupo de apoio, oportunidade</p> <p>O esforço e a rapidez no trabalho</p> <p>A venda coletiva do nosso material</p> <p>Produção</p> <p>Desenvolvimento</p> <p>Ter material para trabalhar</p> <p>Estar começando a união dos núcleos</p> <p>Organização</p> <p>Luta</p> <p>Pessoas</p> <p>Os colegas de trabalho</p> <p>União</p> <p>Integração</p> <p>Respeito</p> <p>Sentindo bem</p> <p>Realidade dos grupos</p> <p>Perseverança dos grupos</p> <p>A inteligência do grupo,</p> <p>Inclusão social</p>	<p>Demora e burocracia</p> <p>Burocracia do poder público</p> <p>Poder público</p> <p>Burocracia, compromisso</p> <p>Burocracia</p> <p>Descaso por parte do poder público</p> <p>A falta de liberação, recursos para andar mais rapidamente</p> <p>Falta de incentivo financeiro tendo em vista que as centrais poupam os aterros e valoriza os rec. naturais</p> <p>Falta de estrutura</p> <p>Falta de transporte para a coleta</p> <p>Banheiro e vestiário</p> <p>Falta de refeitório</p> <p>A exclusividade para usar os equipamentos</p> <p>Falta de material</p> <p>Falta de material</p> <p>Falta de material</p> <p>Carência de material</p> <p>O material está perdendo o valor por causa da falta de estrutura</p> <p>Materiais recebidos com insalubridade, instalações incompletas</p> <p>O pessoal da central não foi escolhido</p> <p>Não estou trabalhando lá</p> <p>Desinteresse dos diretores da central para com as palestras</p> <p>Falta de participação por parte de alguns membros</p> <p>Falta participação</p> <p>Falta de união</p> <p>Desunião</p> <p>A desunião das equipes desequilibra a possibilidade de crescimento</p> <p>Muita fofoca</p> <p>Pensamentos desagregadores</p> <p>Individualismo</p> <p>Medo</p> <p>Insegurança</p> <p>Falta de reconhecimento profissional do poder público para com os grupos</p> <p>Falta reconhecimento da categoria</p> <p>A total liberação do espaço</p>

Quadro 4 - Avaliação da capacitação nas centrais.

Fonte: São Paulo, 2003b

Baeder, 2003

Fotografia 9 – Dinâmica com tarjetas – Avaliação da Capacitação nas Centrais

Baeder, 2003

Fotografia 10 - Dinâmica com tarjetas – Avaliação da Capacitação nas Centrais

Escolha um bonequinho para você representar a sua situação antes da Capacitação e um bonequinho para representar sua situação depois de todo esse processo.³²

Desenho 13 – Avaliação da Capacitação Bonequinhos “Árvore”

Fonte: São Paulo, 2003b

³² Método de avaliação aplicado na formação de Professores. Cedido pela professora AURA HELENA RAMOS, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002.

Cada catador faz um desenho numa tarjeta de papel em que estava desenhada a árvore, nas posições dos bonequinhos. Com as quais eles se identificavam no momento anterior e posterior da capacitação.

A árvore foi fotografada (Fotografia 11) e apresentada a seguir. As tarjetas rosas representam a situação antes da capacitação e as amarelas a posterior. Algumas das tarjetas foram ampliadas em seguida da árvore.

Baeder, 2009

Fotografia 11 – A Árvore: Avaliação do programa de capacitação na Pré-central Santo Amaro

Fonte: São Paulo, 2003b

Chamou a atenção a solidariedade expressa por um dos participantes: ele se colocou nos galhos mais altos, antes da formação e mais abaixo, depois das atividades educativas. Sua explicação foi que antes ele achava que estava ótimo, mas depois viu que era mais importante voltar pra baixo e ajudar os outros a subir, pois assim, ambos saíam mais fortes.

Baeder, 2009

Baeder, 2009

Fotografia 12 – Detalhe Árvore - Antes Depois 01 Fotografia 13 – Detalhe Árvore - Antes Depois 04

Na fotografia 12, o Catador 01 representou-se como uma pessoa satisfeita antes, mas expressou que, depois da capacitação, se sentiu muito mais feliz

Na fotografia 13, vemos que o Catador 04 não se encontrava feliz antes da capacitação, até mesmo pela posição que se colocou na árvore e sua representação na tarjeta rosa, mas, depois que participou da capacitação, se sentiu satisfeito e, na árvore, se colocou subindo a “escada”.

Baeder, 2009

Baeder, 2009

Fotografia 14 – Detalhe Árvore - Antes Depois 08 Fotografia 15 – Detalhe Árvore - Antes Depois 15

Na fotografia 14, vemos o Catador 08 representado como o Catador 04: antes, encontrava-se no chão, mas depois da capacitação, estava subindo a escada.

Já na fotografia 15, percebemos que a Catadora 15, antes da capacitação, considerava-se uma flor e se achava apta para subir a “escada”. Depois da capacitação, se representou em um buquê e passou para o topo da árvore.

Baeder, 2009

Fotografia 16 – Detalhe Árvore - Antes Depois 09

Na fotografia 16 (Catador 09 na árvore) estão escritos os seguintes dizeres:

Antes (rosa): “Eu era o boneco 4º que segurava e cooperava com o 3º boneco”

Depois (amarelo): “Hoje eu sou o boneco 11º que colabora: com a troca de experiências com outros bonecos”.

Capítulo 3 – Projeto Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva Brasil Canadá

A terceira vivência com catadores a ser analisada nesta pesquisa ocorreu com a realização de encontros de Grupos Focais com equipes do projeto *Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos (GPSRS)*, denominado comumente por *Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá*. A seguir serão feitas apresentação sucinta do projeto e um detalhamento das ações e dos contextos, visando uma maior compreensão das ideias debatidas nos grupos focais.

Este Projeto GPSRS se originou de vínculos criados nos trabalhos educativos anteriores discutidos nos Capítulos 1 e 2 (Parte II) desta tese de doutorado. Na “Capacitação” de 2003, a Professora Dra. Jutta Gutberlet, da Universidade de Victoria – CA, fez um convite para que fizéssemos um Projeto, a fim de solicitar financiamento para a realização de pesquisa-ação com catadores(as). A referida professora já vinha apoiando o grupo “Pedra”, desde a década de 1990, cujos objetivos principais eram a melhoria das condições de vida e de trabalho dos catadores(as).

Iniciamos as reuniões em 2003, para definir como seria um projeto que construísse processo duradouro de inclusão em um contexto de inúmeros desafios e dificuldades.

Realizamos diversos encontros e em dezembro de 2003 fizemos um primeiro seminário, com vários sujeitos sociais, que tinham preocupações coincidentes, em relação à elaboração do projeto. Nessa etapa de detalhamento da proposta a ser enviada ao Canadá, participaram dos seminários representantes de governos, cujos programas de coleta seletiva incluíam os catadores, professores das universidades, representantes de instituições que tinham interface com a problemática da coleta seletiva com catadores.

O projeto foi aprovado pelo “Programa Parcerias Universitárias de Cooperação e Desenvolvimento” (University Partnerships in Cooperation and Development - UPCD Program), da “Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional” (Canadian International Development Agency - CIDA), em Março de 2005, tendo como universidades parceiras a University of Victoria (UVic) (Victoria-BC, Canadá) e o Centro Universitário da Fundação Santo André (FSA) e um conjunto de outros

parceiros, dos quais se destacavam a Rede Mulher de Educação e o Fórum Recicla São Paulo que acompanhavam o movimento social dos catadores há mais tempo.

Desde o início, portanto, o Projeto foi construído de forma participativa, com a articulação de diferentes instituições e sujeitos sociais nacionais e internacionais, públicos e privados que tinham sido responsáveis pela estruturação de políticas públicas de limpeza urbana, com inclusão social, na região da Grande São Paulo.

Era um projeto para 6 anos, do qual fizeram parte, desde a elaboração inicial, as prefeituras de Diadema, Santo André e Ribeirão Pires, incluindo catadores desses municípios e também de áreas da cidade de São Paulo. Em 2007, em decorrência de problemas administrativos, foi necessária a mudança de parceria com a universidade canadense, o que acarretou a prorrogação de algumas das atividades. Atualmente, o trabalho está tendo continuidade por meio de convênio entre a Faculdade de Educação da USP (FEUSP), a mesma Universidade de Victoria – Canadá e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (FAFE), contando com novos parceiros. A partir de 2008, com a nova parceria, a duração prevista é de 3 anos.

Um dos aspectos mais importantes desse projeto foi a estruturação de processos fundamentais para gestão pública Participativa de Resíduos Sólidos, de acordo com um novo paradigma: o de atender ao interesse das maiorias, promovendo a inclusão social dos catadores e sua atuação educativa junto à comunidade. Este não é só um problema brasileiro: em muitas áreas urbanas no mundo, o que se vê é a presença de catadores, em função da crise deste modo de produção capitalista, que gera desigualdades, desemprego, concentração de renda, competição e uma enorme exclusão social.

O objetivo geral é melhorar a qualidade de vida e contribuir para a sustentabilidade ambiental em grandes aglomerações urbanas; por meio de fortalecimento dos movimentos sociais de catadores, da construção de políticas públicas participativas de resíduos sólidos, com inclusão dos catadores, e ampliar a destinação sustentável de resíduos. Dentre os objetivos específicos, estavam os de ampliar a capacidade das instituições parceiras e, especificamente dos componentes do Conselho Gestor para estruturar processos de formação de grupos de catadores e catadoras, para melhorar sua condição socioambiental e econômica e para implementar o processo de autogestão: a gestão participativa de políticas públicas de resíduos sólidos.

Desde o início, esse caráter participativo fez do projeto um processo envolvente e rico. O projeto passou por auditorias externas e a conclusão foi que a equipe era ótima e que apesar de todas as dificuldades com a administração, inclusive com relação ao acesso à verba enviada pelo Canadá foram conseguidos resultados significativos. Em função dessas dificuldades o projeto passou a ser desenvolvido por meio do novo convênio entre a USP e a UVic.

O projeto é importante porque busca construir políticas públicas de resíduos sólidos, de maneira participativa, estreitando o diálogo entre catadores e prefeituras. Em muitos municípios, há tentativas de formulação dessas políticas públicas, com inclusão de catadores. Porém, toda a contribuição para o processo de organização desses catadores, dentro dos princípios do cooperativismo e da economia solidária, é importante do ponto de vista da emancipação dos catadores e da consolidação dos programas municipais de coleta com inclusão de catadores. Muitos desses programas não têm conseguido superar vários desafios, incluindo a organização do trabalho coletivo, a formação para a autogestão e ainda as dificuldades das próprias equipes técnicas das prefeituras em lidar com essa forma de organização desse tipo de sistema de coleta. (ROMANI, 2004)

Desde sua aprovação, foram realizados vários replanejamentos, para adequação às novas necessidades, com o mesmo princípio metodológico da participação.

Diante das dificuldades burocrático-institucionais, o comprometimento de todos com o processo de trabalho e com a proposta foi o que permitiu a realização das atividades.

Todas as definições do projeto foram coletivas, desde a elaboração, a definição das ações, a estrutura de gestão, o formato das parcerias, o tipo de envolvimento de cada sujeito social com o projeto, enfim, tudo foi feito de maneira participativa.

3.1. Ações previstas no projeto

Em função de organizar as demandas vindas das discussões foram definidas as “linhas de ação”. Para atingirmos os objetivos propostos - bastante amplos - esse

coletivo tinha que atuar em várias frentes. As “linhas de ação” indicam essas frentes de atuação que agora estão em pleno desenvolvimento.

Havia necessidade de atuar com processos de formação, com a estruturação e fortalecimento de espaços de diálogo entre os grupos, incluindo o desenvolvimento de ações coletivas como, por exemplo, a venda coletiva de materiais, diálogo entre os grupos e os governos municipais, estaduais e federal, assim como outros sujeitos sociais e a própria sistematização do processo de gestão.

No projeto havia outro conjunto de atividades consideradas como ações transversais, uma vez que elas estão presentes e servem de subsídios para inúmeras ações a ele relacionadas. Esse conjunto engloba as pesquisas acadêmicas; levantamento das condições de vida e de trabalho dos grupos de catadores que participam do projeto; produção de material didático, criação de um sistema informatizado de controle de estoques e de contabilidade para venda coletiva de materiais entre outras ações.

Embora tenha uma linha de ação denominada “Formação”, por ser um projeto baseado na metodologia participativa, a maior parte das atividades se constituem em espaços de aprendizagem coletiva, com as reflexões sobre a prática ao longo da trajetória. A própria gestão do projeto tem se constituído como processo de aprendizagem na prática.

3.2. Gestão

A gestão do projeto está apoiada na seguinte composição de equipes: as instâncias superiores das duas universidades (reitorias); diretoria do projeto no Canadá; diretoria do projeto no Brasil; Comitê Executivo (CE) e Conselho Gestor (CG).

As decisões mais importantes são tomadas dentro do Conselho Gestor. Essa instância é constituída por representantes dos grupos de catadores, das universidades, das prefeituras dos municípios envolvidos e de representantes das demais instituições parceiras³³. O planejamento e replanejamento, o acompanhamento das ações do projeto

³³ Prefeituras Municipais das cidades de Diadema, Santo André, Ribeirão Pires; FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego); SENAC e Instituto GEA Ética e Cidadania. Novas parcerias: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); Prefeitura Municipal e catadores de Mauá e de São Bernardo do Campo; Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

e do andamento da coleta seletiva e da comercialização pelas cooperativas, a reformulação de parcerias, as relações institucionais, a produção acadêmica, o diálogo com as prefeituras, enfim, todas as atividades do projeto são debatidos nos encontros do CG.

O Comitê Executivo (CE) é composto pelas duas diretoras, um representante dos catadores, uma representante da Rede Mulher Educação, uma professora universitária, um representante do poder público, uma representante da Equipe de Campo. Essa instância da gestão tem a função de fazer os encaminhamentos para o desenvolvimento das ações do projeto aprovadas no CG. O CE faz a coordenação geral e também as atividades burocrático-administrativas e a consolidação dos contatos institucionais, conforme decisões do CG.

3.3. Atividades desenvolvidas e principais resultados

Um dos resultados significativos do projeto é a busca de alternativas para efetivar a gestão de forma participativa. Ela tem se desenvolvido por meio do diálogo e da sistematização das idéias, no coletivo.

Esse processo tem possibilitado o intercâmbio de experiências e de conhecimentos entre diferentes sujeitos sociais, o aprendizado coletivo e o crescimento em muitas das dimensões humanas. Os testemunhos de catadores e de outros participantes evidenciaram esses resultados ao longo do processo. Um dos exemplos é o de uma catadora que havia participado de um curso de metodologia participativa, por meio do GPSRS e, na avaliação que antes do curso e do Projeto, ela se achava incapaz de falar em qualquer grupo, e muito menos de expor suas opiniões. E, hoje, ela consegue falar nos grupos e em público, escutar, dar suas opiniões e participar das decisões.

Em vários outros momentos, ficaram evidentes os avanços alcançados pelo projeto no sentido da gestão participativa, como transparece em algumas declarações durante o Grupo Focal com catadores.

O estabelecimento da rede de comercialização coletiva, no ABC (parceria com o projeto *Rede Gerando Renda*) tem sido fundamental para o fortalecimento dos grupos

de catadores. Há uma complexa teia de desafios e necessidades para fazer a comercialização, o que requer muito diálogo e organização. Alguns componentes desse processo são: a definição dos materiais a serem comercializados, da logística do transporte, de alternativas para lidar com as diferenças dos grupos em termos de triagem de materiais, formas de prensagem e a quantidade de materiais. Porém, há uma condição prévia para a efetivação da venda coletiva reconhecida pelos grupos: a confiança mútua.

Os saberes apreendidos na busca da solução para essas questões vão além das soluções dos problemas de ordem prática. Há avanços na interlocução, no aumento da capacidade de negociação entre essas pessoas, que, pouco a pouco e com a regra da transparência, vai se construindo uma relação pautada na confiança mútua, inicialmente, muito frágil.

A venda coletiva, dentro dessa proposta participativa levou a uma melhoria da renda das famílias, ampliou a autosegurança e a competência para a autogestão. Há uma vivência “refletida” do processo elevando as possibilidades de participação na gestão de outras questões.

Outra vivência do trabalho coletivo, com definição de regras, resolução coletiva de conflitos é constituída pela gestão do “Fundo de Capital de Giro”. Esse Fundo foi criado para solucionar um problema específico da comercialização coletiva. Em boa parte das vezes, o pagamento pelos materiais vendidos demora a ocorrer, e, como a maioria das pessoas sobrevive desses ganhos, elas têm que vender separadamente seu material para obter o dinheiro e suprir no cotidiano suas necessidades básicas.

O Fundo foi montado com a contribuição de parceiros e tem sido um exercício e um aprendizado não só de gestão das verbas mas do estabelecimento e o cumprimento das regras. Apesar de ser um espaço excelente de aprendizado, o Fundo precisa de um aporte de verbas, pois as necessidades dos grupos são bem superiores às quantidades existentes. No momento há grandes dificuldades, pois os grupos não estão conseguindo devolver os empréstimos realizados. Os critérios para a retirada de dinheiro e outras regras estão em discussão.

O problema mais grave da venda coletiva, atualmente, ocorre em função da crise econômica internacional. Desde dezembro de 2008, os grupos têm tido muita dificuldade para vender o material reciclável. As indústrias com as quais eles comercializaram, pela Rede, pararam de comprar. Do primeiro semestre de 2008 até

meados do segundo semestre, os grupos conseguiram preços bem melhores com relação àqueles auferidos com a venda individualizada por cooperativa, ao menos para alguns materiais. Logo no início da crise econômico-financeira mundial, imediatamente as cooperativas sentiram as perdas na comercialização com a queda dos preços ou, como já foi dito, no caso de alguns materiais, com a interrupção nas compras pela indústria.

Este permanece como o maior problema dos grupos do projeto, assim como dos catadores de maneira geral. Novamente, o desafio é buscar saídas para voltar à situação dos avanços alcançados antes da ocorrência dessa crise, ou seja, buscar soluções coletivas, no atual contexto de grande dificuldade na vida desses trabalhadores.

Para entender melhor o processo de formação no Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá e nos trabalhos anteriores, uma vez que vários integrantes vêm juntos acompanhando as atividades educativas anteriores, e compreender ainda como contribuíram e podem apoiar a busca de soluções, decidiu-se desenvolver a técnica do “Grupo Focal”, com os formadores e com os catadores.

3.4. Grupos Focais: o processo de formação, na visão dos sujeitos sociais

O Projeto GPSRS promoveu avanços com a equipe de formadores oriundos das outras ações educativas analisadas nesta tese. Nesse projeto estão grupos de catadores que participaram das ações anteriores e de novas cooperativas de outras cidades. As duas equipes (catadores e formadores) têm hoje pessoas e instituições integradas nas ações com o FRSP e na Capacitação de 2003, para o PCSS. Em função da história comum dessa equipe de formadores e desses catadores, era importante ouvi-los e refletir com eles sobre os avanços e dificuldades dos processos formativos.

Foram constituídos dois grupos para os encontros de discussão (Grupos Focais): um de formadores, denominado “GF – Formadores”, com pessoas que acompanham e dão suporte à organização dos catadores, desde a década de 1990, outro denominado “GF - Catadores”, composto por lideranças de catadores.

Os componentes do “GF - Formadores” pertencem ao Comitê Executivo do Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá e mais dois que haviam participado do Projeto de Coleta Seletiva, um deles com pouca experiência neste último projeto. Participaram

dos encontros: Angela Martins Baeder, Fábio Luiz Cardozo, Jutta Gutberlet, Lúcia Maria Bitancourt Martins Campos, Maria Ruth Freitas Takahashi e Nídia Nacib Pontuschcka. Pessoas com vivências em espaços bastante diferenciados, e de variada formação escolar e acadêmica. Nesse grupo estavam dois historiadores, duas geógrafas, uma bióloga, uma assistente social. Entre eles, alguns tiveram vivência política com igreja, com parlamentares, na atuação profissional, no serviço público e na academia. Essas múltiplas experiências enriqueceram o processo pela diversidade de enfoques do grupo.

Contudo, apesar das diferentes áreas, havia um objetivo comum a todos os participantes: buscavam a diminuição das desigualdades sociais e a melhoria de vida dos catadores.

Ao longo das atividades, nas inúmeras reuniões e avaliações, no trabalho cotidiano de busca por respostas às inúmeras demandas, foram raros os momentos específicos para a reflexão mais aprofundada sobre as dinâmicas de trabalho. Os encontros do GF permitiram entender melhor a riqueza de visões, do ideário e das motivações para o desenvolvimento dessas ações de formação.

Com este GF Formadores, foram realizados dois encontros: em 19 e 26 de novembro de 2008).

O GF-Catadores foi formado por lideranças de catadores da Zona Sul de São Paulo e por lideranças de cooperativas das cidades de Mauá, Ribeirão Pires e São Bernardo do Campo. As lideranças de São Paulo participaram do grupo Pedra sobre Pedra, da formação do Fórum Recicla São Paulo e da “Capacitação” de 2003, já analisadas. Esses trabalhadores(as) fazem parte do Conselho Gestor do Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá. Participaram do GF- Catadores: Francisca Maria Lima Araujo, Guiomar Conceição dos Santos, Joana D’arc P. Costa, José Gomes Aveiro, José Ronaldo Tiago dos Santos, Maria da Penha Ap. C. Guimarães e Rozenir Rodrigues Souza.

Esses trabalhadores têm formação escolar diversificada. Um deles iniciou o curso superior, o outro já foi monitor do MOVA e trabalhou em escritório de indústria; outros não completaram o Ensino Fundamental. A maioria desse grupo participa atualmente do Movimento Nacional de Catadores. Eles acompanharam todo o processo do Capital de Giro e as pessoas do ABC participaram da constituição da Rede de

comercialização coletiva e fazem parte da cooperativa de Segundo Grau que congrega cooperativas do Projeto. No momento de crise muitos abandonaram a coleta e saíram das cooperativas e dos grupos. Houve, assim, diminuição do número de membros das cooperativas. Os que fizeram parte do grupo focal têm profundo comprometimento na consolidação dessa atividade de forma cooperativa e solidária. O exemplo mais concreto disso é a permanência de várias pessoas desde a década de 1990.

Foi importante ouvi-los, pelo compromisso com a organização dos catadores e pela diversidade de leituras dos processos de formação que eles apresentaram, inclusive sobre os seus companheiros que não têm acompanhado esses encontros de formação. Com o GF - Catadores foi realizado um encontro em 17 de dezembro de 2008, quando a crise de vendas de materiais recicláveis estava no auge.

Para analisar os diálogos nos grupos focais, primeiramente, procurou-se apreender as interações entre os participantes e as situações que se formaram com as discussões, quando relevantes. Foi feita uma análise de conteúdos das falas, procurando identificar nelas possíveis categorias (MORAES, 2003) que facilitassem o entendimento dos sentidos desses “discursos”, independentemente de um referencial teórico, mas identificando o conjunto da visão que emergiu dos participantes.

Outra dimensão da análise, agora tendo em vista aspectos fundamentais no processo formativo voltado para a construção da autonomia, foi relativa à identificação, nas falas, sobre o posicionamento diante da realidade; colocações que indicam a visão mais estática ou dinâmica do mundo; das relações históricas, exposições que mostram consciência pessoal e de grupo, dentre outras. (ver roteiro em LUTFI, 1984, p. 32).

3.5. Grupo Focal com Formadores

Para o primeiro encontro foi elaborado um Roteiro com as principais preocupações a serem abordadas. Procurou-se conduzir esse processo de maneira que os participantes falassem livremente, de tal forma que aflorassem suas ideias e posturas sobre essas preocupações. As pessoas falaram livremente. O roteiro não foi seguido à risca, mas serviu de referência para orientação dos discursos, quando os assuntos se esgotavam. A seguir estão indicados os itens orientadores dos encontros.

GF Formadores

1. Quais foram os objetivos do grupo?
2. O que levou a apoiar a organização de grupos de catadores?
(objetivos gerais da formação)
3. Este trabalho tem relação com a Educação Ambiental e/ou com movimentos sociais? O que foi esse processo educativo desencadeado pelo nosso grupo?
(O que é fazer EA com catadores. O que falta para melhorar o trabalho?)
4. Qual é o entendimento sobre sustentabilidade social e ambiental?
5. Como foi a formação de catadores (Fórum, Capacitação e BR-CA)?

Baeder, 2008

Fotografia 17 e 18 – Encontro grupo focal formadores – 19 nov/08

Os depoimentos dos 3 componentes mais antigos, durante a reunião do Grupo Focal, mostraram grande comprometimento com a busca por soluções para as injustiças sociais, por processos de conscientização sobre as relações econômico-sociais que levaram à condição de vida dessa população menos favorecida, independentemente de qualquer grupamento político ou qualquer forma de associação em torno de ideologias específicas.

Para um dos componentes, desde quando começou a se envolver em atividades com pessoas em situação de exclusão social, seja na experiência com a igreja católica, ou com Educação de Adultos, ele entende que

tinha naquele espaço que deveria contribuir para a formação da consciência daquele grupo, para entender melhor a realidade que elas estavam vivendo... como elas estão ali e como é que elas podem pensar em como sair dali. Com os catadores não foi diferente: aquelas pessoas não estavam catando por que queriam. Se elas querem sair ou não é uma decisão delas.

Apesar de ser uma decisão delas, esse formador acreditava na importância da criação de momentos para elas se “alimentarem”. Nesse sentido, ele afirma: “Procurei

sempre que as pessoas fossem para o FRSP, para esse espaço de troca. Quanto às injustiças sociais, nunca me conformei e sempre quis fazer alguma coisa”.

Os formadores mostraram uma motivação em comum: o inconformismo com relação à condição de vida dessa parcela de trabalhadores, com a desigualdade social e, portanto, um forte compromisso com a necessidade de transformação social.

A Educação Ambiental não era um objetivo comum para o grupo todo, ao menos no início da mobilização dos catadores. A questão educativa, de maneira geral, foi clareando, para os formadores, ao longo do processo e a Educação Ambiental passou a ser entendida como parte do processo quando se verificava o teor educativo presente na relação que os catadores estabeleciam com a população, quando passavam de porta em porta para recolher os materiais recicláveis.

No contato entre catador e morador durante a coleta porta em porta, a população passou a valorizar a coleta e qualificar os materiais. Quando os catadores conversam com a população sobre a limpeza e armazenamento dos materiais que estes passam para coletar, inicia-se uma sensibilização sobre a condição desses materiais, para que não sejam mais considerados como “lixo”, algo para estar longe, e passem a ser entendidos como “materiais recicláveis”.

Nem sempre os moradores têm interesse em saber sobre a destinação dos resíduos que eles próprios geram. Ao longo da história urbana, foi criada a idéia de que a obrigação de todo o cidadão era embalar e colocar o lixo de forma adequada na calçada. A partir desse momento, estando o lixo fora de suas casas, parece não haver preocupação com o local para onde são levados, nem quanto o poder público gasta para seu transporte e tampouco com a destinação final desse lixo. Ou seja, os outros aspectos da gestão de resíduos, até há pouco tempo, a coleta seletiva não fazia parte do “hall das preocupações cidadãos”.

Nesse diálogo, a população começa a pensar nos materiais gerados e no fato de haver gente sobrevivendo da comercialização desses materiais. O próprio ato de reservar os materiais já indica uma sensibilização para essa questão. Com a interação com os catadores a população é estimulada a estabelecer conexão entre os fatores que fazem parte da complexidade socioambiental dos resíduos.

Neste trabalho educativo com catadores, inicialmente, articulado em torno da preocupação social, a Educação Ambiental vai adquirindo uma dimensão importante no

fazer dos catadores, conforme expresso pelos formadores, durante a reunião do Grupo Focal.

No trabalho deste Grupo Focal, ficou explícito até mesmo um preconceito com relação aos “ecologistas” ou com relação à abordagem “biologizada”, efetivamente presente em algumas práticas da EA. Essa vertente “biológica”, que não se conectava com o contexto histórico social foi marcante, principalmente na década de 70, no Brasil, assim como predominava um enfoque positivista e cartesiano também em disciplinas de ciências humanas, que não permitiam enxergar os conflitos reais dos diferentes grupos sociais (conforme debatido na Parte I desta tese).

Outros aspectos fundamentais, do ponto de vista do processo formativo, afloraram no grupo focal, como a necessidade de reflexão sobre as diferenças culturais, durante a formação. Um dos embates cotidianos na condução das ações educativas relacionava-se às posturas, às formas de conduta e definição de atividades durante a realização do trabalho nas cooperativas.

É bastante frequente que os catadores solicitem aos formadores que falem no “imperativo” com os cooperados, para que cada um faça seu trabalho de determinada maneira.

Em geral, para solucionar situações-problema ou resolver questões de organização do trabalho de coleta, armazenamento ou de comercialização dos materiais, é preciso fazer as tarefas individuais interagindo com o coletivo. As falas da maioria dos catadores têm o sentido de que se deve definir que o fulano faça “assim ou assado” e ponto final. Em geral, argumentamos no sentido de compreender a necessidade de que se faça o trabalho de uma ou de outra maneira.

Neste grupo focal, foram discutidos os aspectos culturais, o comportamento diferenciado que faz da fala no imperativo algo não autoritário, mas claro com relação à execução de determinada tarefa. Para nós, essa fala imperativa, já definidora de processos é tomada como autoritária, mas, durante a discussão, ficou claro que isso nem sempre significa autoritarismo. Pode ter outra conotação, no universo dessa categoria e, além disso, ser uma definição prévia, muitas vezes necessária até mesmo para alterar as relações e procedimento interno no grupo cooperativo.

Num outro momento, discutiu-se o teor de continuidade desses processos educativos com catadores, por estarem necessariamente vinculados às condições de

trabalho e de organização de movimento social, da aprendizagem política e técnica que se dá ao longo dessa nova organização da coleta como trabalho. No diálogo, houve a discussão de quanto era diferente a formação realizada pelo Projeto Brasil Canadá da educação tradicional “escolar”, normalmente muito mais específica e pontual. Específica sobre determinado assunto, enquanto o específico, no caso dos catadores seria específico com relação a alguma condição especial, mas imediatamente vinculada ao contexto das relações de trabalho vividas por eles.

Ao longo do processo de formação desses anos, incluindo estes últimos do Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá, houve muitos avanços, do ponto de vista da consolidação da confiança mútua, da construção de processos coletivos, como por exemplo, com relação à gestão financeira nas cooperativas. A transparência não fazia parte do cotidiano, na quase totalidade dos grupos, mas depois desse tempo todo e, principalmente com a estruturação da Cooperativa de Segundo Grau, começou a ser uma prática integrante e necessária do trabalho coletivo.

Ainda apareceu como ponto comum nas falas dos formadores a heterogeneidade do universo cultural dos catadores. Há grandes diferenças na condição de comunicação entre eles: uns falam e argumentam, outros apresentam dificuldades com a fala e de se posicionar diante do grupo.

Mesmo depois de todos os processos de formação ainda permanece como um desafio e uma necessidade a transposição das posturas individuais para aquelas coletivas, cooperativas e solidárias, ainda que muitos já tenham incorporado essas mudanças parcialmente em suas vidas. O grupo de formadores tem a clareza de que se trata de um processo longo, de persistência, sistemático, só possível numa ação continuada.

3.6. Grupo Focal com catadores

Foi realizado um encontro no dia 17 de dezembro de 2008 no Centro Universitário Fundação Santo André (Fotografia 20). Na semana anterior havia sido realizado um encontro do Conselho Gestor do Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá em que se discutiram as dificuldades dos grupos e foram identificadas as ações efetivadas e os avanços do projeto no ano de 2008, mesmo sem ter a assinatura do novo

convênio. A reunião do CG teve um clima estimulante, porque foi dada a notícia da assinatura do novo convênio da Universidade de Victoria - CA com a Universidade de São Paulo, sob a coordenação da Faculdade de Educação-USP e, portanto, abria-se, com o projeto, uma nova perspectiva para os catadores.

Essa foi uma boa notícia no momento em que a realidade dos grupos estava extremamente fragilizada em decorrência da crise econômica mundial. Muitos deles não tinham conseguido vender quase nada e, por isso, o ganho do mês de novembro tinha sido muito diminuído. Segundo os relatos, os grupos vinham perdendo cooperados, que iam em busca de outras atividades, para ganhar algum dinheiro, no mundo da informalidade.

No encontro do GF-Catadores houve grande riqueza de conteúdos e, nos detalhes, no jeito próprio de falar, emergiram aspectos da vivência desse coletivo de catadores, indicando aspectos fundamentais dos processos de formação. Por esse motivo, optou-se por reproduzir as falas dos catadores na íntegra. As autorias das falas estão com os nomes fictícios: Paulo, João, Marlene, Luísa, Sílvia, Cássia e Rosa.

Nesse encontro, diferentemente do GF-Formadores, não se estipularam itens norteadores, mas apenas uma questão inicial bastante ampla, para que os catadores falassem livremente. Muitos outros conteúdos, inesperados, foram abordados.

Em seguida à transcrição será feita a análise das falas.

No início do encontro houve uma explanação sobre a proposta do trabalho de deste doutorado, a ideia central e os temas a serem abordados. Foram explicitados os objetivos e a forma de incorporação dessa reunião do GF, na tese.

Baeder, 2008

Fotografia 19 - Grupo Focal Catadores – 17 dez/08

A questão provocadora inicial do encontro foi “*O que os processos de formação – Fórum Recicla São Paulo, Capacitação de 2003 e Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá – significaram para a vida*”.

3.7. Transcrição dos diálogos

Marlene - Desde 1999, quando a gente começou a pensar no Fórum Recicla São Paulo a Prefeitura de São Paulo, mas eu tenho uma coisa muito crítica, principalmente com relação à questão política, que a gente não está tão integrado assim como precisava para construir uma política pública. Eu sempre me [...] ³⁴ com política, com todas essas coisas. E indiretamente a gente se preocupava com meio ambiente, mas não com o mesmo amor, com a mesma dedicação com que nós trabalhamos com [isso política] ³⁵. Então, abriu-se um leque enorme: a questão da política pública, a questão ambiental, as preocupações das nascentes, dos mananciais. Uma coisa que eu aprendi com você: o que era mata ciliar... Aquele matinho que protege... Isso é uma coisa que ficou pra mim aqui guardado, que é muito rico. O pessoal fala “ah, é besteira”. Mas é uma informação que.. Eu sempre estudei, mas nunca me liguei que aquela matinha era pra proteger...

³⁴ Quando aparecer [...] é a fala do catador que ou não foi compreendida, ou estava repetida na frase

³⁵ Quando aparecer alguma frase ou palavra entre “[]” significa o subentendido do catador, o que ou do que ele estava se referindo

Isso pra mim ficou... O pessoal fala assim é besteira mas pra mim é importante. Hoje quando eu vejo o matinho, isso toca a gente... Isso tudo foi e está sendo ainda: um aprendizado. Eu sempre falei assim que é importante.

Rosa – Para mim foi assim... Porque a gente vivia lá largado no canto da Zona Sul. Não sabia nem o que estava fazendo. Aí fizemos uma caminhada, e assim na capacitação clareou o aprendizado. A gente aprendeu a fazer contabilidade, a ver mais o sentido daquilo que a gente estava fazendo, e até tentar conviver junto com os outros porque era muito difícil e ainda é... e foi rico sim, foi rico, apesar da gente não ter entrado nas centrais, não ter posto em prática o que a gente aprendeu, mas está valendo... A gente tem uma base pra um projeto de verdade, porque assim, hoje eu sinto o que está acontecendo no projeto Brasil Canadá, no movimento nacional, no Recicla, tudo, a clareza junto com outros catadores também, pra mim, a minha idéia não é só eu aprender, mas aqueles lá da base, que ainda estão... tem gente que ainda não sabe o que está falando. Às vezes, entra pessoas que nem sabe o que está fazendo entra lá e da uma atropelada e depois [não presta conta a ninguém?...] porque assim [classificação] do começo. E é muito rico o aprendizado. A Educação ambiental assim, como a Marlene falou o matinho encostado na água... Agora com essa história de reurbanização estão tirando muita coisa³⁶, o mato na beira dos córregos. Tudo que aconteceu lá a gente discutiu... é muito rico isso. Sempre eu [pensei assim?] tem que ter mais capacitação.

Cássia – eu não participei dessa mesma formação, mas colegas estamos juntos no projeto, já aprendeu muito até hoje. a gente nunca sabe. Mas acredito que essa formação deve ser continuada, não só [...] mas em busca do pessoal da base, porque a gente leva pra eles, mas... Parece assim que não é... Santo de casa não faz milagre... precisa levar para eles pra eles entenderem melhor, porque se nós estamos com eles mas. [...] nós estamos formados, mas... eu tenho orgulho de dizer que eu aprendi muito e ainda é pouco gostaria de aprender mais...

Rosa – todo o nosso trabalho que aconteceu em São Paulo, e hoje eles nem sabem que existe coleta seletiva [a prefeitura] Eles põem uma coisa no mundo aí e nem fala no assunto. E nosso trabalho? Ele some? Não é verdade? Que nem essa história aí do carbono.... Então não existe coleta seletiva? Gente é um absurdo. Isso só traz a [...]

³⁶ O núcleo onde a Rosa mora está passando por um processo de reurbanização, iniciado pela prefeitura de São Paulo.

Angela: é sobre a cartilha do projeto com créditos de carbono... Em que não se fala nada sobre a coleta seletiva, mesmo tendo o projeto para a Coopercoose aprovado, não tem nem a palavra coleta seletiva...³⁷

Cássia – precisa ser mais levado em consideração, porque é um trabalho riquíssimo. Fazemos um trabalho de ajudar muito a todos nós, não só [o ambiente], até na saúde.

Rosa - Eu fico triste com o descaso do poder público. Porque parece que a gente não existe. Eles fazem assim, vai passando o trator por cima. Não sabe que a gente existe. O que você construiu com amor com carinho, com luta, eles não vêem... vão passando o trator.

Cássia – todos nós hoje precisamos de muito apoio. Eu acredito que é geral. Não é só o ABC que está passando momentos difícil, eu conto do ABC, porque é onde a gente vive mais aproximadamente, mas a gente se encontra e vê que a realidade é a mesma: está muito difícil porque o descaso é muito grande mesmo. Um exemplo: o mercado acabou. Não está dando nada a retirada dos catador. Isso desanima. Se não tiver nenhum projeto sério, igual a esse que incentiva as pessoas, de fazer as pessoas acreditar que é possível, porque nós acreditamos, nós estamos aqui na luta, então nós acreditamos, Mas precisa ter mais incentivo mesmo. Porque assim, apoio, para que as pessoas não desista. Porque muita gente desiste porque é aquela coisa, saco seco não se põe em pé. Ninguém [...] a trabalhar e a realidade como está hoje, e mais quatro meses, ainda vai continuar assim nessa crise financeira, em todas associações e cooperativas. É o que eu vejo falar. Ta todo mundo... muita gente querendo desistir. Muita gente não está entendendo isso [a crise]. Nós que estamos aqui na luta, a gente está entendendo, mas no dia a dia, a gente vê com um e com outro... Isso é geral. Mas o colega que está lá na base, ele não tem muito tempo assim pra ficar na reunião, pra entender melhor as coisas, ele acha que tem algo de errado... Desiste, porque é muito difícil. Está muito difícil hoje para nós.

Marlene - Está difícil hoje... Mas eu vejo a maior parte falar... Vai vir o Natal, quero ganhar um presente. Mas o que vale é o verdadeiro amor ao próximo. Porque hoje

³⁷ No encontro do CG da semana anterior, o grupo da zona oeste trouxe uma cartilha de divulgação das ações da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo, sobre as ações municipais vinculadas ao crédito de carbono. Na cartilha, que todos viram, não havia nenhuma menção ao programa municipal de coleta seletiva e nem mesmo a um projeto de galpão para coleta seletiva já aprovado por essa Secretaria, como obra a ser implantada com esses créditos.

muita gente só pensa se está vendendo, se está comendo, mas não se lembra de agradecer a Deus. Qual é, hoje em dia, a cooperativa que tem aquele minuto para se reunir.... Eu vi isso em Ourinhos. Em Ourinhos, quando eles chegam – todos os cooperados- antes de iniciar qualquer tarefa eles fazem uma oração, o Pai Nosso. E que nós precisamos muito, independente de qualquer religião, se é crente, protestante, não importa, É preciso o amor ao próximo. É isso que está faltando. Que nem você... aconteceu aquela catástrofe em Santa Catarina, todo o mundo está se comovendo, está mandando um monte de subsídios pra eles. Vocês viram na televisão: muita gente catou para montar loja, outros pegaram para presente... Você vê o ser humano é assim... Então a gente precisa trabalhar o amor ao próximo. Não adianta a gente pensar assim: eu tenho o meu arroz e não me importo com os outros. Não quero nem saber se a Rosa está passando fome... Eu digo assim.. é possível... tem condições de mudar, pq quando nós iniciamos, pensamos em montar o Fórum Recicla São Paulo, e depois partimos para o BR-CA agente ganhou muitas portas na cara, se fechar, e nem assim nós desistimos por isso a gente [desistiu]... Ia pra pracinha, comendo banana, quantas vezes eu e a Ruth nós saímos e fomos atrás da UNISOL..., pra compreender melhor o que era cooperativa, o que era isso... A UNISOL também custou pra nos atender. E, graças a Deus, aos trancos e barrancos, nós estamos aqui. A Cássia [...] não sei se ela concorda comigo mas quantas e quantas vezes [conversamos] com a Beth, com o Mauro, com o Sérgio [...] pra tirar [o cavaco do chão], pra construir a Associação. A “Raio de Luz” eu conheço desde [Sebastião...] falecido. Foi uma luta também, mas foi uma conquista. Só que é assim [...] esquecem que passaram... Não estou dizendo a Cássia, mas dos que estão lá [na base], e que não param pra pensar; vamos ser solidários de fato... Vamos fazer nossa oração, vamos distribuir amor pra todos [...] e a gente vai bem... [...]. Aprender é fácil, mas praticar é outra coisa. É isso o que está faltando. Porque se agente [fizer isso] todo o dia, [...] pensar no nosso dia de hoje. A gente consegue. A gente tem que tirar tempo pra isso. É muito importante reservar um momento de reflexão todos os dias.

(Apresentação do trabalho para a Sílvia que chegou mais tarde)

Luísa – eu tenho bem menos tempo de caminhada que a mulherada aí. [A participação no Planejamento estratégico, então, a gente aprendeu a se valorizar mais... a pensar assim que “eu sou capaz”], no BR-Ca. Me ajudou muito, também pra passar para o grupo, assim, pra você entender que é capaz. Até então eu era assim muito medrosa. Eu não quero ter medo de nada. Todas as pessoas têm medo de alguma coisa.

Toda a pessoa tem medo de alguma coisa e a gente tem que aprender a dominar o medo. Antes, pensava que as pessoas sabem mais que você e você não sabe nada. E aí você encontrou um monte de gente que podia ajudar. Aprendi a me valorizar mais, a [improvisar] mais a achar que eu sou capaz e que os outros também são capazes.

Mas, como a Cássia falou, você também quer abranger mais as pessoas que ficam lá, mais as pessoas da base.

Outra coisa que eu acho também que me rendeu, também me ajudou, foi o lado pessoal, psicológico das pessoas. Está acabando o ano e as vezes você passa o ano todo só na correria. Então, você para um pouco para pensar e olhar pra você. Quando eu falo olhar pra você, não é assim olhar pra você e esquecer dos outros, se você ficar bem, você consegue olhar para o outro. A Marlene, por exemplo... é liderança e se a liderança não está bem, como é que você vai passar para os outros. Aquela correria, não dá tempo pra comer...precisa parar para tomar um café, tomar um lanche.... se você não está bem, como é que você consegue...[outros]

O projeto me ajudou, me ajuda muito, desse ponto de vista pessoal.

João - Com relação ao projeto, entrei como um burro velho, mas que precisa aprender. Eu acho cada vez mais que aqui é um acúmulo de energia... Tem mais condições de se trocar idéias com outras pessoas. De vagarinho as pessoas vão se informando e se valorizando. Acho que isso aí é fundamental principalmente pela classe que nós somos... Desprezados em todos os pontos de vista. Isso não é para ser. (*se emociona*)

Em relação ao projeto, uma infinidade de coisas boas que nós aprendemos. Mas tem que ser postas em prática. Lembro de muitas coisas que aprendemos e temos que por em prática, essa é uma luta nossa. É para ir fundo. Por essas coisas em prática. Seja dentro das próprias cooperativas. Um ponto fundamental é saber o que é cooperativa. Muita gente não sabe. Cooperação. Muita gente não sabe o que é isso. Muito cooperado não sabe isso. Estamos aqui para aprender principalmente isso. Tem cooperado que não pensa no ["maior"]. Estamos aqui para passar isso pras outras pessoas. Só assim e que vamos ter um Brasil melhor. Viemos aqui e temos que formar. É devagar, mas estamos na luta. Estamos indo de vagarinho, melhorando. Estamos formando. Estamos aqui para melhorar o "berço". O país foi deteriorando. Não só a educação formal, mas a educação da própria criança. Eu tenho uma maneira de avaliar que a educação é fundamental, que

vem do berço. A religião seja lá qual for, mas o amor dentro da família vai fazer a coisa funcionar melhor. Está muito bagunçado. Ninguém mais respeita ninguém.

Eu vim da indústria. Não é de agora. Quando eu trabalhava na indústria, eu ia lá com os meus companheiros, já fazia isso, não é de agora. Se eu tenho sempre uma mentalidade formada, já, ajuda; Eu quero ajudar. (*Angela: João, o senhor espera um pouquinho, eu queria entender a fala do João*) Com toda sinceridade, é uma batalha danada. Eu acho que estou sempre vencendo. Devagar é muito lento, então eu gostaria de acelerar mais, mas não dá, eu me acelero falando, me emociono... Eu sinto o drama todo da vida que vivemos hoje, porque eu venho anos e anos trabalhando sempre dentro do mesmo esquema. Na indústria passavam meus colegas, e eu dizia: Temos que fazer assim, porque nós vamos melhorar... A união faz a força. Conseguir-se às vezes acelerar as coisas através da união, porque uma pessoa sozinha não consegue nada. Você vê que nós estamos vivendo de... no caso das cooperativas, de grupos, seja de vinte, trinta, quarenta, seja lá o tanto que for, de cinco, né?! Aí você vai passando as idéias e vai incutindo... que a melhor tem que vim... É difícil, porque todo mundo só vê o dinheiro, mas o dinheiro, pouco, ele bem elaborado na cabeça da pessoa ele consegue fazer uma série de coisas que é incrível.

Ontem [...] eu recebi uma cesta básica, que nós recebemos todo o mês da prefeitura, e é uma miséria, para mim aquilo é uma miséria, uma coisa insuportável. E eu, comentando dentro da minha casa com minha mulher e meus filhos, meu neto estava junto, e eu comentando com eles, como é que pode uma família viver com isso, às vezes tem dois, três filhos... Como é que pode um ser humano viver com isto aqui? Cabe na cabeça de uma pessoa que está dirigindo um determinado assistencialismo, que se fala tanto nisso, prega-se isso, mas é só ficção, não é a realidade da coisa... Não é. Eles só fantasiam. Hoje em dia todo mundo parece que só vive na fantasia, né? É... “vamos enganar aqueles coitados”. “Vamos enganar”. Eles vão enganando. Passam lá cinco quilos de arroz, passam dois quilos de feijão, um frasquinho de óleo, e o sal. Já é uma alimentação básica, né?! Ô, isso daí é uma coisa... Agora, não viram o tanto de pessoas que tem dentro do lugar, lá, né? E acham que já estão fazendo legal. E é uma coisa que... É insuportável, porque, dizer que vem de donativo... Sabe, eu escuto muito as conversas. Aí vende: não, porque é de donativo, porque não sei o que, mas (não?), mas tinha que ter alguém dentro daquele grupo pra analisar: Pô, mas isto daqui é muito

pouco, vamos ter que procurar mais, vamos ter que batalhar mais, porque tá fora do padrão, isto aqui não pode ser assim.

Este tipo de coisa, com toda sinceridade, nós que estamos formando, então um dia, mais tarde, uma cooperativa vai ter condições de fazer essa mesma atuação, dar pro cooperado? Nós precisamos primeiro analisar como vai ser pra não prejudicar aquele cooperado que tem quatro, cinco filhos, né?! Aí precisa-se ver se aquilo vai dar condições só praquela... Não é a mesma coisa que, às vezes, só um casal, marido e mulher, então precisamos trocar estas idéias. Então, estas coisinhas todas, né... É um aprendizado. Nós estamos aqui justamente conversando, trocando idéias. Eu acredito que isto tudo funcione. Desculpa, eu acho que eu to falando demais, vou dar pra vocês... Vocês também estão me ensinando... (Angela: Não, João, você conhece, também, mais, pode ir adiante, sabe, porque se a gente não enxerga essas coisas, não tem como ir aos outros.)

Com relação ao poder público, a gente tem que trocar idéias... É uma decepção, aquilo lá pra mim é uma decepção. Porque, eu costumo dizer: O povo de Ribeirão Pires come mortadela e arrota peru. Concordam? Eu acho, não sei se vocês me entenderam o que eu falei, eu acho que é coisa tudo de enganação, porque se você for olhar tem muita gente pobre lá naquele meio... Tem... Que precisava (disso, daquilo?). Mas não, vive tudo parece que... Os bacanas... Não é assim.

E eu vou, eu falo. Não sou atendido? Até hoje eu não fui atendido... Assim, muito... Fui à primeira dama, já troquei idéia, que nem tô conversando com vocês aqui, troquei idéia com ela direto. Falei muito, muito mesmo, fiquei 2 horas conversando com ela assim direto. Eu tenho condição de... pode mexer comigo, que vai encontrar uma resposta. E ela mexeu e encontrou diversas respostas. Não, me atende? Tá me atendendo, mas não é lá.

Agradeço? Agradeço, sim, porque é pouco, mas tá vindo. Tá me dando uma força, que é a força que eu preciso. A força verbal com eles, eu vou, troco idéia, vejo qual é o problema que o pessoal tá tendo, procuro ajeitar, faço aquilo que eu posso.

Eu sei que o governo teria condições porque eles arrecadam muito dinheiro. Não dão condições pra ninguém que é pra dar. Eles fazem as mutretas deles, lá, por cima, e envolvem milhões, e bilhões, e trilhões, e só fantasiam.

Hoje está sendo passada muita coisa pro povo Só que o povo não tem cabeça pra ver o que é que tá se passando. Não tem cabeça ainda pra se unir e ir realmente pra luta. Não tem. Por quê? Porque vem tudo de uma enganação longa. É uma coisa terrível. Isso aí é um assunto que mexe muito comigo.

Paulo – Eu passei pela capacitação, também aprendi muito, e uma coisa que eu vejo, que sempre tem uma piadinha: sempre verde é sempre verde, não vai "amadurar" nunca.

Então, eu vejo que... Nossa presidente... Ela conseguiu, ela tem alavancado, só alavancando, várias bases, aí, né?! O que acontece, a gente continua sempre verde.

E... Até refletindo a fala que o João falou que "a gente tem que estar bem pra poder estar..." E eu sei que é sempre verde, que vai ser pela nossa filosofia, nossa ideologia, vai ser um espelho, uma vitrine que... E hoje em dia a gente tá vendo muita coisa acontecendo, mas é um marco que vai seguir num destino e a gente vai levar... Pô, a gente para e deixa o pessoal tocando um pouco a sua vida, né?!

E o que acontece... Por quê? Porque tá fora do que a gente tem como movimento nacional, tá fora dos parâmetros das cartilhas, da cartilha que precisa ser vista. E a gente passa para as outras bases, pra grupo, pra todos eles esse aprendizado, e praticamente continua no mesmo "parado".

Tem a burocracia pra (quando tu pode dizer Canadá?), pra pegar recurso, e no caso da conscientização ambiental, também, conscientização e educação ambiental a gente tem que fazer as coisas com os pés no chão. Ainda mais agora, que estamos em 2009, e tal. Não adianta chegar e falar com o vizinho, "separa seu material que vou vir pegar", porque você não vai ter onde colocar. Meu carro eu deixei parado em frente de casa, quando foi no outro dia já estava cheio de material reciclável.

Então são coisas que vai se construindo. Então a gente tem que ter o local certo pra se começar a fazer educação ambiental. Começar a casa do teto pra baixo é embrulhado.

Angela - O projeto ajuda em que?

Paulo – Ajuda bastante. Que nem a Cássia falou: às vezes, se é demais, é ruim. A capacitação sempre tem que ter a participação do catador. Eu vejo em muitos lugares que mandei meu material, aí, e o cara veio com esse negócio de plástico duro... A gente

tem que acabar com essa linguagem de plástico duro, e não-sei-o-quê... A gente tem que começar a falar a linguagem correta pra que o comprador saiba do que a gente tá falando... Esse negócio de a gente falar plástico duro, plástico mole, os caras vão falar “não entendi nada”, vamos [...]. Então eu acho que precisa se corrigir os termos e linguagem que a gente usa, e tudo...

Tem ajudado, tem ajudado bastante. Mas a gente tem que procurar ser mais solidário, mas solidário (que eu vejo?)... Ela foi pra Santos, ia passar uns 15 dias lá, ficou 2 anos, quase, em Santos... E eu já praticamente fazendo tudo aqui sozinho.

Então, são detalhes que a gente tem que estar bem pra poder estar se articulando melhor; E agora em 2009 eu pretendo [entrar com tudo]. Ou vai ou não vai. Não fica.

[Então, por enquanto...]

Por enquanto estamos na luta, batalhando, aí vamos ver, né, porque parado não pode. Agora vamos acelerar, fazer toda a revisão, porque se a gente fosse ficar mais na parte do assistencialismo, esperando uma cesta básica, não vou dizer que não ajuda, mas também, se você falar “olha, hoje eu tenho cinco quilos de arroz, você quer?”, “opa, eu quero, já me ajuda”, quer dizer, mês que vem já vou deixar de comprar cinco quilos de arroz.

Mas não é ficar contando ali direto com aqueles cinco quilos de arroz... E fazer sua parte. O que vier é lucro. Segunda-feira eu estava com um material pra ir buscar, lá tinha só madeira, aí vamos ver como é que fica, aí (????), uma máquina de fazer chá, um monte de coisa lá que... fora um armário de madeira, que eu tirei lá, antigo, vendi por R\$50,00 na hora. Então, quer dizer, são coisas que... Então tem que fazer o melhor, né?!

[? – alguém pergunta algo]

Não é cambalacho, é o famoso “diretinho”. “Diretinho” é tipo assim: Eu vou pra uma coleta. A mesma coisa que eu achar R\$ 100,00 na rua, eu não vou ter que dividir com o pessoal da cooperativa. O material que eu fui pra coletar, eu trouxe, mas se eu achar alguma coisa da rua... Eu que chamo de “diretinho”. [...]

Mas é isso aí, companheira, a vida continua, e espero que agora em 2009 você seja menos, que nem o caso lá na USP,... Que o pessoal possa pegar o seu curso, fazer curso [...] externo, pra que não aconteça que...

Na minha cabeça é impossível acontecer as coisas que acontecem. Que nem aconteceu com um prédio sobre o banco, [...] quatro crianças de uma vez; Ninguém viu, ninguém chamou a polícia, ninguém fez nada. Tiraram de dentro do contêiner... Coisa que não dá pra entender, você escrever “trouxa” na cara da gente, assim... O outro lá na Granja Julieta, o Cavarete marcou uma audiência com a Márcia, pra ir conversar com ela a respeito de um processo que ta acontecendo, aí, e outro dia já pegou fogo, (às 23 horas?), agora não se sabe da procedência do caminhão, o caminhão é pra ser utilizado pelos (donos?), pra ficar dar apoio. Não se sabe desse caminhão. O caminhão foi queimado?! Então, são detalhes também que...?!

O caso que aconteceu com a Luzia, também. Tá precisando? Então vamos todo mundo, pra lá, pra não ficar esperando a prefeitura, chega no cara lá [...] o cara vai ser solidário. Vai lá e atira. Que nem, eu, mesmo, desde 2000, eu conquistei muito [cartucho?], eu tenho bastante cartucho. Só que eu vou usar esse cartucho numa hora correta. Não adianta eu querer fazer uma coisa só pra mim, sendo que... Aí é uma coisa, que nem eu falei com ela, é preservar o nome. A gente já é pobre, mas pelo menos o nome a gente tem que estar preservando.

Então, nós, de fato... O pessoal... O tipo de recurso que realmente está em necessidade... Tem coisa que tudo vem... Tudo vem, e vem fácil. Que seja menos burocrático, porque às vezes a pessoa já desiste por causa da burocracia. E todas as centrais [...], a Granja Julieta, eles [...] todas montar pra depois você tirar a documentação. Então, uma grande ajuda, um grande assistencialismo que a gente pode ter é esse. Que nem aconteceu em Diadema. [...] agora está se correndo atrás da documentação.

Então, o peso maior na mão você já tem, já ta aqui. A documentação é fácil. Depois quem estiver aberto não é para se fechar; Se [ninguém?] estivesse colocado mais que o prato... Porque às vezes você fala assim: bom, estou tirando 1.000,00 reais. Se for colocar mais 3 cooperados vai diminuir, mas a questão é diferente. O que acontece: se colocar mais... Se tem 40, tá tirando R\$ 1.000,00, colocou mais 10, o que acontece? Vai pra R\$ 400,00 (???) porque vai ser mais material que entra. Vai ser mais material vendido. Agora, se continuar nos 40, vai ser sempre R\$ 1.000,00. Então, a coisa é meio, vai, assim, mas é meio inversa.

[O que você acha que faz a mais? As pessoas pensam mais de qual jeito?]

Se eu colocar mais cooperados, tenho 40, se eu colocar mais 20, vai diminuir minha retirada, mas ele esquece que, se por exemplo, esse aqui é [...] vou vender separado que é mais caro. Entendeu? Por exemplo, essa carteira aqui, tem que separar essa coisa aqui: “ah, eu não vou tirar isso aqui não, vou dar pro projeto desse jeito que ta, porque eu não tenho jeito pra fazer”.

Marlene - É como esta caneta aqui. Esta caneta vale R\$ 1,00. Este preço, o povo fala: “Eu não vou separar, não”. É a tal história, Angela, que eu falo: O pessoal tá reclamando da crise, ta chorando, que ta com a barriga doendo, que a retirada caiu. Mas ninguém, ate o dia de hoje, há quantos anos que a gente ta batendo nessa tecla... Pensa em ter o trabalho de separar o plástico, que é uma coisa fácil. Não, separa o pet e o resto fica. PAD, PP, PS, que tem valores, que dá pra regar e que se o pessoal tivesse a consciência de separar, mesmo, talvez não estaria nem sentindo a crise. Mas se acomodou. Ah... papelão dá pra tirar uns 600, 800 reais, daqui é que eu vou viver, o resto que se exploda. Não aumenta, eles não tem... Não falo assim, que é ter ambição, ganância, é melhorar [...]. Eles têm potencial, eles têm capacidade, mas ninguém [...] que nem ele, falou que o pessoal falou que é sempre verde, sempre verde, que nem eu falei: Ou você constrói uma cooperativa de fato onde todos têm entendimento... Que nem, muitos passaram, aprenderam, e montaram um ferro-velho. Não é isso que eu quero. [...] ver a sementinha que eu plantei, graças a Deus, deu bons frutos [...] ser independente, ter raça, eu passei o que eu aprendi aqui, são questões de valores, pra construir uma Coopercoose não quer se eu quiser fazer eu sei fazer, mas não é isso que eu almejo para mim

[você foi Marlene, pelo movimento?]

É pelo movimento

João - é justamente a palavra que eu... Não toquei no assunto a parte ecológica, a parte ambiental, infelizmente nós, eu digo nós cooperados, todos, somos obrigados a desprezar esse lado e pra isso é a nossa punição, é justamente olhar pela natureza, a mãe natureza agradece, é um lado fundamental, por que, fazer, trazer um material que é realmente reciclável, para forçar a venda essas coisas todas, a gente ter fazer isso, não é só olhar papel, papelão, esse filezão, todo mundo só olha o filé, ta vivendo só na base do filé, não interessa mais nada, o restante vão ficando por aí...

Paulo - o pior é que a parte do filé que a gente mais gosta é aquela gordurinha, né? Esse aí não aparece [...] até hoje... Você vê lá no quadro [algum ponto de comercialização]: latinha, papelão, plástico, mas você não vê a parte de... E tal, você só vê latinha lá por que latinha é coisa de... a gente, no dia a dia, não vê esse material

João - eu queria explicar para as pessoas a questão dos metais, tem um monte de tipos de metais [...] aí a gente ensina, como ela falou, a gente ensina para certas pessoas e aí elas vão passar para os donos do ferro-velho, e o dono do ferro-velho vai saber usar a cabeça dele e eles é que vão ganhar dinheiro. Agora, por que não as próprias cooperativas ter as pessoas capacitadas a altura, para entender todos os tipos de coisas e forçasse a venda, nós temos de forçar...

A Silvia e a Luísa podem me lembrar... lá o prêmio que recebemos lá em São Paulo, eu puxei o tapete deles, não era a hora, mas eu puxei o tapete deles a respeito das bandejinhas. Por que é uma coisa... Eles me deram uma explicação mas não é uma coisa muito lógica que os empresários lá que... Mas tem que se fazer isso, tem que puxar o tapete deles para fazer eles comprarem as coisas todas. Aí eu me dedico assim, você vendendo tudo que é reciclável, seja qualquer tipo de material é reciclável, desde que ele saiba dar o tratamento adequado, tem que se lavar ele (em matéria de química eu entendo um pouquinho por que eu tenho uma bagagem dos filhos que tenho em casa) então a gente diz assim, tudo é aproveitável é só dar o tratamento adequado, é lavar, moer, procurar separar o material adequado, que o químico sabe qual é o tipo de material, se tem uma indústria, se tem um laboratório eles fazem a divisão certa, não a indústriazinha pequena, a indústriazinha é difícil. A indústria grande eles tem, eles sabem as proporções certas que tem que fazer na parte de fazer o material reciclável. Aí põem o bolo no mercado numa bandeja bonita, mas poderia ser uma bandeja mais reciclável para o aterro sanitário.

É uma coisa estúpida, isso não pode acontecer, e ele por que dar sustentação justamente para venda normal de plástico e esse tipo de coisa... nós temos que batalhar para fazer a coisa [...] por que ... tudo que não é da terra, nós temos obrigação de... faz parte da coleta seletiva tomar essa iniciativa, a questão de reincluir (eu vou entrar num assunto que talvez vocês vão ficar matutando)

Paulo - eu queria dizer assim que a ação que a gente poderia fazer é entrar na mídia, por que a mídia faz com que o consumidor utilize a bandejinha, utilize o copinho descartável, a mídia que faz esse detalhe,

Silvia - [...] Nós sabemos o que importa exatamente [...] daí eu falo de entrar na mídia de um modo geral, por que nessa parte faz sentido por induz um movimento [...] se aproveitar da mídia de um modo geral...

Paulo - eles estão pegando mais pesado no PS (nas bandejinhas) e no Tetrapack, eles estão pegando mais pesado nesses dois tipos de material

Silvia - Nós já fomos atrás com movimento— até no Projeto... a gente podia conseguir mudanças, mas quem consegue entrar na mídia? Quem pode entrar na mídia? [...]

O BR/CA – deu uma força para a gente se unir [e se a Jutta fosse pra mídia? Não ia também ficar pesado pro Brasil, mostrar o que os catadores estão passando essa necessidade?] - a gente coloca o que a gente passa, a gente bate boca...³⁸

Silvia: O projeto BR/CA deu uma força para nos unir, a gente coloca o que a gente passa, bate boca [...]

(Deste momento em diante, houve problemas de captação do som da reunião e somente em alguns momentos foi possível fazer a transcrição literal. Quando não foi possível, foram indicados o assunto debatido e os posicionamentos dos catadores, a partir de anotações feitas na reunião).

Silvia - se você tem um conjunto de pessoas, era 20 pessoas e foi para 25...e o material abaixou, está caindo...se a liderança colocar mais gente, eles pensam...[aquilo te oprimi] menor ganho, é difícil; por mais que você fale, não entra na cabeça, é difícil aceitar.

Paulo - mas tem que pensar... Se um cara faz três, quatro, viagem por dia... Trazer de lá pra cá, mais de uma vez... se tem mais um, o que acontece? Vai fazer mais viagens

³⁸ Vários falam ao mesmo tempo sobre a mídia como instrumentos para expor a situação de penúria a que ficaram expostos os catadores em função da crise econômica. Debateram ao mesmo tempo a questão da crise e o cinismo da indústria que põem no mercado determinados materiais e na reciclagem se negam a comprá-los. Neste caso os catadores discutiram a importância da mídia para divulgar esse problema para a população não consumir esses materiais.

Silvia - mas eles não aceitam isso daí... Eles falam assim olha, vamos conversar com a Silvia, isso não dá... [...]. Então você sugere: o senhor põe no papel, na caneta, o preço do papelão tá caindo, não está compensando... Você põe na caneta e vê que [mesmo] tendo uma meta, os preços do jeito que estão não compensam. (ironiza) Vê se isso vai melhorar sua meta.

Silvia - [...] põem isso na caneta... O papelão tá 31, o copinho tá 1,30 [...] é sua meta que vai melhorar? Então isso, o que é que vai compensar? Sabe... As pessoas não aceitam isso, não tem que querer, às vezes vejo pessoas saindo

Rosa - Na cabeça deles tem a quantidade,

Silvia - a quantidade e não a qualidade nem o preço... E tem que conversar toda a semana. Eu faço isso... Eu faço.

Paulo - mas se dois fizerem o serviço, isso aumenta, se tiver 4, 5, então o que acontece Vai sair mais material [...]

(Eles estão discutindo em relação ao preço que caiu muito e os materiais que coletam e como eles podem interferir nessa relação com o mercado, para que os preços sejam mais justos... comentam da imposição dos preços pelos compradores.)

Silvia - [...] O modo da pessoa falar: “eu não vou pagar”, e não é assim [...], a cooperativa é uma empresa, [...] não governamental [...] horário, uma visão cooperativa, essa é minha visão. Só que as pessoas não aceitam isso. Não é porque a pessoa teve um problema que falta, sai... É preciso ter várias mudanças. Numa empresa não é assim, se você tem problemas um mês não dá pra ficar faltando... Você é mandado embora. Mas só que as pessoas não sentem isso. Então, tem que ter liderança... E tem que ter... As vezes eu vejo a pessoa saindo e penso: vai pra um lugar melhor, vai ficar contente, então ótimo.[...] Às vezes é correria, [e alguém sem] vontade de trabalhar é desgastante, [...] não tem aquela sensação que você tinha [...] na câmara, para definição do projeto [...] do que agora, quando você tem o projeto pronto, paga INPS, tudo [...] *(Silvia comenta das mudanças que o trabalho coletivo, na cooperativa, exige e do compromisso dos cooperados)*

Outra coisa que vejo muito as pessoas falar... Ah, eu nunca gostei dessa palavra, coitadinhos, eu me achar um coitadinho não vou a lugar nenhum, tive chance objetiva de ir buscar [...], então essa forma que se passa na mídia já mostra, pra mim [...] Eu já tive condições de ter um carrinho na época em que coletava, mas esse negócio para ser

catador tem que ter o carrinho do lado *(ela questiona o fato de sempre que passa na mídia, o catador precisa ter o carrinho do lado, menciona a Jutta e o projeto BR/CA, se ela aparecesse na mídia o que aconteceria, o que mudaria na visão da mídia sobre o catador)*.

Marlene – Aí é que tá, o projeto abriu um leque enorme nessa questão, visão, política hoje, [...], só que nós precisaríamos com o movimento, o BR/CA, ter uma ação, um exemplo de São Paulo, estavam lá agora pedindo pelo amor de Deus para o pessoal ir retirar o material, [...] tá criando tumulto, tá um caos, dá vontade de chorar, quem abriu essa visão para nós? O conhecimento [...] hoje você tem uma visão crítica encima, temos que pensar em estratégia, se você simplesmente entrar na mídia, ela vai usar isso contra nós, vão dizer que a gente não consegue retirar o material, que a coleta seletiva é inviável por conta do que está acontecendo lá... De que forma que nós, pequeninhos que somos - de que forma nós vamos brigar com o poder público, mostrar que somos capaz, só que não nos dão condições [...] temos que mostrar essa gravidade para a população, mas se a gente chamar o SPTV a globo, vai reverter contra nós, você entendeu? Ai que ta, é uma faca de dois gumes, a gente pode usá-la a nosso favor ou...

Silvia - [...] não é só você ou meia dúzia que pode chegar e mandar uma cartinha pro Lula, são todos que estão presentes, e outra, não adianta só mandar uma carta pro Lula e falar que somos uma cooperativa [...] a gente quer mostra na mídia o que?*(ela questiona o fato de existir as cooperativas, e de não terem o apoio do poder publico ou não se aproveitar do mesmo)*

Paulo – o que acontece muito nesse sentido é o que... Suponhamos, ela ganha uma prensa, uma doação, mas deixa de pegar essa prensa por que já tem, o que deveria fazer: “vamos pegar essa prensa e deixar para o grupo” [...] mas o que ta acontecendo lá em São Mateus, é um exemplo de usar a mídia é ir e mostrar: “tentamos entrar aqui e não conseguimos (centrais)” [...]

Silvia – [...] o que andou? Teve avanço? Ou... [teve retrocesso?]

Paulo – assistencialismo demais atrapalha... A maioria do pessoal que tava lá... deram coisas demais [...]tinha gente que ia lá para dormir [...]

(Neste momento, eles iniciam uma discussão, avaliando aspectos contraditórios da prática da vivência desses projetos)

Marlene – [...] tá funcionando, não posso falar que tá 100%, mil maravilhas, é mentira... os pólos de Poá e do Itaim, zona leste... Quando foi para comprar o espaço, arrumar aquele depósito enviavam o contrato e não conseguiam a licença pra nada, e ele foi construído irregularmente, mas quem conseguiu isso na época foi a OAF, que arrumou o espaço, que mostrou, o projeto tava na mão da OAF, o governo [...] o equipamento tá lá, tá funcionando, tem muitas coisas que precisam melhorar. Infelizmente o pessoal se acomoda [...] não sei como a gente vai conseguir mostrar o ser humano para eles... Isso é trabalho, não pode se acomodar com isso, eles não pensam: “hoje você tem, amanhã pode não ter...” não pensa na infraestrutura, na sustentabilidade, que até então tinha a Petrobras que dava o caminhão, o motorista, [...] mas a rede vai viver só disso? Até quando nós vamos ter projeto, para subsidiar e tirar o nosso [...] não temos que criar a nossa sustentabilidade? [...] Isso é uma crítica que eu fiz[...]a gente não pensa na infraestrutura, na sustentabilidade... a gente não pode pensar: “ah, amanhã é outro dia, a gente vê”, temos que pensar agora! [...] no movimento que somos todos nós. *(Marlene argumenta no sentido da construção da autonomia com relação ao poder público e aos projetos.)*

Silvia: [...] eu concordo, por que quando tem um movimento num local, são dois, quatro ou cinco [...] isso é um problema (a falta de participação de todos) como posso arrumar pra você, pra nós dois e pros outros não? [...] como movimento ter condições de arrumar com os parceiros, [...] houve o evento e quantas pessoas foram? É preciso melhorar o movimento, ter uma maior participação [...] Essa é a raiz do catador e não o carrinho. [...]

Marlene – [...] Buscar quem somos nós [...] Quando não ter dinheiro para ir para o encontro, isso acaba com a auto estima.

O projeto BR/CA trouxe a união do ABC e São Paulo. Trouxe a capacitação, É o único que banca o transporte, a alimentação para se unir [...] os outros a gente tem que ficar implorando [...]

Paulo – o Arnaldo chegou lá com quatro par de botas, uns par de luvas, umas capas, [...] pegamos umas vassouras? Pegamos... Mas eu calço 42, ela 38 [...] *(ele comenta o fato de darem materiais para os catadores que acabam não sendo utilizados por não servir para todos, que isso acaba sendo uma doação que não ajuda)*

Marlene - big bag, Domingos (ela diz que na parceria com a Tetrapack, eles poderiam ter investido em outra coisa, mas que não pediu a participação dos catadores, não consultou [...] falam de catador, mas os catadores mesmo não estão sabendo de nada.

Paulo – tem que ter participação [...] tendo a participação, aí anda, dá pra se fazer uma exposição ambiental, boa, nas escolas, levar informação boa, ambiental, você ensina a professora a fazer artesanato com as crianças, aí anda...

Marlene – o projeto Brasil / Canadá é uma coisa nova, porque pensa no social, mas na questão humana, ali... a ralé da ralé mesmo, o humano mesmo, então, infelizmente, a gente precisa pensar no social e na condição humana [...] dentro do projeto, a interação da sociedade, da classe pobre com os cargos políticos, o poder publico [...] eles aprenderem a trabalhar com a gente (Cássia comenta que eles não estavam sabendo)...o pessoal pensa em fazer um projetinho para dar uma meia, uma cesta básica é fácil, mas pensa, fazer um projeto e ensinar a fazer contabilidade, a ir lá na Prefeitura de Mauá e bater nas costas do prefeito e falar: olha, eu sou catador, a gente está aqui por que quer montar uma cooperativa , assim, assim e assado... [...] É isso o que está acontecendo no Projeto [BR/CA] está ensinando, a gente está aprendendo a crescer é um aprendizado, olha a experiência, que muitas vezes a pessoa não enxerga, mas a gente aprende, por que se fosse em tempos atrás a gente diria: “mas eu não posso fazer isso, ah, vou ver se a Angela que é professora que conhece faz por mim”. *(fala, complementada por colocações de Silvia e Cássia, em relação ao que aprendeu com o Projeto BR/CA e que descobriu ser capaz de fazer, do desenvolvimento do ser humano)*

(a reunião foi encerrada com a atividade de preenchimento das fichas “ANTES” e “DEPOIS”).

3.8. Análise do encontro do GF-Catadores

Dado o envolvimento dos catadores(as) no GF, este encontro poderia ter se estendido mais e o diálogo poderia ter sido aprofundado, mas estávamos a uma semana do Natal. Apesar do tempo limitado, emergiram inúmeras idéias e reflexões sobre os processos de formação vivenciados por este grupo.

Algumas dessas idéias sobre os processos de formação apareceram na fala de todos ou de quase todos, de forma explícita ou velada. Há contribuições da formação que estão bastante nítidas para essas pessoas. Porém, há muitos saberes não declarados, mas evidenciados no comportamento, no julgamento e na expressão (incluindo a expressão oral) dessas pessoas.

O próprio fato de eles estarem lá, sentados, numa postura de interação dialógica, em que eles realmente ouvem o que os colegas falam, param para refletir, interagem com essas falas, e fazem novas ponderações a partir do diálogo, é bastante significativo. Observa-se um crescimento em relação à atuação e ao posicionamento em relação ao mundo e, ainda, à participação do “fazer coletivo”. Dessa forma eles se inserem no grupo e avançam coletivamente, embora individualmente de forma desigual assim como é a sua vida.

Nesse grupo focal, isso não foi explicitado, mas se evidenciou pelo comportamento e posicionamento das pessoas. Num dos encontros da capacitação de 2003, houve uma explicitação desse tipo de crescimento quando um dos catadores disse que essa postura de ouvir os outros, pensar sobre isso e só depois se manifestar, era algo aprendido com aquele coletivo e estava influenciando, inclusive, nas interações na própria família que antes não tinha esse hábito. Em geral, todos queriam falar ao mesmo tempo. Esse é um desafio que nem todos os coletivos conseguem resolver.

Um aspecto que chamou a atenção nas falas, principalmente daqueles que haviam participado da capacitação de 2003, foi relativo a questão ambiental.

Marlene inicia a reunião se posicionando de maneira crítica com relação ao fato de não haver o mesmo envolvimento com a dimensão ambiental que se tem com as questões políticas. *“Eu sempre me [...] com política, com todas essas coisas indiretamente a gente se preocupava com meio ambiente, mas não com o mesmo amor, com a mesma dedicação com que nós trabalhamos com isso... política.”*

Com o diálogo na formação, de acordo com Marlene, abre-se *“um leque enorme: a questão da política pública, a questão ambiental, as preocupações das nascentes, dos mananciais”*. Ela fala de forma bastante sensível do conhecimento sobre a importância das matas ciliares, que ela adquiriu: *“aquele matinho que protege... isso é uma coisa que ficou pra mim aqui guardado, que é muito rico”*.

Isso foi durante a capacitação de 2003, quando viajamos com a turma de Santo Amaro, para visitar uma cooperativa em São Carlos, no estado de São Paulo. Ao longo do caminho, houve observação das paisagens e discussão de algumas questões ambientais (monocultura, tipos de plantações naquela região...). Muitos acabaram rememorando suas origens e a de seus pais e demonstraram vários outros saberes sobre aquele ambiente por onde passávamos.

No todo, a fala de Marlene expressou um contentamento pelo aprendido e uma vontade de aprender muito mais, mostrou o gosto por conhecer as coisas. Esse aprendizado foi mais significativo que outros, em seu estudo regular: *“eu sempre estudei, mas nunca me liguei que aquela matinha era pra proteger”*.

Marlene valoriza esse conhecimento do ambiente, de uma forma segura e bastante convicta. É um posicionamento pessoal que ela sabe não ser unanimidade entre os colegas. Ela explicita dessa forma o seu gosto pela construção de novos saberes.

A mesma questão é abordada por Rosa, que fez a mesma capacitação, participou dessa viagem e mora na mesma região sul da cidade de São Paulo, onde estão as áreas de mananciais. Ela faz uma transferência do conceito para uma situação concreta. No bairro onde ela mora houve desocupações no núcleo favelado, em áreas de risco e de reurbanização. Ela contextualiza o conceito de “mata ciliar” na ação concreta do seu entorno, no processo de urbanização: *“A educação ambiental assim, como a Marlene falou o matinho encostado na água... Agora com essa história de reurbanização estão tirando muita coisa, o mato na beira dos córregos...”*

Ao contextualizar o conceito, Rosa explicita a contradição entre os conceitos, as regras e as ações governamentais. O formulador da política pública de proteção aos mananciais, o governo é o “mesmo” que pega o trator e passa por cima das matas ciliares nessa área. Do ponto de vista do aprendizado essa contextualização e criticidade são estruturantes na construção da autonomia (FREIRE, 1996). Permitem a participação e visão não passiva diante dos fatos.

Rosa ainda expõe a contradição entre a prefeitura promover toda a discussão com a população que passa pela reurbanização e ao mesmo tempo ignorar, desmerecer e desvalorizar a existência de todo processo de coleta seletiva existente na cidade, quando divulga seus projetos vinculados à captação de crédito de carbono.

Rosa expõe muito mais, neste processo de urbanização: escancara o quanto tem sido dolorosa essa vivência no seu núcleo habitacional, o peso do trator que passa por cima dos sonhos e do investimento, do trabalho, da vida das pessoas. É a condição atual de muitas pessoas que por falta de políticas públicas habitacionais para a população de baixa renda, sem alternativa, foram morar onde foi possível: na área dos mananciais. Independentemente do mérito sobre a necessidade da retirada dessas famílias, é sempre um processo pesado e apenas a melhoria na condição de habitação e de vida poderia diminuir esse sofrimento. A explicação ambiental é compreendida por parte dessa população, mas não resolve seu problema concreto, mesmo ela assumindo a defesa do ambiente.

Voltando ao conceito da “Mata Ciliar”, na contextualização e no conjunto de questionamentos efetuados por Rosa, ele não é mais uma categoria abstrata. Ele passa a ser parte de um universo fruto de um processo em que o sujeito descobre pela própria prática o poder de ser, afinal, o sujeito, tanto do ato de conhecer quanto do trabalho de transformar o próprio mundo. Os processos de formação, vivenciados pela Rosa tiveram resultados próximos dos objetivos discutidos por Brandão, com relação à Pesquisa Participante. (BRANDÃO, 1982)

Marlene expressou a não unanimidade desse conceito enquanto preocupação de seus companheiros catadores. Do ponto de vista físico, para quem está na área essa mata é fundamental para impedir a erosão e o assoreamento dos rios e córregos, por resíduos sólidos. Nessas áreas são importantes e complementares as duas iniciativas: a preservação das matas ciliares e a coleta adequada desses resíduos. Não estabelecer essa conexão significa uma fragilidade relativa a compreensão da problemática física ambiental, que precisa ser melhor trabalhada, ampliando o entendimento da complexidade ambiental na qual se insere o trabalho de coleta realizado por esses sujeitos sociais. Isto significa a necessidade de ampliação dos processos de formação, com a inclusão de uma parcela maior desses trabalhadores.

Independentemente da conexão entre alguns conceitos e categorias vinculados diretamente à problemática ambiental e à prática da coleta, é unanimidade entre os catadores, a valorização do seu trabalho para o meio ambiente. Isto fica claro nas falas da maioria deles. Além do recolhimento dos resíduos, esta valorização aparece associada ao reconhecimento da interação com a população, como um processo de educação ambiental. Na fala do João, a educação ambiental aparece como essa interação de forma estreitamente vinculada ao funcionamento da coleta seletiva. Paulo enxerga a responsabilidade daqueles que estabelecem esse diálogo com a população e alerta para a necessidade da construção de uma infra-estrutura e uma logística para poder assumir o compromisso de coletar os resíduos, com os moradores. Ele alerta para a necessidade de ter os “*pés no chão*”, e somente diante das efetivas condições materiais, contatarem os moradores e assumirem essa responsabilidade junto à população.

Nas falas aparece a ampliação de saberes nas trocas de experiências entre eles, pessoalmente, assim como da troca entre os grupos. A convivência parece que permite dar significado ao “fazer cotidiano” e aos saberes que isolados, perdem o significado. Assim é para Rosa, ao expor de forma bem clara o novo sentido que adquirem alguns conhecimentos e essas práticas do cotidiano: “*a gente aprendeu a fazer contabilidade, a ver mais o sentido daquilo que a gente estava fazendo e até tentar conviver junto com os outros*”. O avanço intelectual dessa moça se expressa quando fala sobre como hoje ela consegue enxergar o que está acontecendo no Projeto Brasil Canadá, no Movimento Nacional dos Catadores, nos Comitês de Cooperativas. Ela compara a situação atual com a fase anterior à organização dos grupos, as trocas, fase em que ela se sentia totalmente abandonada e não conseguia reconhecer quão importante era o trabalho da Coleta Seletiva para a sociedade urbana de São Paulo.

Outro avanço na aquisição de conhecimentos, a partir da convivência, é o reconhecimento da amplitude geográfica dos problemas. Na fala da Cássia isso se evidencia quando ela afirma acreditar que a crise vivenciada hoje no ABC, vai além dessa região. Ela diz: “*... todos nós hoje precisamos de muito apoio Eu acredito que é geral. Não é só o ABC que está passando momentos difíceis [...] mas a gente se encontra e vê que a realidade é a mesma: está muito difícil porque o descaso é muito grande mesmo*”. As trocas permitem a ampliação dos saberes, a construção de identidade e a construção de saídas.

Na sua fala, Cássia completa que há grande desânimo em função da crise, mas aponta a saída na organização do coletivo de grupos, na busca de apoio, de incentivo. Ela enfatiza a necessidade de apoio que consiga mobilizar as pessoas, para que elas acreditem nas novas possibilidades. De acordo com ela, *“o mercado acabou. Não está dando nada a retirada dos catadores. Isso desanima.[...] se não tiver nenhum projeto sério, igual a esse que incentiva as pessoas, de fazer as pessoas acreditarem que é possível, porque nós acreditamos, nós estamos aqui na luta, então nós acreditamos. Mas precisa ter mais incentivo mesmo.”* Para ela, é possível mudar as coisas mas é preciso construir possibilidades concretas e é preciso acreditar que é possível.

“Acreditar”, nesse conjunto de pessoas, aparece ora como a construção de processos na história, ora do ponto de vista da somatória de esforços e energias do coletivo. Para alguns esse termo está associado a uma postura mística, mais vinculada a necessidade de “celebração”, de algo ou de algum momento que congregue as energias das pessoas, indo além de uma dimensão religiosa em si (independentemente de qual seja a religião). Ser solidário é, nesse sentido, distribuir amor para todos, conforme afirma Marlene *“dos que estão lá [na base][...] vamos ser solidários de fato... vamos fazer nossa oração, vamos distribuir amor pra todos [...] e a gente vai bem...[...]. É isso o que está faltando. Porque se a gente [fizer isso] todo o dia, [.....] pensar no nosso dia de hoje. A gente consegue.”* Por vezes, as falas parecem ter uma conotação que engloba todos esses sentidos ao termo “acreditar”.

A um só tempo se valoriza um momento de “oração” ou de “meditação”, e os embates políticos do coletivo de catadores. Neste caso, o acúmulo de energia neste coletivo é considerado como mobilizador e potencializador das ações concretas e da esperança.

Em várias afirmações, apareceu uma crítica aos valores do mundo contemporâneo, principalmente em relação à competição e à união com respeito ao próximo. Em meio a sua fala, João afirma: *“eu tenho uma maneira de avaliar que a educação é fundamental, que vem do berço. A religião seja lá qual for, mas o amor dentro da família vai fazer a coisa funcionar melhor. Está muito bagunçado. Ninguém mais respeita ninguém.”* E completa que as pessoas sozinhas, não conseguem nada, que há necessidade de união.

Essa questão da ética, do amor ao próximo, enfim da necessidade de trabalhar com esses valores para a construção dos “seres humanos” é colocada por vários deles, nesse encontro. João ainda coloca em cheque a questão ética das ações assistencialistas, quando se oferece uma cesta básica. Na verdade, ele afirma, é só uma “encenação” de se estar solucionando um problema, mas, de fato isso não está ocorrendo, nem como solução imediata, pois uma família com 2 ou 3 filhos não sobrevive com esta cesta.

Ao longo do encontro, foram apresentados diversos tipos de saberes e, ainda, ficou nítida a vontade constante de aprender sempre mais, conforme já comentado anteriormente. O pessoal falou de aspectos técnicos, como por exemplo da triagem; de entender melhor o que é uma cooperativa, de como regulamentá-la; da organização da contabilidade; de aspectos operacionais. Como afirmou João e, em seguida Paulo, ao retomar uma idéia de Cássia, “*a capacitação sempre tem que ter a participação. Tem outros [cursos] aí e fala essa coisa de plástico duro, plástico mole. A gente tem que aprender para falar o nome certo [mas não é só isso]*”. Nesta afirmação é possível depreender o significado desse aprendizado de terminologia enquanto uma autovalorização, inclusive no momento da negociação para comercializar o material. Esta afirmação guarda certa ambiguidade. A busca pelo acesso aos saberes acumulados pela humanidade e a respectiva terminologia é positiva. Ao mesmo tempo pode significar submissão a uma relação injusta no mercado, uma posição de sujeição, pela desvalorização de seus saberes, reforçando a validação de determinados saberes dentro da mesma lógica da opressão e da exclusão sociocultural.

A avidez por novos conhecimentos é evidente, como afirmou Cássia “*juntos no projeto, já aprendeu muito até hoje [mas] a gente nunca sabe[...]eu tenho orgulho de dizer que eu aprendi muito e ainda é pouco gostaria de aprender mais...*”.

Essa “vontade” vai além dos saberes instrumentais. O universo de atenção das lideranças inclui estes vinculados às dificuldades imediatas e aqueles que ajudam na compreensão das relações políticas, das relações econômicas, das questões ambientais e de Educação Ambiental. Apareceu com muita força a vontade das lideranças de aprender a lidar com o crescimento daqueles chamados “da base”.³⁹

³⁹ Esta é uma terminologia usada por essas lideranças que, aparentemente teve sua origem nos discussões do MNCR. Pelos discursos dessas lideranças, ela não aparenta ter uma conotação de dominação e nem de centralização. Ao contrário, ao julgar pela preocupação apontada ao longo deste GF, há uma preocupação e, aparentemente, uma intenção de socialização das condições gerais e das condições de poder, internamente nos grupos.

A relação dessas lideranças com as “bases” apareceu em todos os momentos do encontro enquanto um desafio muito claro colocado para esse grupo de trabalho. Um dos pontos cruciais da defasagem entre o estágio da liderança e o do conjunto dos cooperados parece ser a ausência de uma contribuição muito especial dos projetos relativamente autovalorização, com as lideranças. A autovalorização assume diferentes dimensões, nas falas desses catadores.

De acordo com Luisa, o projeto tem ajudado muito do ponto de vista psicológico. O projeto *“ajudou, foi o lado pessoal, psicológico das pessoas. Está acabando o ano e às vezes você passa o ano todo só na correria. Então, você para um pouco para pensar e olhar pra você.”* A participação na elaboração do projeto, nas discussões, foi fundamental para que Luísa começasse a se auto valorizar. Durante o planejamento estratégico, *“a gente aprendeu a se valorizar mais... a pensar assim que ‘eu sou capaz’.[...] Me ajudou muito, também pra passar para o grupo, assim, pra você entender que é capaz.”* Ela continuou, dizendo que até iniciar o projeto, era muito medrosa; que todos têm medo de alguma coisa mas *“a gente tem que aprender a dominar o medo. Antes, pensava que as pessoas sabiam mais do que ela própria e ela não sabia nada. “E aí você encontrou um monte de gente que podia ajudar. Aprendi a me valorizar mais, a [improvisar] mais a achar que eu sou capaz e que os outros também são capazes.”* Diz que hoje ela não tem medo de nada.

Esse aspecto da autovalorização, nas ações de formação aparece nas falas de vários participantes, além da Luísa. Essa dimensão aparece na fala da Rosa - *quando vivia “abandonada” lá na Zona Sul-*; na fala do João, revoltado contra o desprezo com relação aos catadores - *Eu acho cada vez mais que aqui é um acúmulo de energia [...] as pessoas vão se informando e se valorizando.* Enfim, esteve presente na fala de todos eles, de forma explícita ou implícita.

A autovalorização está vinculada à construção e resgate da autoestima, da valorização do trabalho, da coleta seletiva na sociedade e, ao mesmo tempo, está ligada ao fortalecimento da identidade de grupo. Ela vem juntamente com a valorização de seus saberes, de sua capacidade de entendimento, de ação, de expressar-se diante dos companheiros, do poder público e da sociedade em geral; de interpretar, decidir e ouvir; na possibilidade de interagir na sociedade e construir os próprios rumos. Desta forma, está sendo construída a autonomia e eles vão se assumindo como sujeitos sociais, sujeitos na história. (FREIRE, 1996).

Essa valorização ainda aparece fortalecida nas falas incisivas, posicionadas, com relação aos aspectos contraditórios dos fatos, da história.

Na maioria das falas está inequívoco o poder de decidir e de vislumbrar sonhos e perspectivas comuns. (LUTF, 1984) A união aparece como necessidade e como “vontade”, pela soma de energia, pela potencialização da ação, quando no coletivo, pela identidade e pela consciência da condição coletiva de exclusão social, de forma crítica e combativa. Em vários momentos apareceram esses posicionamentos políticos claros: com relação ao próprio movimento social, no sentido da busca de seu fortalecimento, como afirma Marlene: *"Mas eu tenho uma coisa muito crítica, principalmente com relação à questão política, que a gente não está tão integrado assim como precisava para construir uma política pública"*; com relação ao poder público - *Eles põem uma coisa no mundo*⁴⁰ *aí e nem fala no assunto. E nosso trabalho? Ele some? Não é verdade*, com relação à sociedade como um todo e também com relação aos sujeitos sociais e da cadeia produtiva da reciclagem – exemplo: sobre o debate com o Cavarete (comprava papelão, para a indústria recicladora).

A maioria dos posicionamentos permite entrever uma visão mais dinâmica do mundo, mais vinculada a uma historicidade do que a um determinismo, que são condições fundamentais para o aprendizado e para a participação das transformações na história (FREIRE, 1996 e LUTF, 1984). É assim que aparece na fala do João, o tempo histórico *“Devagar é muito lento. Eu sinto o drama todo da vida que vivemos hoje. Sempre dentro do mesmo esquema. Temos que fazer assim... a união faz a força. A pessoa sozinha não consegue nada [...] o povo não tem cabeça ainda pra sair para a rua.”* Em outras falas, até mesmo do João, se evidencia a dificuldade de tratar das questões emergenciais de sobrevivência e não perder essa perspectiva histórica.

O posicionamento político, histórico, voltado para a construção de sociedades mais justas e democráticas, transpareceu em várias falas, principalmente, em relação às dificuldades e contradições presentes no cotidiano das cooperativas, no fazer coletivo (todos das cooperativas: lideranças e “bases”).

Luísa chama a atenção para a necessidade de a liderança estar bem e que quando ele falou em autovalorização e em pensar em si, não significada *“deixar os outros para*

⁴⁰ “Essa coisa no mundo” ela se refere ao Programa de Coleta Seletiva da própria Prefeitura, com as Centrais de Triagem, que atualmente o governo não está mantendo adequadamente. Rosa também se refere à falta de consideração, à ausência desse Programa na divulgação dos projetos de governo para os Créditos de Carbono.

traz, mas é estar bem para apoiar os outros [...] olhar pra você, não é assim olhar pra você e esquecer dos outros”.

A necessidade de trazer os outros cooperados é uma preocupação de todos eles. Como a Cássia falou, é preciso “*abranger mais as pessoas que ficam lá, mais as pessoas da base.*” O desnível de sonhos, de expectativas e perspectivas de futuro, de trabalho cooperativo e até da autovalorização, entre as lideranças e o pessoal que não vai para as reuniões, é muito grande e, de acordo com as afirmações dessas lideranças é um desafio manter o cotidiano e as interações cooperativas, com este desequilíbrio.

Esse foi um desafio bastante presente nesse encontro: como fazer com que os outros também cresçam em união, em reconhecimento da importância do diálogo e da reflexão relação. De acordo com estas lideranças, é um desafio, conseguir estender a discussão e os avanços dos que vem nas reuniões, para os outros cooperados. Elas alegam que ocorrem discussões entre essas lideranças e os cooperados, com o objetivo de socialização dos debates no Projeto e para levantar o posicionamento do grupo, com relação às decisões a serem tomadas. Porém, isso não tem sido simples, pois nem sempre ocorre entendimento dos processos construídos fora da cooperativa. Tem sido uma preocupação no Projeto BR CA, a construção de alternativas para viabilizar o envolvimento e a efetiva reflexão dos representantes com os outros cooperados.

Essa constatação, por esse grupo, é um avanço, no sentido de ter a clareza dessa necessidade. Esse é um pensamento solidário e o princípio fundamental é o de que “*todos juntos somos fortes*”, é a preocupação com o coletivo. Está sendo construído, a partir daí, um sujeito social e, portanto, a possibilidade de ação conjunta para a transformação das condições sociais atuais.

Os discursos não são iguais. Alguns mostram soluções diferenciadas, na condução do trabalho e das interações no dia-a-dia. Ficou evidente que nem sempre é possível conseguir fazer uma reflexão sobre o contexto (nem mesmo o mais imediato, por exemplo das condições de mercado), dentro das cooperativas. Emergiu na fala da Silvia, entre outros, a solicitação pelos cooperados, de definições colocadas no modo imperativo, não como forma de opressão, mas de organização das regras e do próprio trabalho. Essa era uma questão levantada e discutida anteriormente no GF – Formadores.

Há bastante dificuldade, portanto de mobilização. Em alguns momentos ficou evidente que as lideranças se sentem cobradas, pois, como explicar essa crise ?!...como explicar que as indústrias não estão comprando?!.. Como explicar a desproporção entre o material coletado e a extrema diminuição dos ganhos?! Tanto mais difícil se torna a mobilização para construção de saídas e de luta pelas transformações sociais.

Todo movimento social tem um objetivo e um inimigo. (CASTELLS, 2000). No caso dos catadores, mesmo para as lideranças, há uma dificuldade imensa em se estabelecer qual é o objeto mais concreto e contra qual inimigo se está lutando, pois não se trata de uma classe social facilmente identificável. Não há um patrão.

É possível saber, e estes que participam dos processos de formação expõem isto: a existência de “inimigos temporários”, e que o inimigo maior, o mercado, o modo de produção é muito grande. Para estes, está claro que a luta vai ser demorada e para ter uma vida melhor, é preciso uma união muito grande. É também muito claro o papel e a responsabilidade que assumem perante o grupo do qual fazem parte.

Para eles a universalização da atitude coletiva e solidária, da transposição do individualismo e competição à cooperação, no conjunto dos cooperados ainda é um desafio. A construção do cooperativismo vai se dando com a ampliação da confiança mútua, com o reconhecimento do potencial de crescimento e do aumento do ganho, com inclusão de novos cooperados. Faz parte desse conjunto, o exercício de por em prática os sonhos coletivos (como, por exemplo, a busca de projetos para fomentar melhorias das condições materiais para o trabalho); a transparência na gestão, conseguida com uma batalha bastante grande em alguns grupos e com a prática das decisões no coletivo.

Das discussões ficaram evidentes as contribuições da formação, para a construção da autonomia, da condição ativa no processo de produção e de socialização de conhecimento para a inserção dos catadores no processo da história, como sujeitos dessa história. (FREIRE, 1996 e BRANDÃO, 1982). Essa condição indispensável para a construção de alternativas democráticas de gestão da vida e do ambiente.

Ficaram nítidas as dimensões subjetivas das interações humanas, que essas ações educativas tem atingido. As dimensões que são também imprescindíveis para as mudanças de atitudes em direção à sustentabilidade.

Ao final dos debates, foi realizada a seguinte atividade: foram distribuídos pedaços de papel dobrados ao meio. Na metade esquerda, estava a palavra “ANTES” e

na metade da direita, estava a palavra “DEPOIS”. Foi solicitado que os participantes do GF-catadores que escrevessem, com 3 palavras, o que eles acham que era marcante antes e depois da “formação”, na vida deles.

Os resultados, estão colocados no Quadro 5 e, de forma bastante direta, trata dos aspectos mais marcantes que emergiram ao longo da discussão: a união, a autovalorização, a construção de saídas de sobrevivência coletivas e solidárias, a vontade de ter mais conhecimentos e de ampliar as políticas públicas participativas e contribuir para melhorar as condições ambientais.

ANTES	DEPOIS
Se uma andorinha não sai para formar um grupo, como sustentar a esta frase Uma andorinha não faz verão?	A visão é outra na capacitação e no desenvolvimento de cada um até na autoestima
- ter dinheiro extra para comprar linha, doces, bolacha	- Melhoria do Meio Ambiente - Geração de renda - Conhecimento
Escravo, sem conhecimento ter vergonha de lutar	Orgulho de ajudar a população Ser solidário Poder ir e vir
1) Miserável 2) Discriminado 3) Nós não tínhamos conhecimento	1) Empreendedor 2) Somos mais “divulgados” 3) Nós aprendemos a ser catadores com mais aprendizado
Era uma dificuldade para vender, dinheiro muito pouco	Melhorou com a ajuda da Rede
Falta de conhecimento Insegurança Bagagem pequena	Aprendizado Apoio-moral Valorização União (grupos)
Protetor da natureza	Saber transmitir tudo o que sabe para dar proteção a ela mais do que nunca.
Trabalhava para manter minha família e ter uma renda satisfatória	Lutar por políticas públicas e garantir um ambiente saudável onde possamos viver com alegria

Quadro 5: “Antes e Depois” – Aspectos marcantes dos processos de formação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

... o projeto Brasil / Canadá é uma coisa nova, porque pensa no social, mas na questão humana, ali... a ralé da ralé mesmo, o humano mesmo [...] a interação da sociedade, da classe pobre com os cargos políticos, o poder publico [...] eles aprenderem a trabalhar com a gente [...] mas pensa, fazer um projeto e ensinar a fazer contabilidade, a você ir lá na Prefeitura [...] bater nas costas do prefeito e falar: olha, eu sou catador, a gente está aqui por que quer montar uma cooperativa , assim, assim e assado... É isso o que está acontecendo no Projeto [BR/CA] está ensinando, a gente está aprendendo a crescer é um aprendizado, olha a experiência, que muitas vezes a pessoa não enxerga, mas a gente aprende, por que se fosse em tempos atrás a gente diria: “mas eu não posso fazer isso, ah, vou ver se a professora que conhece faz por mim”...(as pessoas comentaram no sentido do aprendizado, do enriquecimento humano, da autovalorização e de se sentirem capazes de andar com as “próprias pernas”...) Marlene, dez/2008.

Como membro da equipe de formadores, participante e observadora dessas ações educativas, foi gratificante ter ouvido essa fala de Marlene⁴¹ no final do encontro do GF-Catadores, ela conseguiu perceber a profundidade e o alcance dos trabalhos educativos.

Assim como Marlene, os demais participantes do grupo focal evidenciaram que os objetivos, intensamente discutidos pela equipe de formadores/participantes, foram atingidos e resultados inesperados foram alcançados. Em sua fala, Marlene sintetizou diferentes tipos de aprendizado decorrentes das ações educativas estudadas neste doutorado. É importante esclarecer que essa catadora participou das três experiências educativas estudadas nesta pesquisa. Participou desde o início do Fórum Recicla São Paulo em 2000, fez parte da turma da “Capacitação” de 2003 - Pré Central Santo Amaro, e também do Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá. Participou e participa até o presente de outras ações não tratadas nesta tese, desenvolvidas ao longo da

⁴¹ Os nomes que constaram na transcrição são fictícios.

trajetória de mobilização dos catadores, a exemplo do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis.

O grupo de coleta seletiva ao qual ela pertence vem lutando com muita dificuldade para poder sobreviver, pois, os preços ainda estão baixos em função da crise econômica internacional. A dificuldade se amplia por não estar havendo interações estruturadas entre esses grupos e as Centrais Triagem do Programa Municipal de Coleta (PCSS), de São Paulo. Junto com companheiros, ela tem promovido a articulação dos grupos e lutado pela reconstrução do sistema de coleta seletiva municipal.

Neste estudo foram analisados momentos marcantes desses três processos de formação, na trajetória da mobilização dos catadores(as) de materiais recicláveis. Assim como na fala de Marlene, foi possível reconhecer, nos vários momentos estudados, elementos fundamentais da formação, tendo em vista a emancipação desses sujeitos e para a sua participação na construção de alternativas sustentáveis para a problemática dos Resíduos Sólidos.

O levantamento das condições de vida dos catadores, informais até esta última década, das políticas públicas e das questões ambientais, foi possível reconhecer, ainda que de forma preliminar, alguns aspectos da condição de transitoriedade específica deste momento, com relação à problemática socioambiental dos resíduos.

Desde o século XIX, na Europa, se tem a atividade da coleta como forma de sobrevivência para alguns. A destinação de resíduos começou a ser regada pelo poder público, mas ainda a solução de “enterrar lixo” no quintal resolvia boa parte dos problemas. Com o avanço da industrialização, e do consumo, foram se intensificando os problemas ambientais e aumentando a geração de resíduos. Por outro lado, com o avanço da industrialização e do modo de produção capitalista, de forma geral, e não só na Europa, mas no “mundo capitalista”, foi se ampliando o desemprego e o considerado “exército de reserva de mão de obra”.

No momento atual, o “lixo”, grave problema do ponto de vista ambiental, está se transformando em matéria prima para a produção, por meio da reciclagem, adquirindo valor de troca. Ao mesmo tempo, aparece uma nova “atuação profissional”, de prestação de serviços, ocupada pelos catadores. Fica aqui esta ideia enquanto provocação para ser pesquisada no futuro e melhor compreendida do ponto de vista histórico, sociológico e econômico.

A partir dessa problematização, ainda é possível enxergar e avaliar a importância da ação educativa, enquanto espaço de construção de conhecimentos, de transformação histórica e social, na consolidação da cidadania. .

Essa provocação é válida para problematização das ações de Educação Ambiental voltadas para a problemática de resíduos, no sentido de ser um espaço de construção de autonomia, de ter a história não como algo inexorável, nem a ser compreendida numa perspectiva determinista, mas como possibilidade. (FREIRE, 1996) Nesta mesma perspectiva se desenvolve Educação Ambiental transformadora. No caso do trabalho com catadores, é da compreensão das especificidades do contexto, que se criam, coletivamente, novos caminhos para sua inclusão e para a melhoria da coleta seletiva.

Nessa construção de alternativas, os valores humanos que se pretendia modificar nesses processos educativos eram os mesmos da Educação Ambiental vinculada à vertente emancipatória e transformadora, cujo eixo central é a sustentabilidade do ponto de vista social, assim como ambiental.

São inúmeros os aspectos educativos do processo político da organização do movimento social construído com catadores, nos últimos 9 anos. Neste trabalho foram analisadas algumas situações educativas com catadores de materiais recicláveis: a primeira, com o Pedra sobre Pedra e o Fórum Recicla São Paulo (FRSP), a outra, na implantação das primeiras Centrais de Triagem do Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura da cidade de São Paulo (PCSS) e, por fim, os momentos vivenciados no Projeto Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos (GPSRS), ou Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá, na área metropolitana de São Paulo.

As ações educativas do Pedra sobre Pedra e do Fórum Recicla São Paulo não estavam vinculadas diretamente a nenhuma instituição, nem a projetos específicos. Já o trabalho educativo no PCSS era ligado à prefeitura e ao sistema público de coleta em implantação em São Paulo, em 2003. O Projeto GPSRS é resultante de convênio entre universidades, em interação com o movimento social de catadores e as prefeituras cujos programas municipais de coleta seletiva incluem catadores na condição de parceiros.

A equipe de formadores do GPSRS participou dos 3 trabalhos, e entende as ações educativas como forma de contribuir para a emancipação humana, de construção

da autonomia e de formação de sujeitos sociais da própria história. No debate do Grupo Focal com essa equipe ficou claro o entendimento da educação como ação essencialmente transformadora das condições atuais de vida e das relações históricas, o comprometimento com as causas populares e com a superação das desigualdades sociais.

Com relação aos catadores, o objetivo mais amplo é a superação das relações sociais, não equitativas, que os mantêm à margem das condições necessárias à sobrevivência com dignidade era comum aos participantes do trabalho.

Do ponto de vista da EA emancipatória e crítica, essa mesma autonomia é fundamental para as transformações das relações históricas e das relações da sociedade com a natureza, a partir da construção de processos coletivos e participativos.

As condições de destinação de resíduos ainda são extremamente problemáticas no Brasil e há um cenário de procura por alternativas, pelo poder público, no sentido de solucionar o problema de resíduos e, ao mesmo tempo, o problema social do desemprego. A discussão para a apropriação desse contexto histórico e ambiental pelos catadores(as) é uma condição para a consolidação dessa alternativa de coleta.

A viabilização da coleta seletiva por catadores exige, necessariamente, o envolvimento do poder público municipal, o responsável pela limpeza das cidades. As relações entre catadores e o poder público estão em construção e dependem da intensificação do diálogo. As ações educativas com catadores são essenciais para a participação na criação desse novo processo de coleta seletiva.

Nos trabalhos analisados ficou evidente a importância da formação tratar dos aspectos vinculados à condição humana, das formas de interação, do desenvolvimento de valores e, ao mesmo tempo, da construção de conhecimentos, para haver possibilidade de diálogo com o poder público. Também ficou clara a necessidade da construção da identidade e do fortalecimento desse conjunto de pessoas, enquanto “categoria” social, para reorganizar a coleta na cidade com os catadores, numa situação de dignidade, e num processo de autogestão.

Essa parcela da população que sofre a exclusão é marcada pela autodepreciação e pela autodesvalorização do trabalho e de si próprio. Como falou o João, no GF-Catadores: “[Somos] *desprezados em todos os pontos de vista*”. Um aspecto essencial foi o resgate da auto-estima, foi tratar das questões do ponto de vista humano.

A autodepreciação apareceu na representação da turma de Santo Amaro (“Capacitação” de 2003) sobre o termo “catador” e em vários outros momentos.

Os catadores expressaram a valorização de si e de seu trabalho, depois dessas atividades de formação. Expressaram, inclusive, o aumento da segurança do ponto de vista psicológico, como apareceu na fala da Luísa, durante o GF Catadores, no (GPSRS): *“a gente aprendeu a se valorizar mais...aprendeu que é capaz.... me rendeu do ponto de vista psicológico....hoje não tenho medo”*.

Nas avaliações da “Capacitação” de 2003 (“árvore” e na dinâmica do “verde e vermelho”- Fotografia 11 e Quadro 4), a autovalorização por meio da capacitação foi revelada com nitidez.

A autovalorização está diretamente vinculada à importância que o catador dá ao próprio trabalho. Ser “capaz” aparece, nas falas e nas atividades analisadas, como sendo a capacidade de trabalho ou como ter o reconhecimento da profissão.

Os catadores articulam a valorização da profissão ao coletivo. Como disse a Luísa, no GF Catadores, pensar em si, se valorizar, não significa esquecer o outro, mas estar bem, para poder apoiar o outro. As lideranças que vieram do FRSP permaneceram até este momento, no Projeto GPSRS e mesmo aqueles, que iniciaram o vínculo com este coletivo somente neste Projeto têm profunda convicção da viabilização deste trabalho cooperativo. Parece estar claro que é uma luta, que vai demorar. João falou de forma explícita sobre essa questão: *“Vimos aqui e temos que formar. É devagar, mas estamos na luta...”*.

A transição da “Invisibilidade”, diante da sociedade em geral e do poder público, para o reconhecimento se inicia com o auto-reconhecimento com a identificação dos que estão em iguais condições enquanto sujeitos sociais, e de formas de mobilização para lutar pelo reconhecimento público. Isto parece estar “internalizado”, quando as falas do GF Catadores são analisadas.

Na formação, houve um fortalecimento da identidade e a apropriação dos processos vividos, assim como a sensibilização para a necessidade de participar da construção de soluções de problemas, tanto no interior dos grupos como com o poder público e com as empresas.

O fato de trabalhar em grupo, não leva inexoravelmente à atitude cooperativa. Os catadores já faziam coleta em pequenos grupos, mas, longe de levar à cooperação, a

maior parte das vezes levava à competição. Durante a atividade sobre a Representação Social de cooperativa, na “Capacitação” de 2003, ficou evidente a importância da trajetória anterior do FRSP, principalmente na Zona Sul, e das etapas já desenvolvidas nessa formação da turma da Pré Central Santo Amaro. Na atividade, ficou clara a vinculação do termo “cooperativa” à união, e a alternativa para a obtenção de renda ao sonho de futuro. Na avaliação dessa “Capacitação”, feita com a “árvore” (Fotografia 11), chamou a atenção a solidariedade expressa por um dos participantes, que afirmou ter “descido” a árvore para ajudar os outros a subirem, isso ocorreu depois das atividades educativas. A ação solidária apareceu até mesmo na pesquisa participante do FRSP. Um dos motivos alegados para o trabalho do grupo de catadores foi a preocupação social, com relação à renda, mas também aos dependentes químicos.

Mesmo tendo clareza da necessidade de constante fortalecimento do diálogo, e da confiança mútua, para a construção de soluções compartilhadas para as necessidades de ordem prática e conflitos, foi possível identificar a mudança de valores de atitudes, nas interações entre eles, através de suas falas e nos registros analisados. Ficou claro o avanço na compreensão das interações sociais, principalmente em sua relação com o poder público.

O entendimento de sua condição social no contexto histórico foi expresso de várias maneiras durante os trabalhos educativos. Um deles está na fala de Rosa, no GT Catadores, abordando diretamente sua conscientização sobre essa condição e sobre esse papel da formação: [...] *Porque a gente vivia lá largado no canto da Zona Sul. Não sabia nem o que estava fazendo. Aí fizemos uma caminhada, e assim na capacitação clareou o aprendizado [...] a ver mais o sentido daquilo que a gente estava fazendo [...] hoje eu sinto o que está acontecendo no projeto Brasil Canadá, no movimento nacional, no Recicla, tudo, a clareza junto com outros catadores também [...]*. Em outras falas, no GF Catadores e nas avaliações da capacitação, isso foi destaque.

Pelo claro posicionamento político, com relação ao poder público e à sociedade por inteiro, e pelos conhecimentos construídos coletivamente nas ações analisadas, se evidenciou a importância do conhecimento do mundo e das condições de vida das pessoas das classes populares, para participarem do direito e do poder, para produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios. (BRANDÃO, 1982)

Alguns princípios metodológicos e técnicas desenvolvidas nesses processos de formação permitiram trocas de experiências e interações cooperativas mais intensas sobre as condições concretas da coleta de materiais, a logística da venda coletiva, a contabilidade, a negociação dos preços e sobre a autogestão. O diálogo sobre o contexto das negociações, sobre os sujeitos sociais envolvidos, foi ampliando o conhecimento coletivo de sua condição social e histórica.

O fato do GPSRS ter sido estruturado e ter a gestão compartilhada entre representantes da comunidade acadêmica, técnicos, representantes de prefeituras e as lideranças dos grupos de catadores, foi mais um fator de fortalecimento dos catadores para o diálogo com o poder público, como ficou claro na fala de Marlene (parte inicial dessas considerações), e para a participação da construção de alternativas duradouras de inclusão social, pela implantação e implementação de políticas públicas de resíduos sólidos. Incluindo a formação de todos os segmentos sociais, envolvidos direta ou indiretamente, o Projeto não só objetivou a consolidação da gestão compartilhada, mas contribuiu para a construção de interações entre catadores(as) e poder público, e também para a definição de novos temas a serem trabalhados, do ponto de vista da formação, como a saúde desses trabalhadores, a estruturação dos grupos para a gestão da coleta, enquanto negócio -dentro dos princípios do cooperativismo e da Economia Solidária- e as questões ambientais.

Entre os princípios metodológicos mais importantes ressalta-se o protagonismo dos catadores, no sentido de seu exercício de organização das ideias, de exposição e argumentação, quando se tratava de tomar decisões no coletivo. Nessas ações educativas, foram trabalhadas diferentes dinâmicas de interação, para maior aproximação entre as pessoas participantes dos encontros.

O respeito aos saberes dos participantes, a construção de novos conhecimentos e sua sistematização para a apropriação coletiva foram essenciais nos encontros e eventos da formação. As condições concretas de vida, de trabalho vivenciados pelos catadores constituíram a essência dos conteúdos da ação educativa..

A sistematização foi sempre um processo participativo de produção de conhecimento, de reconstrução da experiência e, ao mesmo tempo, permitindo a reconceituação da prática e a coerência dos complexos elementos tratados. Foi, portanto,

um componente imprescindível para a conscientização dos catadores(as) sobre sua condição histórico-social.

Compartilhar experiência, no sentido das intersubjetividades, foi outro princípio importante, vinculado às dinâmicas de interação, aos planejamentos coletivos e à sistematização. O planejamento coletivo de ações foi a opção para a busca de saídas para os inúmeros problemas de gestão e de operacionalização de coleta, do armazenamento e da comercialização de materiais recicláveis.

O trabalho coletivo propiciou aos diferentes integrantes do Fórum Recicla São Paulo, aos grupos que participaram do PCSS, e, aos que participam do GPSRS, interação e intercâmbio de experiências e construção de situações concretas para compartilhar o uso de espaços e equipamentos. A realização da venda coletiva de material; a otimização de transporte; enfim, esse trabalho coletivo contribuiu para a preparação desses sujeitos para a prestação organizada desse serviço público. O desenvolvimento dessas ações concretas, como a venda coletiva, no Projeto GPSRS tem estimulado a participação de novos grupos, inclusive de outras cidades vizinhas.

Os processos de sistematização e de planejamento coletivos ocorreram desde o “Pedra”, FRSP, “Capacitação” de 2003 e no Projeto GPSRS. Neste texto, eles estão apresentados em três capítulos. As formas de sistematização incluem o diálogo que pode resultar na apreensão coletiva somente pela oralidade; podem ser feitos desenhos e cartazes; podem ser usadas tarjetas, enfim, há várias técnicas que permitiram ao longo deste período a reflexão e apreensão coletivas das vivências. No Capítulo 2 da Parte II, estão expostos alguns registros escritos da sistematização realizada com a turma de Santo Amaro. Por esses registros, foi possível perceber o conhecimento dos catadores acerca da organização do trabalho e das necessidades com relação aos diálogos com outros sujeitos sociais.

Durante as ações educativas, foram fundamentais as pesquisas. Nos três processos vividos, tanto na formação do “Pedra” e FRSP, quanto na Capacitação para o PCSS e no próprio Projeto de Coleta Seletiva BR/CA (GPSRS), as pesquisas sobre a situação da Coleta Seletiva feita pelos grupos, foram fundamentais para a construção da Identidade, para o reconhecimento da amplitude do trabalho, assim como para otimizar processos coletivos das etapas da “coleta seletiva”.

Com a pesquisa do FRSP, por exemplo, ficou evidente a realidade extremamente complexa, completamente ignorada pela sociedade e, até certo ponto, por eles mesmos, que simplesmente tinham a prática da coleta, sem ter a clareza do universo do qual faziam parte. Informações sobre a constituição dos grupos, a quantidade de materiais coletados, os preços auferidos para cada material, permitiram a identificação e valorização dos serviços prestados à sociedade e, ao mesmo tempo, a negociação coletiva para a venda de materiais.

As pesquisas relativas a experiências de outras cooperativas e de outros municípios permitiram o planejamento de ações operacionais, administrativas e políticas, no sentido das interações com o poder público construídas de diferentes maneiras, nos diversos municípios. Essas trocas foram fundamentais para a construção dos processos autogestionários das cooperativas e dos grupos.

No sentido da potencialização das pesquisas nesses trabalhos educativos, ressalta-se a importância de construir alternativas de suporte para a sua realização e para a reflexão coletiva sobre as informações conseguidas. No caso da pesquisa participante do FRSP, por exemplo, houve dificuldade de realizar o retorno para a grande parcela de grupos desse movimento social. Ele ocorreu de maneira muito intensa para quem participou diretamente dessa pesquisa, como os entrevistadores, e os grupos entrevistados. Além da dificuldade de transporte, de ajuda de custo para participação nas reuniões, quando a tabulação e síntese dos resultados estavam prontas, estava sendo definido o PCSS ocupando o pouco tempo disponível dos grupos de coleta. A discussão mais aprofundada desses resultados iniciou, com maior consistência, nos encontros das “Intercentrais”, durante a “Capacitação” de 2003.

A ampliação do potencial de participação foi perseguida tanto com as pesquisas sobre a situação concreta de vida e trabalho dos catadores, quanto pelo exercício do diálogo com o poder público, e a reflexão sobre esse diálogo. Ela transpareceu em vários materiais e falas analisadas neste trabalho.

Essa condição para o diálogo e participação da construção e implementação de programas municipais de coleta seletiva com catadores(as), constituiu o eixo norteador da aprendizagem, foi um dos principais caminhos percorridos, sistematizados e de onde foram extraídas conclusões importantes pelos catadores, sobre si, sobre sua atuação no grupo, sobre as razões de sua condição de vida e dos caminhos possíveis de sua transformação.

Um dos desafios bastante difíceis para a consolidação da coleta feita por grupos de catadores e das políticas públicas participativas são as barreiras institucionais, as exigências burocráticas, estruturadas dentro das instituições de tal sorte que impedem a participação. Mesmo se estiver presente a vontade política para essa participação, há necessidade de muito empenho para romper essas barreiras. Isso ficou evidente, com relação aos órgãos públicos com os quais o “Pedra” estabeleceu relações, para superar as dificuldades (terreno para a sede do projeto, venda do CD de músicas para as escolas, entre outras). Apesar do caminho percorrido, os desafios a superar são bem grandes.

Os resultados da formação superaram as questões diretamente vinculadas ao trabalho da coleta. As ações educativas permitiram o crescimento da autonomia individual e coletiva, possibilitou o enriquecimento das interações entre os grupos, das dinâmicas internas no que diz respeito às relações humanas.

Esses elementos das atividades educativas, explicitados durante os momentos analisados neste trabalho, impulsionaram outras formas de diálogo desses grupos de catadores com o poder público e com a sociedade em geral. Do ponto de vista pedagógico, outro elemento da formação foi o reconhecimento da importância e amplitude do seu trabalho nas dimensões ambiental e social para as cidades envolvidas.

Da análise desses processos foram ressaltadas a possibilidade e necessidade do desenvolvimento de processos formativos enquanto espaço de organização dos catadores(as) como protagonistas nos diálogos com o poder público para efetivar decisões nas políticas compartilhadas de resíduos sólidos. Ficou patente a necessidade desses processos de formação para a implantação de políticas públicas social e ambientalmente sustentáveis, com relação à problemática de resíduos sólidos.

Fica ainda como um desafio para o futuro do projeto, o aprofundamento do debate de outras questões ambientais e a ampliação da formação para outros cooperados e para novas lideranças.

Ocorreu o reforço da ação cooperativista a criação de laços comunitários mais significativos; o aumento da possibilidade de inclusão social; e da geração de renda com a ampliação da cidadania. A estruturação dos grupos com construção de autonomia, da perspectiva coletiva de contribuições para a melhoria de vida, dentro da ética cooperativista e solidária, permitiu estabelecer a interlocução com o poder público municipal e outros sujeitos sociais.

A participação e co-responsabilização relativa aos problemas socioambientais é uma das diretrizes reforçada em inúmeros encontros internacionais de Educação Ambiental, governamentais e da sociedade civil. O debate sobre a ação educativa tem avançado e se reforça cada vez mais sua importância na busca da sustentabilidade socioambiental, ao mesmo tempo em que se constroem políticas e práticas diversificadas, dependendo do entendimento da problemática ambiental, da perspectiva de transformação humana e ainda do posicionamento político acerca desse fazer educativo.

Os elementos identificados nos processos de formação dos catadores apontam para um potencial de mobilização, fortalecimento e empoderamento para o compromisso com transformações para a sustentabilidade. Além disso, os valores e práticas elaborados revelam a possibilidade efetiva de participação e co-responsabilização em relação aos problemas ambientais.

Essa pesquisa foi realizada de forma coletiva e com o envolvimento militante. Começou com o compromisso em relação à desigualdade social e de desenvolver a Educação Ambiental nos espaços onde havia muitas dificuldades. Foi repleta de desafios: para a pesquisadora, do ponto de vista de entender melhor como o trabalho acadêmico poderia apoiar os processos participativos de melhoria da vida dessas classes populares, de forma mais direta que aquelas já estabelecidas, como a formação de professores e como ampliar essa atuação e esse vínculo. Era um desafio, principalmente, pelo mesmo motivo discutido em relação à participação dos catadores no sistema público de coleta: a cristalização das barreiras institucionais. Nem sempre é simples desenvolver um trabalho de extensão, do ponto de vista institucional. O início do trabalho no “Pedra”, em 1997, dependia basicamente do empenho individual e daqueles que acreditassem na importância daquele tipo de trabalho. Sem apoio, passamos por muitas dificuldades como, por exemplo, não ter tempo e nem pessoas para fazer os devidos registros. As anotações foram feitas de forma irregular, inclusive pela condição das reuniões, variáveis conforme o local onde ocorriam. Outra grande dificuldade, do ponto de vista da pesquisa, foi a aproximação com o grupo de pessoas. Junto com outros companheiros, fomos dialogando com os componentes da Associação de Moradores e ampliando a confiança mútua. Num primeiro momento, houve muita resistência. É possível reconhecer em suas falas e expressões, as seguintes ideias: “professores ?

técnica da prefeitura e da Rede Mulher de Educação? Estudantes? ... o que será que esse povo quer da gente?!” Apesar de o líder presidente da Associação de Moradores já ter tido contato anterior conosco, a maioria era desconhecida. Além disso, não é raro o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos de pesquisa em que se coletam dados, elaboram o trabalho acadêmico, não se discute o trabalho realizado e de repente, as pessoas somem. Disso sobram, no máximo, as ações assistencialistas. São aquelas pesquisas nas quais as pessoas são entendidas apenas como “objetos de estudo”. Esse tipo de trabalho já havia ocorrido na região. Por esses motivos, a confiança mútua foi algo conquistado, ao longo de uma trajetória de 10 anos.

Muitos obstáculos tiveram que ser removidos no caminho dos trabalhos e muitos aspectos da pesquisa não puderam ser explicitados, assim como vários outros momentos de aprendizagem não foram explorados, por não termos documentos fidedignos das atividades realizadas e das respectivas avaliações.

No início dos trabalhos no FRSP, também houve resistências. Da mesma forma que no “Pedra”, durante os trabalhos com o Fórum Recicla São Paulo, houve bastante desafios a ultrapassar. Porém, sempre foi extremamente gratificante, como em toda a militância, perceber desde os pequenos avanços, até aqueles que acreditávamos que fossem demorar mais tempo para acontecer.

Houve problemas para construir a confiança mútua, não só com os catadores, mas com os grupos que apoiavam os catadores, de modo que ocorreram vários embates políticos. Outra dificuldade, frequentemente presente, era conseguir realizar as discussões, sabendo das dificuldades imediatas daquelas pessoas presentes. Mesmo entendendo da perspectiva histórica de mudança, fazíamos todo o esforço para encontrar saídas para essas necessidades, no coletivo. Sempre enfrentamos, como equipe, situações bastante difíceis...

Com o Projeto GPSRS também houve outros tantos problemas, principalmente de origem institucional. Não foram poucos os momentos em que, ao longo desse período de 10 anos, os apoiadores se desestimulavam a prosseguir. Porém, como as lideranças dos catadores conseguiram persistir, em meio a tantas dificuldades, o elo e o compromisso com esses coletivos de catadores e a esperança de construir um futuro melhor, sempre foi mais forte e o trabalho com resíduos sólidos e com os catadores continuava...

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Fátima de. **Do lixo à cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: Caixa, 2001. p. 94 (Parceria entre a Caixa Econômica Federal, UNICEF e Fórum Lixo e Cidadania).

AGENDA 21. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 01 abr. 2008.

AGENDA 21 do Pedaco. Instituto ECOAR para a cidadania. São Paulo, PMSP/SVMA, 1996.

ALBOAN - **ONG Jesuíta que trabalha pela solidariedade entre os povos**. Disponível em: <http://www.alboan.org/portal/seccion.asp?S=8&N=12>. Acesso em: 11 nov. 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG). **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia**. 2º vol. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, 2005.

BAEDER, Angela. Martins. et al.. **Diagnóstico da situação atual da coleta seletiva realizada por diversos grupos da sociedade civil, na Grande São Paulo**. In: Anais da I Mostra Universitária – Santo André Cidade Futuro. Outubro, 2001. Santo André: PMSA (texto completo) (mimeo – p. 23)

BAEDER, Angela Martins e GOETTEMES, Arno Aloísio. O processo educativo para a construção da cidadania: O estudo do meio na escola e a formação de catadores no programa municipal de coleta seletiva. Anais: **Semana da Educação- 2006**. Faculdade De Educação Da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. (org). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BARNECHEA, Miriam; GONZALEZ, Estela e LUZ MORGAN, María de la. **La sistematización como producción de conocimientos**. Disponível em: <http://www.alboan.org/sistematizacion/materiales.asp>. Acesso em 11 nov. 2008.

BIGOTTO, Antonio César. **Educação ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Metodologia de Educação; linha de Pesquisa Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP 2008. p.127.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). **Pesquisa Participante**. 2 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp.211.

_____. (org.). Pesquisar Participar. In: BRANDÃO, C.R. (org). **Pesquisa Participante**. 2 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.9-16.

_____. (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Geociências. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. pp. 395. (Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica. nº 4)

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Meio Ambiente. In: **Parâmetros Curriculares Nacionais, 3º. e 4º. Ciclos**; temas transversais. Brasília: MEC, 1998. p. 167-242.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental** – ProNEA. (Documento em Consulta Nacional) Brasília: MMA/ME, 2003. p. 52

_____. Ministério da Educação. Departamento de Educação Ambiental. **Relatório de Gestão – 2003/2006** (10 cadernos). Disponível em: <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf>. Acesso em 04 abr. 2008a.

_____. Ministério da Educação. Departamento de Educação Ambiental. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf>. Acesso em 04 abr. 2008b.

Brasil é campeão mundial em reciclagem de latinhas de alumínio. Disponível em: www.terra.com.br/istoé. Acesso em: 05 dez. 2002.

BRÜSEKE, Franz. O problema do ecodesenvolvimento. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-40.

BURNHAM, Teresinha. Fróes. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão de do currículo escolar. In: BARBOSA, Joquim. (org). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. (p. 34-56)

Capacidade dos aterros de SP está se esgotando. O Estado de S. Paulo. 06 dez. 2002. p. C-01b, Caderno Cidade/Esporto (s/ assinatura).

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**, São Paulo: Ed. Cultrix, 1992.

CARDOSO, Ruth. (org). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth. (org). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARTA DE BELGRADO DE 1975. Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental (GPEEA) do Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico (NPADC) da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <http://www.ufpa.br/npadc/gpeea>. Acesso em 12 nov. 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P.P.(coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Diretoria de Educação Ambiental.. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandino Gerhardt. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 530 (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2)

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do labirinto II - Os domínios do Homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Rumos da Cultura Moderna, v. 54). p. 466

CATTANI, Antonio David. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003. p.306

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p.430

CAZETTA, Noé Humberto. **Gestão de coleta seletiva com inclusão social e a situação dos catadores de materiais recicláveis de Santo André**. (monografia para o curso de especialização em Gestão Ambiental). Centro Universitário Fundação Santo André, 2005.

CEMPRE – Compromisso Empresarial com a Reciclagem. **Pesquisa de coleta seletiva nos municípios brasileiros**. Disponível em: http://Cempre.Tecnologia.Ws/Cempre_Informa.Php?Lnk=Ci_2009-0304_Reciclando.Php, acesso em 02 jul. 2009.

CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sisle. **Educação ambiental e resíduos sólidos – um estudo com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, UNESP, Araraquara

CORRÊA, Ivan. **Os catadores de recicláveis de Santo André**. (monografia para o curso de especialização em Gestão Ambiental). Centro Universitário Fundação Santo André, 2005.

COSTA, Fernando Braga da Costa. **Garis - um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública**. (Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia). Psicologia Social. USP, 2002.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. e SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. 2002, Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br. Acesso em: 23 ago.2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e prática**. São Paulo: Gaia, 1993.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo, Brasiliense, 1994. Citado por MIZIARA, 2006, p.3

DUVEEN, Gerard.. Introdução: O Poder das idéias. In: **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Serge Moscovici. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

EIGENHEER Emílio Maciel. **Coleta Seletiva de Lixo; Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Iser, 1993.

_____. **Raízes do desperdício**. Rio de Janeiro: ISER, 1993. p.32

FÓRUM INTERNACIONAL DE ONG's. **Tratado de educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global (Rio/92)**. Rio de Janeiro, 1992

FIALHO, Marco Antonio. **Para onde vai o que sobra? O destino final dos resíduos sólidos da grande São Paulo**, Dissertação de Mestrado, USP, 1998

FRSP – Fórum Recicla São Paulo. **Relatório de Pesquisa/ Fundo Novib**. Organização: BAEDER, A.M.; CARDOZO, F.L.; MUSOLINO, A. e TAKAHASHI, M.R.F.. São Paulo: FRSP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura). p.165

_____, **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2003.

Gestores buscam capilarização das políticas para a juventude. Disponível em: www.fetecsp.org.br/index2.php?option=com_content&do. Acesso em 26 jun. 2009

GIACOMELLI, Maria do Carmo Mauá. **Da coleta seletiva à melhoria da qualidade de vida e à mudança de comportamento**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Centro Universitário Fundação Santo André. Santo André, 2001.

GHISO, Alfredo. **De La práctica singular al diálogo com los plural. Aproximaciones a otros tránsitos y sentidos de La sistematización em época de globalización**. Disponível em: <http://www.alboan.org/sistematizacion/materiales.asp>. Acesso em 11 nov. 2008.

GOMES, Marcos Affonso Ortiz; SOUZA, Alessandro Vanini Amaral.; CARVALHO, Ricardo Silveira de. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos soioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, Markus. **Metodologia Participativa – uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre, Tomo Editorial e Participe, 2001, p. 63-78.

GONÇALVES, Carlos. Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996. p.148 (Coleção Temas Atuais).

GONÇALVES, Reinaldo. **Resenha de A outra economia** de CATTANI, Antonio David.. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. Disponível em: www.ecosol.org.br/txt/resoutecon.doc Acesso em 19 mai. 2009.

GRIMBERG, Elisabeth. (coord). **Coleta Seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na cidade de São Paulo**. Experiência e desafios. São Paulo: Instituto Polis, 2007. p.148 (Publicações Polis, 49).

GUATARRI, Félix. **As três ecologias**. 6. ed. Campinas: Editora Papirus, 1997. p.56

GUTBERLET, Jutta. **Recovering Resources – Recycling Citizenship: Urban poverty reduction in Latin America**. England-CA: Ashgate Publishing Limited, 2008

_____. **Desenvolvimento desigual: impasses para a sustentabilidade**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung. Centro de Estudos, 1998. (Série Pesquisas) p.108

GUTBERLET, Jutta e BAEDER, Angela Martins. Informal recycling and occupational health in Santo André, Brazil. **International Journal of Environmental Health Research**, v. 18, p. 01-15. 2008.

GUTIERRES, Marcelo. "Invisibilidade pública" transforma pessoas em objetos". Agência USP notícias-10 anos. **Boletim nº1146**, São Paulo, 10/03/2003. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/bols/2003/rede1146.htm> . Acesso em: 27 jun. 2009.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p.128 (Guia da Escola Cidadã v.3).

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa, Editora Universitária – UFPB, 1996. p. 48

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. pp.395. (Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica. nº 4)

"Invisibilidade pública transforma pessoas em objetos". Disponível em: <http://www.usp.br/agen/repgs/2003/pags/036.htm> . Acesso em 25 jun.2009.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/2003, São Paulo, Fundação Carlos Chagas. p. 189-205.

_____. O meio ambiente e educação da cidadania: o que está em jogo nas grandes cidades?. In: Santos, J.E. e SATO, M. (org.) **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2001, 2003.

_____. **Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2000. p.192

JANOVITCH, Paula. **O lixo e a cidade.** Disponível em: <http://www.carbonoquatorze.com.br/versaopaulo/2006/04/o-lixo-e-cidade.html>
Acesso em 09 jan. 2009.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet D, organizadora. **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

LAJOLO, Roberto Domenico. (coord) et al.. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: Guia para Implantação,** Cooperação IPT/SEBRAE e Fórum Recicla São Paulo, São Paulo, IPT, 2003.

LAJOLO, Roberto Domenico; BAEDER, Angela. Martins. et al. Oficinas para capacitação de Catadores de Resíduos Sólidos: Gestão Cooperativa em projetos participativos da Coleta Seletiva.. In: **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: Guia para Implantação.** Roberto Domênico Lajolo. (Org.). São Paulo: IPT/SEBRAE. 2003 b.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira.** Diretoria de Educação Ambiental.. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação.** Ambiente & Sociedade, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 6, nº 2, jul-dez, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: **Identidades da educação ambiental brasileira.** Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

JARA, Oscar. **Dilemas y desafios de lãs sistematización de experiencias.** Disponível em: <http://www.alboan.org/sistematizacion/materiales.asp>. Acesso em 11 nov. 2008.

JARA, Oscar. **El aporte de la sistematización a la renovación teórico-práctica de los movimientos sociales.** Disponível em: <http://www.alboan.org/sistematizacion/materiales.asp>. Acesso em 11 nov. 2008.

LATOUR, Bruno. **Guerra das ciências.** Folha de São Paulo, 15 nov. 1998, caderno Mais!

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Epistemologia ambiental.** 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 240

_____. **Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder.** 2 ed. México: Siglo Veintiuno Editores, S. A. de C. V., 2000.

As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. Temas de Ciências Humanas n. 4. Tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista.** PT. Porto: Publicações escorpião, 1974.

LUTFI, Eulina. **Ensinando Português, vamos registrando a História...** São Paulo, Loyola, 1984.

MARTINS, João Batista. Multirreferencialidade e educação. In: BARBOSA, Joaquim. (org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

MANCINI, Paulo José Penalva. **Uma avaliação do sistema de coleta informal de resíduos sólidos recicláveis no município de São Carlos, SP**. Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, 1999.

MANZOCHI, Lúcia Helena. e TRAJBER, Rachel. (org.). **Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos**. São Paulo: Gaia/Ecoar, 1996.

Mapa Região Metropolitana de São Paulo. Disponível em: <http://www.sp-turismo.com/grandesp.htm> Acesso em 18 jun. 2009.

MEDINA, Nana Mininni. **Dados históricos de Educação Ambiental**. www.mma.gov.br. Citado por <http://www.ambientebrasil.com.br> Acesso em 01 abr. 2008

Migração interna muda o Perfil da cidade de São Paulo. O Estado de S. Paulo. 17 ago. 1997, p. C-01, Caderno Cidade/Esporte (s/ assinatura).

MIZIARA, Rosana. **Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 2001.

_____, **Por uma história do Lixo**. 2006. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=109. Acesso em: 10 jan. 2009.

MORAES, Roque. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, v. 9, n.2, p. 191-211, 2003. Disponível em PDF, Acesso em 03 jun. 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **A Representação Social da Psicanálise**. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **A ‘outra economia’: um olhar etnográfico sobre a economia solidária**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2004 Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/243>. Acesso em 19 mai.2009.

NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria. Representações Sociais da Natureza e do Meio Ambiente. In **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Temática, p. 67-81. 2000.

NÓBREGA, Sheva Maia da. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: **Representações sociais: Teoria e Prática**. MOREIRA, Antônia Silva Paredes e

JESUÍNO, Jorge Correia (orgs). 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 51-80.

NOVIB. Polis. Disponível em: <http://www.polis.org.br/links/00000199.htm>. Acesso em 08 nov. 2008.

OLIVEIRA, Francisca Silvoneide. **Processo de coleta seletiva e comprometimento com a qualidade ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Centro Universitário Fundação Santo André. Santo André, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o ambiente humano**. Estocolmo, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, 1972.

_____. **Programa internacional de educação ambiental**. Belgrado, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), 1975.

_____. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.

PALMA, Diego. **La sistematización como estrategia de conocimiento en la educación popular: el estado de la cuestión en America Latina**. Santiago de Chile: Papeles de CEAAL n. 3, 1992.

PNSB - PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. p. 431

PRADO, Francisco Gutiérrez e Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. (org.). **Um projeto... Tantas visões: educação ambiental na escola pública**. São Paulo: AGB- São Paulo/LAPECH-FEUSP, 1996, p.108

RATHSAM, ALEXANDRE (Produção, Direção, Roteiro e Câmera) e DEMAJOROVIC, Jacques (Argumento). **Carroceiros**. São Paulo: SENAC, [2006?]. 1 fita casset (30 min): 3 ¾ pps, estéreo.

RECOMENDAÇÕES TBILISI 1977. Disponível em: <http://www.aipa.org.br/ea-trat2-tbilisi-parcial-1977.htm> . Acesso em 03 jul. 2009.

REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (REBEA). Disponível em: www.rebea.org.br. Acesso em 02 abr. 2008 a.

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (REPEA). Disponível em: www.repea.org.br. Acesso em 02 abr. 2008 b.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 1995, p.87 (Coleção Questões da nossa época, v. 41).

RODRIGUES, Arlete. Moysés.. **Produção e Consumo do e no Espaço – Problemática Ambiental Urbana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ROMANI, Andréa Pitanguy de. **O Poder público municipal e as organizações de catadores**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA, 2004.

SÁ, Celso Pereira. de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SÃO PAULO. Município. Secretaria de Turismo. Mapa da Região metropolitana de São Paulo. Disponível em: <http://www.sp-turismo.com/grandesp.htm> acesso em 18 jun. 2009 a.

_____. Município. Secretaria de Turismo. Mapa da Região metropolitana de São Paulo. Disponível em: <http://www.mapas-sp.com/bairros.htm> Acesso em 18 jun 2009 b.

_____. Município. Secretaria de Serviços e Obras. Programa de Coleta Seletiva Solidária. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em 03 set. 2003a.

_____. Município. Secretaria de Serviços e Obras. Programa de Coleta Seletiva Solidária. **Relatório Final – v. IV. Capacitação para o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura de São Paulo. Caderno de Capacitação Pré-Central Santo Amaro**, São Paulo: SSO, 2003b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. In: **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. 2º ed., vol. 1, São Paulo: Cortez Editora, 2000, p. 416

_____. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 348

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Secretaria de Economia e Planejamento. Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/index.php>. Acesso em 03 out. 2002.

SEBRAE/IPT. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: Guia para implantação**. Roberto Domenico Lajolo (coord.). São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas/SEBRAE, 2003, 112 p. e CD ROM (Publicação IPT; 2952).

SINGER, Paul. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** (texto para discussão). Ministério do Trabalho e Emprego-Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 1ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs). São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção Economia).

_____ **Desenvolvimento Solidário: significado e estratégia.** Disponível em <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/212>. Acesso: 29/maio /2009.

SNIS- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO -. **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2005.** Brasília, 2008.

SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Thessaloniki: A educação ambiental no Brasil. In: CASCINO, Fabio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio. (orgs.) **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA/CEAM, p.27-32, 1998.

SORRENTINO, Marcos (coord.); SPOSATI, Aldaíza.; SAWAIA, Bader; DALARI, Dalmo. et al. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, p. 229

SOUZA, José Amilton de. **Catadoras/carrinheiros(as): imagens e diálogos com os territórios cotidianos da cidade de Santo André.** Tese de Doutorado. PUC São Paulo, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SORRENTINO, M. (org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, p. 11-39.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 16 ed..São Paulo: Ed. Cortez, 2008 (Temas Básicos da Pesquisa-ação).

_____. Notas Para o Debate Sobre Pesquisa-Ação. In: Brandão, Carlos Rodrigues. (Org.), **Repensando a Pesquisa Participante**, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 82-103.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: Tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs). São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade Global . Fórum das Organizações não Governamentais. Rio de Janeiro: Rio 92. (Evento paralelo à Conferência Intergovernamental de Meio Ambiente e Desenvolvimento), 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/UFBA.Centro de Estudos Socioambientais/ PANGEA. Faculdade de Ciências Econômicas / FCE. Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais – GERI. **Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis. Relatório Técnico Final.** Bahia, 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Saúde Pública. SENAC. **Programas Municipais de Coleta Seletiva de Lixo Como Fator de Sustentabilidade dos Sistemas Públicos de Saneamento Ambiental na Região Metropolitana de São Paulo – COSELIX. Relatório Final.** São Paulo, 2006.

VERGÈS, Pierre. **L'évocation de l'agent: une méthode pour la definition du noyau central dune representation.** *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 203-209.1992.

WALS, ARJEN EJ WALS **Exploring Pathways to Sustainable Living: The role of environmental education.** In: **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS.** Developed under the auspices of the UNESCO Eolss Publishers, Oxford, UK, 2003. (<http://www.eolss.net>) acesso em 01 abr 2008.

WANDERLEY, Luís Eduardo W. Educação Popular e processo de democratização. In: **A Questão política da educação popular.** BRANDÃO, Carlos Rodrigues. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora. S.A.. 1980. p.198

WWF - World Wildlife Fund – Fundo Mundial para a Natureza. **Um guia para elaboração de Propostas.** Brasília: WWF, 1991.

ANEXO I

Fórum Recicla São Paulo

CARTA DE PRINCIPIOS

(Fonte: SÃO PAULO, município 2003b)

O FORUM RECICLA SÃO PAULO é formado pela união de várias experiências de coletas seletivas: comunitárias, cooperativas, associativas e de pessoas autônomas da Grande São Paulo. Nasceu em março de 2000 da necessidade de trocas de experiências entre estes projetos e pessoas e da busca de formas de trabalho conjunto, que possibilitassem uma melhoria na qualidade de vida da população envolvida nesta atividade.

Fazem parte deste Fórum hoje, mais de 50 projetos comunitários de diversas associações e cooperativas de catadores da Grande São Paulo, organizados regionalmente na metrópole: zona leste; zona sul; zona oeste e zona norte e centro da cidade de São Paulo. É um movimento que faz articulação local, regional e ao mesmo tempo, trabalha a articulação destes grupos, num movimento maior na região metropolitana. Todo trabalho que vem sendo desenvolvido diminui a quantidade de resíduos nos aterros e é significativo do ponto de vista ambiental. Agrega um grande numero de pessoas e tem mostrado o potencial de gerar renda.

Nossos objetivos

1. Manter a troca de experiências e saberes entre os projetos e com outros segmentos da sociedade civil: empresas, universidades e poder público;
2. Realizar estudos em grupo para melhorar a administração dos projetos de coletas seletivas (coleta, triagem, beneficiamento, armazenamento e processamento);
3. Possibilitar a utilização de recursos e equipamentos de forma coletiva e criar os núcleos regionais de apoio;
4. Organizar apoio e criar uma central de venda coletiva dos materiais, criar central de informações quanto à comercialização (bolsa de preços)

5. Montar uma central de apoio didático para o desenvolvimento do trabalho de reciclagem;
6. Ser apoio e referência para novos grupos de coleta no país;
7. Lutar por condições dignas de vida e trabalho : moradia, educação, saúde etc;
8. Articular e promover formação da federação das cooperativas e ou associações que trabalham com a reciclagem;
9. Ser reconhecidos pela administração pública como prestadores deste serviço e ter recursos do poder publico;
10. Participar da elaboração de políticas de resíduos sólidos;
11. Lutar pela criação de um Fundo de Apoio aos projetos de Coletas Seletivas
12. Contribuir para a formação de agentes ambientais locais; e construir relações com o poder público, comunidade, igrejas e outras entidades locais no trabalho de educação ambiental ;
13. Contribuir para a criação de laços comunitários e humanitários mais fortes;
14. Fortalecer a campanha para que as empresas assumam a responsabilidade pelos resíduos gerados em seus processos produtivos principalmente os tóxicos, os perigosos e os não recicláveis;
15. Promover seminários , cursos e estudos para a formação da cidadania;
16. Construir parcerias com as universidades e institutos de pesquisa
17. Fomentar a construção da personalidade jurídica do conjunto dos grupos participantes do Fórum Recicla São Paulo.

Nossos princípios

1. Organizar o trabalho no sentido economia solidaria, que prevê:
 - livre adesão, sem qualquer discriminação em consonância com os princípios deste Fórum;
 - Independência e autonomia dos grupos;
 - Auto Gestão e controle democrático;
 - intercooperação entre pessoas e grupos;
 - comprometimento com a comunidade;
 - crescimento do aprendizado dos participantes;

2. Erradicação do trabalho infantil na catação de lixo
 - garantir inclusão escolar com cidadania e programas de complementação de renda familiar, bolsa escola, renda mínima... em toda cidade.
3. Defender a implantação da política de resíduos sólidos com inclusão social e gestão compartilhada e participativa
 - Assegurar como preocupação central do processo, as condições de trabalho e de vida dos atores envolvidos;
 - garantir que haja ética nas relações de trabalho, na organização das Associações e Cooperativas,
 - não permitir a exploração, exclusão e a discriminação dos catadores e de organizações, de Cooperativas e de Associações.
4. Atuar no sentido da construção de uma sociedade sustentável nas varias dimensões: ecológica, econômica, social, cultural e política.
 - ter comprometimento com a qualidade sócio ambiental local;
 - aproveitar o potencial cultural, econômico, turístico dos bairros com participação forte do poder público;
 - Por meio da educação ambiental, estimular: a redução da geração de resíduos; o consumo sustentável; a reutilização de materiais; a participação nos processos de reciclagem (3 R's);
 - Por meio da Coleta Seletiva, contribuir para viabilizar a reciclagem;
 - Lutar pelo aprimoramento dos processos de reciclagem.

São Paulo, 16 de dezembro de 2001

ANEXO II

EQUIPE PESQUISA PARTICIPANTE FRSP - 2001

(Fonte: FRSP, 2001)

INTEGRANTES

José de Aleluia - Pedra Sobre Pedra

Aninha (Rozenir Rodrigues Souza) - Pedra Sobre Pedra

Ariane M. S. Chaves – Fundação Santo André (estagiária)

Arthur H. C. Santos – Instituto GEA – (estagiário)

Carminha (Maria do Carmo Giaconelli) – Fundação Santo André (estagiária)

Chiquinha (Francisca Silvoneide de Oliveira) – Fundação Santo André (estagiária)

Evelin Vanoni – Fundação Santo André (estagiária)

Márcia Teixeira Garcia – Fundação Santo André (secretaria da pesquisa)

Morena (Rosenilda Bezerra da Silva) – Vira Lata

Neilton César Polido - Coopercoese

Paulo Rogério dos Santos – Cidade Tiradentes

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Angela Martins Baeder

Araci Mussolino Montieri

Fábio Luiz Cardozo

Maria Ruth Freitas Takahashi

ANEXO III

Histórico dos Grupos (Fonte: SÃO PAULO, município 2003b)

Pedra Sobre Pedra

Está localizada às margens da represa Billings, iniciaram suas atividades em 1997 devido à grande quantidade de lixo existente no bairro em que residem, começou com a família do Jocemar coletando material, depois se estendeu por todo bairro. Hoje, realizam palestras de Educação Ambiental, coletam material em vários lugares, mas o objetivo inicial era a limpeza, melhor qualidade de vida, preservação do meio ambiente, geração de emprego e renda (trabalho e cidadania). Participam do projeto 25 pessoas e o total de material recolhido variam em média de 15 a 20 toneladas mês.

Coopergia

Iniciaram a coleta para complementar a renda dos cooperados, pois a maioria é aposentado e ganha pouco. Outros objetivos são geração de empregos, reintegração de pessoas à sociedade.

ESPPA - Espaço Ateliê De Artes

É uma entidade não governamental que busca através da arte, da música e da educação ambiental uma nova forma de unir os moradores, principalmente crianças e adolescentes entorno da problemática ambiental. Tem como objetivo trabalhar a conscientização ambiental, geração de renda a partir da confecção de artesanatos feitos com material reciclado, reaproveitamento da sucata e cultura aos moradores da Pedreira. Conta com o apoio do Pedra sobre Pedra para a utilização de equipamentos e do galpão.

Hoje participam do projeto 7 pessoas.

Sempre Verde

A cooperativa surgiu em 2002, após o Curso de Economia Solidária direcionado à formação de cooperativas, principalmente, de reciclagem de resíduos sólidos. Realizado pelo Ceco, em parceria com o CIT – Santo Amaro. Iniciou o programa de coleta como PEV, houve a junção da comunidade, inclusive o grupo “loucos por lixo”, com a cooperativa e surgiu no SECCO (com portadores de deficiência). Os objetivos do grupo são resgate de cidadania, da auto-estima, identificação com trabalho e inclusão social,

geração de renda e trabalho, conservação da natureza. Participam do projeto 13 pessoas e coletam aproximadamente 3 toneladas por mês.

Lixo Por que? Projeto de Reciclagem e Conscientização Popular

A proposta de trabalho com reciclagem surgiu em 2001 a partir de reuniões organizadas pela Administração Regional da Capela do Socorro com desempregados. Para realizar o trabalho educativo conta com o apoio da ONG – PROJETO VERDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Os objetivos do grupo são adquirir renda para os cooperados, incluir catadores, e preservar o meio ambiente. Atualmente participam do projeto 15 pessoas.

Macedônia

Em 1991, preocupados em buscar projetos que beneficiem a população (leite, teatro, costura), souberam do projeto da coleta seletiva solidária e se animaram, começaram então a fazer coleta pelo bairro e pelos bairros vizinhos. O objetivo do grupo é manter a limpeza do bairro, contribuir para a natureza e gerar renda.

Monte Azul

O trabalho de coleta seletiva na Associação Monte Azul começou em 1989. Antigamente, o bairro não dispunha de condições de saneamento, portanto, havia muito lixo pela região. Conforme foram melhorando as condições urbanas do bairro, decidiram fazer um programa de coleta, para manter mais limpo. Depois, por falta de espaço na favela monte Azul, o projeto foi interrompido por um tempo e reaberto em outro bairro - Horizonte Azul, no Jardim Ângela. Os objetivos do grupo são melhoria ambiental, preservação e despoluição das margens da represa que é próxima do bairro. Hoje trabalham no projeto 6 pessoas sendo quatro voluntárias. O projeto colocou seus equipamentos prensa e balança para uso solidário de outros grupos da região.

Associação De Moradores Da Vila Torinto

Esta associação tem vários trabalhos comunitários e vem tentando organizar os grupos de catadores, mas ainda não conseguiu estruturar de forma mais efetiva esta atividade. A associação tem um terreno e iniciaram uma negociação com Senab/Cohab para a negociação de um galpão. O grupos interessado são de 6 pessoas para o trabalho da coleta seletiva.

Vila Magdalena

O projeto Reciclando Unidos do Jardim Magdalena é um grupos de moradores do Jd. Magdalena que estão buscando na reciclagem a sua subsistência. Fazem parte do projeto 7 pessoas e hoje conseguem comercializar em média de 4 a 6 toneladas mês.

Alquimia

O projeto surgiu através de uma pesquisa feita com os moradores para levantamento das necessidades e oportunidades de trabalho possíveis. O neste processo foi identificado um grupo que já fazia a catação de matérias recicláveis. O projeto busca hoje e qualificação e infra-estrutura para este grupo de catadores. Hoje fazem parte do grupo 10 pessoas.

Recicla Need – Nucleo De Educaçao E Esporte Do Deficiente Fisico E Mental

O Projeto Need Recicla nasceu da busca de alternativas para o trabalho com os pacientes de necessidades especiais, que vibram com o trabalho e como dentro de suas limitações conseguem visualizar uma melhor qualidade de vida. Acreditamos que O LIMITE DO SER HUMANO ESTÁ ONDE TERMINA SUA IMAGINAÇÃO.

Cooperativa Vitória

Começou em um momento quando nos reunimos para assistir a um curso preparatório de auto-estima, para pessoas que estavam fora do mercado de trabalho algum tempo, ministrado por funcionário da SERT- Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho. Participam do projeto 4 pessoas.

Grupo da Granja Julieta / Santo Amaro.

O grupo da Granja Julieta / Santo Amaro nasceu dos cursos de economia solidária do Cit para os catadores da região. Foi um trabalho que envolveu a equipe de SAS que coordena o albergue onde eles residem no momento. È um grupo que está sendo formado com o apoio da Cooper Ativa e quando for construído a Central no aterro de Santo Amaro, este galpão da pré central deverá ser o galpão deste grupo de catadores.

ANEXO IV

Capacitação para o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura de São Paulo

PROGRAMA

BLOCOS TEMÁTICOS E COMPETÊNCIAS NA CAPACITAÇÃO

PRÉ-CENTRAL DE TRIAGEM

SANTO AMARO

(Fonte: SÃO PAULO, município 2003b)

TEMAS A SEREM DESENVOLVIDOS

1. IDENTIDADE

Cadastro de grupos e dos participantes

Quem é o catador

Movimento Popular

Historia do movimento de coleta seletiva em São Paulo

- Fórum Recicla São Paulo
- Comitê Metropolitano
- Zona leste
- Lixo cidadania

Identidade individual e coletiva

Localização de onde atuamos

Visualização da rede que estamos construindo

Quem somos nós catadores e catadoras

O que fazemos

Temas básicos de apoio

Inclusão e exclusão social / cidadania

2. PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDARIA

Que programa é este?

Que parceria estamos fazendo com o governo?

Etapas do processo de implantação do programa

Nossa tarefa nesta região

3. MEIO AMBIENTE

Visita a Aterro – estação de transbordo

Estudo do meio em torno

Agenda 21 local

Que trabalho de Educação Ambiental vamos fazer

Resíduos sólidos, valor de uso, valor de troca e relações socioambientais

Consumo e sociedade sustentável

Redução, reutilização e reciclagem

Conceitos: reciclagem, coleta seletiva, lixo, etc.

Noções de higiene e saúde

Avaliação do ambiente local

Relação entre o trabalho do catador e a preservação do meio ambiente

A reciclagem e as políticas públicas
A comunidade e o Meio Ambiente – relações com a comunidade
A importância da Educação Ambiental

4. Autogestão /Cooperativismo

Cooperativismo – história e princípios da economia solidária
A coleta seletiva como empreendimento sustentável (identificação de fornecedores e clientes, custos de processamento, investimentos, financiamentos, etc.)
Autogestão – direitos e deveres
Organização prática do trabalho cooperativo na Central (planejamento e implantação do processo de trabalho)

5. ADMINISTRAÇÃO

Questões legais e administrativas
Articulação e negociação
parcerias e articulações com o poder público
Contabilidade

- Como estamos registrando
- Organização dos livros contábeis.
- Como vamos documentar e controlar nossa comercialização coletiva

Possibilidades de expansão dos negócios da cooperativa
Articulação da central e grupos de coleta seletiva
A construção do regimento interno da cooperativa e da sua relação com os grupos

6. Processos operacionais da cooperativa

Caracterização dos diversos materiais recicláveis
Processos, equipamentos, beneficiamentos que agregam valor
Coleta, triagem, armazenamento

- Coleta - como coletamos e onde coletamos
- Mapas de coleta local regional
- Triagem - como separamos
- Painéis de identificação dos materiais

Comercialização/noções de mercado

- Comercialização quanto estamos comercializando por mês
- Como está a organização da venda coletiva

Segurança no trabalho

- Uso de EPI - a importância do uso de equipamentos de proteção individual

A temática Ética e cidadania deve permear o processo todo

Resgate da auto-estima
Relacionamento humano/ relações de gênero
Compreensão da realidade sócio-econômica
Noções de participação política
Necessidade da educação para o desenvolvimento pessoal e da cooperativa

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL

Capacidade instalada na região - Circuitos de coleta na região
Plano de negociação de ampliação da atividade
Como vamos envolver novos grupos.

ANEXO V
(Fonte: SÃO PAULO, município 2003b)

PRINCÍPIOS DE COOPERATIVISMO -Cooperativismo no Brasil

Em 1610, houve a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um Estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos esse modelo deu exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos jesuítas baseava-se no amor e no auxílio mútuo (mutirão), que era praticado pelos indígenas desde os primeiros tempos da humanidade.

- Em 1847 teve início o movimento cooperativista no Brasil, quando o médico francês Jean Maurice Faivre que era adepto de idéias reformadoras, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas.
- O cooperativismo, com sua fisionomia de organização cooperativa, apareceu no Brasil a partir de 1891, em Limeira, São Paulo, com o nome de Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica.
- No Rio de Janeiro, em 1894, fundou-se a Cooperativa Militar Consumo.
- Em 1895, em Camaragibe, Pernambuco, surgiu outra cooperativa de consumo.
- Em 1897, lançou-se em Campinas a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.
- Em 1898, em Ouro Preto, Minas Gerais, surgiu a Cooperativa de Consumo dos funcionários Públicos de Ouro Preto.
- O cooperativismo desenvolveu-se ao longo das seguintes décadas, através de vários segmentos , como cooperativismo agropecuário, cooperativismo de eletrificação rural, crédito rural, cooperativismo de consumo, cooperativismo de crédito urbano, etc.
- Os diversos ramos manifestaram uma evolução contínua até 1960, quando alguns ramos entraram em crise.
- Hoje, após a carta magna d 1988, o cooperativismo urbano tem crescido notadamente nos setores de saúde, trabalho e habitação.

COOPERATIVISMO E COOPERATIVA

- **Cooperativas** são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer as aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo, sendo a instância inspiradora dos princípios do Movimento Cooperativo Mundial.
- O cooperativismo orienta-se nas suas atividades, de caráter social e econômico, em um conjunto de valores, princípios e normas que devem estar de acordo com sua atuação na economia e na sociedade.
- **Valores:** as cooperativas estão baseadas nos valores de auto-ajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade e solidariedade. Com base na tradição de seus fundadores, os membros da cooperativa acreditam nos valores éticos de honestidade, sinceridade, responsabilidade social e preocupação com os outros.
- **Princípios:** Os princípios são diretrizes segundo as quais as cooperativas colocam seus valores em prática.
- **1º princípio:** Adesão livre e voluntária; as cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas para usarem seus serviços e dispostas a aceitarem suas responsabilidades de sócio, sem discriminação de gênero social, racial, política ou religiosa.
- **2º princípio:** Controle democrático pelos sócios; as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente do estabelecimento de suas políticas e tomadas de decisões.
- **3º princípio:** Participação econômica do sócio; os sócios contribuem igualmente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Eles recebem uma compensação limitada sobre o capital realizado, como uma condição da sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas

transações com as cooperativas; e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

- **4º princípio:** Autonomia e dependência; as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controlada por seus membros. Se elas entram em acordo com outras organizações, incluindo governamentais, ou recebem capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenham sua autonomia.
- **5º princípio:** Educação, treinamento e informação; as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, assim, eles podem contribuir efetivamente para seu desenvolvimento.
- **6º princípio:** Cooperação entre cooperativas; as cooperativas atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo.
- **7º princípio:** Preocupação com a comunidade; as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas comandadas por seus membros.
- **A instituição cooperativa:** Quanto à dimensão empresarial, a realização dos objetivos dos associados requer organização que administre as articulações e ações necessárias para que o conjunto funcione com eficiência. Por isso, toda cooperativa além de ser uma associação é também uma empresa a serviço de seus membros.

Os aspectos econômicos, administrativos e técnicos são tão importantes no cooperativismo como em qualquer outra organização. Isso é tão verdade que “a maioria dos fracassos nas organizações cooperativas não se devem à falta de espírito cooperativo, mas à falta de visão empresarial, de conhecimento do mercado e de visão técnico-administrativo”.

- Quanto à dimensão social, o cooperativismo fundamenta-se na visão doutrinária, harmonizando o econômico com o social. A empresa cooperativa não tem finalidade própria independente das economias ou atividades profissionais dos cooperados.

Trecho do livro “A outra economia” – Antonio David Cattani